

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

**O PODER DA REDE NA MATERIALIZAÇÃO DE
PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL: *Território
da Cidadania Região Central/RS***

SUELEN DE LEAL RODRIGUES

Orientador: Prof.^a Dr.^a. Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração Organização do Espaço, no Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus Rio Claro, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Rio Claro (SP)

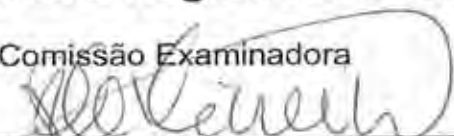
2011

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"- Campus Rio Claro
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Programa de Pós-Graduação em Geografia


A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Tese de Doutorado

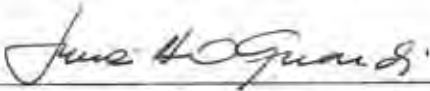
**O PODER DA REDE NA MATERIALIZAÇÃO DE
PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL: *Território
da Cidadania Região Central/RS***

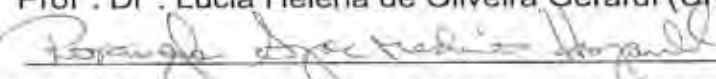
Comissão Examinadora


Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira (UNESP – Rio Claro).


Prof^ª. Dr^ª. Vera Maria Favila Miorin. (UFSM – Santa Maria).


Prof^ª. Dr^ª. Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP- Araraquara).


Prof^ª. Dr^ª. Lúcia Helena de Oliveira Gerardi (UNESP – Rio Claro).


Prof^ª. Dr^ª. Rosângela Aparecida Medeiros Hespanhol (UNESP – Presidente
Prudente)

Candidato: Suelen De Leal Rodrigues

Resultado: APROVADA

Rio Claro, 25 de outubro de 2011.

Dedicatória

Ao meu pai Ivonei Marques Rodrigues (*In memoriam*) que até os momentos finais de sua vida me deu forças para não desistir perante as adversidades. A minha mãe Roselaine Leal Rodrigues, por todo amor e apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

O processo de construção de uma tese envolve inúmeras adversidades, realidades, instituições e pessoas, portanto, agradeço:

A Deus em todas suas formas de manifestação independente da religião, pois acredito que algo maior zela por nós nos momentos mais difíceis da nossa trajetória.

Ao apoio familiar em especial a minha irmã Luciéle Leal Rodrigues e avó Turibia Rosado Leal (*In memoriam*).

A minha orientadora professora Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira, pelas colaborações na construção da pesquisa.

Aos professores Vera Favila Miorin, Enéas Rente Ferreira, Lúcia Helena de Oliveira Gerardi e Vera Lúcia Salazar Pessôa que através de suas observações contribuíram para o enriquecimento da pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP - Rio Claro.

Ao professor Artur Fernando Arede Correia pelas orientações no estágio de Doutorado PDEE, mas principalmente pelos bons momentos que tive em Portugal.

Ao CNPq pelo auxílio financeiro fundamental para concretização desta pesquisa.

A CAPES, pela bolsa de Doutorado Sanduíche PDEE.

Aos agricultores do Projeto Esperança/Cooesperança.

A Irmã Lourdes Maria Dill que favoreceu e auxiliou a pesquisa em todas as etapas.

Ao Engenheiro Agrônomo da Cooesperança Marcos Diehl

Aos funcionários da Copetec, Coperterra e em especial os agricultores do Assentamento Santa Rosa

A Paróquia do município de Tupanciretã-RS

Ao articulador territorial Cláudio Cunha

Aos amigos que auxiliaram no trabalho de campo em especial: Michele Lindner, Tania Cristina Gomes, Gracile Carls Pittelkow

Aos amigos: Flamarion Dutra Alves, Andressa Ramos Teixeira, Elvis Albert Robe Wandscheer, Lucélia Magalhães da Silva

Aos amigos de Rio Claro em especial: Maria Benedita Barbosa (Maíca), Vera Lucia Carvalho, Aline Pascoalino

Um agradecimento especial ao amigo Ubirajara Gerardin Junior e sua família por todo carinho

A todos que contribuíram para realização desta pesquisa

RESUMO

Tese de Doutorado
Programa de Pós-Graduação em Geografia (Organização do Espaço)
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- Campus – Rio Claro

O PODER DA REDE NA MATERIALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL: *Território da Cidadania Região Central/RS*

AUTOR: SUELEN DE LEAL RODRIGUES
ORIENTADOR: DARLENE APARECIDA DE OLIVEIRA FERREIRA
Data e Local da Defesa: Rio Claro, 25 de outubro de 2011.

No Brasil, programas de desenvolvimento territorial destinados ao rural ganharam força através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que, em 2003, lançou o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), cujas experiências identificaram a importância de ações integradas entre os diferentes ministérios. Portanto, no ano de 2008, o governo brasileiro lança o Programa Territórios da Cidadania (TC), com objetivo de integrar ações e ministérios no desenvolvimento de áreas rurais e urbanas. A presente pesquisa buscou verificar a materialização do Programa Territórios da Cidadania na realidade da Região Central do Rio Grande do Sul, através das redes criadas pela Cooesperança, Copetec e Coperterra. Metodologicamente a pesquisa utilizou um procedimento misto, envolvendo a análise de dados qualitativos e quantitativos, por meio de entrevistas semiestruturadas e observações. A estrutura das variáveis utilizadas para a análise das redes integrou aspectos de ordem organizacional, temporal e espacial. A pesquisa constatou que o trabalho em rede desenvolvido pela Cooesperança, Copetec e Coperterra propaga os benefícios do Programa Territórios da Cidadania Região Central para outros territórios. A espacialidade de cada rede criada pelas cooperativas analisadas está presente em seis territórios distintos, beneficiando inúmeras famílias. O planejamento espacial em nível de território, descentralizando poderes, é, sem dúvida, uma ferramenta fundamental e eficiente na proposição de políticas, mas, no sentido de expandir o desenvolvimento, é restrito aos limites de cada território. Portanto, caberia à rede o papel de propagar o desenvolvimento e desconcentrar assimetrias espaciais, as redes seriam elementos materializadores de um desenvolvimento mais equilibrado.

Palavras-Chave: desenvolvimento, território, rede, cooperativa

ABSTRACT

Doctorate Thesis
Post Graduate Program in Geography (Organization of the Space)
Paulista State University “Júlio de Mesquita Filho” – Campus Rio Claro

THE POWER OF THE NETWORK IN THE MATERIALIZATION OF RURAL DEVELOPMENT PROGRAMS: *Território da Cidadania Região Central/RS*

AUTHOR: SUELEN DE LEAL RODRIGUES
ADVISER: DARLENE APARECIDA DE OLIVEIRA FERREIRA
Date and Location of Defense: Rio Claro, October, 25, 2011.

In Brazil, programs for the rural territorial development gained momentum through the Ministry of Agrarian Development, which in 2003 launched the National Program for Sustainable Development in Rural Areas (PRONAT), whose experiments have identified the importance of integrated action between different ministries. Therefore, in 2008, the Brazilian government launched the Territories of Citizenship Program (TC), in order to integrate actions and ministries in the development of rural and urban areas. This study aimed to verify the materialization of the Territories of Citizenship Program according to the reality of the Central Region of Rio Grande do Sul, through the networks created by Cooesperança, and Copetec Coperterra. Methodologically the present research used a combined procedure, involving the analysis of qualitative and quantitative data through semi-structured interviews and observations. The structure of the variables used for the analysis of networks has integrated aspects of organizational, spatial and temporal. The survey found that networking developed by Cooesperança, Copetec and Coperterra spread the benefits of Citizenship Territories Program from the Central Region to other territories. The spatiality of each network created by the cooperatives analyzed is present in six different areas, benefiting countless families. The spatial planning of land-level, decentralizing powers, is undoubtedly an essential tool and efficient policy proposals, but to expand the development is restricted to the limits of each territory. Therefore, the network would fit the role of development and spread spatial asymmetries, the networks would materialize elements of a more balanced development.

Key-words: development, territory, network, cooperative

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | Página |
|--|--------|
| Figura 1 - Decodificação do fenômeno estudado. | 19 |
| Figura 2 - Sistema de análise da pesquisa. | 20 |
| Figura 3 - Convergência das técnicas utilizadas. | 25 |
| Figura 4 - Estrutura bibliográfica da pesquisa. | 26 |
| Figura 5 - Percurso espacial das práticas sociais. | 33 |
| Figura 6 - O desenvolvimento territorial sob a ótica da PAC. | 59 |
| Figura 7 - Gestão dos Territórios da Cidadania. | 82 |
| Figura 8 - Localização do Território da Cidadania Região Central do Rio Grande do Sul. | 84 |
| Figura 9 - Composição das instâncias que formam o Território da Cidadania Região Central – RS. | 85 |
| Figura 10 - Relações de poder no mercado. | 92 |
| Figura 11 - Localização do município de Santa Maria – RS. | 101 |
| Figura 12 - Organograma do Banco da Esperança. | 109 |
| Figura 13 - Dimensões de atuação do Projeto Esperança/Coesperança. | 119 |
| Figura 14 - Diversificação produtiva das propriedades do Projeto Esperança/Coesperança. | 122 |
| Figura 15 - Teia de comercialização. | 124 |
| Figura 16 - Mapa de abrangência da Teia da Esperança (2005). | 125 |
| Figura 17 - Mapa de abrangência da Teia da Esperança (2011). | 126 |
| Figura 18 - Centro de Economia Solidária Frutos da Terra. | 127 |
| Figura 19 - Mapa da rede de fornecedores do Centro de Economia Solidária Frutos da Terra. | 130 |
| Figura 20 - Centro de Economia Solidária Don Ivo Lorscheiter e inauguração do 3º prédio. | 132 |
| Figura 21 - Manifestação pelo cancelamento da 16ª FEICOOP. | 135 |
| Figura 22 - 1º Fórum Mundial de Economia Solidária. | 137 |
| Figura 23 - Localização do município de Tupanciretã. | 142 |
| Figura 24 - Abrangência Espacial da Copetec – RS. | 149 |
| Figura 25 - Organização da Copetec. | 151 |
| Figura 26 - Banco de Sementes Copetec – Tupanciretã – RS. | 155 |
| Figura 27 - Feira da Reforma Agrária. | 157 |
| Figura 28 - Abrangência espacial de associados da Coperterra – RS. | 161 |
| Figura 29 - Atividades produtivas presente em áreas de assentamento. | 165 |
| Figura 30 - Rede comercial da Coperterra. | 167 |
| Figura 31 – Abrangência espacial do projeto interterritorial do leite. | 170 |
| Figura 32 - Espacialidade das redes da Cooesperança, Copetec, Coperterra. | 178 |
| Box 1 - Contexto do cancelamento da 16ª FEICOOP. | 134 |
| Box 2 - Fragmento da Carta da 7ª feira de Economia Solidária do Mercosul e 18ª FEICOOP - Feira Estadual do Cooperativismo 2011. | 139 |
| Box 3 - Histórico de formação dos assentamentos rurais em Tupanciretã – RS. | 144 |

LISTA DE QUADROS

Página

| | |
|--|-----|
| Quadro 1 - Tipologia de Participação: como as pessoas participam nos projetos e programas de desenvolvimento. | 22 |
| Quadro 2 - Entrevistas formais. | 29 |
| Quadro 3 - Fonte de Evidências e suas respectivas aplicações. | 30 |
| Quadro 4 - Visão dicotômica Território- Rede. | 35 |
| Quadro 5- Modelos e abordagens do desenvolvimento. | 45 |
| Quadro 6 - Resumo da Composição do CODETERS/Central/RS. | 87 |
| Quadro 7 - Produtos alimentícios comprados por Santa Maria. | 104 |
| Quadro 8 - Instâncias decisórias, conselho executivo, setores e comissões. | 116 |
| Quadro 9 - Perfil das unidades produtivas ligadas a Cooesperança. | 121 |
| Quadro 10 - Produtos comercializados no Centro de Economia Solidária Frutos da Terra. | 128 |
| Quadro 11 - Fornecedores do Centro de Economia Solidária Frutos da Terra. | 129 |
| Quadro 12 - Histórico das feiras organizadas pelo Projeto Esperança/Coesperança de 1994-2008. | 133 |
| Quadro 13 - Histórico das feiras organizadas pelo Projeto/Coesperança de 2009-2010. | 138 |
| Quadro 14- Listagem dos Assentamentos em Tupanciretã – RS. | 143 |
| Quadro 15 - Síntese de Contratos e Convênios da Copetec. | 147 |
| Quadro 16 - Técnicos da Copetec-Tupanciretã (2009). | 154 |
| Quadro 17 - Perfil das propriedades presentes em áreas de assentamento. | 164 |
| Quadro 18 - Recursos de cada território para o projeto interterritorial do leite. | 169 |
| Quadro 19 - Estrutura Organizacional, temporal e espacial da Cooesperança, Copetec, Coperterra. | 176 |

LISTA DE ANEXOS

Página

| | |
|--|-----|
| Anexo I - Representantes do CODETERS/Central/RS (jan 2011). | 191 |
| Anexo II - Composição do Núcleo Dirigente e Núcleo Técnico (jan 2011) | 193 |
| Anexo III –Representação do CODETERS – Central/RS (ago 2011). | 194 |
| Anexo IV – Composição do Núcleo Dirigente e Núcleo Técnico (ago 2011)..... | 196 |
| Anexo V - Critérios seletivos projetos CODETERS/Central/RS (jan 2011). | 197 |
| Anexo VI - Projetos apresentados ao Território Central (2007/2008)..... | 198 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACI - Aliança Cooperativa Internacional
ADRL - Associação de Desenvolvimento Rural de Lafões
ANCOSOL - Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária
AGROPAN - Cooperativa Agrícola de Tupanciretã
APISMAR - Associação dos Apicultores de Santa Maria
ASCAR - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES - Assessoria Técnica Social e Ambiental a Reforma Agrária
BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CECA - Comunidade Européia do Carvão e do Aço
CEDRS - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CIAT - Comissões de Instalação das Ações Territoriais
CMDRs - Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rurais
CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNDRS - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CODETERS – Colegiado para o Desenvolvimento Territorial Sustentável
CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Reforma Agrária e Agricultura Familiar
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOESPERANÇA - Projeto Esperança/Cooesperança
COOPERCEDRO - Cooperativa Central de Desenvolvimento Rural
COOPERSOL - Programa de Fomento ao Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária.
COOPISCENTRO - Cooperativa de Piscicultores da Região Centro
COPETC - Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos.
COPETERRA – Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra
COREDES - Conselhos Regionais de Desenvolvimento.
COTRIJUC - Cooperativa Agropecuária Júlio de Castilhos
CREHNOR - Cooperativa de Crédito Rural dos Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária
CRESOL - Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária
DLIS - Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
DNTR/CUT - Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais Da Central Única dos Trabalhadores
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPS - Economia Popular Solidária
EZ/EC - Zonas de empoderamento e Comunidades Empresariais rurais
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.
FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEICOOP - Fera do Cooperativismo

FEOGA - Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
FEPAGRO - Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul
FMI - Fundo Monetário Internacional
GAL - Grupo de Ação Local
IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LEADER - Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural
MBA – Movimento dos atingidos por barragem
MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras
OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
ONU - Organização das Nações Unidas
ONGS – Organizações não governamentais
PA - Projeto de Assentamento
PAC - Política Agrícola Comum
PACs - Projetos Alternativos comunitários
PCA - Programa Comunidade Ativa
PCS - Programa Comunidade Solidária
PIB - Produto Interno Bruto
PLANAF - Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PMDRS - Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODER - Programa de Desenvolvimento Rural.
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
PROVAP - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural.
PRONAT - Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PTDRS - Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável
SAF - o Secretaria da Agricultura Familiar.
SCA - Sistema Cooperativista dos Assentamentos
SDT - Secretaria do Desenvolvimento Territorial
SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural
SMDR - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
SNAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária
SRA - Secretaria de Ordenamento Reordenamento Agrário
TC - Territórios da Cidadania
TRs – Territórios Rurais
UE- União Europeia
UFMS - Universidade Federal de Santa Maria
UNICAFES - União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária.
UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

SUMÁRIO

| | Página |
|--|--------|
| 1. INTRODUÇÃO. | 13 |
| 2. CAMINHOS METODOLÓGICOS. | 19 |
| 2.1. Procedimentos técnicos. | 24 |
| 2.2. A Construção do território e a função da rede geográfica. | 30 |
| 2.3. A fluidez do poder | 36 |
| 2.3.1. <i>A rede e as relações sociais</i> | 37 |
| 3. DESENVOLVIMENTO RURAL: do setorial ao territorial | 43 |
| 3.1. Contexto brasileiro das ações de desenvolvimento rural | 45 |
| 3.2. O desenvolvimento territorial..... | 52 |
| 3.3. O desenvolvimento territorial nas políticas e programas de desenvolvimento rural: PAC, LEADER. | 55 |
| 3.3.1. <i>A experiência da Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER)</i> | 60 |
| 3.4. Abordagem Territorial do Desenvolvimento Rural no Contexto Brasileiro..... | 68 |
| 4. TERRITÓRIOS DA CIDADANIA (TC). | 80 |
| 4.1. Território da Cidadania Região Central – RS. | 83 |
| 4.2 O Cooperativismo como Instrumento de Acesso e Materialização do Desenvolvimento Rural. | 90 |
| 4.3. Economia Solidária e Cooperativismo | 95 |
| 4.4. Contexto Socioeconômico do Município de Santa Maria – RS. | 101 |
| 4.4.1. <i>Panorama do Desenvolvimento Rural em Santa Maria – RS.</i> | 102 |
| 5. PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA. | 108 |
| 5.1.1. Histórico do Projeto Esperança/Cooesperança..... | 108 |
| 5.1.2. <i>Estrutura organizacional da Cooesperança</i> | 114 |
| 5.1.3. <i>Perfil ecológico e econômico de unidades produtivas da Cooesperança</i> | 120 |
| 5.1.4. <i>Estrutura econômica da Cooesperança.</i> | 120 |
| 6. COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS (COPTec) E COOPERATIVA REGIONAL DA REFORMA AGRÁRIA MÃE TERRA (COPERTERRA) – TUPANCIRETÃ- RS. | 141 |
| 6.1. Contexto Socioeconômico do Município de Tupanciretã – RS..... | 141 |
| 6.2. Histórico da Copetec. | 146 |
| 6.2.1. <i>Estrutura organizacional da Copetec.</i> | 150 |
| 6.3. Histórico e caracterização da Copetec/Tupanciretã - RS..... | 152 |
| 6.3.1. <i>Ações produtivas da Copetec/Tupanciretã - RS</i> | 154 |
| 6.4. Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra (Coperterra). | 159 |
| 6.4.1 <i>Histórico da Coperterra.</i> | 159 |
| 6.4.2. <i>Estrutura organizacional da Coperterra</i> | 162 |
| 6.4.3. <i>Estratégias econômicas da Coperterra.</i> | 165 |
| 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS. | 173 |
| 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS. | 180 |
| 9. ANEXOS | 190 |
| 10. APÊNDICES | 199 |

1. INTRODUÇÃO

A leitura geográfica das práticas sociais é realizada por suas categorias de análise¹, na presente pesquisa foram utilizadas a categoria território e a rede como sua sub-categoria para demonstrar a materialização do programa Territórios da Cidadania, na realidade da Região Central do Rio Grande do Sul, destacando o papel de organizações cooperativas como a Cooesperança, Copetec e Coperterra.

O Estado é o elemento que politicamente cria limites territoriais e constrói paradigmas de desenvolvimento. Dessa forma, estudos que busquem analisar, à luz das categorias geográficas, como ocorre a materialização de políticas e programas de desenvolvimento podem contribuir para uma reflexão construtiva, sinalizando qual seria a categoria geográfica mais adequada para uma espacialização mais equilibrada do desenvolvimento.

O foco da pesquisa recai sobre a estratégia de desenvolvimento territorial rural adotada pelo governo brasileiro, chegando ao Programa Territórios da Cidadania, um programa mais amplo que busca desenvolver diferentes ações e ministérios no desenvolvimento de áreas rurais e urbanas.

As assimetrias territoriais presentes no campo brasileiro foram acentuadas pelo processo da modernização da agricultura amplamente apoiado por políticas de desenvolvimento agrícola. No cenário econômico pós Segunda Guerra Mundial, países como o Brasil foram reivindicados a aumentar sua produção agrícola para suprir a demanda mundial de alimentos.

De acordo, portanto, com o direcionamento das políticas internacionais, o setor agrícola brasileiro assume a postura de modernizar o campo. Segundo Gerardi (1980), caberia ao setor agrícola as seguintes funções:

1- prover de alimentos e matérias primas as áreas urbanas através da geração de excedente comerciável a baixos custos; 2- liberar e

¹ A presente pesquisa de acordo com a obra de Moreira (2007) denomina categorias espaciais, da geografia, a convergência de espaço, território e paisagem.

transferir mão-de-obra para os setores não agrícolas; 3-acelerar o processo de formação de capitais e transferi-los para setores não agrícolas; 4- aumentar a capacidade de importação de bens manufaturados através do mecanismo de estoques de divisas via a importação de produtos agrícolas; 5- criar e estimular o crescimento de mercados, internos para produtos manufaturados; (GERARDI, 1980, p. 25).

Nesse sentido, as políticas governamentais de apoio ao crescimento econômico no setor rural incentivaram programas de adequação às novas tecnologias, que, no entendimento de Goodman (et al. 1987), foram decisivas para a produção das empresas agrícolas e dos interesses agrários. O direcionamento do processo modernizador do campo obedeceu a critérios de valorização diferenciada pelos interesses estatais, pois as políticas de crédito rural favoreciam as grandes produções agrícolas.

Conseqüentemente modifica-se completamente a estrutura dos custos para o pequeno produtor, levando geralmente a sua proletarização e às condições miseráveis de vida. As adversidades causadas pelo modelo de desenvolvimento agrícola provocaram, no campo, uma superprodução que afetou a dinâmica produtiva. Na esfera social, causou a liberação de um elevado contingente de mão de obra, e, na dimensão ambiental, provocou a contaminação e o esgotamento de recursos naturais.

A insustentabilidade ambiental do modelo economicista de desenvolvimento e os emergentes problemas sociais e econômicos fizeram com que ocorresse um redirecionamento das estratégias de desenvolvimento em nível mundial. A sinalização de mudanças nas estratégias de desenvolvimento começou entre as décadas de 1960 e 1970². Porém, no setor agrícola, políticas direcionadas a um desenvolvimento mais equilibrado em termos sociais e ambientais surgiram com mais relevância a partir de 1980.

O modelo de reestruturação industrial conhecido como Terceira Itália³, entre 1968-69, onde trabalhadores do triângulo industrial Milão, Turim, Gênova, se

² Na publicação do primeiro Relatório do Clube de Roma (Limites do Crescimento, 1972), são evidenciadas as preocupações de caráter ambiental.

³A denominação Terceira Itália originou-se da divisão da Itália em regiões econômicas, assim, o noroeste, tradicionalmente rico, era denominado de primeira Itália; o Sul, de pouco progresso, era denominado segunda Itália; e a região do centro e do nordeste mostrava-se em crescimento, através de aglomeração de pequenas firmas, sendo denominada, então, de terceira Itália. (SCHIMITZ 1997).

organizaram politicamente em forma de conselhos, os Consigli di Zona⁴, a fim de reivindicarem políticas de cunho social, serviu de inspiração para o planejamento de políticas territoriais em todos os setores da economia.

A descentralização política, inspirada no processo de estruturação da Terceira Itália, refletiu na construção de programas de desenvolvimento territorial para o meio rural. Em termos internacionais, a Europa lançou, em 1991, o Programa LEADER - Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural - que foi uma referência dentro das políticas territoriais de desenvolvimento rural.

Como reflexo das orientações do Banco Mundial, no Brasil, um discurso político descentralizado e mais abrangente apareceu em meados da década de 1990, sob a denominação de desenvolvimento local. Esse processo de reorientação na escala de intervenção se faz presente nos dias atuais, porém com novas terminologias. O desenvolvimento local, a partir de 2002, é substituído por desenvolvimento territorial.

O processo de realinhamento das políticas e redirecionamento da intervenção estatal, conforme Favareto (2006), é caracterizado da seguinte maneira:

[...] em lugar dos investimentos diretos e de corte setorial, caberia ao Estado criar condições e um certo ambiente a partir do qual os agentes privados pudessem eles mesmos, fazer a alocação, supostamente mais eficiente, dos recursos humanos e materiais. Aqueles processos sociais e econômicos de corte eminentemente territorial, e não mais meramente setorial, e este novo padrão, são, em síntese, as principais razões da emergência e consolidação desta nova abordagem (FAVARETO, 2006, p. 02).

Dessa forma, em 2002, foi criada, no Brasil, a Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT), ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que, no entendimento de Ortega; Mendonça (2007, p. 116), significa uma reorientação das políticas de desenvolvimento rural que “converge no sentido da implementação de ações definidas no 1º Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, idealizado em 2002 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável”, sendo a abordagem territorial seu eixo principal.

⁴ Consigli di Zona formavam uma unidade territorial composta por um conjunto de conselhos sindicalistas, opostos à organização territorial capitalista das grandes indústrias, o intuito era favorecer a participação operária nas decisões do sindicato e assim, segundo o entendimento de Saquet (2007, p. 40), criar uma “nova práxis política”.

Em outubro de 2003, o MDA, em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), elaborou o relatório intitulado Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável, que deu origem ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT).

O PRONAT tem como objetivo “Promover o planejamento, a implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e dinamização da sua economia.” (BRASIL, 2010a).

A partir da necessidade de articulação de ações complementares para políticas voltadas ao desenvolvimento territorial, em 25 de fevereiro de 2008, é criado pelo governo brasileiro o Programa Territórios da Cidadania, que tem por objetivo:

[...] promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia (BRASIL, 2009a, p. 3).

O governo brasileiro, ao utilizar o território como unidade de descentralização política, busca diluir as fronteiras setoriais entre rural e urbano. No entanto, considerando que o território seja um recorte de domínio, ele pode até integrar ações entre áreas rurais e urbanas dos municípios, mas ele limita ações entre territórios. Os territórios da Cidadania são formados por grupos de municípios teoricamente homogêneos social e economicamente, ele encerra, portanto, um recorte de domínio no seu âmbito. O desenvolvimento mais acentuado de um ou de outro território pode levar a assimetrias territoriais.

Para Raffestin (1993), o território seria um recorte das diversas relações de poder. A rede, para Moreira (2007), seria uma subcategoria que compõe o território, um elemento de fluidificação do poder. Esta pesquisa de Tese defende, então, que a rede é o elemento de expansão e de materialização de um desenvolvimento rural mais equilibrado em termos espaciais. O território, ao encerrar poderes e ações, limita a propagação de ações de desenvolvimento rural e não cumpre o objetivo de diluir desigualdades.

Para verificar a tese construída, a presente pesquisa delimitou como objetivo geral investigar como ocorre a materialização do Programa Territórios da Cidadania

na realidade da Região Central do Estado do Rio Grande do Sul, utilizando como exemplos as ações do Projeto Esperança/Coesperança (COOESPERANÇA), da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPETEC) e da Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra (COPETERRA), organizações cooperativas que realizam um importante trabalho social e econômico na projeção do desenvolvimento rural.

A pesquisa recai sobre o território da Região Central do Rio grande do Sul, que desde a década de 1970 conta com a ação da Igreja Católica, na projeção e estímulo de um capital social organizado como estratégia de superação da pobreza em áreas rurais e urbanas. A Cooesperança exemplo utilizado pela presente pesquisa é o reflexo desse trabalho da Igreja junto a Região Central do Rio Grande do Sul. Respectivamente a Copetec e Coperterra são organizações genuínas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da influência da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no processo de reforma agrária na região.

Destaca-se, portanto, que a Tese foi construída de acordo com a particularidade do Território da Cidadania Região Central do Rio Grande do Sul sem a pretensão de generalizar a adequação das redes para os distintos territórios onde o Programa Territórios da Cidadania está presente.

Para complementar o objetivo central, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- resgatar a formação e o entendimento conceitual de Território e Rede na ciência geográfica e seu desdobramento como prática espacial e social;
- traçar o contexto histórico das políticas de desenvolvimento territorial rural, tendo como marco político a abordagem LEADER e sua influência em programas de desenvolvimento rural;
- contextualizar, no cenário brasileiro, a construção da abordagem territorial do desenvolvimento rural até a formação dos Territórios da Cidadania;
- caracterizar o Programa Territórios da Cidadania, destacando o Território Central do Rio Grande do Sul;
- resgatar a história do cooperativismo e os princípios da Economia Solidária;
- contextualizar as circunstâncias de formação das cooperativas;
- analisar os aspectos sociais, políticos, econômicos e ambientais presentes na rede das cooperativas analisadas e a interface com a materialização do Programa Territórios da Cidadania.

A fim de cumprir os objetivos propostos, a segunda seção apresentará os Caminhos Metodológicos adotados e a leitura conceitual de território e rede no desdobramento das práticas sociais.

No terceiro capítulo, a pesquisa apresentará a contextualização do desenvolvimento rural até sua versão territorial. A primeira seção tratará das políticas de desenvolvimento rural no Brasil, na segunda seção o detalhamento da abrangência territorial do desenvolvimento. A terceira seção abordará a política internacional e o Programa Leader, desenvolvido na União Europeia (UE). Na última seção será contextualizada a abordagem territorial na construção de programas de desenvolvimento rural no Brasil, até a formação dos Territórios da Cidadania.

No quarto capítulo, será detalhado o Programa Território da Cidadania, dando destaque para a caracterização do Território da Cidadania Região Central – RS. Também no quarto capítulo será abordada a historicidade do cooperativismo e do processo hoje denominado Economia Solidária, que está movendo ações de diversas cooperativas no sentido de construir e propagar o desenvolvimento rural, especialmente no Território Região Central – RS.

A partir do quinto capítulo será caracterizada e analisada a rede criada pelo Projeto Esperança/Coesperança e, no sexto capítulo seis, será analisada as redes criadas pela Copetec e Coperterra. A etapa final, presente no sétimo capítulo, sintetiza as conclusões a respeito de como ocorre a materialização do Território da Cidadania Região Central RS.

2. CAMINHOS METODOLÓGICOS

A construção metodológica é a decodificação do problema a ser investigado. Assim, através da Figura 1 busca-se mostrar esquematicamente o desdobramento do fenômeno estudado.



Figura 1- Decodificação do fenômeno estudado.

Elaboração: Suelen de Leal Rodrigues

Para o entendimento da materialidade do Território da Cidadania Região Central-RS, foi realizada uma análise com base em aspectos políticos, econômicos, sociais e espaciais.

Acredita-se que a rede é o elemento que materializa um desenvolvimento rural mais equilibrado e, no caso do Território da Cidadania Região Central RS, tem sido um elemento disseminador do desenvolvimento através da Cooesperança, da Copetec e da Coperterra. A estrutura de análise adotada teve como base as observações de Corrêa (2001), que analisa a rede geográfica através de três

dimensões: a Organizacional, a Temporal e a Espacial. A Figura 2 mostra o sistema de análise adotado pela pesquisa.

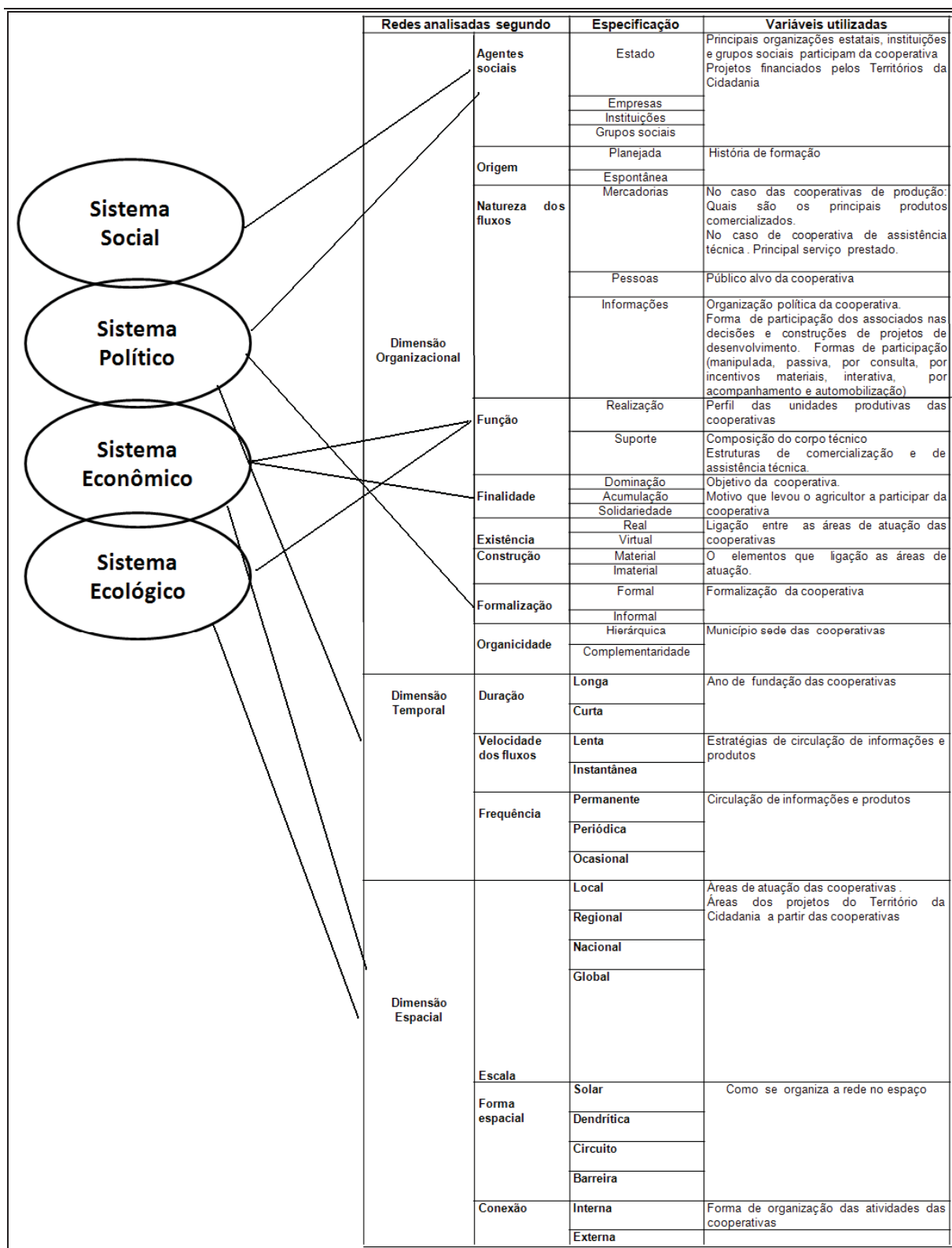


Figura 2 - Sistema de análise da pesquisa
Elaboração: Suelen de Leal Rodrigues

A definição para sistema social está de acordo com Parsons (1968 apud LAKATOS; MARCONI, 1999) e sucintamente seria uma pluralidade ou individualidade de atores que estão em interação segundo normas e significados, a motivação desses atores irá responder a uma tendência de satisfação, suas relações são formadas em função de um sistema de símbolos culturalmente estruturados e compartilhados, os sistemas socioculturais são exemplos de uma complexidade organizada. No caso das cooperativas, foi investigada sua composição social através da identificação dos principais atores sociais em nível estatal, institucional e civil.

O sistema político inscreve-se sobre o princípio de manter seus mecanismos, de manter seu sistema e aqui o controle social exerce fundamental importância. Um exemplo empírico desse processo seria a normatização de determinados programas de desenvolvimento rural e a determinação de áreas de planejamento. O sistema político foi analisado no contexto estatal de revisão das políticas territoriais e, nas cooperativas, na organização interna e externa de suas atividades e das formas de democratização para a tomada de decisões e construção de projetos de desenvolvimento.

Referente às formas de participação, para sua análise foram utilizadas as observações da obra de Jules N. Pretty (1996), Quadro 1, que faz referência à Tipologia de Participação: como as pessoas participam nos projetos e programas de desenvolvimento. Nos (Apêndices I e II), instrumentos utilizados nas propriedades e cooperativas.

| Typology/Tipologia | Characteristics of Each Type/ | Características de cada tipo |
|---|---|---|
| 1. Manipulative Participation/ Participação Manipulada | <i>Participation is simply a pretence, with 'people's' representatives on official boards but who are unelected and have no power.</i> | A participação é um simples engano, com representantes não oficiais das "pessoas", que não foram eleitos para representá-las. |
| Passive Participation/ Participação Passiva | <i>People participate by being told what has been decided or has already happened. It involves unilateral announcements by an administration or project management without any listening to people's responses. The information being shared belongs only to external professionals.</i> | As pessoas participam a partir das informações que recebem a respeito do que aconteceu ou foi decidido. Envolve um processo unilateral de informação que envolve apenas os administradores ou agentes de projetos, não sendo ouvida a opinião das pessoas. A informação só é partilhada entre os profissionais externos. |
| 3. Participation by Consultation/ Participação por Consulta | <i>People participate by being consulted or by answering questions. External agents define problems and information gathering processes, and so control analysis. Such a consultative process does not concede any share in decisionmaking, and professionals are under no obligation to take on board people's views.</i> | As pessoas participam sendo consultadas ou respondendo perguntas. Agentes externos definem os problemas e os processos de coleta de informações, controlando assim a análise. Tal processo de consulta não concede qualquer participação na tomada de decisões, e os profissionais não são obrigados a assumir o ponto de vista das pessoas participantes. |
| 4. Participation for Material Incentive. Participação por incentivos materiais | <i>People participate by contributing resources, for example labour, in return for food, cash or other material incentives. Farmers may provide the fields and labour, but are involved in neither experimentation nor the process of learning. It is very common to see this called participation, yet people have no stake in prolonging technologies or practices when the incentives end.</i> | As pessoas participam por meio de recompensas: por exemplo: em troca de trabalho, comida, dinheiro e outras trocas materiais. Agricultores contribuem com seu trabalho, através do cultivo dos campos, mas não estão envolvidos em nenhum experimento ou processo de aprendizagem. É muito comum ver esse tipo de participação, no entanto, quando acabam os incentivos materiais, as pessoas não continuam com as práticas ou tecnologias. |

Quadro 1 – Tipologia de Participação: como as pessoas participam nos projetos e programas de desenvolvimento.

Fonte: Pretty (1996).

Adaptação/Tradução: Suelen de Leal Rodrigues

| Typology/Tipologia | Characteristics of Each Type/ | Características de cada tipo |
|--|---|--|
| 5. Functional Participation/ Participação funcional | <i>Participation seen by external agencies as a means to achieve project goals, especially reduced costs. People may participate by forming groups to meet predetermined objectives related to the project. Such involvement may be interactive and involve shared decision making, but tends to arise only after major decisions have already been made by external agents. At worst, local people may still only be coopted to serve external goals.</i> | A participação é vista a partir dos agentes externos especialmente para reduzir custos. As pessoas podem participar formando grupos para atender objetivos predeterminados no projeto. Esta participação pode ser interativa e trás a tona decisões compartilhadas, mas somente depois que as principais decisões já foram feitas pelos agentes externos. No pior dos casos a população local pode ser chamada para servir os objetivos externos. |
| 6. Interactive Participation/ Participação Interativa | <i>People participate in joint analysis, development of action plans and formation or strengthening of local institutions. Participation is seen as a right, not just the means to achieve project goals. The process involves interdisciplinary methodologies that seek multiple perspectives and make use of systemic and structured learning processes. As groups take control over local decisions and determine how available resources are used, so they have a stake in maintaining structures or practices.</i> | As pessoas participam em conjunto na análise, desenvolvem planos de ação e formação ou fortalecimento de ações locais. A participação é vista como um meio para atingir os objetivos do projeto. O processo envolve metodologias interdisciplinares que adotam múltiplas perspectivas e utilizam processos de aprendizagem sistemáticos e estruturado. Os grupos locais podem controlar as decisões e determinar como os recursos disponíveis podem ser usados, então elas tem um participação na manutenção das estruturas ou práticas. |
| 7. Self-Mobilization/ Participação Automobilização | <i>People participate by taking initiatives independently of external institutions to change systems. They develop contacts with external institutions for resources and technical advice they need, but retain control over how resources are used. Self-mobilization can spread if governments and NGOs provide an enabling framework of support. Such self-initiated mobilization may or may not challenge existing distributions of wealth and power.</i> | As pessoas participam através de iniciativas independente do sistema de instituições externas de mudança. Elas desenvolvem contatos com instituições externas para recursos e acessoria técnica de que necessitam, mas manter o controle o emprego dos recursos. A automobilização pode ser ampliada se governantes e ONGs fornecerem estruturas de apoio. Esta mobilização pode ou não desafiar as distribuições existentes de riqueza e poder |

O sistema econômico está estritamente ligado ao modo de produção incentivado pelos programas de desenvolvimento, que, por sua vez, também interferem nos sistemas ecológicos, degradando ou conservando, enfim, esferas que refletem os sistemas político, social e cultural. Para retratar o sistema econômico das cooperativas, foram investigadas as estratégias econômicas de produção refletidas no perfil das unidades produtivas das cooperativas, assim como as formas de comercialização e principalmente a abrangência social, econômica e espacial dos projetos de desenvolvimento que foram aprovados no âmbito do Território da Cidadania Região Central – RS.

2.1. Procedimentos técnicos

Por se tratar de um problema complexo, que exige uma análise tanto qualitativa quanto quantitativa, a pesquisa adotou uma técnica de análise mista. Considerando que todos os métodos são dotados de limitações, a triangulação de técnicas poderia suprir as carências de cada método. Essa combinação pode ser realizada pelos Métodos Mistos, que, segundo Creswell (2007), buscam complementar as lacunas de cada método, ou seja, informações de ordem quantitativas podem enriquecer dados qualitativos e vice-versa.

Dentro dos métodos mistos, o pesquisador pode assumir uma tendência maior tanto para as técnicas qualitativas quanto para as quantitativas, considerando obviamente que sejam utilizadas as duas técnicas. Para a decodificação da problemática, na presente pesquisa, foi utilizada a análise documental, trabalho de campo, envolvendo a aplicação de entrevistas focais e espontâneas, observações direta e participante. A Figura 3 apresenta a sistematização das técnicas empregadas.

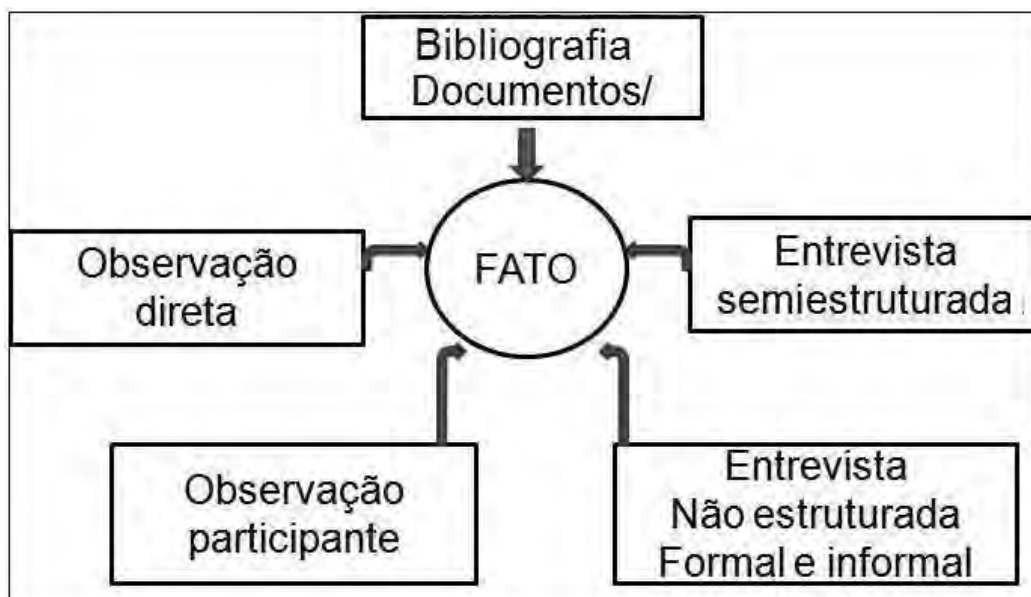


Figura 3 - Convergência das técnicas utilizadas.

Fonte: Adaptado de Yin (2005)

Elaboração: Suelen de Leal Rodrigues

A primeira etapa da pesquisa caracteriza-se pelo aprofundamento teórico de referências bibliográficas e documentais que tratam da temática. Para maior esclarecimento dos tópicos teóricos⁵ desenvolvidos, a Figura 4 esquematiza os pontos trabalhados através de um sumário visual da pesquisa, um mapa bibliográfico.

⁵ A revisão de literatura dentro de um trabalho de pesquisa tem vários objetivos, segundo Creswell (2007, p. 46), “ela fornece uma estrutura para estabelecer a importância do estudo e um indicador para comparar os resultados de um estudo com outros resultados.”

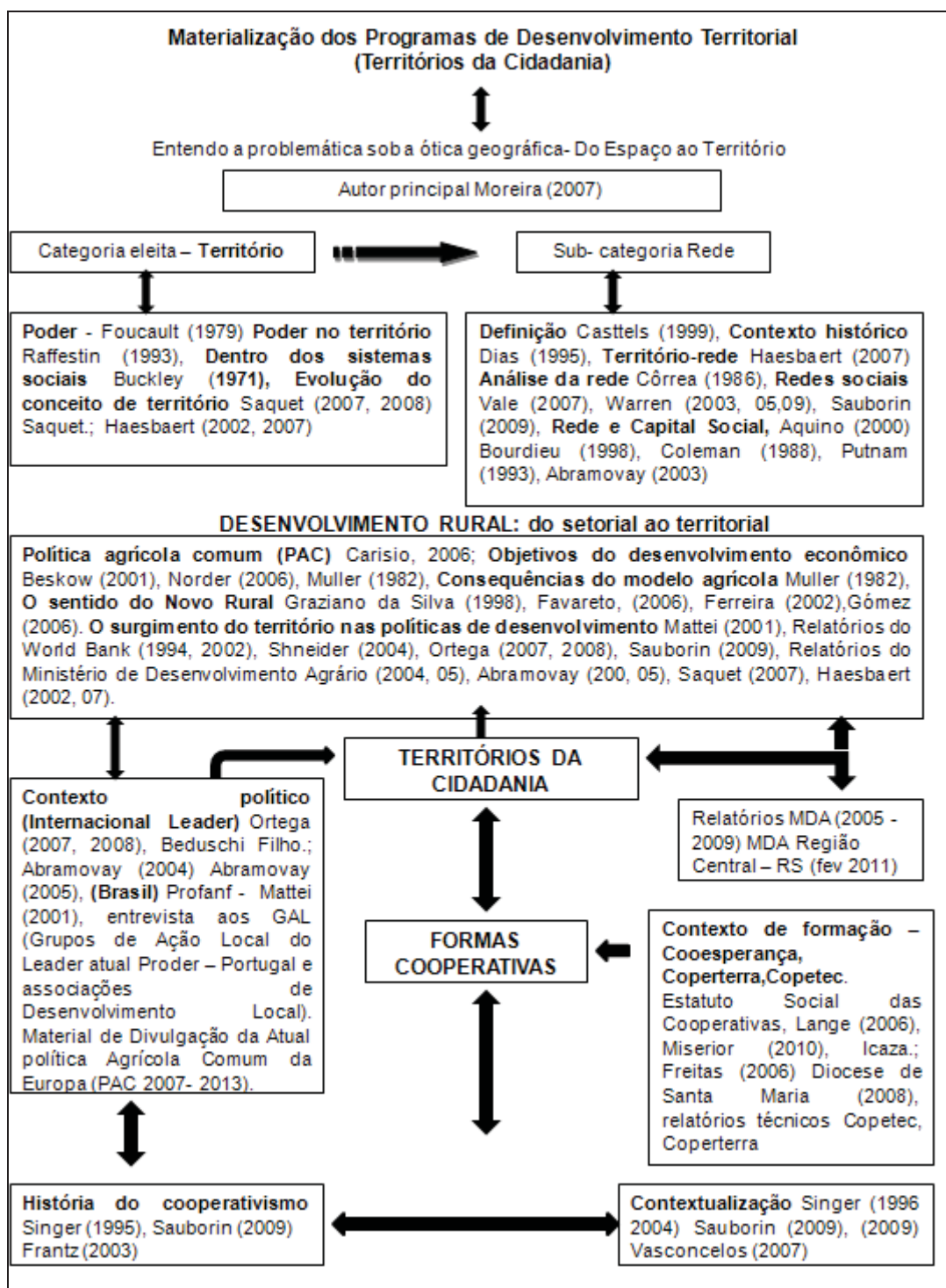


Figura 4 – Estrutura bibliográfica da pesquisa

Elaboração: Suelen de Leal Rodrigues.

Em complemento ao objetivo de contextualizar as políticas de desenvolvimento rural, destacando a abordagem LEADER, no âmbito internacional, foi realizada uma entrevista com o Grupo de Ação Local (GAL) de Torre de Moncorvo, do antigo LEADER, hoje Programa de Desenvolvimento Rural em

Portugal (PRODER) e uma entrevista com a Associação de Desenvolvimento Rural de Lafões (ADRL).

No contexto da política dos Territórios da Cidadania, além da análise documental⁶, foi realizada uma entrevista com o articulador do Território Central – Rio Grande do Sul (Apêndice III).

Para a investigação do quadro político dos municípios sede das cooperativas analisados⁷, foram utilizadas entrevistas não estruturadas, porém com caráter formal. Dessa forma, foram entrevistados, respectivamente, o secretário de Agricultura de Tupanciretã e o secretário de desenvolvimento rural de Santa Maria (Apêndices IV e V).

A escolha das cooperativas referenciadas pela pesquisa ocorreu diante da importância dessas organizações para a região central do Estado do Rio Grande do Sul e sua atual participação no Colegiado de Desenvolvimento Territorial Sustentável (CODETERS). No processo de contextualização da formação das cooperativas, além da consulta documental, foram realizadas entrevistas com os dirigentes e pessoas que contribuíram no processo de formalização das cooperativas.

Para o planejamento do trabalho de campo junto às unidades produtivas das cooperativas, foi estabelecida uma amostragem não-probabilística intencional, que abordasse os agricultores mais representativos dentro do universo de análise⁸.

A seleção dos agricultores e de suas respectivas propriedades realizou-se através da indicação dos dirigentes das cooperativas em entrevistas espontâneas⁹.

Entrevistas semiestruturadas¹⁰ foram aplicadas juntamente às propriedades rurais selecionadas, privilegiando as que diversificavam sua renda com atividades de

⁶ A análise documental foi realizada a partir de jornais, apostilas, livros, relatórios governamentais e estatutos das cooperativas analisadas.

⁷ Período de 2008-2011.

⁸ A amostra intencional é descrita por Richardson (1999) como uma representação onde seus elementos: [...] relacionam-se intencionalmente de acordo com certas características estabelecidas no plano das hipóteses formuladas pelo pesquisador. Se o plano possuir características que definam uma população, é necessário assegurar a presença do sujeito tipo. Desse modo, a amostra intencional apresenta-se como representativa do universo. Entende-se por sujeitos-tipos aqueles que representam as características típicas de todos os integrantes que pertencem a cada uma das partes da população (RICHARDSON 1999, p. 161).

⁹ As entrevistas não estruturadas informais ou espontâneas seriam conversas, que possuem como objetivo a coleta de dados. Esse tipo de entrevista é recomendada [...] nos estudos exploratórios, que visam abordar realidades poucos conhecidas pelo pesquisador, ou então favorecer visão aproximada do problema estudado. Nos estudos desse tipo, com frequência, recorre-se a entrevistas informais com informantes-chaves, que podem ser especialistas no tema em estudo, líderes formais ou informais, personalidades destacadas etc (GIL, 1999, p.119).

horta, pecuária de leite e agroindústria familiar¹¹. No Projeto Esperança/Cooesperança, foram analisadas seis propriedades. No âmbito da Copetec e Coperterra, analisaram-se sete propriedades, todas situadas no Assentamento Santa Rosa¹².

Também foi realizada uma entrevista formal (Apêndice VI) junto ao principal ponto de comercialização de produtos da Cooesperança em Santa Maria e uma entrevista informal na feira de comercialização promovida pela Copetec e Coperterra, no município de Tupanciretã.

O Quadro 2 mostra esquematicamente os agentes, o período e o conjunto de entrevistas formais utilizadas no processo de investigação.

¹⁰ As entrevistas semiestruturadas adotadas na pesquisa seguem a um protocolo de perguntas, com questões abertas, em que o informante fala livremente, questões fechadas ou dicotômicas, nas quais o informante tem um limite entre duas alternativas, e questões de múltipla escolha, que limitam a resposta, porém oferecem mais alternativas.

¹¹ A produção agroindustrial familiar é intitulada por Prezoto (2000) como Agroindústria Rural de Pequeno Porte (ARPP), cujas características diferenciadoras da Agroindústria de grande porte seriam: a propriedade, a gestão, a mão de obra, que estariam centralizadas ao núcleo familiar, a tecnologia, mais tradicional, matéria-prima principal, produzida na propriedade rural e escala de produção pequena.

¹² O Assentamento Santa Rosa foi criado em 1998 e é um dos assentamentos mais antigos do Município de Tupanciretã, concentrando as unidades produtivas mais diversificadas, principalmente no cultivo de hortaliças.

| AGENTES ENTREVISTADOS/PERÍODO | Nº DE ENTREVISTAS FORMAIS | Nº DE PESSOAS ENTREVISTADAS |
|--|----------------------------------|---|
| GAL (2010) | 1 | 2*(Dirigente/ Técnico) |
| ADRL (2010) | 1 | 1 (Dirigente) |
| MDA (2011) | 1 | 1 (Articulador Territorial) |
| COOESPERANÇA (2009- 2011) | 3 | 1 (Dirigente) |
| COOESPERANÇA (2009) | 6 | 12* (Propriedades), Geralmente o casal dono da propriedade |
| COOESPERANÇA (2009) | 1 | 1 (Ponto de Comercialização-administrador) |
| COPERTERRA (2009- 2011) | 2 | 3 (Dirigente/ Técnicos) |
| COPERTERRA (2009) | 7 | 14* (Propriedades, (geralmente o casal dono da propriedade) |
| COPETEC (2009- 2011) | 2 | 10* (Corpo Técnico) |
| SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DE TUPANCIRETÃ. (2009) | 1 | 1 (Secretário) |
| SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SANTAMARIA (2011). | 1 | 1 (Secretário) |
| Total | 23 | 47 |

*Entrevistas em grupo onde mais de uma pessoa contribuía nas respostas.

Quadro 2 – Entrevistas formais.

Elaboração: Suelen de Leal Rodrigues

Além das entrevistas formais representadas no Quadro 2, foram realizadas várias de caráter informal com os agricultores, tendo como finalidade agregar maior detalhamento e entendimento à pesquisa.

Na coleta de evidências, também foi utilizada a técnica da observação direta e participante, porém, possuindo um caráter assistemático, ou seja, uma observação não planejada. Essas técnicas foram utilizadas em vários momentos de contato com a realidade estudada, através de visitas e da participação em reuniões que contavam com a presença de dirigentes das cooperativas, de movimentos sociais e de representantes políticos municipais.

O Quadro 3 mostra a totalidade das estratégias de investigação utilizadas na pesquisa e as etapas onde foram empregadas.

| Fontes de evidências | Definição e exemplos | Etapas onde foram aplicadas |
|----------------------|--|---|
| Documentação | <p>Cartas, memorandos, agendas, avisos, minutas de reuniões, relatórios escritos de eventos em geral</p> <p>Documentos administrativos – propostas, relatórios de avaliação e ou outros documentos internos;</p> <p>Estudos ou avaliações formais do mesmo local sob estudo.</p> <p>Recortes de jornais e outros artigos que aparecerem na mídia de massa ou em informativos de determinadas comunidades</p> | <p>- Contexto histórico das políticas de desenvolvimento rural, (Programa Leader e Territórios da Cidadania);</p> <p>As circunstâncias em que ocorreu a formação das cooperativas;</p> <p>- Dimensão temporal de uma rede;</p> |
| Entrevistas | <p>Semiestruturada – questões abertas, fechadas, e de múltipla escolha.</p> <p>Não estruturada (formal, informal) – questões abertas</p> | <p>- As circunstâncias em que ocorreu a formação das cooperativas;</p> <p>-O intercâmbio entre as instituições governamentais, cooperativas, e agricultores;</p> |
| Observações | <p>Direta – seria o ato da visita de campo ao local escolhido para o estudo.</p> <p>Participante - consiste em uma modalidade especial de observação na qual você não é apenas um observador passivo.</p> | <p>- Motivações ou intenções dos agricultores em se organizar sob forma cooperativa;</p> <p>- Os principais aspectos ambientais, econômicos e socioculturais, das unidades produtivas integradas às cooperativas.</p> <p>-Grupos de Ação Local da Abordagem Leader/Portugal atual Proder e Associações de desenvolvimento local;</p> <p>- Dimensão Organizacional e Espacial da rede.</p> |

Quadro 3 – Fonte de Evidências e suas respectivas aplicações.

Elaboração: Suelen de Leal Rodrigues

Portanto, de acordo com o esquema apresentado no Quadro 3, as diversas técnicas utilizadas pela pesquisa se complementam e muitas foram realizadas simultaneamente, o que justifica a denominação do emprego de uma metodologia mista.

Esclarecendo a leitura geográfica do Programa Territórios da Cidadania, a próxima seção apresentará uma leitura geográfica da construção e entendimento do território e da rede contrapondo a visão governamental.

2.2. A Construção do território e a função da rede geográfica

O programa Territórios da Cidadania é um instrumento de intervenção estatal concretizado por práticas espaciais.

As práticas espaciais exercidas pela sociedade, no entendimento de Corrêa (2008, p. 35) são “[...] um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais”. São ações que contribuem para a organização, existência e reprodução espacial.

O processo percorrido pelas práticas espaciais segundo Moreira (2007) seria dividido em três momentos montagem, desenvolvimento e desdobramento.

A montagem seria o passo inicial da organização espacial da sociedade, nela ocorrem os processos de seleção dos lugares, onde a paisagem natural se torna humanizada. Portanto, a análise espacial de um fenômeno do espaço ao território inicia-se pela descrição da paisagem¹³ e se desdobra pelos princípios lógicos de localização, distribuição e extensão.

O segundo processo é o desenvolvimento e está relacionado às práticas da tecnificação, diversidade, unidade, tensão, negatividade, hegemonia, recorte, escala e reprodutibilidade. A tecnificação seria os meios utilizados para a ambientalização e enraizamento, a diversidade por sua vez resulta dos distintos gêneros de vida formados a partir da seletividade e tecnificação; a unidade decorre do enraizamento de uma sociedade em prol de uma amenidade natural, identidade cultural ou política. Aqui a paisagem adquire um caráter analítico que transcende a forma, pois se ela reflete os gêneros de vida¹⁴, é imbuída de significados culturais, portanto, significa forma e conteúdo. Temos uma paisagem gerada pelo enraizamento, tensão e negatividades simultaneamente imprimindo os gêneros de vida.

Partindo da predominância da unicidade ou da diversidade ocorre o recortamento espacial das hegemonias, no caso o território.

¹³ A paisagem foi uma das categorias centrais dentro da Escola Funcionalista, pois a partir da sua descrição, buscava-se a identificação e caracterização dos lugares. “[...] landschaft tanto significa uma porção limitada da superfície da terra que possuía um ou mais elementos que lhe davam unidade, como a aparência da terra tal como era percebida por um observador” (SALGUEIRO, 2001, p. 40). O caráter analítico da paisagem na escola funcionalista é morfológico, ou seja, a paisagem é vista como um conjunto de formas materializadas da relação homem x meio. O espaço por sua vez é entendido sob a visão Hartshorniana como absoluto, receptáculo das práticas sociais. E o território para Ratzel seria o espaço politicamente delimitado.

¹⁴ No final do século XIX e início do século XX na Escola francesa com Paul Vidal de La Blache as categorias valorizadas na geografia foram a paisagem e a região. O conceito de Gênero de Vida que seria “o conjunto articulado de atividades que, cristalizadas pela influência do costume, expressam as formas de adaptação, ou seja, a resposta dos grupos humanos aos desafios do meio geográfico” (ANDRADE, 1987, p. 71).

O território é o recorte espacial a partir do qual os sujeitos/categorias dos fenômenos se posicionam diante de termos da hegemonia ou coabitação determinados pela dialética da localização – distribuição. Pode ser o território de um sujeito, como ocorre no espaço da alteridade. E pode ser o território de um sujeito hegemônico, quando sobreposto aos territórios dos sujeitos hegemônizados, como no espaço da centralidade (MOREIRA, 2007, p. 90-91).

A escala seria o entrecruzamento dos recortes de domínio é o escopo da análise espacial e reflete conteúdos da hegemonia, uma vez que quem determina as escalas geralmente são os grupos hegemônicos.

O progressivo avanço das formas capitalistas de produção acentuou a última fase das práticas espaciais apontadas por Moreira (2007) é a fase do desdobramento espacial gerado mobilidade, compressão, urbanização, fluidificação, hibridismo e sócioidensidade.

A mobilidade implica na dinâmica de territorialização de trocas e distribuição de fluxos de matéria e energia, acentuada com a evolução dos transportes e meios de comunicação. A urbanização, acelerada pelo avanço da mobilidade, implicou na saída de grandes contingentes populacionais de seu lugar de origem a se reterritorializarem em áreas urbanas. A compressão é gerada pelo acúmulo de meios técnicos presentes nas áreas urbanas, este acúmulo intensifica a velocidade e as trocas de matéria e energia, gerando uma maior fluidez, que implica na dissolução das fronteiras “arrumando em rede o espaço que vai resultando desse redesenho” (MOREIRA, 2007, p.97). Como consequência da fluidez, o hibridismo implica na mistura de elementos e signos das mais diversas culturas, o que leva a uma socioidensidade que avança por todas as extensões espaciais. Por fim tem-se um processo ininterrupto de reestruturação do espaço, decorrente da necessidade de se encontrar formas de absorver coisas novas. A Figura 5 simplifica esse processo.

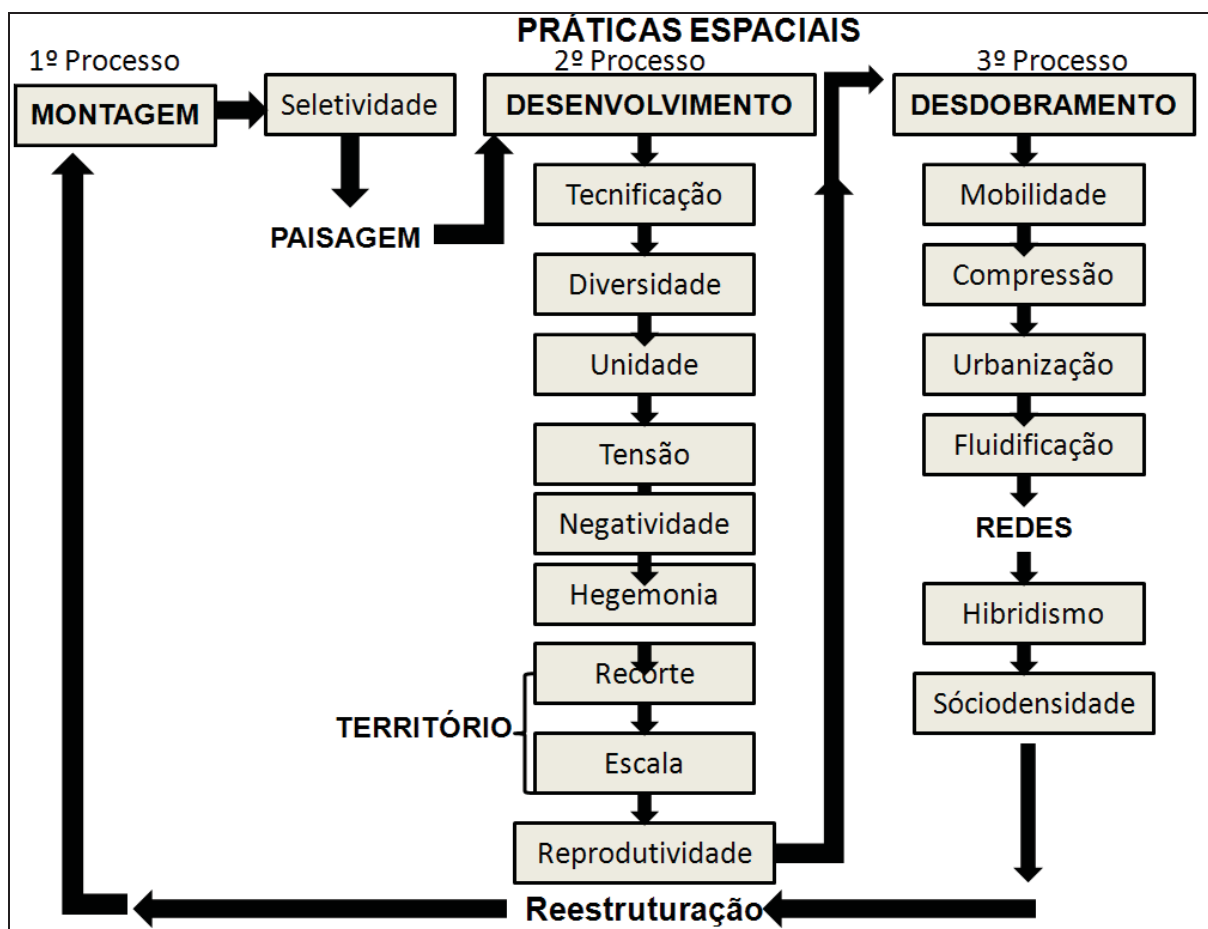


Figura 5 – Percurso espacial das práticas sociais.

Elaboração: Suelen de Leal Rodrigues

A partir desta sistematização foi traçado o entendimento das práticas espaciais. O primeiro processo, a montagem, constrói a paisagem, o segundo, que seria o desenvolvimento ao ser delimitado cria o território e o terceiro, caracterizado pelo desdobramento, ao ganhar fluidificação gera a rede como elemento dinâmico do território, por fim temos a retroalimentação ou reestruturação do sistema de práticas espaciais.

Historicamente as primeiras noções de território surgem no século XV, em alusão aos processos políticos de denominação e à formação das Cidades-Estados gregas (século XIII), e cidades italianas medievais Florença, Gênova, Pisa, Milão e Veneza.

O entendimento de território estaria associado apenas à jurisprudência e soberania estatal. Na obra de Kelsen (1999) *Teoria Pura do Estado*, o território, juntamente com a população e o poder são os elementos constituintes do Estado. Para Kelsen:

O território do Estado é um espaço rigorosamente delimitado. Não é um pedaço, exatamente limitado, da superfície do globo, mas um espaço tridimensional ao qual pertencem o subsolo, por baixo, e o espaço aéreo por cima da região compreendida dentro das chamadas fronteiras do Estado (KELSEN, 1999, p. 201).

Em síntese a compreensão do território de um Estado seria um domínio espacial entendimento aceito e propagado pela Geografia Tradicional que atribuiu ao território apenas o sentido jurídico estatal.

A renovação do conceito de território, como categoria analítica, ganha força a partir de 1970, no contexto de uma Geografia crítica. As mudanças externas no âmbito político e econômico criaram uma nova complexidade sócioespacial, que exigiu um repensar da ciência geográfica até este momento ausente nas reflexões a cerca da atuação da força do capital, das ações do Estado e dos conflitos sociais. Neste momento, a Geografia foi chamada a buscar uma renovação dos seus métodos de análise. Para Saquet (2007) a obra de David Harvey, *Explanation in Geography* (1969), *A justiça social e a cidade* (1973), em conjunto com a obra de Giuseppe Dematteis *Rivoluzione quantitativa e nova Geografia* (1970) podem:

[...] ser consideradas clássicas na superação da geografia positivista e neopositivista, tanto pela discussão teórica- metodológica como pela compreensão relacional do espaço geográfico e do território (SAQUET, 2007, p. 44).

Saquet (2007) quando traça as abordagens e concepções do território, expõe que Magnaghi (1976) foi um dos pioneiros da visão do território numa abordagem plural e renovada. Este mostrou em sua obra a organização social e espacial de trabalhadores em contrapartida a organização territorial do capital. Claude Raffestin também se destaca nesse processo de renovação do território, atribuindo a ideia de pluralidade de poderes na constituição territorial.

Para Haesbaert (2002), as concepções de território no geral se agregam em duas grandes abordagens distintas entre si, no entanto, que se complementam. A primeira que valoriza o território com base naturalista e outra onde o território é etnocêntrico, ligados a aspectos de ordem subjetiva. Neste sentido, os processos de territorialização e desterritorialização abrangem uma esfera simbólica, efetivada por grupos sociais e um aspecto físico materializado através das práticas sociais e da

técnica. São processos constantes que envolvem aspectos políticos, econômicos e sociais, ou seja, elementos materiais e imateriais em constante interação.

Na Geografia, segundo observações de Haesbaert (2007) existe uma dicotomia entre território atribuído a ideia de territorialização e a rede estando ligada a desterritorialização. O Quadro 4 é uma sistematização realizada por Haesbaert (2007) das referências conceituais de território e de rede.

| Território | Rede |
|-------------------------------------|---|
| Intrínseco | Extrínseca |
| (Mais introvertido) | (Mais extrovertida) |
| Centrípeto | Centrífuga |
| Áreas superfície delimita (limites) | Pontos (nós) e linhas Rompe limites (fluxos) |
| Enraizamento | Desenraizamento |
| Mais estável | Mais instável |
| Espaço areolar (habitação) | Espaço reticular (circulação) (Berque, 1982) |
| Espaço de lugares | Espaço de fluxos (Castels, 1996) |
| Métrica topográfica | Métrica topológica não euclideana (J, Lévy, 2003) |

Quadro 4- Visão dicotômica Território- Rede

Fonte: Haesbaert (2007)

A visão de território está atrelada a ideia de limites, tanto na esfera de entendimento político jurídico quanto na leitura geográfica. A renovação do entendimento de território para Geografia não refuta a ideia de limite, mas destaca que esses limites nem sempre são materiais e podem ser etnocêntricos e imateriais, ligados a poderes inerentes nas relações sociais e que, portanto, não estão centralizados apenas Estado.

Esta pesquisa adota o conceito de território de acordo com as concepções de Raffestin (1993, p.144). De acordo com o autor, o território [...] “é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação e que por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder”. O território está imbuído nas relações sociais e, dessa forma, possui um caráter que transcende o poder estatal. A ideia de poder utilizada por Raffestin (1993) tem por referência Foucault (1979) que menciona as distintas formas de poder, desde o Estado até aquele que se estabelece nas relações sociais cotidianas de controle e dominação do homem e das coisas.

A propagação do poder presente no território é possível através das redes. Defendendo o papel da rede como propagadora do poder e conseqüentemente do desenvolvimento, a seção seguinte mostrará como o poder flui pelo território.

2.3. A fluidez do poder

A definição de poder adotada pela pesquisa tem por base as observações de Foucault (1979), que entende o poder como essência construída pela sociedade historicamente. Assim, o Estado não é o órgão central e único do poder, pois ele tem existência própria sendo efetuado pelas relações sociais.

O trabalho de Foucault (1979), ao destacar a existência do poder nas diversas relações sociais, foi referência para o estudo de Raffestin (1993), que concorda que o território encerra diferentes poderes¹⁵ e que “toda relação é o ponto de surgimento do poder” (RAFFESTIN, 1993, p.53).

Uma categoria indicada para a análise do poder seria a rede como conceito trabalhado na geografia é entendida por Moreira (2007) como sub-categoria do território. Raffestin (1993, p.157) entende que a rede seria o elemento de análise do poder, pois “toda rede é uma imagem do poder ou, mais especificamente, do poder do ou dos atores dominantes”.

A fluidez do poder passa por canais sutis e ambíguos “porque cada um de nós é, no fundo, titular de certo poder e, por isso, veicula o poder” Foucault (1979, p. 160). O poder é a informação e a energia que perfazem todas as relações sociais presentes nos sistemas socioculturais e na combinação territorial.

O poder deve ser analisado, segundo Foucault (1979):

[...] como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão (FOUCAULT, 1979, p. 183).

Dessa forma, considerando que, dentro do sistema territorial, o poder flui pela rede, é através da rede que o desenvolvimento se propaga de forma eficiente.

¹⁵ No entendimento de Raffestin (1993), o poder se esconde atrás do Poder nome próprio. O poder está intrínseco em todas as relações e o Poder seria aquele delimitado pelos aparelhos complexos que encerram o território.

A fluidez do poder ocorre através de redes materiais e imateriais e, no ambiente cooperativo, não é diferente, pelo contrário, a prática cooperativa estimula a solidariedade de ações para apropriação e fluidez de poder. A eficácia nas ações cooperativas estaria nas suas redes sociais e econômicas que refletem o poder de suas ações. Para mostrar o papel da rede nas relações sociais a próxima seção aprofundará a discussão a respeito das redes.

2.3.1. A rede e as relações sociais

Na atualidade, a “rede reaparece como instrumento para viabilizar estas duas estratégias: circular e comunicar”. (DIAS, 1995, p. 147). Para Castells (1999, p. 565), as “Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica das redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos de experiência, poder e cultura”.

No processo das práticas sociais, ela dá fluidez material e imaterial, seja a partir de produtos ou de informações. A rede geográfica é um instrumento de ligação e circulação, a partir da qual, o princípio da colaboração pode gerar maior eficiência para o conjunto. Portanto, a definição de rede geográfica adotada pela pesquisa é a de Correa (2001, p. 109), “como qualquer materialidade social, produtos e condições sociais”. A rede seria uma construção social onde o poder circula e se propaga é uma imagem móvel do poder, pois quando a rede encerra seu circuito ela forma um território.

A mobilização social em redes transforma o espaço, segundo Scherer-Warren (2006):

Las redes de movimientos sociales ... van constituyéndose en un proceso dialógico: a) de identificaciones sociales, éticas, culturales y/o político-ideológicas, es decir, ellas forman la identidad del movimiento; b) de intercambios, negociaciones, definiciones de campos de conflicto y de resistencia a los adversarios y a los mecanismos de discriminación, dominación o exclusión sistémica, o sea, definen a sus adversarios; c) con vistas a la transposición de los límites de esta situación sistémica en dirección de la realización de propuestas o proyectos alternativos, es decir, establecen sus objetivos, o construyen un proyecto para el movimiento (SCHERER-WARREN, 2006, p.79).

As redes derivadas da organização social, ou seja, as redes sociais surgem de um processo que valoriza a integração coletiva de atores sociais que possuem em comum algum elemento de sociabilidade, de espacialidade ou de identidade (SCHERER-WARREN 2003).

A sociabilidade decorre dos vínculos cotidianos da família, da amizade e dos grupos identitários locais, que, interpenetrados pelas redes globais, constroem novas identidades, “por exemplo, uma associação de bairro, ou uma ONG local, podem retratar a dimensão cultural, as raízes históricas locais da comunidade participante, bem como a dimensão política da proposta associativista em curso” Scherer-Warren (2003, p. 32). No caso das cooperativas analisadas pela pesquisa, identificou-se, em suas esferas organizacionais, que seus atores sociais estão unidos por laços de sociabilidade, seja por vínculos de amizade ou de parentesco.

Referente à espacialidade, ela é a abrangência da rede em termos de espaço, um problema comunitário poderá ganhar conhecimento planetário ao se conectar com outras organizações que lutam pelas mesmas causas, esse tipo de rede deve formar vários elos a fim de que haja solidariedade entre elas.

Nos exemplos cooperativos da pesquisa, estão a Cooesperança, que, a partir de suas feiras, com destaque para a Feira do Cooperativismo e da Economia Solidária, em termos espaciais, abrange todas as regiões do país e países da América Latina¹⁶, e o 1 Fórum Social Mundial e a 1 Feira Mundial de Economia Solidária, que contaram com delegações internacionais de todos os continentes, unidos em defesa da construção de uma economia solidária.

A Copetec e a Coperterra, por sua vez, a partir do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ganham dimensão nacional de suas causas, considerando a influência do movimento, presente em todas as regiões brasileiras.

Além do espaço, as redes também possuem um nível de expressividade temporal que poderá estar ligado ao passado (tradição e indignação) e ao presente, remetendo ao protesto e à solidariedade.

A Cooesperança foi fundada em 1989, no entanto sua idealização ligada ao Projeto Esperança remete ao ano de 1987. Sua expressividade temporal na região de Santa Maria é, então, de vinte e quatro anos. A Copetec iniciou suas atividades,

¹⁶ Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Bolívia.

no Rio Grande do Sul, em 1996, e, em Tupanciretã, em 2001. A Coperterra foi fundada em 2002. Ou seja, trata-se de cooperativas com trajetórias de, no mínimo, dez anos.

Por fim Scherer-Warren (2003) fala dos grupos identitários através das manifestações simbólicas massivas e comunidades virtuais identitárias. O primeiro ligado a manifestações de cunho econômico, religioso, étnico ou nacionalista; e o último relacionado com a estratégia de continuidade e de manutenção dos movimentos na esfera global, através do espaço cibernético. Na análise de Scherer-Warren, é possível serem enquadradas as cooperativas pesquisadas no primeiro caso, ligado às manifestações tanto da Cáritas Diocesana de Santa Maria quanto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A literatura de redes sociais especialmente no campo da economia e sociologia está valorizando a importância sobre a criação de laços sociais ligados a espacialidade e à noção de enraizamento. Sendo a rede uma categoria analítica da Geografia entendida nessa pesquisa como elemento construído socialmente que constituiu o território, mas sobre tudo transcende o mesmo através de sua fluidez. A criação de laços ou elos nas redes sociais é analisada sob uma perspectiva de desterritorialização e territorialização. No momento que a Coesperança, Copetec e Coperterra agregam novos grupos sociais elas produzem processos de desterritorialização, ampliando sua esfera espacial através da rede e ao mesmo tempo territorializam novos espaços.

Os laços que unem as redes sociais têm diferentes objetivos e o ativo que constrói esses laços estaria ligado a ideia de capital social. Ao tratar da elasticidade do termo de capital social, Vale (2007) apresenta as principais abordagens sobre o tema. A primeira se refere ao capital social como um ativo individual e a segunda como um recurso coletivo.

Dentro da visão de apropriação individual do capital social, temos as observações traçadas por Bourdieu que define o capital social da seguinte forma:

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-relacionamento ou, em outros termos, a vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo

observador, pelos outros ou por eles mesmo), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. (BOURDIEU, 1998, p. 67).

Abordando de maneira distinta o capital social, no entendimento de Coleman o capital social seria um bem coletivo que beneficia o grupo como um todo. Analiticamente Coleman no entendimento de Aquino (2000) afirma que o sistema social só é compreendido pelo seu conjunto e não por singularidades, no entanto, enfatiza a importância da análise social ir do seu nível macro até o nível de seus atores. Nas palavras de Coleman (1988):

Social capital is defined by its function. It is not a single entity but a variety of different entities, with two elements in common: they all consist of some aspect of social structures, and they facilitate certain actions of actors – Whether person or corporate actors – within the structure. Like other forms of capital, social capital is productive, making possible the achievement of certain ends that in its absence would not be possible (COLEMAN, 1988, p. 98).

As noções de capital social amplamente se difundiram com Putnam, quando o mesmo retrata o engajamento cívico de comunidades de Florença, Bolonha e Génova. O referido autor entende o capital social dentro de uma perspectiva coletiva que envolve “such as trust, norms, and networks, tend to be self-reinforcing and cumulative. Successful collaboration in one endeavor builds connections and trust-social assets that facilitate future collaboration in other, unrelated tasks” (PUTNAM, 1993 s/n).

A definição de Putman equipara o capital social ao financeiro em termos de acumulação de benefícios imateriais que atribuem coesão e recursos para obtenção de benefícios que sozinhos os atores sociais não conseguiriam. Sauborin (2009) ao interpretar Sen (1999) afirma:

Que o interesse do capital social se justifica segundo uma lógica utilitarista claramente associada à eficácia, no que diz respeito à cooperação e coordenação das transações econômicas. Por extensão as relações humanas (proximidade, interconhecimento em rede etc) e os processos de organização incentivados, na medida em que possibilitam reduzir custos de transação, informação, inovação e saberes) e desenvolver capacidades. (SAUBORIN, 2009, p. 253).

Direcionando aos casos empíricos da presente pesquisa, as organizações cooperativas agregam agricultores familiares que juntos atuando em uma rede de ações solidárias, fortalecem o seu capital. Fortalecidos conseguem benefícios sociais e econômicos através de políticas públicas que sozinhos não conseguiriam, no exemplo trabalhado pela pesquisa seria o acesso aos benefícios do programa.

Para Vale (2007) o ponto de convergência entre as concepções de capital social “trata-se da noção de capital como recurso de natureza relacional, associado a redes de interação e conexão, e como tal capaz de beneficiar um grupo ou indivíduo que nelas se insira” (VALE, 2007, p. 66), entendimento adotado pela presente pesquisa.

A partir da definição de capital relacional Valle (2007) trabalha a concepção de laços fortes e fracos dentro do capital social. A rede densa dentro do capital estaria ligada a laços ou conexões mais coesas de confiabilidade, onde o fator de enraizamento ganha mais força. O processo de territorialização é mais forte e ao mesmo tempo fechado criando muitas vezes barreiras a inserção de conexões externas, de elementos materiais e imateriais, ou seja, dificultando a circulação de informação e energia no sistema territorial.

Analisando sob essa perspectiva a rede se fecharia e perderia seu princípio de fluidez criando o que Haesbaert (2007) chama de território-zona. Um grupo étnico ou religioso ao potencializar seus laços identitários pode se fechar e pouco inovar no sentido de criar novos laços com comunidades diferentes. Assim uma rede pode causar exclusão assim como território, mas o seu potencial de fluidez favorece a uma menor concentração espacial de poder, no caso do exemplo abordado por esta pesquisa seria um elemento que desconcentra as ações do Programa Territórios da Cidadania através da rede social das cooperativas, que buscam não apenas favorecer seus integrantes, mas, sobretudo criar elos com outras organizações.

É através de vínculos externos que a transformação se processa, considerando o capital social um ativo construído pelas relações sociais de um grupo, o mesmo deve buscar fortalecer os laços para sua permanência ao mesmo tempo abrir laços externos para a entrada de informações que alimentarão a uma transformação progressiva em busca de benefícios. A rede forma o território ao mesmo tempo em que o fluído de informação e energia que percorre por ela está em constante transformação e ao estabelecer novas conexões forma novas territorializações.

O capital social no contexto atual é um ativo amplamente estimulado pelas novas concepções de desenvolvimento que tem por base atributos que transcendem a valoração econômica. Órgãos como World Bank e o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) se apropriam da concepção de capital social para traçar suas metas de desenvolvimento, propagando essa concepção para diversos países, que incorporaram essa estratégia. No próximo capítulo será realizado um panorama do desenvolvimento dando destaque para as estratégias desenvolvimento rural.

3. DESENVOLVIMENTO RURAL: do setorial ao territorial

O presente capítulo trata do conceito de desenvolvimento rural, o contexto histórico das políticas e dos programas de desenvolvimento rural no Brasil e no âmbito internacional. No decorrer de suas seções, foi contextualizado o surgimento da abordagem territorial do desenvolvimento, a construção da Abordagem LEADER (Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural) e sua respectiva influência para políticas de desenvolvimento rural no Brasil.

No sentido etimológico desenvolver significa fazer crescer, prosperar, gerar, produzir, mas a questão está centrada no objeto da ação, ou seja, o que é prioritário, ou o que precisa ser prosperado. Segundo Wijnenbekg (1967, p. 70) “a essência do problema é que desenvolvimento tem muitos significados científicos, dependendo do contexto social, experiências intelectuais e fins políticos” Para Gómez (2006), desenvolvimento:

[...] configura-se pela rede de saberes, de práticas e de poderes que aglutina. Saberes que se concretizam nos objetos, conceitos, teorias etc. que a ele se referem e que ele produz. Práticas em que se materializam esses saberes. Poderes que o sustentam, por meio de instituições políticas, acadêmicas, econômicas etc (GOMÉZ, 2006: 36).

De acordo, portanto, com os fins políticos e como os poderes envolvidos são organizadas, concretizadas e sustentadas, concepções de desenvolvimento. O desenvolvimento para Veiga

[..] não é portanto, um dom adquirido por certos países, regiões ou grupos sociais, definitivo e acabado, mas sim uma construção social sujeita a mudanças conflitos, compromissos, diferentes representações políticas e culturais, que podem conduzir num ou noutro sentido (VEIGA, 2005, p. 68).

As definições de desenvolvimento diferem de um contexto sócio - econômico para outro, fato que se estende para a construção das políticas e programas de desenvolvimento.

O entendimento de desenvolvimento no meio rural possui uma vertente agrícola amplamente difundida sob a justificativa de que o desenvolvimento planejado de forma exógena e direcionado apenas ao econômico seria suficiente para gerar uma melhoria social. Paradigma que entrou em declínio a partir da década de 1970, através da constatação de sua incapacidade de gerar melhorias sociais e a emergência de problemas de ordem ambiental.

A segunda vertente de desenvolvimento voltado para rural defende a estruturação de um modelo descentralizado e plural que busca equilibrar o desenvolvimento social e econômico observando a preservação dos recursos naturais. A difusão dessa visão de desenvolvimento permite uma visão mais abrangente de desenvolvimento

Para Navarro

Desenvolvimento rural, portanto, não se restringe ao “rural estritamente falando” – famílias rurais e produção agrícola – nem exclusivamente ao plano das interações sociais, também principalmente rurais – comunidades, bairros e distritos rurais, por exemplo –, mas necessariamente abarcam mudanças em diversas esferas da vida social as quais, se têm por limite mais imediato de realização o município, podem estender-se para horizontes territoriais mais extensos [...] (NAVARRO, 2001, p. 2001).

Ao abordar o desenvolvimento para o meio rural Veiga (2005), elabora um quadro referencial das características que marcam o desenvolvimento rural de cunho econômico exógeno e o desenvolvimento com base endógena, que transcendem os aspectos econômicos. A partir do Quadro 5 temos a esquematização de Veiga:

| DIMENSÕES | MODELO DE DESENVOLVIMENTO RURAL EXÓGENO | ABORDAGENS DE DESENVOLVIMENTO RURAL ENDÓGENAS |
|---|---|---|
| Princípio chave | Economia de escala e concentração | Recursos específicos de uma área: humanos, naturais, culturais |
| Força dinâmica | Pólos de crescimento urbano. As principais forças de desenvolvimento concebidas como exteriores às áreas rurais | Iniciativa local empresa |
| Sentido da dinâmica | A partir de cima (top-down) Paradigma funcionalista | A partir de baixo (botton-up). Paradigma territorialista |
| Funções das áreas rurais | Alimentos e outras produções primárias para expandir a economia urbana | Economia de serviços diversos |
| Problemas de desenvolvimento rural | Baixa produtividade e acessibilidades | Capacidade limitada de grupos sociais para participar na atividade econômica e no desenvolvimento |
| Alvos do desenvolvimento rural | Industrialização da agricultura e especialização. Encorajamento da mobilidade do trabalho e capital | Construção de capacidade (formação profissional, instituições e infraestruturas). Ultrapassar a exclusão social |
| Relações com o ambiente | Crescimento econômico | Sustentabilidade conseqüências distributivas do desenvolvimento |

Quadro 5 – Modelos e abordagens do desenvolvimento

Fonte: Adaptado por Veiga (2005) de Lowe et.al.

O desenvolvimento caracterizado como exógeno foi o único modelo aplicado no Brasil até a década de 1990. De forma incipiente nos primeiros anos dessa década foram delineadas políticas que se desdobraram em importantes mecanismos que propiciaram a construção de uma política mais descentralizada e voltada ao desenvolvimento local, posteriormente designado como territorial.

3.1. Contexto brasileiro das ações de desenvolvimento rural

No Brasil, somente após a abolição do trabalho escravo (1888) e da formação da república (1889), é que se pode falar de uma política nacional destinada ao setor agrícola, com investimentos que favoreceram uma tímida diversificação da produção, até o momento centrada na cana-de-açúcar (BESKOW 2001). Do início da república (1889) até o início da primeira Guerra mundial, em 1914, a produção da cana-de-açúcar perdeu espaço para a produção e para a exportação do café,

facilitadas por meio do Convênio de Taubaté 1906¹⁷. Em menor escala, tinha-se a extração da borracha e a produção do cacau, produtos destinados apenas à exportação. O mercado interno de produtos alimentícios era pequeno, havendo grande demanda para sua importação. Com o início da primeira guerra, as importações de produtos alimentícios diminuíram, bem como a demanda de exportações, favorecendo a criação de um mercado interno.

O sistema de crédito rural simbolicamente foi criado ainda no período imperial, porém sem efetivação, assim como o Ministério da Agricultura, que foi extinto em 1892 e ressurgiu quatorze anos mais tarde como Ministério da Agricultura, da Indústria e do Comércio (BESKOW 2001).

Mueller (1982), ao tratar da formulação das políticas agrícolas no Brasil, expõe que, no período anterior à grande depressão de 1929, o principal setor deliberativo era a “combinação central”, onde predominavam “[...] setores agrários, especialmente ligados a produção e exportação do café. Esses setores controlavam a política econômica, fazendo com que a mesma fosse conduzida no sentido de maximizar sua posição de curto- prazo” (Ibid 1982, p.112).

No entanto, após a crise de 1929, ocorre um direcionamento na política agrícola brasileira. Inicialmente o Governo Provisório e Institucional¹⁸ criou mecanismos para sustentar o preço das exportações, ao mesmo tempo em que também aumentou os recursos destinados a produtos alimentares, de maneira a diminuir importações e articular um mercado interno. Além disso, o setor agroexportador passou a transferir capitais para o urbano industrial, em ascensão no país.

A partir de 1937, sob a gestão do Estado Novo, ocorre uma ruptura com o posicionamento adotado pelos governos anteriores no que se refere à política agrícola, conforme Beskow (2001):

- 1) a suspensão total do pagamento da amortização da dívida externa e de seu serviço; 2) a reintrodução pelo Banco do Brasil do monopólio

¹⁷ O Convênio de Taubaté foi um acordo firmado durante o governo do presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906), visando instituir uma política de valorização do café.

¹⁸ Beskow (2001, p.93) subdividiu sua análise da evolução das políticas agrícolas em três fases: 1) a do Governo Provisório, de 1930 a 1934, compreendendo um subperíodo que vai de novembro de 1930 a setembro de 1931 - correspondente à gestão de José Maria Whitaker no Ministério da Fazenda -, e que termina em 1934, tendo como ministro Osvaldo Aranha; 2) a do Governo Constitucional, entre 1934 e 1937; e 3) a do Estado Novo, de 1937 a 1945.

cambial e do licenciamento de importações; e 3) o abandono da política, seguida desde o início do século, de sustentação dos preços do café, acompanhado da redução do imposto de exportação incidente sobre o produto [...] (BESKOW, 2001, p. 96-97).

Portanto, através de uma autarquia que direcionou o desenvolvimento econômico do país, o sistema agroexportador e sua oligarquia rural perdem forças favorecendo o setor industrial, que desponta com auxílio de medidas do governo federal e de acordos¹⁹ estabelecidos com os Estados Unidos para subsídio da dívida externa e do financiamento de vendas para o Brasil.

Retomando o trabalho de Mueller (1982), mediante tais medidas de favorecimento do setor industrial, o setor da “combinação central” que deliberava às políticas agrícolas sofre mudanças.

Os setores cafeeiros e outros setores rurais perderam sua posição relativa nesse grupo e subiram os setores associados ao processo de industrialização – grupos industriais privados (nacionais, estrangeiros, grupos financeiros e, com o crescimento da participação direta do governo em atividades produtivas, executivos de empresas estatais (MUELLER, 1982, p. 113).

Instituído o setor industrial, a agricultura de exportação precisava ser modernizada para sucintamente liberar mão de obra e criar divisas, que seriam transferidas ao setor não agrícola. À agricultura interna, caberia o papel de fornecer alimentos baratos aos centros urbanos.

O processo de modernização da agricultura se estruturou sob a égide de que o campo atrasado, ao modernizar suas formas produtivas, geraria o bem-estar social. Na ótica liberal, o “desenvolvimento” ganhou conotação de desenvolvimento econômico, ou melhor, crescimento econômico que pode ser medido, por exemplo, por padrões de consumo, fatores largamente difundidos pelo padrão produtivo Fordista²⁰.

Dessa maneira, no entendimento de Navarro (2001):

¹⁹ Missão Aranha de 1939, visualizando a possibilidade de acesso a empréstimos governo a governo e iniciando uma estratégia “associada” de desenvolvimento industrial (FIORI 1988 apud BASTOS 2004, p.3).

²⁰ [...] (modelo econômico de desenvolvimento regime de acumulação) fundamentou-se em uma produção industrial estandardizada, apoiada num consumo de massa-que permitiu o desenvolvimento da produção em massa, e em seu estabelecimento com ajuda de forte intervenção do Estado visando regular a demanda efetiva em virtude do crescimento da produção (BENKO, 2002, p.28).

A transformação social e econômica - e a melhoria do bem-estar das populações rurais mais pobres - foi entendida como o resultado "natural" do processo de mudança produtiva na agricultura. Este último foi meramente identificado como a absorção das novas tecnologias do padrão tecnológico então difundido, acarretando aumentos da produção e da produtividade e, assim, uma suposta e virtuosa associação com aumentos de renda familiar, portanto, "desenvolvimento rural" aumento de renda e melhoria nos índices sociais (NAVARRO, 2001 p. 84).

Imbuídos pelo discurso de que é necessário modernizar o campo, os funcionalistas americanos criaram, então, programas especiais de assistência técnica e de extensão rural, que deram origem ao processo conhecido como Revolução Verde. Para Costabeber (1998), é a única revolução que faz jus a tal denominação devido sua velocidade e escala, pois, em poucos anos, inúmeras tecnologias que afetam o solo, as águas e as plantas foram criadas e difundidas no mundo como a salvação para superar as restrições impostas pela natureza e diminuir o déficit alimentar.

A Revolução Verde, dentro desse contexto, integrou um programa de inovações mecânicas e biológicas, através de uma difusão internacional de técnicas que buscavam uma maior homogeneização da produção agrícola, no sentido de promover o crescimento da produtividade das safras. O processo de implantação de inovações técnicas no todo acarretou ganhos produtivos espetaculares, transformando a economia política da agricultura e do sistema agroalimentício. Nas palavras de Gómez (2006):

A Revolução Verde expande o capitalismo para o meio rural, submetendo-o à lógica industrial que dominava a economia, nos anos 1950 e 1960, e servindo para aumentar os índices de crescimento econômico, a partir do setor agrário. Ao mesmo tempo, o processo de desenvolvimento se desdobra em mecanismos de controle social, nessa continuidade "amigável" que existe entre economia e controle e entre controle e economia (GÓMEZ, 2006, p. 186).

A intervenção estatal foi decisiva para a difusão das tecnologias da modernização da agricultura. As políticas e os programas de subsídio sempre deixaram de lado a pequena produção e favoreceram as monoculturas

exportadoras. A concessão de crédito era condicionada para investimento ou financiamento de fertilizantes, adubos químicos e maquinário.

Segundo Weid (2006, p. 18):

Os recursos de custeio eram somente liberados caso se destinassem à aquisição de pacotes tecnológicos compostos por fertilizantes solúveis, agrotóxicos e variedades comerciais desenvolvidas para responder ao emprego intensivo dos agroquímicos. Os financiamentos para investimento eram destinados fundamentalmente à compra de máquinas e equipamentos para o manejo agrícola (WEID, 2006, p.18).

A imposição estatal para o consumo do pacote tecnológico reafirma a postura de uma estratégia de desenvolvimento excludente, segundo Mueller (1982):

No contexto das estratégias de desenvolvimento seguidas no Brasil, às políticas agrícolas implementadas visaram exclusivamente a efeitos de eficiência; os seus efeitos de equidade foram (e continuam sendo) relegados a um segundo plano. No pós-guerra as políticas agrícolas voltaram-se primordialmente, aos considerados mais aptos a responder rapidamente, e aos com mais poder (ambos os atributos geralmente, mas nem sempre vêm juntos) – a média e grande agricultura comercial. Estas têm acesso fácil ao crédito com taxas de juros negativas e aos insumos subsidiados; ademais são elas que a política de preços mínimos e os programas de pesquisa e extensão mais beneficiam. (MUELLER, 1982, p. 118-119).

O bem-estar esperado pelo aumento de produtividade, com o tempo, mostrou a face de sua exclusão e a incapacidade de promover uma melhor qualidade de vida para a população rural. O padrão produtivo moderno, como já exposto, foi facilitado ao grande e penoso ao pequeno agricultor, que, alijado de subsídios para sua produção, perdeu suas terras para saldar dívidas, abandonou o campo e engrossou a massa de desempregados urbanos. Como expõe Mueller (1982):

Uma vez que os grandes agricultores, os terratenentes e os especuladores fundiários mais acesso têm as políticas de incentivos, são eles que mais lucram com suas atividades e que mais recursos têm para investir e para aumentar o seu estoque de terras. Ademais, como a produção da agricultura comercial origina-se principalmente no Centro-Sul, é essa região que mais recursos e incentivos recebe e

é sua agricultura a que mais se desenvolve. O pequeno agricultor, o trabalhador rural e as áreas de agricultura tradicional tendem a permanecer a margem do processo de formação de políticas agrícolas e, continuamente, a perder terreno em termos relativos (MULLER, 1982, p.119).

A insustentabilidade de um modelo de desenvolvimento produtivista passou a ser sentida em todos os setores da economia. No âmbito social, apresentou-se a manifestação concreta da desigualdade econômica de um modelo excludente e concentrado. Na esfera ambiental, eclodiram contestações referentes à perenidade dos recursos ambientais, utilizados até o momento sem nenhuma restrição.

O modelo de desenvolvimento aplicado até meados dos anos de 1970 foi conduzido fortemente pelo modelo Keynesiano²¹. Esse modelo promovia a intervenção direta do Estado na estabilização das economias, no entanto, a partir de 1973, com a crise do petróleo, a economia neoliberal ganha espaço e o que se preza é a livre concorrência dos mercados. Nas palavras de Benko (2002, p. 28) “advento do novo período do capitalismo, fundada numa flexibilidade crescente tanto no nível econômico como social”.

Órgãos monetários, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), foram incisivos e impuseram às economias subdesenvolvidas medidas de abertura dos mercados internos e contenção de gastos para frear as inflações. Porém, tais medidas mostraram-se insuficientes para a superação do modelo de desenvolvimento aplicado. Segundo Hespanhol (2008):

Em contraposição ao processo liberalizante e homogeneizador e, de certa forma, a ele associado, surgiram nos anos 1990 iniciativas que passaram a valorizar a diversidade das regiões, buscando promover o desenvolvimento a partir do aproveitamento das potencialidades locais (HESPANHOL, 2008, p. 378).

²¹ John Maynard Keynes, o economista mais influente do século XX, enfatizava esse papel mais intervencionista do Estado na promoção do crescimento econômico, algo criticado pelos economistas liberais até hoje. Para estes o Estado deveria ser o garantidor da ordem burguesa, preservando o livre jogo das forças de mercado. A ele, Estado, deveria ser reservada apenas a execução dos serviços básicos da sociedade, como justiça, educação e segurança. (ORTEGA, 2008, p. 24-25).

O conceito de um desenvolvimento mais sustentável ocorre de forma incipiente em 1972, com a publicação do relatório do Clube de Roma²², mas cabe lembrar que esse escopo, que valoriza as diversidades regionais e locais no processo de desenvolvimento, aparece com mais força em 1980 e se consolida nos discursos políticos na década de 1990.

Transpondo para as políticas de desenvolvimento rural, Hespanhol (2008) cita como exemplo o Low-Input/Sustainable Agriculture (LISA), criado em 1984, nos Estados Unidos, e as reformulações da Política Agrícola Comum (PAC), nos anos de 1992, 1999 e 2003, cujos objetivos convergiam para uma exploração produtiva menos agressiva ao meio ambiente.

As orientações políticas de desenvolvimento sempre estiveram atreladas aos modelos impostos por órgãos de controle internacional, como Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Nas palavras de Favareto:

Como se sabe, é enorme a influência destes organismos sobre a definição das políticas, sobretudo dos países da periferia e da semi-periferia do capitalismo mundial. O que se deve tanto ao papel de financiador de muitos desses organismos, como, talvez principalmente, pelo fato de funcionarem como uma espécie de pivô, através do qual gira uma articulação muito peculiar de interesses e competências envolvendo o campo acadêmico, político, econômico, em cuja dinâmica ocorre um movimento de legitimação recíproca entre os conhecimentos produzidos cientificamente, a definição de políticas no âmbito de países e governos locais, e a normatização dos procedimentos por estes organismos internacionais. (FAVARETO, 2006, p. 3).

Atendendo a um momento de contestação do modelo econômico e à emergência das concepções voltadas ao desenvolvimento sustentável, as organizações mundiais de fomento redirecionam o seu escopo de análise e o campo passa a ser visto de uma forma mais plural.

Segundo Favareto (2006):

²² Limites do Crescimento, são evidenciadas as preocupações de caráter ambiental, entretanto, segundo Hecht (2002) os dois volumes posteriores *Blueprint for Survival* (Projeto para Sobrevivência, 1972) e *Small is Beautiful* (O Pequeno é Belo, 1973), foram trabalhos que trouxeram ideias de organização social, econômica e valores culturais, tendo como palavras-chave autossuficiência e sustentabilidade. Desde então, o modelo economicista torna-se uma problemática que ganha destaque em eventos e publicações.

Diferente daquilo que ocorreu no pós-guerra, o final do século XX assistiu a uma explosão de significações sobre a ideia de desenvolvimento, onde a crise e a crítica social que se fizeram em torno dela se seguiram tanto a uma enorme polissemia, quanto tentativas de reconceituação. O que marca esse momento são dois aspectos: a ideia de desenvolvimento perde a adesão total e natural a ideia de crescimento, e mudam os portadores sociais das ideias sobre desenvolvimento. Ela deixa de ser um monopólio da ciência e vai frequentar os discursos de militantes de desenvolvimentos sociais de organizações não governamentais, de grupamentos políticos diversos (FAVARETO, 2006, p. 49).

Desse modo, além de agregar novos sinônimos, o desenvolvimento se popularizou em diferentes discursos de acordo com a proposta defendida por cada grupo e em conformidade com o contexto político imperante no momento.

O Programa Territórios da Cidadania está estruturado sobre a visão territorial de desenvolvimento, com o objetivo de desenvolver áreas mais deprimidas em níveis econômicos e sociais. Buscou-se resgatar, então, o surgimento e o entendimento do desenvolvimento pelo escopo territorial, sua abrangência nas políticas internacionais e projeção nas políticas brasileiras.

3.2. O desenvolvimento territorial

O enfoque territorial do desenvolvimento rural tem como base teórica o exemplo dos distritos industriais da Terceira Itália. Dessa forma, é realizada a contextualização do cenário que orientou as noções de desenvolvimento territorial e sua posterior transposição para as políticas internacionais.

O território como categoria de análise reaparece na década de 1950-60, mas se intensifica entre 1960-80, principalmente no bojo de refutação do paradigma positivista da ciência moderna. Na Itália²³, Magnaghi e Raffestin (1976-1978) foram os pioneiros na construção de uma definição plural e renovada de território. Como já tratado no Capítulo 2, Raffestin renova no conceito de território, por apresentar uma

²³ Na Itália, desde 1960, principalmente em 1968-69, a redescoberta do território ocorre em meio à organização operária no triângulo industrial da Itália, Gênova, Milão e principalmente Turin, por conta da localização da Fiat. Ocorre, nesse espaço industrial, um processo socioespacial de contestação à organização espacial capitalista, que faz refletir a definição de território.

definição que transcende o poder estatal, considerando a multiplicidade dos poderes inserida nas relações sociais do nível micro ao macro.

Assim, o território aparece não com o significado de elemento natural ou artificial:

[...] como produto das relações sociais efetivas no âmbito da família, da comunidade rural e desses indivíduos com agentes da cidade, historicamente condicionados e caracterizados, tanto econômica como política e culturalmente em tramas socioespaciais (DEMATTEIS 1964 apud SAQUET, 2007, p. 18).

Em concordância com Dematteis, Bagnasco (1978), por sua vez, segundo Saquet (2007, p. 73), “compreende o território como área, com características econômicas, políticas e culturais, na qual seus agentes sociais mantêm relações com os de outras áreas”. As proposições de Demattei, Raffestin e Arnaldo Bagnasco se complementam como um processo híbrido, com base nas relações sociais, e são pioneiras no processo de renovação do conceito de território.

A renovação do território, em nível teórico, se inscreve nos contextos social e político da época, quando o modelo fordista em crise cede lugar para uma nova organização territorial do capital, inspirado no modelo dos Distritos Industriais da Terceira Itália²⁴.

O lugar da fábrica fordista seria privado, o território dos distritos industriais público. Esse território reúne as diferentes atividades produtivas, os anseios e a identidade da população, a dotação de bens públicos, a ampliação e consolidação da cidadania. A produção estabelece vínculos estreitos com o território e com a cidadania. Nessa visão, a produção, apesar de sua apropriação privada, seria quase um bem público, por oferecer desenvolvimento a um território e cidadania a seus habitantes. Essa é a mensagem do “incrível mundo novo” da Terceira Itália, recheada de conceitos “amistosos”, como capital social, governança, comunidade de produtores, etc. (GÓMEZ, 2006, p. 95).

²⁴ As teorias de desenvolvimento local e a teoria dos Distritos Industriais foram propostas, inicialmente, por final do século XIX, por Alfred Marshall (Inglaterra), o modelo da Terceira Itália seria, nas palavras de Moreno (2007), tributários dos distritos industriais de Marshall (1920).

Os distritos industriais ou *clusters* têm como base de sua eficiência uma acumulação mais flexível e descentralizada, integrando em rede firmas que se ligam pela cooperação e pela solidariedade, dando uma coesão à formação territorial, que assume um caráter coletivo.

O resultado desses processos seria a materialização de uma eficiência coletiva, decorrente das externalidades geradas pela ação conjunta, propiciando uma maior competitividade das empresas, em comparação com firmas que atuam isoladamente no mercado. (GALVÃO, 2000, p. 7).

Os distritos industriais são entendidos por Benko (2002) como:

Os distritos do “milagre” da Terceira Itália (dos anos 1960-80) não são puros distritos econômicos, não são simplesmente um bem coletivo que favorece transações mercantis. A “atmosfera” se materializa em outros modos de regulação no seio da sociedade civil: a família, a “lealdade” entre empresários e assalariados, o papel das coletividades locais etc.. (BENKO, 2002, p.60).

A experiência bem sucedida da reorganização espacial do capital pelo exemplo dos Distritos Industriais na Itália gerou diversos trabalhos que buscavam explicar esse novo processo. Exemplo disso, tem-se a obra *Tre Italie*, por Arnaldo Bagnasco (1977), cujo entendimento foi “considerar aspectos para além da formação e atuação do Estado, como a ciranda mercantil, questões identitárias locais e outros componentes pertinentes ao desenvolvimento” (SAQUET, 2007, p. 72).

No âmbito das políticas de desenvolvimento rural, as organizações de cunho setorial perdem espaço para a noção de desenvolvimento territorial com bases sustentáveis. Assim, o território e sua abordagem se fizeram presentes nas políticas e nos programas de desenvolvimento rural.

A próxima seção tratará especificamente da abordagem territorial, no bojo das políticas de desenvolvimento rural, destacando a PAC e a abordagem LEADER. Esse destaque é atribuído, considerando que a abordagem LEADER serviu como modelo a ser seguido pelos países em desenvolvimento, como o Brasil, de acordo com as orientações do Banco Mundial.

3.3. O desenvolvimento territorial nas políticas e programas de desenvolvimento rural: PAC, LEADER

Como já relatado na seção inicial, o desenvolvimento de uma agricultura moderna para elevação dos índices produtivos foi uma postura mundialmente difundida como necessária à segurança alimentar. Na Europa, após Segunda Guerra Mundial:

[...] todos os esforços dos países em conflitos estavam voltados para maximização da produção de alimentos (a qualquer preço) e, no imediato pós-guerra, as deficiências no abastecimento precisaram ser compensados pela ajuda alimentar norteamericana (CARISIO, 2006, p. 24).

Carisio (2006), ao expor o quadro agrícola europeu pré e pós-Segunda Guerra Mundial, ressalta que os países fundadores da Comunidade Econômica Europeia (Bélgica, Luxemburgo, Países Baixos e Alemanha) passavam por um agravamento do setor agrícola, onde a intervenção do Estado foi necessária para assegurar preços mínimos e subsídios à exportação. No entanto, a construção de uma política agrícola comum inicialmente foi adiada pela divergência de posicionamentos entre os países europeus.

A primeira iniciativa que buscou equilibrar as economias europeias pela cooperação e pela integração política foi a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA)²⁵. O bom resultado da CECA favoreceu o estabelecimento de negociações para construção de uma política comum que incluísse o setor agrícola.

Portanto, a partir de 1957, segundo (CARISIO, 2006), O Tratado de Roma já sinalizava a necessidade de políticas para o setor agrícola e a criação de uma Política Agrícola Comum (PAC), cujos objetivos visassem ao aumento de produtividade, à estabilização dos mercados, a preços acessíveis aos consumidores e a melhores condições econômicas para a população rural. Essas metas tiveram

²⁵ França e Alemanha iniciaram a negociação de um acordo que criou a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), igualmente assinado por Bélgica e Luxemburgo, Países Baixos e Itália (CARISIO, 2006, p. 33).

um prazo de cinco anos para efetivamente começarem a ser implantadas. Assim, partir de 1962 é que de fato entrou em vigor a PAC.

As reformulações da Política Agrícola Comum (PAC) ocorreram em 1985, com a publicação do livro verde, onde as prioridades da política agrícola deveriam ser: o “restabelecimento de um maior equilíbrio entre setores excedentários, diversificação da produção e melhoria da qualidade, e a busca do *equilíbrio social e ambiental do mundo rural*” (CARISIO, 2006, p. 67). Essa iniciativa influenciou reformas posteriores, que se sucederam até 1992, onde reformulações com maior envergadura foram adotadas. Os objetivos da reforma de 1992 consistiam em:

corrigir os desequilíbrios e desigualdades; - dar resposta às exigências orçamentais e ecológicas, bem como às que decorrem do comércio externo; - garantir um nível de vida equitativo aos agricultores, no respeito pelos princípios da PAC (mercado único, preferência comunitária e solidariedade financeira) (PARLAMENTO EUROPEU, [199-])

De forma modesta, se manifestou uma orientação menos setorial com vistas a um investimento mais abrangente, que buscava uma maior equidade entre as esferas econômicas, sociais e ambientais. No final da década de 1990 e início dos anos 2000, é que claramente essa orientação ganhou destaque e as funções da agricultura passam a ser planejadas nos âmbitos econômico, territorial e ambiental. Os objetivos da reforma de 2000 são resumidos da seguinte maneira:

a função econômica está ligada ao papel tradicional de produção desempenhado pelo sector agrícola, que, ao produzir alimentos para os consumidores e matérias-primas para a indústria, contribui para o crescimento econômico, para o emprego e para a balança comercial; - a função de ordenamento do território baseia-se na diversificação, sendo a agricultura completada por outras atividades industriais, comerciais ou turísticas; - a função ambiental dá primazia ao papel de conservação dos espaços, de proteção da biodiversidade e de defesa da paisagem atribuído a uma agricultura sustentável pelo incentivo de práticas agrícolas compatíveis com o ambiente (PARLAMENTO EUROPEU [200-]).

A partir do ano de 2000, efetivamente entra na agenda da PAC uma orientação voltada à diversificação, na qual os principais eixos que deveriam ser estimulados foram a multifuncionalidade, a abordagem multissetorial, a

flexibilização e a transparência. A respeito da multifuncionalidade, para Carneiro; Maluf (2003):

[...] rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas a agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos (CARNEIRO.; MALUF, 2003, p.19).

A multifuncionalidade traz implicitamente a abordagem multissetorial, que transcende o viés meramente agrícola da agricultura. Na composição do entendimento da multifuncionalidade, existem genericamente duas correntes. Tome-se como exemplos apontamentos de Abramovay (2002), onde ele cita Luiz Felipe Lampreia, ministro brasileiro das relações exteriores (1999), que acusa a multifuncionalidade de encobrir interesses protecionistas, onde a égide agroambiental é utilizada como um disfarce para a implantação de políticas de proteção à produção agropecuária. Exemplo disso são os grandes produtores de grãos da região parisiense, que reduziram o uso de insumos químicos em troca de ajudas diretas que passaram a receber. Já em uma opinião divergente, Abramovay (2002) cita Pascal Lamy, comissário europeu das relações comerciais (2000), onde este expõe que a agricultura, dentro da Organização Mundial do Comércio (OMC), é vista como um sistema orientado pelo mercado, que, ao mesmo tempo, reconhece a necessidade da valorização de temas não diretamente comerciais.

A definição adotada pela OMC para designar a multifuncionalidade, segundo Mesquita (2005), agrega externalidades, bens públicos e objetivos não-econômicos. Dessa maneira, a multifuncionalidade seria:

(1) a existência de produtos múltiplos, de base e outros que são produzidos de forma conjunta pela agricultura, e (2) o fato de que alguns produtos outros apresentam características de externalidades ou de bens públicos, como resultado de que os mercados para esses bens não existem ou funcionam mal (MESQUITA, 2005, p. 119).

Retomando os eixos destacados na reforma da PAC (2000), a flexibilização diz respeito à descentralização das decisões, incentivando o associativismo local, a

transparência remete à elaboração de uma legislação mais clara e acessível por parte dos programas de desenvolvimento.

Conforme a Comissão Europeia Direção-Geral da Agricultura [200-], “todas as ações de desenvolvimento rural são cofinanciadas pela Comissão Europeia (através do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola - FEOGA) e os Estados-Membros”. As ações cofinanciadas pela seção do FEOGA seriam as atividades ligadas ao agroambiente: reforma antecipada, florestamento, indenizações compensatórias nas zonas desfavorecidas e nas zonas com condicionantes ambientais, investimento nas explorações agrícolas, jovens agricultores, formação, silvicultura, transformação e comercialização, adaptação e desenvolvimento das zonas rurais (artigo33)²⁶ e os projetos da Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER +).

Então, definitivamente há ações descentralizadas, cujos financiamentos se destinam aos mais diversos ramos econômicos, buscando desenvolver o social e o ambiental dentro de uma gestão territorial dos projetos de desenvolvimento. A Figura 6 mostra como a PAC compreende o desenvolvimento do território.

²⁶ A saber, segundo a Comissão Europeia Direção-Geral da Agricultura [200 -], medidas ditas do artigo 33 (- melhoria das terras;- emparcelamento;- criação de serviços de apoio à gestão das explorações agrícolas;- comercialização de produtos agrícolas de qualidade; - serviços de base para a economia e população rurais;- renovação e desenvolvimento de pequenos aglomerados e proteção e conservação do patrimônio rural; - diversificação de atividades no domínio agrícola ou próximo da agricultura, a fim de criar ocupações múltiplas ou rendimentos alternativos;- gestão dos recursos hídricos destinados à agricultura; - melhoramento das infra-estruturas rurais relacionadas com o desenvolvimento da agricultura; - incentivo das atividades turísticas e artesanais; - proteção do ambiente em relação com a agricultura, a silvicultura e a conservação do espaço natural e melhoramento do bem-estar dos animais; - restabelecimento do potencial de produção agrícola danificado por catástrofes naturais e introdução de instrumentos de prevenção adequados; engenharia financeira).

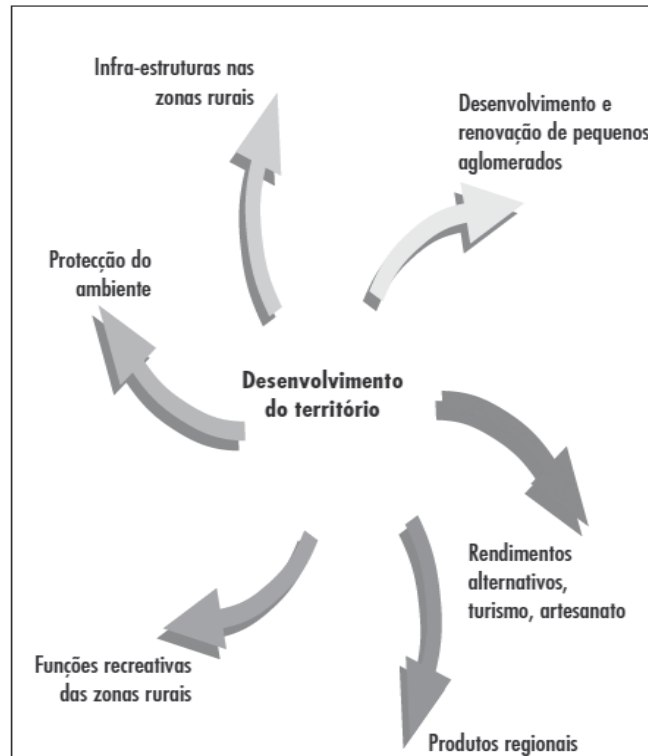


Figura 6- O desenvolvimento territorial sob a ótica da PAC

Fonte: Comissão Europeia Direção-Geral da Agricultura In: Reforma da PAC: Desenvolvimento rural (2000)

Dando prosseguimento a um processo iniciado em 1992, reforçado em 2000, no ano de 2003, novamente a PAC passa por uma revisão de seus objetivos, mudando radicalmente seu sistema de subsídios à produção, passou a dar maior liberdade de atuação ao agricultor, no sentido de produzir o que lhe for conveniente, tornando os agricultores mais competitivos e conduzidos pelo mercado. Investimentos mais vultosos seriam disponibilizados para agricultores envolvidos em programas direcionados ao meio ambiente.

Nas palavras de Hespanhol (2008):

Na terceira reforma da PAC, realizada no ano de 2003, foi estabelecido o direito do pagamento único, sendo os subsídios concedidos diretamente aos agricultores independentemente de sua produção. Em contrapartida, a concessão dos subsídios passou a ser condicionada ao cumprimento de normas ambientais e sanitárias, bem como a exigências quanto ao bem estar dos animais (HESPANHOL, 2008, p. 379).

Hoje a PAC incentiva, portanto, o crescimento agrícola e valoriza a preservação ambiental com vistas a um desenvolvimento agrário mais equilibrado.

Um dos principais programas de desenvolvimento em que os projetos foram cofinanciados pela PAC é o LEADER, cuja construção coincide com as primeiras reformas realizadas no ano em 1992.

Outra experiência internacional no processo de desenvolvimento territorial seria o Programa EZ/EC (Empowerment Zones and Enterprise Communities), desenvolvido nos Estados Unidos, desde 1993, cujo detalhamento não será abordado pela presente pesquisa²⁷.

3.3.1. A experiência da Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER)

A mais bem sucedida das experiências de desenvolvimento rural com enfoque territorial é o Programa LEADER, que surge em meio às reformulações de políticas como a PAC, ao enfraquecimento do perfil Keynesiano de intervenção estatal e à ascensão das teorias neoliberais.

O programa LEADER iniciou, em 1991, com o intuito fundamental de promover a ligação de projetos de desenvolvimento rural local:

Seu caráter inovador residiu, primeiro, no fato de tratar-se de algo com viés territorial, em oposição ao caráter marcadamente setorial dos investimentos tradicionalmente destinados as áreas rurais. E, segundo, no tipo de estratégia proposta para estas ações de promoção do desenvolvimento rural, com ações do tipo bottom-up, baseadas no princípio da parceria, de caráter multisetorial e integradas. (FAVARETO, 2006, p. 121).

²⁷ No entanto, pode-se dizer, de maneira genérica, que suas características foram inovadoras dentro do contexto americano de programas de desenvolvimento rural setorial, até então vigentes. O programa estimula o engajamento da população na construção dos projetos, criando Zonas de empoderamento (Empowerment Zones – EZ) e Comunidades Empresariais rurais (Enterprises Communities – EC), semelhante ao LEADER, tem como pressuposto a participação da comunidade na elaboração dos projetos. Referente às particularidades do EZ/EC, em relação ao LEADER, (Beduschi Filho; Abramovay, 2004) salientam o fato de que diferente do LEADER, cujos projetos são selecionados pelo GAL que irá executar o planejamento territorial, no EZ/EC, as zonas contempladas pelo programa são as que apresentam os maiores níveis de problemas.

No que se refere a abrangência do programa a primeira fase do LEADER (1991- 1994) segundo Hespanhol (2008):

Contou com aportes financeiros na ordem de 417 milhões de Euros, sendo financiados 217 projetos. Na segunda edição (LEADER II), realizada entre os anos de 1995 e 1999, foram investidos 1, 75 bilhão de Euros e apoiados 906 projetos. Na terceira edição do Programa (LEADER+) executada entre os anos de 2000 a 2006 foram alcançados 2, 02 bilhões de Euros e financiados 893 projetos. (HESPANHOL, 2008, p. 379).

Em sua primeira fase, os projetos desenvolvidos pelo LEADER tinham como foco principal privilegiar as “áreas desfavorecidas” de países como Portugal, Espanha e Grécia. Por “zonas desfavorecidas subentendia-se a concentração de agricultores que não ascenderam ao padrão tecnológico hegemônico na agricultura atual” (ORTEGA, 2008, p. 73). Posteriormente, em sua segunda fase, o LEADER II incentivou projetos inovadores e, na sua última fase, o LEADER + teve como proposta:

[...] estender os benefícios a todos os territórios rurais de todos os países membros, concentrando, no entanto, os recursos nas propostas capazes de promover um efeito multiplicador na dinâmica territorial, sempre numa perspectiva de superação da dicotomia rural-urbano. (ORTEGA, 2008, p. 99).

A proposta metodológica do LEADER procura estimular a competitividade territorial, envolvendo os diversos atores sociais, o governo, as instituições e as empresas, de modo que o esforço coletivo construa uma articulação coesa na elaboração e na aplicação dos projetos de desenvolvimento, que são selecionados por seu mérito. O elemento mediador de tal processo ocorre pelos Grupos de Ação Local (GAL), segundo Ortega (2008, p. 99), “semelhante aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rurais (CMDRs) do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).” Beduschi Filho; Abramovay (2004) resumidamente expõe que:

[...] os grupos LEADER animam os processos de planejamento do território, mediante atividades como diagnóstico da realidade local e discussões com a comunidade, facilitam a elaboração de uma visão comum de desenvolvimento que vai orientar os projetos específicos que podem levar à construção da visão comum de desenvolvimento do território e, ainda, fazem a intermediação entre os projetos locais e as instâncias regionais, nacionais e europeia, em especial com relação a contratos de financiamento de projetos (BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2004, p. 50).

A construção do desenvolvimento pelo LEADER foi compreendida como um processo que deveria ocorrer pelas mãos dos atores sociais em benefício da população local do território.

O Programa LEADER teve sua última edição em 2006 e, em 2007, vira uma referência para os Planos Nacionais de Desenvolvimento Rural dos países membros da (UE).

Para os anos de 2007 a 2013, o Fundo Europeu para o Desenvolvimento Rural (FEADER) destinará, conforme Hespanhol (2008), mais de 20 milhões de euros aos programas da abordagem LEADER. Denotando, assim, a importância que a metodologia LEADER conquistou ao longo de seus vinte anos de trabalho frente ao desenvolvimento rural europeu.

Segundo as orientações políticas da União Europeia 2007-2013, cada estado membro deve elaborar um Plano Nacional, distribuindo sua verba nos seguintes eixos:

Melhorar a competitividade do sector agrícola e florestal; Melhoria do ambiente e da paisagem rural; Melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais e da diversificação da economia rural. (COMISSÃO DA UNIÃO EUROPEIA PARA AGRICULTURA DESENVOLVIMENTO RURAL, 18/04/ 2008).

Os planos também devem apoiar projetos baseados na experiência LEADER, que introduziu possibilidades de governança inovadora, por meio da base local, e abordagens *bottom-up* para o desenvolvimento rural.

O Plano Estratégico Nacional de cada Estado Membro deve estar de acordo com as Orientações Estratégicas da União Europeia²⁸, com o objetivo de criar ações

²⁸ São orientações que têm por base a otimização das ações dos Estados-Membros da Comunidade Europeia em políticas de cunho ambiental e técnico, no caso: orientação das estratégias comunitárias, assistência técnica, infraestrutura e avaliação. Na esfera das políticas ambientais, o objetivo é que haja a convergência das ações de proteção ao uso e conservação dos recursos

sincrônicas em todo o território da União Europeia, contribuindo para as seguintes ações:

Identificar as áreas onde a utilização do apoio comunitário ao desenvolvimento rural agrega mais valor ao nível da UE; Fazer a ligação com as principais prioridades da UE (por exemplo, aqueles estabelecidos no âmbito das agendas de Lisboa e Gotemburgo); Garantir a coerência com outras políticas comunitárias, nomeadamente as de coesão económica e do ambiente; Contribuir para a implementação da nova PAC orientada para o mercado e a necessária reestruturação que dela resulta, nos antigos e novos Estados-Membros. (COMISSÃO DA UNIÃO EUROPEIA PARA AGRICULTURA DESENVOLVIMENTO RURAL, 18/04/ 2008).

No desenvolvimento desta pesquisa, foram realizadas investigações juntamente a instituições de desenvolvimento rural, no território português²⁹, com o objetivo de averiguar como estão sendo conduzidas as políticas de desenvolvimento rural no âmbito da União Europeia (UE). As políticas de desenvolvimento rural na Europa, com destaque para o LEADER, consistiram em referências para a instituição de políticas desenvolvimento territorial no Brasil.

Foi visitado um Grupo de Ação Local, GAL³⁰, ligado à abordagem LEADER e uma instituição de desenvolvimento rural autônoma, a Associação de Desenvolvimento Rural de Lafões (ADRL)³¹, que promove o desenvolvimento de áreas rurais.

A respeito do funcionamento dos GAL, em Portugal, eles atuam de acordo com o Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER), que consiste no Plano Estratégico Nacional para o desenvolvimento rural do país. O programa é co-

naturais. No aspecto de ordem mais técnica, são orientações que visam a uniformizar alguns padrões de ação, monitoramento e avaliação para os Planos Nacionais, evitando contradições.

²⁹ Considerando que a organização do Estado Português é unitária e não federativa como no caso do Estado Brasileiro, cabe destacar que a presente pesquisa buscou identificar algumas semelhanças e diferenças entre as estratégias de desenvolvimento territorial no rural de Portugal com as estratégias brasileiras, observando as singularidades de cada território sem a pretensão de generalizar uma proposta de desenvolvimento.

³⁰ Grupo de Ação Local – Torre de Moncorvo - Associação de Desenvolvimento do Douro Superior que está localizado ao Norte de Portugal é composto por quatro conselhos, a sede em Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Coa, Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta, totalizando de 33 mil habitantes.

³¹ Associação de Desenvolvimento Rural de Lafões (ADRL) criada entre os anos de 1993-94 tem sua sede no conselho de Vouzela atuando também em Oliveira dos Frades, São Pedro do Sul e freguesias de Viseu e Castro Daire (Portugal)

financiado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), envolve aproximadamente 3,5 milhões de euros e uma despesa pública de mais de 4,4 milhões de euros (PRODER, 2011).

O PRODER, em Portugal, atende aos objetivos traçados para os Planos Nacionais de cada Estado Membro, dividido em três subprogramas:

1 – Promoção da Competitividade, 2 – Gestão Sustentável do Espaço Rural, 3 – Dinamização das Zonas Rurais que privilegia o modo de atuação LEADER, através das ações promovidas no âmbito de estratégias de desenvolvimento local com o incentivo à abordagem ascendente (“bottom-up”). O Subprograma 4 – Promoção do Conhecimento e Desenvolvimento de Competências com caráter transversal traduz uma prioridade relacionada com a importância reconhecida ao conhecimento e às competências dos agentes que atuam no território, os quais desempenham um papel absolutamente determinante no sucesso global da estratégia nacional adotada. (PRODER, 2011).

Os GAL do território português priorizam o eixo 3, cuja metodologia tem como base a abordagem LEADER. No contexto de renovação da política agrícola europeia 2007-2013, os GAL continuam tendo destaque como:

Os principais responsáveis por identificar e aplicar uma estratégia de desenvolvimento para seu território. Por esse motivo devem associar parceiros públicos e privados, constituindo-se de forma equilibrada e representativa dos grupos de interesse da região, que deverão corresponder a diversos setores socioeconômicos. Compete aos GAL decidirem o rumo e o conteúdo da Estratégia Local de Desenvolvimento Rural, tomando a decisão quanto aos diferentes projetos a financiar. (PRODER, 2010).

De forma sintética, de acordo com o depoimento de líderes e funcionários do GAL de Torre de Moncorvo (PT), uma das dificuldades enfrentadas, dentro da estrutura da atual política de desenvolvimento rural, é a normatização dos projetos. Nas primeiras edições do LEADER, o GAL tinha a liberdade de decidir os critérios dos projetos, além disso, elaborava um Plano de Ação Local (PAL), delineando as ações mais importantes para o território. A liberdade do GAL hoje se restringe a

construir projetos de desenvolvimento local, de acordo com os eixos financiados pelo Plano Nacional.

Realizando um paralelo com os Territórios da Cidadania, o papel do GAL seria semelhante ao desempenhado pelos Colegiados de Desenvolvimento Territorial Sustentável (CODETERES). O governo federal lança as linhas que serão financiadas e cabe a cada CODETERS incentivar a construção de projetos em concordância com os eixos financiados.

Buscando um entendimento do desdobramento do LEADER, esta pesquisa buscou captar a análise da metodologia LEADER por uma instituição independente, no caso as observações da ADRL e de professores que desenvolvem pesquisas voltadas ao desenvolvimento rural.

A respeito da elaboração de projetos e sensibilização social, alguns depoimentos refletem a ideia de que o Programa LEADER, lançado em 1991, possuía uma abordagem teórica com bons princípios, mas com difícil implantação. Nas palavras dos entrevistados: “Quando falamos de LEADER é de fato uma boa ideia, mas com muitas implicações no terreno”. (Professor UTAD, 2010).

Uma das principais implicações apontadas tanto pelo GAL quanto pela ADRL é o risco de “municipalização da política de desenvolvimento rural”³²(dirigente da ADRL e funcionário do GAL). Com o intuito de incentivar ações empreendedoras em nível local, a abordagem LEADER, hoje norteadora do PRODER, permite a participação de projetos de particulares, por exemplo, projetos construídos por uma família. De acordo com as entrevistas realizadas, essa medida, que busca incentivar a automobilização das populações locais, ao mesmo tempo abre precedentes para o oportunismo de particulares que elaboram projetos para seu beneficiamento pessoal.

Dotados de apoio político e técnico para a elaboração de suas propostas, alguns particulares acabam se apoderando da verba pública do programa. Quando o GAL abre candidatura de projetos, cada proposta deve ser sancionada pela câmara administrativa, se o parecer de um projeto for favorável, ele é encaminhado ao GAL.

Os projetos sancionados pela câmara administrativa, de acordo com a ADRL, em parte atendem aos interesses do grupo de governantes. Uma vez aprovados

³² Termo utilizado para designar a apropriação da política pública por grupos ligados aos interesses dos governantes locais.

pela câmara e encaminhados ao GAL, os funcionários do GAL, mesmo identificando incoerências com as reais motivações do projeto, não podem refutar a proposta.

No contexto do programa brasileiro dos Territórios da Cidadania, quem avalia os projetos que receberão a verba pública são os Colegiados de Desenvolvimento Territorial Sustentável (CODETERS), porém cabe às prefeituras de cada território a apresentação de uma contrapartida em cada projeto. As instituições locais criam os projetos e os governantes municipais precisam concordar com as propostas e concorrer no CODETERS.

O risco de ocorrer oportunismo partidário de alguns grupos, assim como ocorre no contexto europeu, também existe, mas as propostas apresentadas no âmbito do CODETERS de cada território dizem respeito a projetos de associações coletivas e não projetos particulares.

Sobre o Programa LEADER, em seu trabalho, Hespanhol (2008, p. 122)³³ chama atenção para o desfavorecimento de territórios mais frágeis no que se refere à fraca articulação de seus atores sociais. Nas áreas mais frágeis socialmente, o GAL teria uma menor articulação, que resultaria em projetos menos estruturados e com menores chances de serem aprovados via LEADER. As áreas com maior coesão social geralmente, por apresentarem melhores estruturas para elaboração e implantação de seus projetos, teriam mais facilidades de acessar os recursos do LEADER. A concorrência entre territórios seria desigual e as áreas mais frágeis continuariam à margem do desenvolvimento territorial, por sua débil estrutura e fraca coesão social, reforçando, dessa forma, as diferenças.

Os desafios de sensibilizar e articular a população estão presentes tanto nas estratégias de desenvolvimento da Europa, no caso da abordagem LEADER, quanto nas estratégias brasileiras, Territórios da Cidadania.

A possibilidade de ocorrer o fortalecimento econômico e social de áreas que possuem um capital social mais coeso se faz presente na realidade europeia e na brasileira. O maior obstáculo, de fato, é a motivação e a organização popular para elaborar projetos de desenvolvimento territorial. Em seu trabalho, Sumpsi (2007) aborda as diferenças e semelhanças do enfoque territorial na União Europeia e na América Latina. Resumidamente os pontos de coincidência entre as metodologias empregadas seriam a busca de: capacidade de aquisição e fortalecimento de

³³ Hespanhol (2008, p. 122) chama atenção desse processo através de (RAY, 2001; SCHATAN et.al 2005) que denominam de "dark side".

capacidades locais, participação e “empowerment”³⁴ dos atores locais, públicos e privados.

O Programa LEADER, em sua matriz teórica e nos primeiros anos de implantação, buscou incentivar o envolvimento de todos no processo de construção e de decisão dos projetos e introduziu a abordagem territorial do desenvolvimento para áreas rurais. Porém, ao longo dos anos, houve um comportamento político que passou a abrir precedentes para o beneficiamento de alguns grupos minoritários. Utilizando expressões dos entrevistados, “O LEADER perdeu aquela frescura, aquele espírito de base” (professor, UTAD, 2010).

Desconsiderando as implicações práticas do LEADER, sua abordagem possui uma avaliação positiva, pois possibilitou a implantação de ações que dinamizaram os desenvolvimentos social e econômico das áreas rurais.

A abordagem territorial presente na metodologia LEADER objetivam a diluição das desigualdades entre áreas rurais e urbanas e uma visão menos setorial, procedimentos que podem ser verificados na matriz teórica dos Territórios da Cidadania. No entanto, assim como nos Territórios da Cidadania, os projetos ficam circunscritos pela área territorial de cada GAL ou, no caso brasileiro, a cada território. A presente pesquisa de tese defende a definição do território como um limite de poderes, que não coincide necessariamente com o limite político, e compreende a rede como a subcategoria do território, como elemento capaz de diluir desigualdades entre territórios.

A rede na abordagem política, tanto do LEADER quanto dos Territórios da Cidadania, aparece como metodologia para dinamizar a coesão no território. No contexto dos Territórios da Cidadania, as redes sociais são entendidas como:

[] instrumentos eficazes de emprego do capital social gerado em um território a partir das relações humanas e sociais, que o transforma em instrumento de otimização das iniciativas coletivas, rumo à formulação, implementação e gestão de planos de desenvolvimento sustentável. (BRASIL, MDA, SDT, 2011a).

Na prática a otimização de iniciativas fica, porém, circunscrita a uma organização interna do território e não externa. A rede não é tratada como um

³⁴ Termo utilizado nas ciências sociais no sentido de autodesenvolvimento, processo onde os atores sociais se apoderam e constroem o seu desenvolvimento social.

elemento de fluidez extraterritório, ou seja, como elemento diluidor de desigualdades.

O desafio das políticas de desenvolvimento territorial é diminuir desigualdades e, ao mesmo tempo, estimular a participação e a articulação da população na elaboração de projetos que priorizam necessidades locais. Esta pesquisa defende o uso da rede como elemento não só de coesão territorial, mas, sobretudo, integradora entre territórios, estimulando os processos associativos como canal de apropriação da política pela população.

O Programa LEADER e o EZ/EC consistiram em referenciais da política de desenvolvimento rural. Essas experiências foram transpostas para países em desenvolvimento, como o Brasil, “[...] a partir de instituições globais como o Banco Mundial se instituem como modelos a serem seguidos, em âmbitos territoriais diferentes” (GÓMEZ, 2006, p. 290).

As influências da experiência LEADER e das orientações do World Bank, a respeito do desenvolvimento rural, incidiram no contexto político brasileiro ainda na década de 1990, mas de maneira ainda tímida. Em atendimento às pressões internacionais e à insustentabilidade dos modelos setoriais, a consolidação da orientação territorial do desenvolvimento entra definitivamente para a agenda política brasileira no início dos anos 2000.

O próximo secção tratará da evolução das orientações políticas de desenvolvimento territorial rural até o atual programa Territórios da Cidadania.

3.4. Abordagem Territorial do Desenvolvimento Rural no Contexto Brasileiro

Como já tratado na secção anterior, é enorme a influência dos órgãos de fomento, em especial do Banco Mundial, sobre as orientações políticas dos países em desenvolvimento como o Brasil.

Buscando estimular o desenvolvimento rural com base territorial, a experiência bem sucedida do LEADER tornou-se exemplo a ser seguido para os demais países. Para Hespanhol (2008):

A partir das experiências de desenvolvimento local processadas em países desenvolvidos, os organismos internacionais, especialmente o Banco Mundial, passaram a valorizar a abordagem territorial e a

exigir que países subdesenvolvidos adotassem estratégias de desenvolvimento ascendente, sem levar em conta as grandes diferenças existentes entre as respectivas realidades. (HESPANHOL, 2008, p. 380).

Ao contextualizar os princípios das abordagens territoriais no âmbito dos órgãos internacionais, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a partir de 1994, cria uma “divisão territorial do desenvolvimento”, passando a editar uma publicação anual periódica a respeito da temática, entendendo que “cada território dispõe de um capital específico, o capital territorial, distinto, daquele de outros territórios [...]” (OCDE, 2001, p.15 apud BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2004, p. 38).

Nessa perspectiva, o território teria uma identidade própria que lhe atribuiria as condições para o seu desenvolvimento, integrando não apenas fatores naturais, mas, sobretudo, sociais, políticos e econômicos. Com base no entendimento de Beduschi Filho; Abramovay (2004), as condições de desenvolvimento do território estariam centradas na organização de seus elementos, que se materializam de acordo com a significação social que lhe é atribuída.

O desenvolvimento territorial é compreendido como um processo de empowerment, onde ele deve ser construído em atendimento às demandas mais significativas do território, de acordo com a aprovação social. Nesse sentido, a descentralização do poder seria algo primordial para a instituição de mecanismos que facilitassem o acesso da população na construção dos projetos de desenvolvimento.

No âmbito das políticas destinadas ao rural, ainda na década de 1980, no Brasil, várias reivindicações dos movimentos, como os dos trabalhadores rurais ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais Da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT), eclodem e passam a ter voz a partir da Constituição de 1988. Ganham destaque as Jornadas Nacionais de Luta, que, a partir de 1995, foram intituladas Grito da Terra (MATTEI, 2006). Considera-se que, a partir de 1995, já na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, conselhos sociais começaram a ser instituídos como ferramentas para a intervenção política.

A descentralização do poder estatal, no espaço das políticas brasileiras destinadas ao rural, em especial a agricultura familiar, tiveram como marco referencial, segundo Gómez (2006), o relatório intitulado Brazil: the management of

agriculture, rural development and natural resources, de 1994. Tal relatório, no entendimento de Gómez (2006, p. 63), deixa uma clara reorientação de que “o desenvolvimento no meio rural se assentaria na promoção de uma agricultura familiar empresarial integrada ao mercado”. Ao Estado caberia intervir menos e estimular a inserção e a promoção da agricultura familiar, de maneira que se criasse um novo setor empresarial. De acordo com o relatório:

Brazil has a strong and vibrant farming sector [...] The World Bank sees an agriculture emerging in the future that is driven by private enterprise, that offers opportunities for new entrants, and is regulated by a minimum and neutral set of government interventions (BANCO MUNDIAL, 1994, p. 41).

Portanto, em contradição com as políticas agrícolas adotadas no Brasil e com algumas concepções econômicas e políticas de que haveria uma paulatina extinção da agricultura familiar, passou-se a falar e a reconhecer uma nova estrutura de empresa capitalista, que não envolvesse necessariamente a forma de mão de obra assalariada, no caso a empresa familiar. Nesse contexto, é pertinente o apoio político a essa nova forma capitalista, que levaria a empresa familiar a ter melhores condições de se integrar ao mercado.

A empresa familiar passaria a ser a forma social que melhor se enquadraria nas políticas de desenvolvimento local, uma vez que a ela caberia o papel plural de produzir alimentos e criar novos nichos de mercado através da exploração do turismo, da produção diferenciada. Ou seja, produtos com algum grau de processamento ou com qualidade biológica superior atendendo aos princípios ecológicos.

No que se refere efetivamente às políticas destinadas à agricultura familiar, porém, em 1993, movimentos como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) apresentaram uma proposta de política de crédito de investimentos com juros subsidiados, destacando a importância da construção de um programa que abarcasse a diversidade desse tipo de atividade (Silva, 1999).

Acatando, assim, as reivindicações sociais, principalmente por parte dos trabalhadores rurais, ainda sob o governo de Itamar Franco, foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP). Segundo Mattei (2001, p. 4), o programa “tinha como objetivo destinar um volume de crédito com taxas de

juros mais acessíveis aos agricultores familiares”. Sua taxa operava em 4% a.a sem correção monetária e os produtores foram classificados de acordo com o tamanho dos estabelecimentos e mão de obra utilizada (Silva, 1999). No entanto, a medida foi insuficiente, pois as exigências impostas para o acesso ao crédito não propiciaram o acesso de pequenos agricultores.

No ano de 1995, assume a presidência Fernando Henrique Cardoso. Em conformidade com as orientações do Banco Mundial, ele transforma o PROVAP em um Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PLANAF). Para Gómez, sem a tradição de uma política voltada para a agricultura familiar, o então presidente Fernando Henrique Cardoso inicialmente teve como base as medidas indicadas no já referido relatório do Banco Mundial de 1994. Sendo assim, nas palavras de Gómez (2006):

[...] desde o primeiro ano do seu mandato, irão nessa linha de promover as relações capitalistas, no meio rural, sem considerar a pobreza existente nem a pobreza futura que mais mercado e mais concorrência provocam. Como exemplos dessas políticas, podemos listar o Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PLANAF), de 1995 [...] (GÓMEZ, 2006, p.69).

Fernando Henrique Cardoso estabeleceu convênios com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e com o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), dando origem, em 1996, ao documento intitulado “Perfil da Agricultura Familiar no Brasil”. A agricultura familiar passou a ser definida como aquela que deveria ser exercida pelo próprio agricultor, onde a mão de obra familiar teria que ser maior que a contratada. Assim, de acordo com Ortega (2008):

[...] em 28 de junho de 1996, o decreto nº 1946, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares, aumentar sua capacidade produtiva, gerar empregos e melhorar sua renda. (ORTEGA, 2008, p. 125).

As políticas que antecederam o PRONAF, no caso o PROVAP (1994) e o PLANAF (1995), atuaram apenas na linha de crédito para custeio. Com a criação do PRONAF (1996), passaram a existir três linhas principais de financiamento, a saber:

crédito, infraestrutura e serviços, e capacitação. Inicialmente o PRONAF operou no âmbito do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). As últimas duas linhas de crédito, conforme Mattei (2006), efetivamente se materializaram em 1997 e suas alocações, segundo Ortega (2008), são:

Orientadas pelos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS), elaborados pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), de constituição obrigatória para os municípios selecionados. Portanto, são recursos para a comunidade rural municipal. Por sua vez a linha de crédito é de caráter individual, e é concedida pelas instituições bancárias, com base em análise dos projetos elaborados pelos agricultores (ORTEGA, 2008, p. 126).

Sendo assim, juntamente com o PRONAF, foram criados os PMDRS, os CMDRS, bem como alguns conselhos de caráter regional³⁵, ou seja, “um forte processo de descentralização no país, ampliando as responsabilidades dos estados e dos municípios” (ORTEGA, 2007, p. 94). Nas palavras de Sauborin (2009), um processo de “prefeiturização” da transferência de responsabilidades sem necessariamente ser seguido de transferências de recursos.

A construção dos referidos planos e conselhos ocorreu sob a justificativa de que passariam a ser importantes ferramentas, de acordo com Cardoso; Ferreira (2006):

Para viabilizar a participação articulada das forças locais, com a finalidade de desenvolver o meio rural. O Conselho constitui um fórum de discussão e de formulação de políticas rurais, cabendo aos conselheiros a elaboração e a coordenação do Plano, com a participação efetiva dos integrantes da comunidade envolvida (Cardoso; Ferreira 2006, p. 2).

Outra iniciativa de descentralização voltada para o desenvolvimento rural de base local elaborada sob o governo de Fernando Henrique Cardoso foi o Programa

³⁵ No caso do estado do Rio Grande do sul, temos a formação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES). Segundo Noronha (2006, p.33), “A formação dos Conselhos Regionais de desenvolvimento (COREDES) tinha como finalidade a articulação regional, incorporando a sociedade nas decisões e planejamento do desenvolvimento regional”.

Comunidade Solidária (PCS), criado em 1995, com o objetivo de suprir a pobreza e a exclusão através do fortalecimento das capacidades das pessoas e das comunidades para prover suas necessidades, melhorando sua qualidade de vida. (Ortega, 2008). Tais comunidades tinham como principal função ser os mecanismos interlocutores da sociedade e do governo no provimento do desenvolvimento local. O desdobramento dessas comunidades, em 1999, levou à formação do Programa Comunidade Ativa (PCA), que, por sua vez, elaboraria os projetos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS).

Considerando a emergência de políticas desse gênero, foi criado, também no ano de 1999, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que incorporou o PRONAF sob o âmbito a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF).

A avaliação dos dez anos do PRONAF, organizada por Mattei (2006)³⁶, indicou genericamente os principais avanços e limites do programa. Entre os principais progressos, inegavelmente, está o estímulo à descentralização, avançando nas articulações entre os diferentes atores sociais. Também se destaca a expansão do programa, que, em dez anos, chegou a praticamente todos os municípios brasileiros, seguido dessa crescente abrangência, a verificação do aumento da produção agropecuária por parte dos agricultores familiares.

Referente aos limites do PRONAF é possível destacar que não ocorreu mudança no padrão produtivo, inclusive aumentou o uso de insumos modernos. A linha de crédito para custeio se destinou à compra de fertilizantes químicos, agrotóxicos e sementes selecionadas. A centralização do custeio, para culturas como soja, milho e feijão. Esse fator interferiu na discussão do desenvolvimento rural dentro dos conselhos, pois não foram identificadas propostas alternativas ao modelo agrícola, o que limitou a atuação do PRONAF em outras esferas que não fossem a da agricultura. O elemento ambiental ficou mais como elemento retórico do que efetivamente como plano de atuação.

Economicamente as ações do PRONAF ficaram restritas ao sistema de crédito, quase que exclusivamente operado pelos bancos estatais, crédito rural concentrado, que estaria favorecendo unidades familiares mais eficientes em detrimento das marginalizadas. Atualmente existe uma democratização maior dos créditos, principalmente a partir do momento em que se estimulou o crescimento de

³⁶ Teve como base os trabalhos científicos de teses e mestrados produzidos a respeito do PRONAF até 2006.

cooperativas de crédito solidárias, que facilitaram o intercâmbio entre os agricultores menos favorecidos e o sistema de crédito³⁷.

De acordo com o que foi tratado anteriormente, as intenções de descentralizar o poder, através de conselhos municipais e estaduais no sentido de uma maior participação, com certeza, foi uma ferramenta importante, mesmo não obtendo o pleno engajamento das esferas envolvidas, foi o pontapé inicial para o inserção dessa prática. Entre avanços e limites, a política do PRONAF constitui um mecanismo eficiente para a inserção da empresa familiar no mercado, atendendo às orientações do Banco Mundial.

Entendendo que um desenvolvimento mais equilibrado passa pela descentralização do poder político e por maior participação social, os documentos políticos orientavam a construção de um desenvolvimento local, enfatizando as singularidades dos lugares. A partir de 2001/2002, ocorre uma substituição de termos, onde desenvolvimento local ganhou a conotação de desenvolvimento territorial, pois caberia ao território um papel mais abrangente e descentralizado³⁸.

Esse redirecionamento está presente no relatório do Banco Mundial de 2002, intitulado *Llegando a los pobres de las zonas rurales: Estrategia de Desarrollo Rural para América Latina y el Caribe*, no momento em que são relatadas as lições tiradas dos demais planos de desenvolvimento, e que é enfatizada a necessidade de um enfoque:

[...] territorial descentralizado [...] Como parte de este enfoque, la agricultura, las actividades no agrícolas, las oportunidades laborales, la cohesión social, el desarrollo municipal y el acceso a los mercados y servicios, se consideran elementos igualmente importantes de una estrategia que apunta a diluir las divisiones tradicionales entre los sectores y entre los enfoques rurales y urbanos. (BANCO MUNDIAL, 2002, p. 13).

Dessa maneira, a visão de uma abordagem territorial, na leitura de Schneider (2004, p. 98), teria como função “a superação do enfoque setorial das

³⁷ O sistema de crédito cooperativo no Brasil está agregado em dois grupos, os tradicionais (Unicred, Sicoob e Sicredi), ligados a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e cooperativas que se autodenominam solidárias. A partir do ano 2000, as cooperativas de crédito solidário começaram a se articular através de fóruns, com o objetivo de congregar diferentes sistemas e cooperativas e entidades que prestavam apoio a esse tipo organização, criando, em 2002, o Fórum Nacional de Cooperativas de Economia Familiar e Solidária de maneira a reivindicar por parte do governo políticas que estimulassem esse tipo de cooperativismo (BRASIL, 2006 a).

³⁸ No sentido de abrangência, beneficiando o rural e o urbano de forma mais equilibrada.

atividades econômicas (agricultura, indústria, comércio, serviços, etc.) e suplantou a dicotomia espacial entre o rural *versus* urbano ou o campo *versus* cidade”.

Tal direcionamento teórico refletiu na reestruturação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que, até o ano de 2002, era composto pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) e pela Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA), mas as orientações políticas levaram à criação da Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT).

No entendimento de Ortega; Mendonça (2007, p. 116), essa reorientação das políticas de desenvolvimento rural foi reflexo das [...] “ações definidas no 1º Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, idealizado em 2002 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável”, sendo a abordagem territorial seu eixo principal. O enfoque territorial para o MDA:

[...] é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção. Busca a integração interna dos territórios rurais e desses com o restante da economia nacional, sua revitalização e reestruturação progressiva, assim como a adoção de novas funções e demandas (BRASIL, 2005a, p. 21).

Partindo do entendimento de que seria necessária uma maior articulação entre as ações do governo para com as distintas demandas locais, envolvendo a população e ampliando as diversas interações econômicas, bem como sinergias intermunicipais, em outubro de 2003, o MDA elabora um texto que remete às Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável com a colaboração do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). A partir da elaboração dessas referências, foi criado o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), que seria um desdobramento da linha infraestrutura e serviços do PRONAF e que passaria, conforme Ortega (2007), a atuar como suporte para os territórios rurais.

Para a coordenação da política territorial, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), em 2003, transformou-se no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Reforma Agrária e Agricultura Familiar (CONDRAF), cuja finalidade seria “articular os debates entre o governo e as

organizações da sociedade civil em torno da agricultura familiar e do desenvolvimento territorial” (ORTEGA, 2008, p. 162).

Os recursos do PRONAF, infraestrutura e serviços, passaram a ser orientados pelo CONDRAF, que, a partir de 2004, passou a destinar tais recursos não mais para municípios isoladamente, mas para um conjunto de municípios, os Territórios Rurais (ORTEGA, 2008).

A unidade municipal sozinha não teria capacidade de desencadear um processo de desenvolvimento sustentável, mas, articulada com outros municípios, poderia criar sinergias que possibilitariam o desenvolvimento. Considerando que a associação entre municípios seria mais produtiva, foram criados os consórcios intermunicipais, com estratégias complementares e sincrônicas, desenvolvendo o território e não apenas unidades locais.

As principais áreas de atuação da SDT, de acordo com Ortega, passariam a ser:

- articulação e negociação das ações governamentais nos territórios;
- apoio e supervisão técnica e processual dos planos territoriais;
- realização de estudos, análises e capacitação;
- planejamento, acompanhamento e avaliação das ações territoriais;
- apoio ao CONDRAF; entre outras (ORTEGA, 2008, p.165).

O território segundo o documento de Referência para uma Estratégia de Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil seria:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL, 2005a, p. 28).

Tal definição operacional do governo define o território como um conceito espacial ou, nas palavras utilizadas pelo MDA, “geograficamente definido”. Se o território define, particulariza, ele não pode ser entendido como integralizador,

mesmo que, em seu interior, tenha coesão de múltiplos setores e poderes, ele apenas integra os seus componentes, podendo criar assimetrias de ordem territorial.

As políticas, dentro da abordagem territorial, compreendem que o território:

[...] combina a proximidade social, que favorece a solidariedade e a cooperação, com a diversidade de atores sociais, melhorando a articulação dos serviços públicos, organizando melhor o acesso ao mercado interno, chegando até ao compartilhamento de uma identidade própria, que fornece uma sólida base para a coesão social e territorial, verdadeiros alicerces para o capital social (BRASIL, 2005a, p. 24).

A solidariedade e a cooperação, elementos citados na abordagem territorial, constituem importantes elementos para coesão social e para construção de um capital social, porém um grupo muito coeso também apresenta limitantes para sua abrangência. Ao tratar do elemento rede, Vasconcelos (2007) aborda as vantagens e as desvantagens de laços fortes e fracos e, quando é construído um elo social e territorial muito coeso, também se tem o risco de fechar esse território e encerrar as possibilidades de inovação e fluidez, elementos fundamentais no processo de desconcentrar desigualdades espaciais.

Caminhando no sentido de criar elos de confiabilidade e, ao mesmo tempo, diminuir desigualdades, é que a presente pesquisa defende que a abordagem mais adequada do desenvolvimento na realidade do Território da Cidadania Região Central – RS seria a rede, considerando que é possível verificar neste território um capital social ascendente que deve ser estimulado no sentido da construção de organizações sociais para o acesso ao programa Território da Cidadania.

A rede seria o elemento da diluição e da fluidez e o território seria o recorte dos poderes organizados em rede. A rede teria, portanto, propriedade de integrar territórios. Por se tratar de um elemento que permite a fluidez do poder, a organização de grupos sociais em redes, seja a partir de uma cooperativa ou de outra forma de associação, favorece a inserção e a apropriação dos programas de desenvolvimento, como os Territórios da Cidadania, pelos pequenos agricultores.

Para traçar os planos de desenvolvimento territorial rural, o território rural é entendido como um espaço, onde predominam elementos rurais.

- Ambiente natural pouco modificado e/ou parcialmente convertido a atividades agro-silvo-pastoris; baixa densidade demográfica população pequena; base na economia primária e seus encadeamentos secundários e terciários; hábitos culturais e tradições típicas do universo rural (BRASIL, 2005a, p. 28).

Para delimitação política desses territórios no Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) adota os seguintes critérios:

município – densidade demográfica até 80 hab/km² e população total até 50.000 habitantes; microrregião geográfica - densidade demográfica até 80 hab/km² e população média por município componente da microrregião de 50.000 habitantes. Sempre que uma microrregião atinge índices que a categorizam como “rural”, nessa categoria se incluem todos os municípios que compõem a microrregião considerada. - Agricultores familiares, famílias assentadas pela reforma agrária, agricultores beneficiários do reordenamento agrário, famílias assentadas, o que caracteriza maior intensidade de demanda social (BRASIL, 2005a, p. 28).

Depois de definidos os territórios rurais, foram elaborados os Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). A gestão desses planos deveria ocorrer através da participação de instituições locais. As indicações presentes nas Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais (2005) previam que as instâncias de atuação da sociedade deveriam ocorrer pelas Comissões de Instalação das Ações Territoriais (CIAT), pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDR) e pelos Colegiados de Desenvolvimento Territorial Sustentável (CODETERES), destacando que, no caso dos CIAT, eles evoluíssem para CODETERES, uma estrutura mais complexa, com estatuto e regimento interno, planos e projetos a serem efetivados. Essas comissões e colegiados territoriais nada mais são do que:

[...] um tipo específico de arranjo institucional. Esses arranjos têm um papel de destaque, pois é através deles que se pretende construir acordos em torno da implementação dos projetos de interesse do território, catalisando habilidades e competências dispersas num conjunto de organizações e agentes, públicos e privados, individuais e coletivos, e operar esses atributos colocando-os a serviço do

território. Os arranjos institucionais³⁹ podem, portanto, estar orientados para a gestão do plano de desenvolvimento territorial, ou para a implementação de ações específicas neles contidas (BRASIL, 2005b, p. 25).

A partir das experiências adquiridas com o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) da análise das necessidades dos territórios rurais elaboradas pelos colegiados, identificou-se a necessidade de um programa mais abrangente com ações sincronizadas com diferentes ministérios e governos. Portanto, em 25 de fevereiro de 2008, foi lançado o Programa Territórios da Cidadania.

³⁹ Por arranjo institucional, por sua vez, entende-se os acordos e contratos entre agentes específicos, através dos quais eles irão cooperar ou competir numa dada situação Ibid, p. 25.

4. TERRITÓRIOS DA CIDADANIA (TC)

Este capítulo tem como objetivo caracterizar o Programa Territórios da Cidadania, destacando o Território da Cidadania Central do Rio Grande do Sul.

Ao ser lançado, em 2008, o Programa Territórios da Cidadania nasce com o objetivo de favorecer programas básicos de cidadania, através da abordagem territorial, com a articulação das diferentes instâncias do poder e da sociedade civil, conforme mencionado na introdução.

Segundo o documento governamental Integração de Políticas Públicas para Reduzir Desigualdades, o TC:

[...] combina diferentes ações de ministérios e governos estaduais e municipais, consolidando as relações federativas, tornando mais eficiente a ação do poder público nos territórios. Por exemplo: serão desenvolvidas ações combinando os financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com a ampliação da assistência técnica; a construção de estradas com a ampliação do Programa Luz para Todos; a recuperação da infraestrutura dos assentamentos com a ampliação da Bolsa Família; a implantação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) com a ampliação dos programas Saúde da Família, Farmácia Popular e Brasil Sorridente; e a construção de escolas com obras de saneamento básico e a construção de cisternas (BRASIL, 2008a, p. 2).

A articulação de diferentes Ministérios é fruto do fato de se encontrar áreas rurais desprovidas, nas quais falta todo o tipo de infraestrutura em habitação, saúde e educação, enfim, problemas que transcendem as competências do MDA. Os Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) incorporaram, então, uma lógica complementar de ações para o prosseguimento de seus objetivos, pois, sem o mínimo de condições sociais e econômicas, as possibilidades de prover um desenvolvimento alternativo e com participação social ficam restritas.

O Território da Cidadania:

[...] é formado por um conjunto de municípios com mesma característica econômica e ambiental, identidade e coesão social, cultural e geográfica. Maiores que o município e menores que o estado, os Territórios demonstram, de forma mais nítida, a realidade dos grupos sociais, das atividades econômicas e das instituições de cada localidade. Isso facilita o planejamento de ações governamentais para o desenvolvimento dessas regiões (BRASIL, MDA, 2009a, p. 3)

A escolha e a priorização dos territórios incorporados aos TC, conforme o decreto de lei de 25 de fevereiro de 2008 dar-se-ão pela ponderação dos seguintes critérios:

- estar incorporado ao Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH territorial;
- maior concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família;
- maior concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária;
- maior concentração de populações tradicionais, quilombolas e indígenas;
- baixo dinamismo econômico, segundo a tipologia das desigualdades regionais constantes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, do Ministério da Integração Nacional;
- convergência de programas de apoio ao desenvolvimento de distintos níveis de governo; e maior organização social (BRASIL, 2008b, p.1-2).

Os Territórios da Cidadania consistem em um limite de domínio formado por municípios com índices sociais e econômicos homogêneos. Referente organização local municipal, Lopes (2010) destaca:

Os territórios não surgem repentinamente e não são autônomos em relação às bases institucionais e sociais preexistentes no nível municipal, mas é justamente a partir das relações entre municípios, bem como das relações deles com outras esferas estatais e sociais que eles se constituem e atuam. (LOPES, 2010, p. 31).

Neste sentido, compreendendo a importância das esferas locais, mas, sobretudo das organizações sociais é que a presente pesquisa entende que para descentralizar o desenvolvimento a integração em rede e a complementaridade de

ações de grupos cooperativos são fundamentais. A integração de municípios de diferentes territórios pode criar um quadro de menor desigualdade entre territórios.

Atualmente estão em atuação cento e vinte Territórios da Cidadania, que contam com vinte e dois órgãos federais. A gestão dos territórios passa por três grandes instâncias: o *Comitê Gestor Nacional*, o *Comitê Estadual* e os *Colegiados de Desenvolvimento Territorial Sustentável* (CODETERS). A Figura 7 apresenta o resumo da gestão dos Territórios da Cidadania.

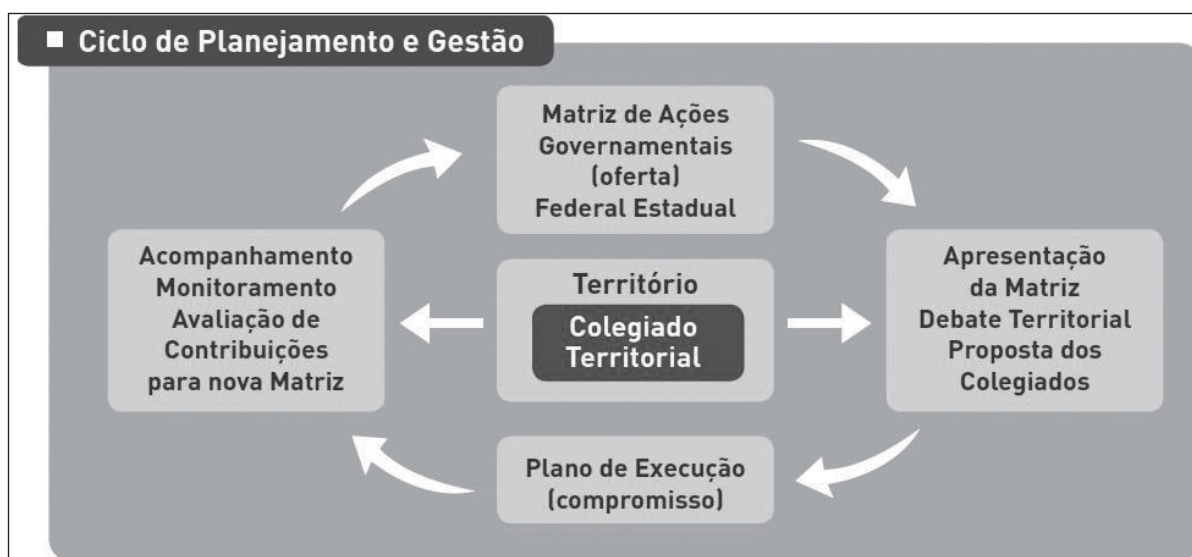


Figura 7 – Gestão dos Territórios da Cidadania

Fonte: (BRASIL, 2009a)

O Comitê Gestor Nacional reúne os ministérios e parceiros, define os territórios, aprova, organiza e avalia o programa. O Comitê Estadual, representado pelos órgãos estaduais e pelas prefeituras, tem a função de organizar, articular, integrar e acompanhar as ações dos TC. Já os CODETERS, formados pela sociedade civil e pelo poder público de cada território, consistem no espaço de discussão, planejamento e execução de ações para o desenvolvimento do Território (BRASIL, 2009a).

De acordo com a Figura 7, é possível verificar que o colegiado territorial é o mediador das ações do programa. Cabe a ele debater as propostas governamentais, delimitar as prioridades do território, criar os planos de execução, acompanhamento e avaliação, propondo contribuições para a nova matriz governamental. Segundo BRASIL (2009a, p. 4), “exerce o controle social do programa”.

Comparando os Territórios da Cidadania com o Programa Territórios Rurais, uma das inovações organizacionais apontadas por Ortega (2008) estaria em uma

governança horizontal, onde os Comitês estaduais facilitariam a comunicação entre o Comitê Gestor Nacional e os CODETERS.

Lembrando a comparação realizada entre o Programa Leader e os Territórios da Cidadania, no Capítulo 3, nos primeiros anos do Leader, os Grupos de Ação Local (GAL) tinham um poder semelhante ao CODETERS, pois eram propostos os eixos de desenvolvimento e havia a flexibilidade dos GAL sugerir ações de acordo com a realidade de cada território. Os CODETERS dos Territórios da Cidadania possuem o direito de reivindicar ao Comitê Nacional ações para seu território e contribuir para uma nova matriz de ações.

Na estrutura de gestão dos Territórios da Cidadania, o papel do CODETERS é fundamental e, utilizando o exemplo de entidades participantes do colegiado do Território da Cidadania Região Central – RS, como a Cooesperança, Copetec e Coperterra, esta pesquisa buscou evidenciar como se materializa o Programa.

4.1. Território da Cidadania Região Central – RS

De acordo com informações disponibilizadas pelo articulador do Território Região Central (2011)⁴⁰ o processo de integração das comunidades rurais dos municípios da região central do Estado do Rio Grande do Sul foi iniciado em novembro de 2004, dando origem em março de 2005 ao Território Rural da Região Central/RS. Para inclusão nos Territórios Rurais, foi considerada a pouca dinâmica econômica da Região Central do Rio Grande do Sul, composta por municípios de baixos índices de desenvolvimento humano e economia com base no setor primário, com exceção de Santa Maria que centraliza serviços e cuja economia advém do setor terciário.

A inclusão da Região Central do Rio Grande do Sul no Programa Territórios da Cidadania advenho da condição de Território Rural, pois na constituição do Programa Territórios da Cidadania segundo Ortega (2008, p.105) “[...] têm sido priorizados os territórios que podemos denominar deprimidos” e pertencentes ao Programa de Desenvolvimento Sustentável Territórios Rurais, do MDA.

Segundo relatório MDA (2011) considerando a relevância das ações definidas e conduzidas pelo CODETERS/Central/RS em abril de 2009 o Território Rural da

⁴⁰ Resumo das atividades do Território Região Central elaborado pelo articulador territorial em complemento a entrevista realizada em 2011.

Região Central/RS passou a integrar o Programa Territórios da Cidadania, dando ao *Território da Cidadania da Região Central/RS*.

O Território da Cidadania da Região Central – RS é composto por trinta e quatro municípios⁴¹ e abrange uma área de 32.457,00 Km². A população total do território é de seiscentos e cinquenta e dois mil setecentos e vinte e cinco habitantes, dos quais cento e dezenove mil oitocentos e onze vivem na área rural, correspondendo a 18,36% do total da população. Possui trinta e um mil novecentos e sessenta e cinco agricultores familiares, mil duzentos e cinquenta famílias assentadas e onze comunidades quilombolas. Seu IDH médio é 0,81 (Brasil, 2010 a). Na Figura 8 é apresentado o mapa do Território da Cidadania Região Central – RS.

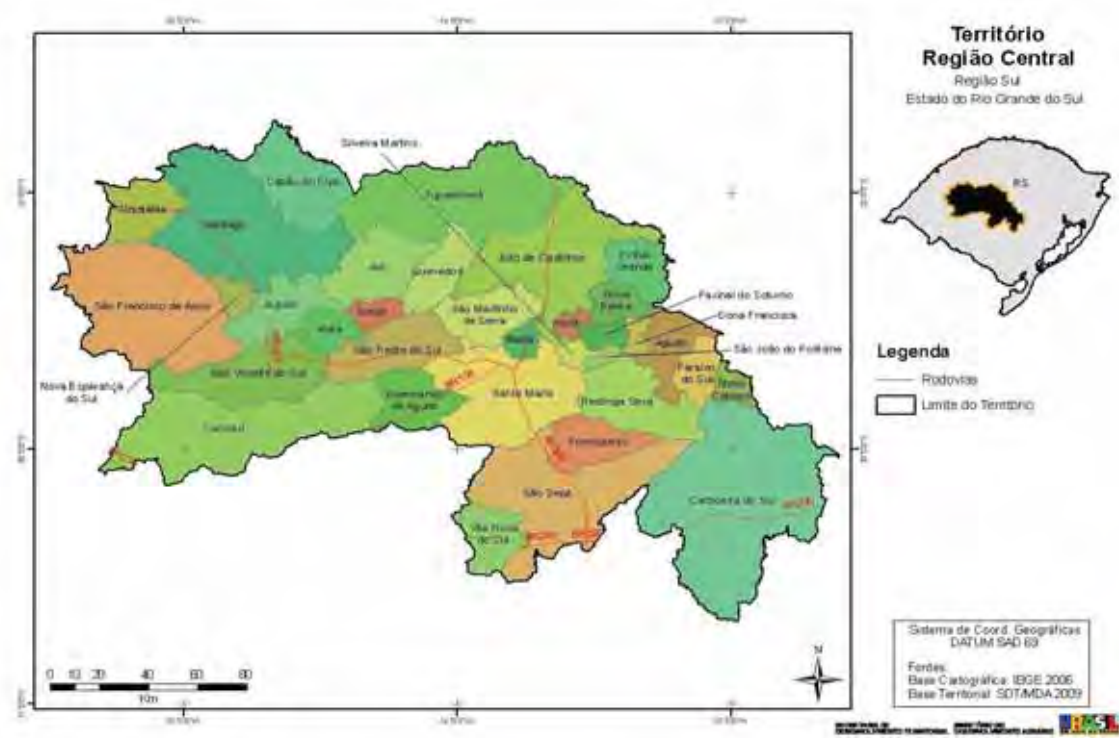


Figura 8 – Localização do Território da Cidadania Região Central do Rio Grande do Sul

Fonte: Brasil (2011b)

⁴¹ O Território da Cidadania Região Central/RS é formado por trinta e quatro municípios, subdivididos em cinco microrregiões que foram definidas em plenária pelo Colegiado: - **Quarta Colônia**, integrada pelos municípios de Agudo, Restinga Seca, Faxinal do Soturno, Nova Palma, São João do Polêsine, Ivorá, Silveira Martins, Pinhal Grande e Dona Francisca. - **Águas da Serra** integrada pelos municípios de Jari, Júlio de Castilhos, Quevedos, Itaara, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, Dilermando de Aguiar e Toropi - **Jacuí-Centro**, com os municípios de Cachoeira do Sul, Paraíso do Sul e Novo Cabrais. - **Vale do Jaguari**, integrado por Santiago, Unistalda, Capão do Cipó, Jaguari, São Vicente do Sul, São Francisco de Assis, Cacequi, Mata e Nova Esperança do Sul. - **Coração do Rio Grande/Central**, composta por São Sepé, Formigueiro, Vila Nova do Sul e Santa Maria.

O índice de urbanização do Território Região Central do Rio Grande do Sul é superior a 50% (IBGE 2011), mas a maioria dos municípios possui sua economia fortemente ligada ao setor agropecuário. O município polo, ou seja, que centraliza os setores de serviço é Santa Maria, cuja população, conforme (IBGE, 2011), é de duzentos e sessenta e um mil e trinta e um habitantes; seguido de Cachoeira do Sul, com oitenta e três mil oitocentos e vinte e sete; Santiago, quarenta e nove mil e setenta e um; e São Sepé, com vinte e três mil setecentos e noventa e oito. As principais atividades agropecuárias são a pecuária de corte e de leite, a rizicultura, a sojicultura, a fumicultura, e outras (videira, citros, olerícolas, noqueira, cana-de-açúcar, amendoim batata inglesa, equinos, ovinos e batata doce) (BRASIL, 2006b).

A composição do Território da Cidadania Região Central – RS pode ser resumida na Figura 9.

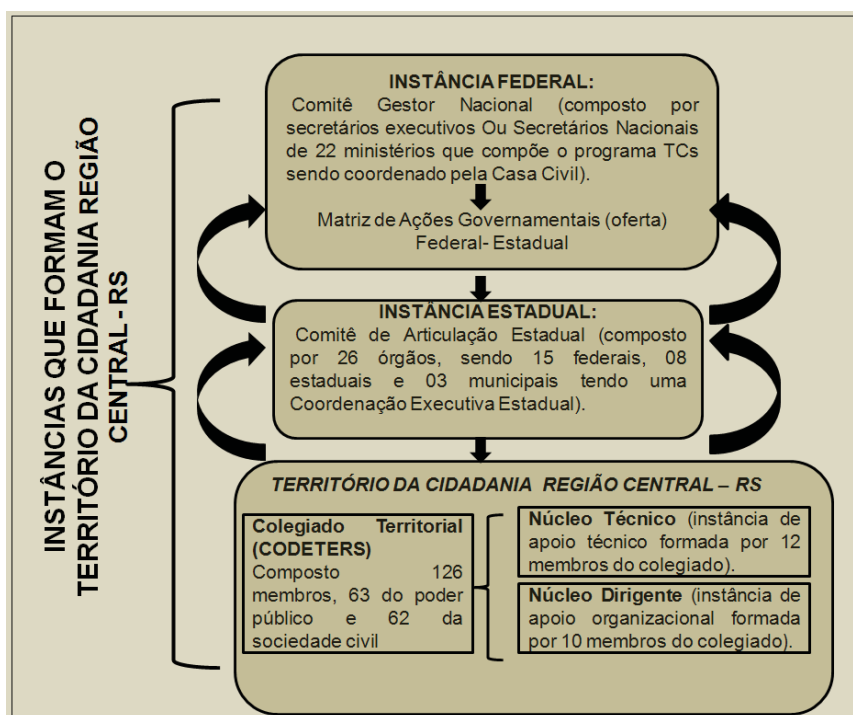


Figura 9 - Composição das instâncias que formam o Território da Cidadania Região Central – RS

*Composição do CODETERS/Central/RS até março de 2011.

Elaboração: Suelen de Leal Rodrigues

De acordo com a Figura 9, é possível verificar que o CODETERS/Central/RS é a instância que realiza a comunicação da unidade territorial com as instâncias superiores, agregando, em sua composição, poder público⁴² e sociedade civil. A

⁴² Seriam [...] as entidades públicas da administração direta, indireta ou vinculadas aos níveis federal, estadual e municipal de governo, bem como aquelas de caráter associativo que representem, direta

gestão do Território da Cidadania da Região Central/RS é realizada, portanto, pelo CODETERS/Central/RS, estrutura que derivou da antiga Comissão Provisória de Implantação de Ações Territoriais (CIAT/Central), um tipo de estrutura estimulada pelo governo ainda no ano de 2005, com a finalidade de amadurecer discussões para a implantação do CODETERS/Central/RS.

Inicialmente não havia critérios para participação na CIAT/Central e reuniões eram abertas a todos que tinham interesse em discutir propostas para o desenvolvimento do território.

A partir de plenárias iniciadas em 2005 segundo o articulador territorial, foram realizados vários contatos com o governo local e instituições civis para a implantação de um colegiado. Os encontros territoriais no ano de 2005 estiveram centralizados em Santa Maria, município sede do CODETER, descentralizando as reuniões para outros municípios a partir de 2006. Ressalta-se que o município de Santa Maria possui uma forte organização social e econômica, centralizando instituições de ensino superior, órgãos de assistência técnica como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater Regional), a ação a Pastoral da Terra em convênio Projeto Esperança/Cooesperança, representatividades sociais e políticas diversas, fator que favorece a convergência do planejamento das ações do território em Santa Maria.

Com a formalização do CODETERS/Central/RS, no dia 19 de maio de 2006, foi criado um estatuto interno estruturado em três instâncias: o Núcleo Dirigente o Núcleo Técnico e a Plenária Geral.

A inserção do CODETERS/Central/RS no Programa Territórios da Cidadania, em 2009, exigiu uma reformulação na composição do colegiado. Em plenária realizada em 25 de novembro de 2011, foi apresentada a composição do CODETERS/Central/RS (Anexo I). O Quadro 6 apresenta o resumo da composição do colegiado.

ou indiretamente, essas categorias. Como Sociedade Civil, compreende-se aquelas representativas de grupos sociais, de grupos de interesses, de grupos de vizinhança e de grupos de identidade social, étnica, geracional e de gênero. (BRASIL, 2006b, p.3).

| Representação Social | Nº Entidades Plenária | Nº Entidades Núcleo Dirigente | Nº Entidades Núcleo Técnico |
|--|------------------------------|--------------------------------------|------------------------------------|
| Conselhos | 05 | 00 | 00 |
| Poder Público Estadual | 04 | 01 | 00 |
| Poder Público Federal | 15 | 01 | 02 |
| Poder Público Municipal | 39 | 03 | 03 |
| Sociedade Civil | 40 | 05 | 07 |
| TOTAL | 103 | 10 | 12 |
| Plenária contém 58 (56,31%) Entidades do Poder Público e 45 (43,69%) da Sociedade Civil | | | |

*Composição do CODETERS/Central/RS até março de 2011.

Quadro 6 - Resumo da Composição do CODETERS/Central/RS

Fonte: Brasil (2011c).

A formação de instâncias, como o Núcleo Dirigente, o Núcleo Técnico e a Plenária Geral, tem como objetivo facilitar a construção e a discussão dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). A escolha dos membros de cada instância é realizada em Plenária Geral, tendo sua composição formada por representantes do poder público e civil de acordo com (Anexo II).

No ano de 2011 com a troca governamental⁴³, o Programa Territórios da Cidadania está lotado na Casa Civil em articulação com os outros ministérios, considerando a natureza plural das ações do Programa no sentido da promoção da cidadania. Em agosto de 2011 ocorre uma reformulação nos componentes do CODETERS – Região Central/RS (Anexo III)⁴⁴, onde foram escolhidos coordenadores para o colegiado, Núcleo Técnico e Núcleo Dirigente. A coordenação do colegiado segundo relatório MDA (2011) ficou a cargo da Coperterra e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG), o Núcleo Dirigente ficou sob responsabilidade da Emater e o Núcleo Técnico ficou a cargo do Instituto Federal Farroupilha, campus São Vicente do Sul (Anexo IV). As reformulações na composição do CODETERS – Região Central estão nos (Anexos III e IV), mostram que ocorreu uma paridade entre a composição do poder público

⁴³ Dilma Rousseff assume a presidência do Brasil em janeiro de 2011.

⁴⁴ As alterações na composição do colegiado ocorreram após a finalização da presente pesquisa, no entanto, para versão definitiva foi incluída a nova composição

que hoje conta cinquenta e oito representantes e poder civil também com cinquenta e oito, representantes totalizando cento e dezesseis componentes.

Do ano de 2005 até 2011 as principais linhas de discussão foram os estudos realizados sobre a cadeia do mel e do leite, o Estudo Propositivo do Turismo Rural, o Plano Safra Territorial e a elaboração de um edital de seleção de projetos (Anexo V) que estabeleceu critérios para seleção dos projetos. E recentemente no decorrer do ano de 2011 a proposição de projetos voltados à piscicultura.

Quando o Comitê Nacional apresenta a Matriz de Ações aos colegiados, cabe ao articulador ou assessor territorial⁴⁵ divulgar e abrir as candidaturas de projetos.

Os projetos apresentados ao CODETERS devem prever uma contrapartida dos municípios. Portanto, se não há um entendimento entre governo local e entidades civis, os projetos não são apresentados ao colegiado.

A articulação política entre os grupos civis e o poder público de cada município é fundamental para o desenvolvimento dos projetos dentro dos Territórios da Cidadania. O intuito dessa medida é fortalecer a articulação entre os diferentes poderes, entre população e governo, porém existe o risco de ocorrer oportunismo partidário de alguns grupos, assim como ocorre no contexto europeu da atual abordagem LEADER.

A pouca tradição de construir uma política articulada com as necessidades locais e com os grupos da sociedade civil, associada à visão distorcida de desenvolvimento, à gestão centralizada de ações e a falta de funcionários experientes na elaboração de projetos, foi apontada pelo articulador do Território da Cidadania Região Central – RS como o principal entrave para a elaboração de projetos. Inclusive ele destacou que os municípios solicitaram ao CODETERS/Central /RS um curso de elaboração de projetos.

⁴⁵ Ao articulador do território cabe o papel de mobilizar os agentes do colegiado de cada território. Preparação de eventos (reuniões, seminários, oficinas etc.); Redação e socialização de documentos do território (ofícios, atas, cartas, relatórios etc.); Mobilização dos atores sociais do território; Apoio às entidades executoras do território na elaboração dos planos de trabalho e encaminhamento da documentação junto à Caixa Econômica Federal; Apoio na gestão de projetos e recursos do Centro de Gestão Territorial (CGT) e Colegiado territorial; Secretariar as reuniões do Núcleo Diretivo e do Colegiado máximo territorial; Organização dos arquivos com a documentação do Território; Moderação de oficinas / reuniões; Atender outras demandas de atividades apresentadas pelo Núcleo Diretivo e pelo Colegiado máximo territorial; Acompanhamento dos projetos territoriais; Origem dos recursos e remuneração.

As cooperativas selecionadas pela presente pesquisa, Cooesperança, Copetec e Coperterra, fazem parte do Núcleo Diretivo e Técnico, sendo componentes ativos dentro do CODETERS/Central/RS.

Para os projetos vigentes em 2007/2008, foram apresentados ao colegiado os projetos da Coperterra de fortalecimento da cadeia leiteira, com uma verba de R\$ 291, 000,00 e, para o Cooesperança, foram aprovadas verbas no valor de R\$ 37.161,00, para a ampliação do terminal de comercialização. (Anexo VI).

De acordo com o articulador do Território da Cidadania Região Central/RS, a Cooesperança, a Copetec e a Coperterra não são organizações privilegiadas no colegiado. O voto delas possui o mesmo peso das demais instituições participantes, porém o sucesso e a aprovação de seus projetos estão ligados à larga experiência que possuem na construção de projetos de desenvolvimento. Essas cooperativas têm um entendimento dos reais problemas enfrentados pelos agricultores, uma visão diferenciada de desenvolvimento, um grupo social qualificado e muito articulado politicamente.

Esta pesquisa busca mostrar que a rede social presente no âmbito das cooperativas em questão é o real elemento construtor de um desenvolvimento mais equilibrado em níveis territoriais. As relações de poder e de saber construídas socialmente pelas cooperativas e sua difusão em rede seriam os elementos que materializam o programa de desenvolvimento Territórios da Cidadania na Região Central do Estado do Rio Grande do Sul.

Trabalhar em rede na gestão dos Territórios da Cidadania implica em barreiras federativas dos territórios políticos, não existe a possibilidade de um município repassar verbas para outro. No entanto, a Coperterra e a Copetec, que estão trabalhando o fortalecimento da bacia leiteira dentro do CODETERS/Central/RS, em articulação com grupos sociais de outros territórios, visualizaram a perspectiva de uma integração interterritorial com o Território da Cidadania Noroeste Colonial- RS⁴⁶. Através da rede de influências das cooperativas, foi possível criar uma ligação interterritorial.

⁴⁶ Municípios componentes: Augusto Pestana, Barra do Guarita, Catuípe, Chiapeta, Bozano, Ajuricaba, Boa Vista do Cadeado, Bom Progresso, Braga, Campo Novo, Condor, Coronel Bicaco, Derrubadas, Inhacorá, Nova Ramada, Redentora, São Martinho, Sede Nova, Tenente Portela, Vista Gaúcha, Coronel Barros, Crissiumal, Cruz Alta, Esperança do Sul, Humaitá, Ijuí, Jóia, Miraguaí, Panambi, Pejuçara, Santo Augusto, São Valério do Sul, Tiradentes do Sul e Três Passos.

Conforme entrevistas realizadas com o articulador do Território da Cidadania da Região Central/RS e com técnicos da Coperterra, a questão do leite está sendo incentivada no Território da Cidadania Noroeste Colonial-RS, porém, nesse território, havia uma carência de recursos em torno de 150 mil reais. A Coperterra, juntamente com a Copetec, elaborou um projeto que passou pelo CODETERS/Central /RS e, em decisão plenária, foi decidido o repasse de 150 mil reais para o Território da Noroeste Colonial - RS. Essa medida só foi possível juridicamente porque quem alocou o recurso financeiro foi o MDA via CODETERS/Central/RS. Cabe destacar, entretanto, que a mobilização política e social foi realizada pelas cooperativas, que através das suas redes criaram o primeiro projeto interterritorial do país.

A partir do exemplo citado, é possível evidenciar que a articulação em rede realizada por cooperativas como a Copetec e Coperterra consegue transcender as barreiras políticas e materializar ações de desenvolvimento rural. A Cooesperança, por sua vez, assume importância como articuladora de uma rede social de Economia Solidária que ultrapassa o território político.

As cooperativas destacadas pela pesquisa embasam suas ações em princípios do cooperativismo solidário. Portanto, antes de apresentar o contexto de formação de cada cooperativa e de sua interface como os Territórios da Cidadania, na próxima seção, será realizado um resgate histórico da importância do cooperativismo e dos princípios da Economia Solidária.

4.2 O Cooperativismo como Instrumento de Acesso e Materialização do Desenvolvimento Rural.

As primeiras formas cooperativas surgiram na Inglaterra, ainda em meados do século XIX. A precursora dessa forma de organização seria a cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, em 1844, através da qual foram instituídos os princípios universais do cooperativismo.

Singer (2002), ao abordar a historicidade da Economia Solidária, exemplifica esse processo a partir das primeiras organizações cooperativas, fundadas de acordo com as orientações de Robert Owen. Tais cooperativas tinham como objetivo criar estratégias econômicas equitativas de maneira a suprir as necessidades básicas dos operários ingleses. Nesse contexto, encontram-se os princípios de uma economia

não voltada apenas à otimização do lucro, mas, sobretudo, baseada em princípios de solidariedade e de cooperação, de modo a garantir vantagens a todos os atores sociais envolvidos.

No Estado do Rio Grande do Sul, a formação das primeiras cooperativas de agricultores familiares ocorreu no início do século XX, nas áreas⁴⁷ de colonização alemã. O agravamento da exploração comercial sob a produção do agricultor familiar favoreceu, segundo Frantz (2003a), que, na década de 1950, ocorresse a criação de várias cooperativas mistas nas regiões de colonização do Rio Grande do Sul.

Através da forma cooperativa, os agricultores buscavam melhorar sua posição social e econômica. No entendimento de Frantz (2003a), as cooperativas representavam para eles:

[...] expressão de confiança em si mesmos, como esperança de dias melhores, como reação e defesa, no duro jogo pela vida na agricultura familiar, contra a exploração que diziam sofrer na venda e na compra daquilo que era o fruto de seu trabalho e daquilo que necessitavam para viver. Organizaram as cooperativas com a perspectiva de estruturar relações de poder (FRANTZ, 2003a, p. 10-11).

A cooperativa seria o agente social e econômico de reestruturação e inserção do conjunto social que representa, ela detém um poder materializado pela concessão de seus sócios seria uma estrutura de poderes agregados por laços sociais, que só possuem força quando são reconhecidos pelo grupo⁴⁸. A significação do poder dentro da cooperativa passa pelo seu reconhecimento, a estrutura organizacional de uma cooperativa é composta por representantes que devem agir de acordo com o interesse do coletivo. Dessa forma, um líder ou dirigente de cooperativa pode assumir um Poder Carismático, construído no âmbito de sua influência grupal, e pode assumir um Poder Legal, reconhecido em assembleia geral.

⁴⁷ Em específico seria a porção nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, com destaque para a cidade de Nova Petrópolis, pioneira do cooperativismo de crédito, em 1902, foi criada a primeira cooperativa de crédito da América Latina.

⁴⁸ A legitimidade do poder está segundo Weber (2005), estruturada em três tipos: O *Poder Legal*, reconhecido em estatuto; o *Poder Tradicional*, que é legitimado pelo exercício do poder através de um status herdado de acordo com os costumes; e o *Poder Carismático*, exercido pela capacidade que as pessoas têm de manipularem ou agregarem pessoas por seu discurso ou atitudes.

A estrutura social do grupo cooperativo é composta por uma pluralidade de ideias, que devem ser discutidas e selecionadas em concordância com a maioria do grupo. Assim, os conflitos são necessários e inevitáveis para gerar reflexão. No entanto, para a manutenção da ação e permanência do sistema cooperativo, a estabilidade e o consenso são primordiais e, nesse ponto, ganham importância os laços de confiança estabelecidos pelo grupo.

Compreender a organização cooperativa apenas por seus aspectos econômicos consiste em um entendimento reduzido de um processo que envolve uma rede de relações sociais. A organização econômica de uma cooperativa envolve um processo social de estabelecimento de laços de confiabilidade, que estruturam a representatividade da cooperativa perante o mercado. Frantz (1993b) representa o sentido econômico da cooperativa como a Figura 10.



Figura 10 – Relações de poder no mercado
 Fonte: Frantz (2003b)

De acordo com a Figura 10, verifica-se que a cooperativa adquire poder político e poder competitivo no mercado, pela união de seus sócios, para Frantz (2003b, p 30), ela é o “lugar social do poder” e transcende a expressão material, “contém também expressões culturais, políticas e sociais que se somam aos interesses, objetivos e necessidades de seus associados e se fazem presentes no funcionamento de uma cooperativa, constituindo-se poder” Ibid (2003b, p. 9).

Atualmente as abordagens referentes à organização cooperativa são reduzidas ao aspecto econômico, diminuindo, no entendimento de Frantz (2003b), a

noção social do projeto cooperativo, na qual o associado é reduzido a um comprador ou fornecedor de mercadorias, desaparecendo, então, como sujeito político dessa organização.

Da experiência Rochdale, surgiram os princípios universais do cooperativismo:

1º- que nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independente de quanto investiu na cooperativa; 2º - o número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir; 3º - sobre capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa juros fixa; 4º - as sobras seriam divididas entre os membros em proporção as compras de cada um na cooperativa. 5º - as vendas feitas pela cooperativa seriam sempre feitas a vista; 6º - os produtos vendidos pelo cooperativa seriam sempre puros (isto é, não adulterados); 7º- a cooperativa se empenharia na educação cooperativa; 8º - a cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas ou políticas (SINGER, 2002, p. 39-40).

Os princípios genuínos do cooperativismo prezavam pelo fortalecimento econômico, político e social de seus associados para superação da exclusão. No entanto, ao longo dos anos, esses princípios passaram por transformações, em que o associado como elemento político perdeu espaço para elementos funcionais da produção e do lucro.

Segundo Nicásio (1997), em 1895, por iniciativa de líderes cooperativistas ingleses, franceses e alemães, foi fundada a Aliança Cooperativa Internacional – (ACI), cujo objetivo seria criar um órgão normatizador das cooperativas em nível mundial. A mais recente reelaboração da definição de cooperativa e dos princípios de Rochdale foi realizada em 1995 pela ACI, de acordo com Nicásio (1997), a cooperativa passou a ser entendida como:

Uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer suas necessidades comuns, através de uma empresa de negócios da qual possuem a propriedade em conjunto e a controlam democraticamente, pelos seguintes princípios: 1) adesão voluntária e livre; 2) gestão democrática pelos membros; 3) participação econômica dos membros; 4) autonomia e independência; 5) educação, formação e informação; 6) intercooperação; 7) interesse pela comunidade (ACI apud NICÁSIO, 1997).

As reformulações dos princípios do cooperativismo excluíram a obrigação de comercializar produtos puros sem alteração. Por exemplo: não existe nenhuma restrição para a comercialização de produtos transgênicos, a venda dos produtos é mais flexível, ou seja, não há obrigatoriedade de resgatar à vista o lucro das vendas, a neutralidade política e religiosa foi outro ponto excluído.

As alterações representam, de certa maneira, a natureza das cooperativas na atualidade. Todas as cooperativas de produção agrícola vendem produtos adequados ao consumo humano, mas aquelas que estão ligadas ao monocultivo não primam pela qualidade biológica de seus produtos, aqui entendidos como livres de agrotóxicos. Também no contexto atual, é muito grande o número de cooperativas ligadas às iniciativas religiosas e a movimentos sociais partidários, lembrando que geralmente são as de cunho religioso e de identificação partidária que mais incentivam o resgate dos princípios do cooperativismo de Rochdale.

A organização cooperativa, através da união de seus sócios, obtém expressividade e competitividade econômica e, no caso de programas de desenvolvimento rural, ganham expressividade social e espacial. Os pequenos agricultores que sozinhos não teriam oportunidades de acessar e materializar os benefícios de um programa de desenvolvimento rural, com a participação em organizações cooperativas, conseguem viabilizar essa materialização

Esta pesquisa busca provar que a rede social de poderes, presente na estrutura de cooperativas de cunho solidário, favorece a materialização do Programa Territórios da Cidadania na Região Central- RS.

Os exemplos cooperativos selecionados pela pesquisa, Coesperança, Copetec⁴⁹ e Copeterra, são norteados por princípios que embasam a Economia Solidária. A Coesperança teve sua origem ligada aos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), pioneiros da economia solidária no Brasil. A Copetec e a Copeterra, por sua vez, oriundas de um movimento social como o MST, buscam agir de acordo com princípios da Economia Solidária, estimulados no âmbito do MDA e do INCRA.

O Ministério do Desenvolvimento Rural, através das articulações ministeriais, vincula o Programa Territórios da Cidadania a projetos voltados a empreendimentos

⁴⁹ A Copetec e a Copeterra não são intituladas formalmente como cooperativas solidárias, no entanto, a base de formação dessas cooperativas preza por princípios presentes na Economia Solidária.

com fins solidários⁵⁰, como as cooperativas contempladas pela pesquisa. Dessa forma, a seção seguinte tratará do entendimento de Economia Solidária, sua sincronia com alguns princípios do cooperativismo e da importância da articulação de cooperativas para a materialização de programas e de políticas de desenvolvimento rural.

4.3. Economia Solidária e Cooperativismo

A Economia Solidária surge como uma prática de fazer economia por estratégias alternativas, que envolvem vínculos de confiança, como os que se constroem em um ambiente cooperativo. Atualmente, juntamente ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), existe a Secretaria Nacional de Economia Solidária a (SENAES), responsável pelo estímulo governamental a empresas que se regem por princípios solidários.

A construção de uma economia solidária surge no contexto de exclusão social do modelo capitalista, no qual grupos marginalizados buscam alternativas econômicas para sua manutenção. No campo, o aumento da divisão social do trabalho e o processo modernizador levaram à expropriação de milhares de agricultores familiares dos seus meios de produção, forçando um processo migratório para as cidades, onde milhares ficaram desempregados ou assumiram subempregos na economia informal. Os que continuaram no campo procuraram formas alternativas de colocar sua produção no mercado, seja a partir de um esforço individual, seja a partir da participação em associações ou cooperativas, construindo novas relações de produção e consumo.

O marco teórico que contextualiza esses processos na América Latina é, segundo Cruz (2006), a obra do sociólogo chileno Luis Razeto (1984), intitulada “Empresas de Trabajadores y Mercado Democrático”, para quem as formas de exclusão levariam ao surgimento de economias populares que geraram uma Economia Solidária.

A definição de Economia Solidária apresenta uma grande elasticidade, que é discutida por autores como Luis Razeto, José Luis Coraggio e Paul Singer. A

⁵⁰ Projetos que buscam melhorar aspectos econômicos, mas sobretudo sociais, considerando a inserção do grupo social na construção de seu desenvolvimento.

presente pesquisa adotou a definição de Economia Solidária apresentada por Paul Singer:

[...] conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito, organizadas por princípios solidários e que aparecem sob diversas formas: cooperativas e associação de produtores, empresas autogestionárias, banco comunitários, clubes de troca, e diversas organizações populares urbanas e rurais (SINGER; SOUZA, 2000, p. 123).

As definições hoje atribuídas à Economia Solidária podem ser sistematizadas como experiências econômicas, onde cidadãos e cidadãs excluídos do mercado formal de trabalho se organizam para criarem sua fonte de trabalho, formando laços de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária. Todas essas características indicadas como propiciadoras de uma sociedade solidária são encontradas no Projeto Esperança Coesperança, através da pluralidade de seus projetos que envolvem grupos sociais rurais e urbanos. Na Copetec e na Coperterra, através de seus projetos juntamente às áreas de assentamentos e agricultores familiares.

Nos exemplos abordados por esta pesquisa, temos a inclusão de grupos sociais excluídos, por meio de iniciativas de cunho solidário, articulando sociedade, Igreja e Estado, de modo que os poderes se complementam para a materialização dos projetos.

As iniciativas de cunho solidário, no contexto brasileiro, não se restringem à reivindicação dos desempregados rurais ou urbanos. Singer (2002) cita os papéis da Igreja católica e outras igrejas, sindicatos, movimentos sociais e universidades.

Inicialmente a Cáritas, organização da Igreja Católica criada em 1956, tinha uma política assistencialista voltada a ajudar os mais pobres, cujos fundos eram oriundos principalmente de doações de organizações europeias. Na década de 1980, a Cáritas funda um modelo de assistência que busca dar condições às populações mais pobres de criarem seus meios de sustento, os Projetos Alternativos comunitários (PACs).

Os primeiros projetos começaram no nordeste, com o programa de cisternas, os PACs tinham como o objetivo:

[...] que cada grupo pudesse se auto-sustentar, principalmente através da distribuição comunitária das tarefas, das decisões tomadas de forma democrática, da autogestão dos grupos e da promoção da solidariedade humana dentro do próprio grupo (CÁRITAS, 2006, p. 08).

Os PACs, de 1980 até 1999, foram divididos em quatro tipos: produção, infraestrutura, educacional e os sócio-comunitários, cujo público poderia ser formado tanto por agricultores quanto por cidadãos excluídos socialmente.

A partir de 1989, os fundos de crédito dos PACs passaram a ser rotativos, atribuindo aos beneficiados a responsabilidade de retribuir o investimento e ajudar o próximo beneficiário, estimulando, assim, a responsabilidade social para com o grupo. Sauborin⁵¹ (2009) classifica esses fundos como créditos solidários. O processo de amadurecimento dos PACs buscou resgatar os princípios e os valores do cooperativismo, incentivando a união dos grupos populares para fazer frente ao mercado capitalista, construindo a articulação de grupos para compra, venda e comercialização de produtos, assim como espaços para a troca de experiências.

A Cooesperança, um dos exemplos contemplados por esta pesquisa, teve sua formação ligada aos PACs desenvolvidos pela Cáritas e pela Diocese de Santa Maria - Rio Grande do Sul entre os anos de 1984-85. Também foi a Cooesperança a pioneira em realizar as feiras nacionais de solidariedade e cooperativismo no ano de 1998. Além da comercialização direta dos produtos da cooperativa, as feiras constituem importante espaço de diálogo com as demais experiências nacionais, ocorrendo reuniões e palestras. Além do exemplo da Cooesperança em Santa Maria, as regiões de Porto Alegre, Passo Fundo e Fortaleza passaram a se destacar no âmbito da Economia Solidária.

A partir de 1996, os PACs passaram a investir em estratégias voltadas ao fortalecimento da economia popular solidária, promovendo redes e fóruns para intervirem nas políticas públicas e articular movimentos populares, procurando construir uma Economia Popular Solidária (EPS).

⁵¹ Ibid (p 264). Tipos de crédito solidário: “o Fundo Rotativo Solidário (FRS): corresponde a uma forma de manejo coletivo de recursos provenientes de um capital inicial externo: por exemplo, financiamentos das agências de cooperação internacional por intermédio das ONGs, da SUDENE ou do Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC), para a construção das primeiras cisternas em uma comunidade. Este fundo é dito solidário porque as primeiras famílias que recebem a cisterna têm de reembolsar sua parte, de forma a beneficiar, a seu turno, cada família da comunidade que possa necessitar dessas cisternas. Quando são reembolsados pelo grupo de famílias, estes recursos são depositados em um fundo criado e administrado pela comunidade.”

Hoje os PACs são agregados ao conjunto de ações que visam a construir a EPS, nas quais “a rede passa a ser compreendida como um dos instrumentos fundamentais para o fortalecimento das iniciativas econômicas e para ampliação e capacidade política de diversos setores populares no sentido da conquista de políticas públicas” (CÁRITAS, 2006, p. 19). Os projetos de EPS estão articulados em quatro tipos de rede: industrialização, comercialização, consumidores e redes de intervenção nas políticas públicas. Através dessa interação, busca-se a otimização das estratégias solidárias na superação da exclusão social e econômica. Atualmente as cooperativas derivadas da motivação dos PACs ou mesmo auxiliadas por eles passaram a ser elementos de transformação social.

Além do papel decisivo dos PACs para a construção da Economia Solidária, Singer (2002) cita o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que, ao assentar milhares de famílias, passou a estimular a formação de cooperativas autogestionárias dando lugar a uma economia de cunho solidário. Em 1989, foi fundado o Sistema Cooperativista dos Assentamentos (SCA), que articula diversos tipos de organizações dos assentados, desde Grupos Coletivos, Associações, Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) e Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS). Em 1992, foi criada a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, a CONCRAB, para articular as demandas e as potencialidades regionais, otimizando esforços e recursos, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico das famílias assentadas (CONCRAB, 2004).

Portanto, as iniciativas da Cáritas e do MST são experiências que impulsionaram a formação e a reivindicação de uma Economia Solidária e que recentemente está sendo reconhecida e estimulada no contexto político.

Em junho de 2003, juntamente ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foi fundada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SNAES). Segundo Singer (2004), a SNAES tem como objetivo:

[...] difundir e fomentar a economia solidária em todo o Brasil, dando apoio político e material às iniciativas do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Esse fórum inclui as principais agências de fomento da economia solidária, a rede de gestores municipais e estaduais de economia solidária, a Associação Brasileira de Gestores de Entidades de Micro-Crédito (Abcred) e as principais

associações e redes de empreendimentos solidários de todo o país. (SINGER, 2004, p.4).

O movimento da Economia Solidária se difunde pela articulação de seus fóruns e feiras regionais, estaduais e nacionais. A ideia da realização de um Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) surgiu em 2001, no 1º Fórum Social Mundial⁵².

Uma referência das feiras da economia solidária é o Projeto Esperança Cooesperança, que, desde 2001, promove a Feira Nacional de Economia Solidária, passando, em 2005, a promover a Feira de Economia Solidária do Mercosul. Além disso, em janeiro de 2010, através da convergência de ações da Cooesperança, do Governo Federal e de grupos sociais nacionais e internacionais, criou-se o 1º Fórum Social Mundial de Economia Solidária como parte das atividades do 10º Fórum Social Mundial.

Ressalta-se que Santa Maria município sede do CODETERS/Região/Central – RS, está estreitamente ligada a história da atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no Rio Grande do Sul.

A CPT foi formada pelo setor progressista da Igreja Católica e formalizada em 1975 durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o objetivo da CPT era assegurar o direito a terra e combater a exploração do trabalhadores. Em 1974 assume o bispado de Santa Maria Dom Ivo Lorscheiter, que passa a desenvolver as primeiras experiências de PACs que favoreceram a criação do Projeto Esperança dando origem a Cooesperança cooperativa destaca pela pesquisa.

A sincronização das ações da CPT em Santa Maria e região ganharam amplo apoio da Diocese de Santa Maria, considerando que a origem do MST está ligada a CPT, as ações desencadeadas no processo de reforma agrária na região também contaram com a colaboração da Diocese de Santa Maria e dos projetos então desencadeados por Dom Ivo Lorscheiter. Desde 2002 a CPT está integrada ao Projeto Esperança/Coesperança e passou atuar mais ênfase em 2003 principalmente nos Assentamentos de Tupanciretã município que onde se localiza a Coperterra e núcleo Copetc.

⁵² Evento organizado por movimentos sociais de diversos continentes, com objetivo de elaborar alternativas para uma transformação social global, O fórum é um contraponto ao Fórum Econômico Mundial de Davos, o primeiro fórum foi realizado em janeiro de 2001 na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

O Projeto Esperança/Cooesperança foi o disseminador de uma nova forma de cooperação, que busca melhorar as condições de vida de trabalhadores rurais e urbanos, dinamizando social e economicamente da Região Central do Estado do Rio Grande do Sul, que é uma das regiões mais pobres do Rio Grande do Sul.

As iniciativas de cunho cooperativista, em sua gênese, constituíram-se em estratégias para a superação da exclusão social de trabalhadores urbanos e rurais. Com o tempo, os princípios de cooperar foram se perdendo, mantendo o compromisso financeiro, mas diminuindo o comprometimento pessoal dos seus cooperados. No contexto atual, os empreendimentos cooperativos solidários constituem em importantes ferramentas da articulação social para acesso e reivindicações de direitos. Nas palavras de Singer (2002, p. 111), “O que distingue este “novo cooperativismo” é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos.

As ações desencadeadas pelo Projeto Esperança/Cooesperança fizeram de Santa Maria um referencial Nacional em termos de Economia Solidária, pois em 2010 através do esforço coletivo das mais diversas organizações solidárias foi realizado o 1º Fórum Social Mundial de Economia em Santa Maria.

Cooperativas envolvidas com princípios sociais seriam os espaços onde o poder social das minorias é articulado para se apoderar de benefícios de programas políticos como os Territórios da Cidadania. A rede social criada pela ação da Igreja na Região Central do Rio Grande do Sul é projetada espacialmente através das diversas formas associativas, transpondo limites federativos dos municípios indo além das áreas de atuação dos programas de desenvolvimento.

O diferencial do Território Região Central RS estaria estruturado na atuação da Igreja e movimentos sociais na construção de um capital social para projeção do desenvolvimento dessa região. A atuação em rede em sincronia com as demandas locais favorece a propagação de um desenvolvimento mais equilibrado.

A próxima secção apresentará um panorama do atual quadro social e econômico de Santa Maria, município sede do CODETERS do Território da Cidadania Região Central – RS.

4.4. Contexto Socioeconômico do Município de Santa Maria - RS

O município de Santa Maria está situado na Região Central do Estado do Rio Grande do Sul; entre as coordenadas geográficas 53° 48' e 54°15', longitude oeste, e 29° 30'e 29° 50', latitude sul; compreendendo uma área de 1.788, 129 km², conforme a Figura 11.

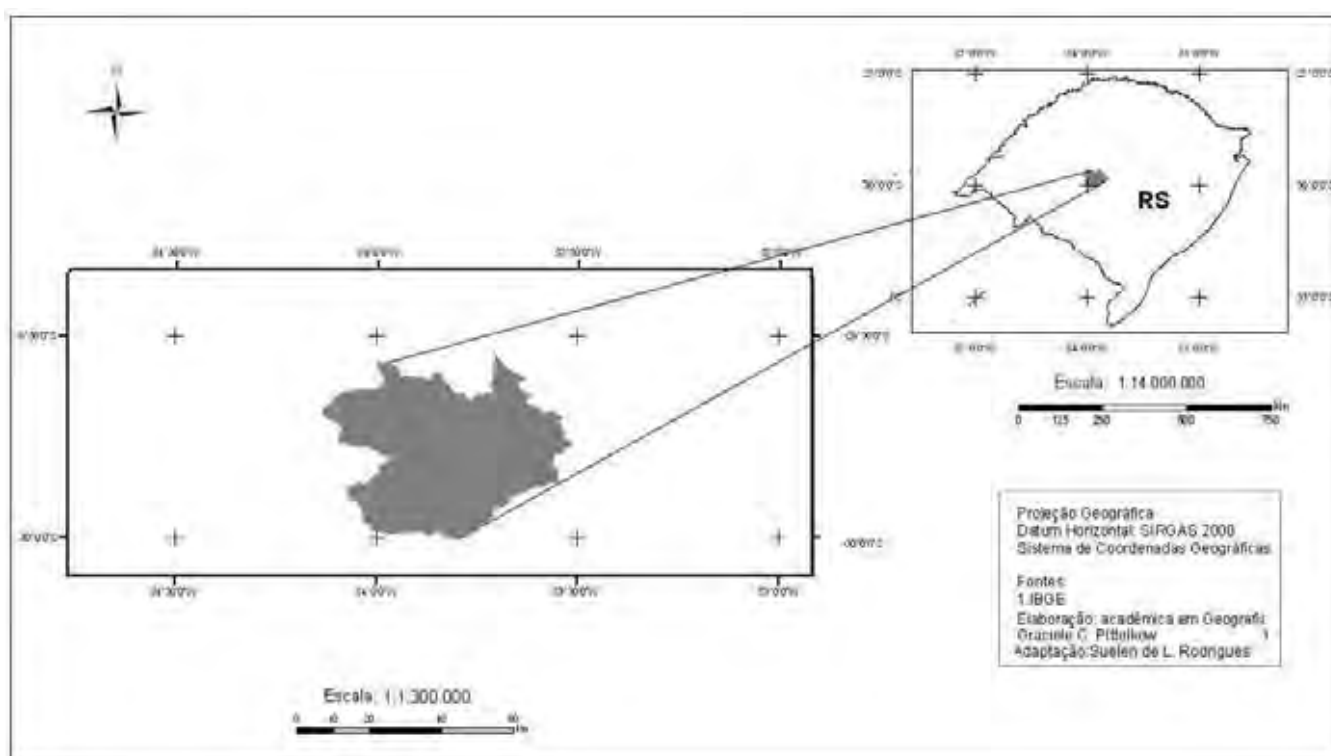


Figura 11 - Localização do município de Santa Maria - RS

A estrutura econômica de Santa Maria está centrada no setor de serviços, cuja dinamização ocorre pelas instituições de cunho federal presentes no município, com destaque para as forças armadas do Exército e da Aeronáutica e para a Universidade Federal de Santa Maria. O município é considerado um polo regional, em relação às cidades vizinhas, que são atraídas pela infraestrutura comercial, hospitalar e de ensino.

O setor primário aparece como o segundo setor mais importante na economia do município, seguido do secundário. Considerando que as atividades econômicas de Santa Maria não estão pautadas no setor primário, o município apresenta uma significativa demanda agrícola, pois possui uma população de 261.031 pessoas,

sendo que 248.347 correspondem à população urbana e 12.684, à população rural (IBGE, 2010).

A produção agrícola de Santa Maria é centrada na lavoura de soja, cuja produção, no ano de 2009, atingiu 70.200 toneladas, ocupando uma área de 26.000 hectares. Esse cultivo ganhou expressividade no município, nos últimos anos, devido à valorização mercantil da produção. Outra atividade agrícola de destaque é a rizicultura, desenvolvida principalmente nas planícies de inundação dos rios da região. Em 2009, a produção foi de 64.402 toneladas em 9.508 hectares. Referente à pecuária, o rebanho mais numeroso é o bovino de corte, que, no ano de 2009, totalizava 131.200 cabeças (IBGE, 2009).

4.4.1. Panorama do Desenvolvimento Rural em Santa Maria - RS

Esta seção busca caracterizar as atuais ações de desenvolvimento rural realizadas pelo poder público de Santa Maria, com o objetivo de contextualizar a interface desse poder com as organizações civis, dando destaque para o papel das organizações cooperativas.

O município de Santa Maria, do ano de 2001 a 2008, foi administrado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), período que coincide com a ascensão do partido no governo federal. Retomando as reformas políticas ocorridas em nível federal, é, a partir do ano 2000, que políticas de desenvolvimento rural direcionadas ao pequeno agricultor ganham maior destaque.

O Projeto Esperança, independentemente da administração municipal, iniciou suas atividades através de um projeto idealizado pelo Bispo Dom Ivo Lorscheiter, no ano de 1987, e, no ano de 1989, deu origem à Cooesperança, tendo o projeto a denominação atual de Projeto Esperança/Cooesperança. No período temporal de praticamente vinte e cinco anos, o Projeto Esperança/Cooesperança sempre buscou conduzir ações de desenvolvimento direcionadas à população mais carente, suas ações criaram as bases para discussões em torno de um desenvolvimento mais sustentável e solidário.

Quando a instância federal de poder assumiu uma reorientação política de desenvolvimento rural, a Cooesperança, em sincronia com o governo municipal, fortaleceu suas ações, acessando com maior facilidade os programas de

desenvolvimento rural, e materializou esse recurso a seus cooperados. Quadro que se mantém nos dias atuais.

A administração política de Santa Maria (2009-2012) é do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e, para entender como a atual administração está conduzindo as ações de desenvolvimento rural, sua relação com as cooperativas e sua interação com os Territórios da Cidadania, foi realizada uma entrevista com o secretário de desenvolvimento rural do município.

Conforme a entrevista com secretário de desenvolvimento rural de Santa Maria, o ponto de partida para a elaboração das metas da atual administração do município foi o levantamento de dados de produção e consumo para identificar o que é produzido em Santa Maria e o que é consumido pela população. O primeiro levantamento foi realizado pela Secretaria de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul no ano de 1997. Em 2009, passados doze anos, foi constatado que não ocorreu aumento na produção agrícola e que Santa Maria importa produtos agrícolas de outras regiões.

O perfil das propriedades do município é de pequena e média propriedade. da Santa Maria possui mil setecentos e quarenta e dois estabelecimentos rurais pertencentes à agricultura familiar que correspondem a 87,6% dos estabelecimentos distribuídos em uma área de cinquenta e nove mil cento e um 59.101 hectares de terras, ou seja, 40,7% da área municipal. Em contrapartida possui duzentos e vinte e cinco estabelecimentos pertencentes à agricultura patronal que correspondem a 11,3% dos estabelecimentos rurais, que ocupam setenta e seis mil novecentos e noventa e três 76.993 hectares de terras, ou seja, 53,0% da área municipal;conforme os dados de INCRA (2010)⁵³. Assim, há um total de mil novecentos e sessenta e sete estabelecimentos rurais em 136 094 hectares de terras.

Como já destacado, as maiores produções agrícolas do município são a soja, o arroz e a pecuária de corte. A produção hortigranjeira e de frutas é insuficiente para a demanda local, o que obriga o município a importar essa produção e transferir ao consumidor sob um preço elevado. Segundo o secretário de desenvolvimento rural, “o produtor de Santa Maria está plantando soja e arroz em áreas pequenas e perdendo dinheiro” (Secretário de Desenvolvimento Rural de

⁵³ Esses dados têm por base Censo Agropecuário 1995/96, IBGE,o serviço do INCRA que dispõe essa relação até julho de 2011 não estava atualizado com o Censo Agropecuário de 2006.

Santa Maria, 2011). O Quadro 7 mostra a relação de produtos agrícolas comprados pelo município e seus respectivos custos.

| Produtos | Custo anual |
|----------------------------|----------------------|
| Leite | 40 milhões de reais |
| Ovos | 25 milhões de reais |
| Frango | 70 milhões de reais |
| Hortigranjeiros | 123 milhões de reais |
| Frutas | 24 milhões de reais |
| Suínos | 8,5 milhões de reais |
| Peixes | 20 milhões de reais |
| Custo total: 310,5 milhões | |

Quadro 7 - Produtos alimentícios comprados por Santa Maria

Fonte: Material publicitário da Secretaria de Desenvolvimento Rural de Santa Maria 2010.
Adaptação: Suelen de Leal Rodrigues.

Portanto, de acordo com o panorama apresentado no Quadro 7, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural (SMDR), em parceria com poder público, entidades civis, educacionais, extensão rural e assistência técnica, traçou os seguintes programas: Profruta, Proflor, Promel, Propeixe, Prohorta, Proovino, Profrango, Proleite, Proagroindústria, Procalcário e Procria.

Para a implantação dos programas mencionados, está sendo utilizada uma metodologia em que são selecionadas unidades demonstrativas. A meta para julho de 2011 de é que sejam implantadas setenta e cinco unidades espalhadas pelos distritos que compõem o município. A partir dos resultados obtidos nas unidades demonstrativas, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural (SMDR) buscará sensibilizar um número maior de agricultores. As unidades terão um acompanhamento da implantação até a comercialização da produção, envolvendo recursos principalmente do Pronaf, do Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) e da Prefeitura Municipal de Santa Maria. A produção das unidades demonstrativas terá aquisição direta pela prefeitura para o abastecimento das cozinhas comunitárias e da merenda escolar, pois, desde agosto 2010, 30% da merenda escolar de Santa Maria é oriunda da agricultura familiar.⁵⁴

⁵⁴ Santa Maria foi um dos primeiros municípios a se adaptar à Lei nº 11.947/2009, que prevê que 30% da merenda escolar seja adquirida da agricultura familiar. As principais redes varejistas presentes em Santa Maria são o grupo Wal-Mart e o Carrefour, seguidos da Rede Super (1996) e da Rede Vivo (1998), ambas genuínas de Santa Maria, formadas pela associação de pequenos mercados da região para fazer frente aos grandes grupos.

Com o objetivo de inserir a produção do agricultor familiar nas redes varejistas⁵⁵, a SMDR criou o Programa Rede de Desenvolvimento Rural. No âmbito desse Programa, atualmente a principal parceira é a Cooperativa Central de Desenvolvimento Rural (COOPERCEDRO).

A prefeitura, através do Território da Cidadania Região Central – RS conseguiu, no ano de 2010, alguns equipamentos e um carro que foram repassados para o uso da Coopercedro que, no momento, está captando a produção de agricultores familiares de Santa Maria e distribuindo, nas redes de varejo, cozinhas comunitárias e merenda escolar. Para organizar a comercialização direta, a prefeitura dispõe de um centro de comercialização e incentiva a realização de feiras de comercialização desde que estejam em locais apropriados⁵⁶.

O secretário de Desenvolvimento Rural de Santa Maria entende que o papel das organizações cooperativas no município é fundamental no processo de inserção socioeconômica do pequeno agricultor, pois, através das cooperativas, os agricultores conseguem ter um maior poder de negociação, diminuindo o preço da produção e inserindo seu produto no mercado com um preço competitivo. Sendo assim, a SMDR tem buscado, juntamente às organizações cooperativas, a parceria para execução de alguns programas. Além da Coopercedro, atualmente a secretaria mantém vínculo com a Cooperativa de Piscicultores da Região Centro (COOPISCENTRO), que está difundindo e consolidando a produção de peixe, e com a Associação dos Apicultores de Santa Maria (APISMAR), que está inserida no Programa do mel.

No programa da cadeia leiteira, Santa Maria busca um entendimento com a Coperterra de Tupanciretã, de modo a estreitar os laços entre os municípios para ocorrer uma parceria, a fim de fortalecer a cadeia. A Coperterra, com recursos principalmente do Programa Territórios da Cidadania, está consolidando e

⁵⁵ As principais redes varejistas presentes em Santa Maria são o grupo Wal-Mart e o Carrefour seguido da Rede Super (1996) e Rede Vivo (1998) ambas genuínas de Santa Maria, formadas pela associação de pequenos mercados da região para fazer frente aos grandes grupos.

⁵⁶ Hoje a administração local possui um centro de comercialização na Praça Saturnino de Brito e pensa em criar em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social um projeto de qualificação das feiras, em que possa ser construído um terminal de comercialização com infraestrutura adequada de higienização e devida acomodação dos produtos alimentares, observando que todos os produtos estejam de acordo com as normas sanitárias municipais. Buscando dar garantias da origem dos produtos, a Secretaria de Desenvolvimento Rural de Santa Maria criou o Sabor do Coração, o selo garante que o produto é produzido em Santa Maria e está de acordo com as normas sanitárias municipais, o Selo está disponível para os agricultores que participam do Programa Municipal de Desenvolvimento Rural.

expandindo a cadeia do leite dentro e fora do Território da Cidadania Região Central – RS. Considerando a demanda de leite que existe em Santa Maria, a SMDR enxerga a possibilidade de estabelecer acordos com a Coperterra, que possam favorecer tanto o município da Santa Maria quanto o de Tupanciretã.

Considerando de extrema importância o trabalho que o Projeto Esperança/Cooesperança realiza, a partir das suas inúmeras ações que transcendem a produção agrícola e através de suas feiras de cunho nacional e internacional, o poder público de Santa Maria procura manter uma boa relação com a cooperativa, apoiando seus projetos e feiras com o objetivo de transformar Santa Maria em uma referência em termos de Economia Solidária.

Portanto, para a SMDR, o papel do Projeto Esperança/Cooesperança é primordial para o município, pois consiste em uma importante organização social, econômica e política de Santa Maria. A atual administração municipal do município não possui novos projetos com a Cooesperança via Territórios da Cidadania, mas todos os projetos em andamento estão recebendo a contrapartida municipal.

A respeito do Programa Território da Cidadania, o secretário de desenvolvimento rural de Santa Maria entende como um importante instrumento político para o desenvolvimento rural, já que, no âmbito do CODETERS, ocorre a aproximação dos poderes público e civil, onde são discutidas e selecionadas as ações prioritárias e possíveis para o Território. “Muitas vezes nós definimos o produto definimos a estratégia, mas não combinamos com quem vai produzir..a importância de estar lá as entidades representativas dos produtores, todas as esferas do poder público e as representações de classes e representações sociais são extremamente importantes”. (Secretário de Desenvolvimento Rural de Santa Maria, 2011).

O município de Santa Maria, além de ser a sede do CODETERS/Central/RS, através da parceria com as representações públicas e civis, tem materializado importantes ações para o desenvolvimento rural de Santa Maria. Para o Território da Cidadania Região Central – RS, o secretário de desenvolvimento destaca a importância de serem estimuladas ações complementares entre os municípios do Território, de maneira que seja criada uma colaboração onde não haja sobreposições de ações, de modo que todos os municípios sejam beneficiados.

A caracterização do atual quadro de ações desenvolvidas pela SMDR de Santa Maria se fez necessária para mostrar como o município está definindo suas

ações, sua relação com organizações cooperativas, como a Cooesperança, e a respectiva interface com as ações do Território da Cidadania Região Central – RS.

O próximo capítulo caracterizará e analisará o Projeto Esperança/Coesperança, a fim de provar que as redes construídas socialmente, no âmbito das cooperativas de cunho solidário, são os principais instrumentos de materialização do Território da Cidadania Região Central – RS.

5. PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA

Para compreender como a rede social presente no Projeto Esperança/Cooesperança materializa espacialmente suas ações, a estrutura de caracterização e análise da Cooesperança está organizada de acordo com Correia (2001), que subdivide a rede geográfica em três dimensões, a saber: Organizacional, Temporal e Espacial.

A primeira parte envolve as dimensões de ordem temporal e organizacional, imbuídas no sistema social e político, que percorre desde a formação histórica da cooperativa até suas instâncias de organização, gerenciamento e as formas de participação.

Posteriormente, integrando a dimensão organizacional e espacial, foi verificada a atuação espacial da rede da Cooesperança. Isso envolveu elementos do sistema ecológico e econômico presentes no perfil das unidades produtivas e nas suas estratégias econômicas, envolvendo ações como feiras, fóruns, agricultores e fornecedores de diferentes municípios e apoiadores de diversas regiões do Brasil e do mundo. A seção final buscou mostrar a interface dessas ações na projeção e materialização de ações do Território da Cidadania Região Central - RS.

5.1. Histórico do Projeto Esperança/Cooesperança

O Projeto Esperança/Cooesperança nasceu da ação da Diocese de Santa Maria em articulação com a Cáritas Regional do RS – Brasil. A partir de 1969 foi criada a Ação Social Diocesana de Santa Maria, mas foi com a chegada de Dom Ivo Lorscheiter ao bispado de Santa Maria, em 1974, que a abrangência das ações sociais da então diocese ganharam proporções regionais, posteriormente nacional e internacional.

Dom Ivo Lorscheiter, figura emblemática das ações sociais da Igreja, ficou conhecido como “Profeta da Esperança”. Foi secretário Geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entre 1971 – 1979, e presidente dessa entidade entre 1979 – 1986. Quando secretário da CNBB teve como experiência os

projetos de Dom Helder⁵⁷ Câmara, entre eles, a Feira da Providência e o Banco da Providência. O banco era mantido com os recursos auferidos na feira, que agregava produtos de todos os estados brasileiros e artigos de outros países.

Ao assumir a Diocese de Santa Maria Dom Ivo, imbuído em sua missão solidária, modestamente tentou construir um projeto similar ao desenvolvido por Dom Helder no Rio de Janeiro. Em 1975, é criada, então, a Feira da Primavera, com o objetivo de arrecadar fundos para a criação do Banco da Esperança. Em 1977, com o auxílio da verba da feira e de outras parcerias, é fundado o Banco da Esperança, vinculado à Cáritas da Diocese de Santa Maria, propósito era financiar programas comunitários em prol da comunidade mais carente. Na Figura 12 há o organograma do Banco da Esperança.



Figura 12 - Organograma do Banco da Esperança
 Fonte: Lange, (2006)

⁵⁷ Bispo Vermelho assim chamado pelos políticos brasileiros da época da ditadura (1964- 1985) foi um dos fundadores da CNNB e defensor dos direitos humanos

Os serviços prestados pelo Banco são:

Assistência Social Ajuda e Emergência, Criança, Mensageiro da Caridade, Saúde Assistência Jurídica, Feira da Primavera, Projeto Esperança/Cooesperança, Aperfeiçoamento Profissional, Projeto Criança Esperança, Programa de Auxílio Comunitário ao Toxicômano – PACTO – SM, Centro de Orientação e Apoio à Família – COAF, Convênios de Saúde (MITRA DIOCESANA, 2010).

Dom Ivo, juntamente com profissionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), passou a discutir projetos voltados ao social, em especial ao meio rural. Esses estudos tiveram como motivação o livro de Albert Tévoédjré intitulado *A pobreza, riqueza dos povos: A transformação pela solidariedade* (1977). Segundo depoimento do próprio Dom Ivo, “Esse livro é profético, é a alegria e a fonte de esperança. Tem vários capítulos provocadores, como o que fala em desenrolar o dinheiro, pois este não faz a riqueza dos povos [...]” (Dom Ivo apud ICAZA; FREITAS, 2006, p.36). A partir das ideias dessa obra, surgiram vários projetos na área da agricultura, do associativismo e do cooperativismo.

Em sincronia com a Cáritas nacional, em 1984 – 85, iniciam-se os debates em torno dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), voltados ao fomento de ações comunitárias e associativas. No Rio Grande do Sul, a Diocese de Santa Maria foi a pioneira na organização dos PACs. Dessa forma, com o propósito de ampliar o financiamento dos PACs, em 1986, é estabelecido um convênio com a Misserior e a Katholische für Entwicklungshilfe (KZE), entidade católica alemã de cooperação para o desenvolvimento de países do Hemisfério Sul (ICAZA; FREITAS, 2006).

Derivado dos PACs e da articulação da Igreja Católica, Universidade, EMATER e comunidade local, em 1987, é criado o Projeto Esperança, um segmento do Banco da Esperança que surgia com a função:

De congregar todos os pequenos projetos econômicos comunitários em um grande projeto, que assumisse o processo de fomento e assessoria, mas que também trabalhasse pelo desenvolvimento dos grupos enquanto experiências propositoras de transformação social (ICAZA; FREITAS, 2006, p. 43).

Dessa forma, o Projeto assume a denominação de organização:

[...] sem fins lucrativos que fortalece a organização, a produção, a ecologia, a geração de trabalho e renda, a economia solidária, a agricultura e a agroindústria familiar, que tem por finalidade a articulação e o fortalecimento de um novo modelo de desenvolvimento solidário sustentável e de inclusão social, formando novos sujeitos na organização para o exercício da cidadania, dignidade humana e inclusão social (DIOCESE DE SANTA MARIA, 2008, p. 7).

Em 1987, assume a direção do Banco da Esperança a Congregação Filhas do Amor Divino, composta por: Cécilia Dhamer, Lucia Riffel e Lourdes Maria Staudt Dill, atual coordenadora do Projeto Esperança. A partir do financiamento das instituições referidas, foi criado um espaço de comercialização em que os produtores pudessem vender seus produtos diretamente ao consumidor e, em junho de 1989, é inaugurado o primeiro prédio de comercialização direta.

Depois de inaugurado o espaço de comercialização para legalizar a atividade, foi fundada, em 29 de setembro de 1989, a Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos vinculados ao Projeto Esperança, assumindo o nome de Cooesperança.

Os primeiros anos da cooperativa tiveram como equipe diretiva grupos do curso de Tecnólogo em Cooperativismo da UFSM e funcionários da cooperativa de consumo da Universidade. A parte de fomento, acompanhamento e formação dos grupos associados ficou por conta do Projeto Esperança.

Inicialmente era feito o recolhimento dos produtos nas propriedades rurais, onde 70% da produção era paga no ato da entrega e os outros 30%, posteriormente. Essa estratégia de comercialização não deu resultados, a cooperativa, no momento, tinha pouco capital de giro e sua estrutura organizacional passava por um período de desarticulação entre diretores e associados. Em decorrência da instabilidade organizacional, o grupo ficou desestimulado e menos participativo, ou seja, não havia, dentro da cooperativa, um poder carismático reconhecido pelo coletivo. A equipe diretiva exercia apenas o Poder Legal, previsto em estatuto, mas não o Poder Carismático, onde o grupo se identifica.

Assim foram os primeiros anos da cooperativa, marcados pela instabilidade e pelas sucessivas trocas de conselho diretor, o que levou, nesse período, ao

fechamento do terminal de comercialização quatro vezes. Legalmente a cooperativa existia, mas enfraquecida perante as adversidades econômicas e sociais.

Em 1992, a equipe do Projeto Esperança, sob a liderança da irmã Lourdes e mais alguns técnicos da EMATER, assume o desafio de revitalizar a Cooesperança, reabrindo o Terminal de Comercialização Direta. O trabalho inicial foi difícil, era necessário resgatar a confiança dos associados, criar vínculos de confiabilidade e um ambiente participativo de autogestão. Como exposto no Capítulo 3, o poder precisa ser reconhecido e legitimado, portanto, a partir das iniciativas de liderança e transparência por parte da irmã Lourdes e de seus colaboradores, a confiança no grupo foi restabelecida e novos projetos foram surgindo. Uma nova metodologia de gestão era iniciada. Se antes o produtor não tinha obrigação de vender seu produto, não se envolvia com o seu consumidor, não criava laços de confiança e não se preocupava com a qualidade e com a apresentação do produto; a partir da reestruturação, foi delegado ao produtor a função de comercializar seu produto, de conhecer seu consumidor e melhorar sua produção.

Tendo como apoiadores os PACs, a Cooesperança começou a participar e a estabelecer vários convênios que envolvessem a Economia Solidária. Foram criados fóruns de discussão e de articulação das iniciativas solidárias, o Feirão Colonial Ecológico, realizado semanalmente no terminal de comercialização direta, ganhou proporções maiores e os cooperados passaram a ter um maior comprometimento com o projeto da Cooesperança.

O fruto desse processo levou à realização da primeira Feira do Cooperativismo, a FEICOOP, que, na sua 12ª edição, possuía caráter internacional. O objetivo da FEICOOP é resgatar e fortalecer os princípios do cooperativismo. A partir da organização com base na autogestão, ou seja, no envolvimento do grupo, foi reestruturada a Cooesperança, que, ao promover suas feiras, teve uma ampla divulgação de seu projeto e conseqüentemente uma adesão maior de associados.

Reconstruída socialmente, a Cooesperança passou a agregar uma diversidade de projetos e produtos, o crescimento produtivo esbarrou em algumas adversidades de ordem técnica, no caso dos produtos alimentares, eles deveriam estar de acordo com a inspeção sanitária municipal. Considerando a burocracia para o enquadramento nas normas sanitárias e o caráter artesanal da produção, muitos produtos alimentares comercializados não estavam licenciados para venda.

Tal situação fez com que fiscais sanitários da prefeitura municipal de Santa Maria fechassem o terminal do Centro de Economia Soliária Dom Ivo Lorscheiter em 31 de dezembro de 1998. A respeito desse episódio, de acordo com o material publicitário da cooperativa:

[...] o terminal foi fechado as 8:30 e permaneceu ocupado até as 13h. Neste período seis fiscais empenhavam-se no recolhimento dos produtos lá expostos (levando para o carro deles para queimar), enquanto uma pequena multidão de aproximadamente 200 pessoas pressionava a equipe e tentava impedir o fechamento do Terminal (ICAZA; FREITAS, 2006, p. 57).

Esse embate entre governo e cooperativa teve uma grande repercussão na mídia e dentro da própria cooperativa, fortalecendo discussões acerca de projetos de rotulação da produção. A partir de 1999, a Cooesperança investiu na formação do selo Sabor da Terra. O selo agregou valores econômico e social aos produtos que passaram a ser identificados pelo registro da cooperativa. Assim, o consumidor passaria a ter consciência da procedência do produto e de todo o projeto social que levou o envolveu.

Em convergência com o governo estadual, entre 1999 – 2002, o Projeto foi beneficiado com políticas de apoio à agroindústria familiar, com cursos de formação e qualificação profissional do Qualificar RS, com a Secretaria do Trabalho Cidadania e Assistência Social – STCAAS e o RS Rural⁵⁸.

O processo de reestruturação da Cooesperança envolveu a construção de um Regimento Interno de modo a complementar seu Estatuto Social. A elaboração do Regimento é fruto da articulação da equipe diretiva e dos grupos cooperados, tendo como objetivo fortalecer uma nova forma organizativa e melhorar seus trabalhos. Dessa forma, em 5 de março de 2008, em homenagem a Dom Ivo Lorscheiter, foi firmado o Regimento Interno do Projeto Esperança/ Cooesperança. A cooperativa passou a ser denominada da seguinte maneira:

⁵⁸ O RS Rural foi desenvolvido pelo Governo do Rio Grande do Sul, com objetivo de promover o desenvolvimento rural através de ações direcionadas às comunidades rurais mais pobres. O Programa teve início em 1997, decorrente de acordo de empréstimo com o BIRD e encerrou em 2005. Neste período, foram beneficiadas 146.000 famílias gaúchas, através de 9.000 projetos de ações integradas elaborados pela EMATER/RS, principal executora do Programa. Foram investidos R\$ 282.000.000,00 nestas ações. (EMATER/RS 2011)

[...] uma cooperativa mista de pequenos agricultores rurais e urbanos, vinculados ao Projeto Esperança, cooperativa de 2º grau e é um segmento do Projeto Esperança, não segue os trâmites de uma cooperativa tradicional, utiliza os termos coordenação e autogestão, através do trabalho das Comissões Colegiadas, definidas nas assembléias gerais, mini assembléias e reuniões diversas, através de uma proposta inovadora. (DIOCESE DE SANTA MARIA, 2008, p. 7).

Atualmente o Projeto Esperança/Cooesperança conta com duzentos e cinquenta grupos formalmente associados, dos quais cento e cinquenta correspondem a grupos urbanos e cem, a grupos rurais, beneficiando diretamente cinco mil famílias e vinte e dois mil beneficiados indiretos (Trabalho de campo, 2011).

O projeto Esperança/Cooesperança está integrado ao Conselho Nacional de Economia Solidária à União das Cooperativas Populares e Autogestionárias da Economia Solidária do Brasil (UNICAFES), ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), cuja primeira Feira de Economia Solidária ocorre no ano de 2002. Possui vinculação com os projetos de desenvolvimento territorial sustentável desenvolvidos pela Secretária de Desenvolvimento Territorial, fazendo parte do colegiado central do CODETERS/Central/RS, que discute e avalia as propostas a serem desenvolvidas pelos Território da Cidadania Região Central RS.

Como organização civil presente dentro do CODETERS/Central/RS, o Projeto Esperança/Cooesperança não possui privilégios, como já destacado no Capítulo 6, mas, por sua trajetória, é um exemplo de organização social que busca materializar recursos públicos, como os disponíveis pelo Território da Cidadania Central- RS para o benefício de seus cooperados espalhados em municípios que fazem parte do território e municípios fora do território. Seguindo a lógica de análise da rede criada pela Cooesperança, a próxima seção destacará a estrutura organizacional.

5.1.1. Estrutura organizacional da Cooesperança

Esta seção visa a esclarecer a estrutura de funcionamento da Cooesperança, atendendo aos elementos que compõem os sistemas social e político e a dimensão organizacional da rede geográfica, destacando os espaços de poder criados pela rede de relações sociais da cooperativa.

A Cooesperança é composta por uma organização colegiada que, segundo a Diocese de Santa Maria (2008, p. 09), é formada pela “coordenação do projeto Cooesperança, pelo presidente da Cooesperança e pelos coordenadores de todas as Comissões e Setores do Trabalho Colegiado”

Através dessa formação, são decididas todas as questões estratégicas do Projeto Esperança/Coesperança e da Teia da Esperança, iniciativa criada em 2003, com a finalidade de ligar os empreendimentos econômicos e solidários em uma rede de comercialização.

A organização do colegiado da Cooesperança toma suas decisões a partir das discussões promovidas nas instâncias decisórias, organizadas em assembleias e fóruns. O Quadro 8 sistematiza os tipos de instâncias, a composição e a função da equipe executiva, bem como as comissões e os setores de trabalho que compõem o colegiado da Cooesperança.

| Instâncias decisórias | Equipe executiva/Objetivo | Comissões e setores de Trabalho |
|---|--|---|
| Assembléias Diocesanas Anuais de Pastoral da Diocese de Santa Maria (Diretrizes gerais) | Composto pela coordenação do projeto integrado no Setor de Pastoral Social da Diocese de Santa Maria, Cáritas RS, mais Comissões e setores de trabalho, Fóruns, Conselhos grupos de economia solidária a nível internacional nacional, regional e local. | Formação e Acessoria |
| Conselho de Curadores do Banco da Esperança | | Agroindústria familiar |
| Fórum Brasileiro de Economia Solidária | | Artesanato e confecção |
| As Assembléias anuais dos empreendimentos associados ao Projeto Esperança/Cooesperança | | Panificação e lanches |
| Assembléias extraordinárias e Mini-assembléias. | | Hortigrangeiros e produtos orgânicos |
| Assembléia Estadual de Cáritas, o setor de Economia Popular Solidária que o Projeto é integrado | | Feira Mensal da Praça Saldanha Marinho |
| No âmbito da Comissão de Coordenação Colegiada | | Catadores/ as e reciclagem de resíduos sólidos |
| No âmbito das comissões compostas para organização dos eventos internacionais anuais do Cooperativismo e da Economia Solidária e demais eventos associados ao Projeto Esperança/ Cooesperança | | Programa Fome Zero da segurança alimentar nutricional sustentável |
| Fórum nacional, estadual e regional de economia solidária | | Eventos especiais (feiras, romarias, seminários e congressos em outras cidades) |
| Conselho Nacional de Economia Solidária | | Fórum Nacional, Estadual de Economia solidaria |
| Conferências nacionais e estaduais de economia solidária | Revitalização do Feirão Colonial | |
| | Teia esperança (todas as comissões) | |
| | COOPSOL – cooperativa solidária da criança | |
| | Por um mundo sem tabaco-antitabagismo e as alternativas a cultura (COOESPERANÇA) parceria com o Instituto Genaro Kerbs (IGK) | |
| | Estacionamento e segurança do Feirão Colonial | |
| | Permanente dos eventos do cooperativismo e da economia solidária do MERCOSUL | |
| | Coordenadores/as de mesas do Feirão Colonial Semanal | |
| | Segurança da FEICOOP | |
| | Controle patrimonial | |
| | Assessoria técnica de projetos especiais e convênios | |
| | De ética | |
| | Comissão Pastoral da Terra (CPT) | |
| | Da loja de Produção Arte e Esperança | |
| | Articulação de eventos locais | |

Quadro 8 – Instâncias decisórias, conselho executivo, setores e comissões

Fonte: Regimento Interno Cooesperança (2008).

Elaboração: Suelen de Leal Rodrigues

Assembleia anual é a instância máxima de decisão, mas questões amplas são definidas com a Cáritas, com a Diocese de Santa Maria com Fóruns e com Conselhos. Todos os grupos são convocados para participarem dos espaços decisórios, no caso das mini assembleias, elas são previamente marcadas em conformidade com os assuntos da pauta e com o andamento da preparação da Feira da Praça Saldanha Marinho⁵⁹, realizada uma vez por mês. Na Assembleia anual, é feito o processo de avaliação das ações anuais, as prestação de contas e os planejamentos (DIOCESE DE SANTA MARIA, 2008).

Em vista da organização semanal do Feirão Colonial, que ocorre todos os sábados no terminal de Comercialização, concomitantes à feira são realizadas discussões de cunho imediatista para o planejamento semanal. Nessas reuniões, todos os representantes das comissões e setores de trabalho participam e a metodologia aplicada envolve a prévia apresentação da pauta, seguida da discussão dos temas propostos. Nesse espaço, todos podem manifestar suas opiniões para que, a partir delas, possa ser construída uma proposta coletiva. Além disso, sempre é realizada uma reflexão para o grupo, onde são lembrados os princípios da transformação pela solidariedade.

Nos espaços decisórios, é que se identifica a ação e a circulação do poder, tanto o *Poder Legal* quanto o *Poder Carismático*, lembrando a divisão de Weber (2005) apresentada no Capítulo 3.

Os representantes do coletivo associado à cooperativa estão estruturados em setores e grupos de trabalho são eleitos por seu carisma e reconhecimento em meio ao grupo, pois são eles que, juntamente com a equipe administrativa, definirão os rumos da cooperativa. O processo decisório da Cooesperança demanda de seu colegiado, um exercício educacional de autogestão, as soluções para as possíveis adversidades são construídas no coletivo. Em entrevista informal com os agricultores associados, em várias falas, foi identificado que “sempre temos uma reunião”, carinhosamente foi colocado que “a irmã⁶⁰ adora uma reunião” (agricultores participantes da Cooesperança), a irmã está sempre à frente das discussões, estimulando a participação dos envolvidos no projeto. Nas instâncias decisórias da Cooesperança, a maioria das decisões são tomadas em grupo, porém algumas

⁵⁹ Recentemente a feira foi transferida para rua Roque Calage próxima a Praça Saldanha Marinho.

⁶⁰ Refere-se à irmã Lourdes Dill, coordenadora do Projeto Esperança/ Cooesperança, pessoa carismática perante o grupo, gestora, motivadora e educadora, figura representativa da Cooesperança.

delas são consultivas, ou seja, as ideias são previamente ordenadas para que não corram o risco de ficar apenas na discussão sem ação.

Nas entrevistas formais, realizadas em propriedades ligadas à Cooperança, e nas entrevistas informais, juntamente aos cooperados, foram questionadas quais seriam as práticas de participação mais utilizadas na Cooperança. Os resultados mais frequentes foram: a *Participação interativa*, o grupo é envolvido na construção de planos ou ações; a *Participação por consulta*, as respostas para um problema ou ação são previamente formuladas e ocorre apenas consulta de opinião; e a *Automobilização*, que, no caso da Cooperança, é estimulada através do envolvimento dos cooperados nos seus setores de produção, exigindo a construção de ações independente da mobilização da direção da cooperativa.

Para o envolvimento dos participantes nas ações da Cooperança, foram criados colegiados de administração. Esses colegiados surgiram em 2005 e cada grupo e setor de trabalho é envolvido na preparação das feiras e na administração dos pontos de comercialização.

Em geral, as feiras e mesmo as lojas dirigidas por vários grupos, são espaços que exigem dos grupos participantes muita disposição para a rotina de reuniões. É condição de associação no Projeto Esperança/Cooperança a participação nos espaços de comercialização direta. Mas o que começa como “obrigação” de participar acaba se transformando, na maioria dos casos, e “prazer de encontrar-se e reencontrar-se”(ICAZA; FREITAS, 2006, p.93).

Inicialmente a ação de mobilização dos grupos é difícil, muitos não estão dispostos a participar de tantas atividades e, por vezes, acabam desistindo da colaboração no Projeto. A irmã Lourdes Dill partilha do princípio de que não se dá o peixe, mas ensina-se a pescar. Assim, a participação é uma condição necessária para a evolução dos setores de trabalho em conjunto com o colegiado de administração e equipe executiva da Cooperança.

Resgatando as ideias presentes no livro norteador do Projeto Esperança/Cooperança “*A pobreza, riqueza dos povos: A transformação pela solidariedade*”, de Albert Tévoédjré, a mobilização dos excluídos seria a principal força de transformação.

A filosofia norteadora do Projeto Esperança/Coesperança age sob a lógica de mobilização do poder social através das redes sociais, que, por vezes, ganham materialização organizacional, espacial e temporal, lembrando a leitura de rede geográfica de Corrêa (2001).

O poder circula através da rede social da cooperativa e está presente nas relações mais sutis. Isso traz à tona as observações de Foucault (1979) abordadas no Capítulo 2, por exemplo: as relações entre os associados mais antigos para com os mais novos ou a relação dos representantes dos setores de trabalho para com o seu grupo, de forma que o poder se exerce desde os níveis micro até as esferas maiores de dominação.

Conforme Raffestin (1993), as relações sociais criadas pelo poder compõem os recortes de domínio, ou seja, os territórios, que podem ser imateriais como o ambiente decisório da Cooesperança; ou materiais como os municípios de abrangência da cooperativa.

As estruturas que formam o Projeto Esperança/Coesperança são subdivididas em três esferas: os grupos de produção, os de comercialização e consumo e o grupo de ações comunitárias e de articulação, de acordo com a Figura 13.

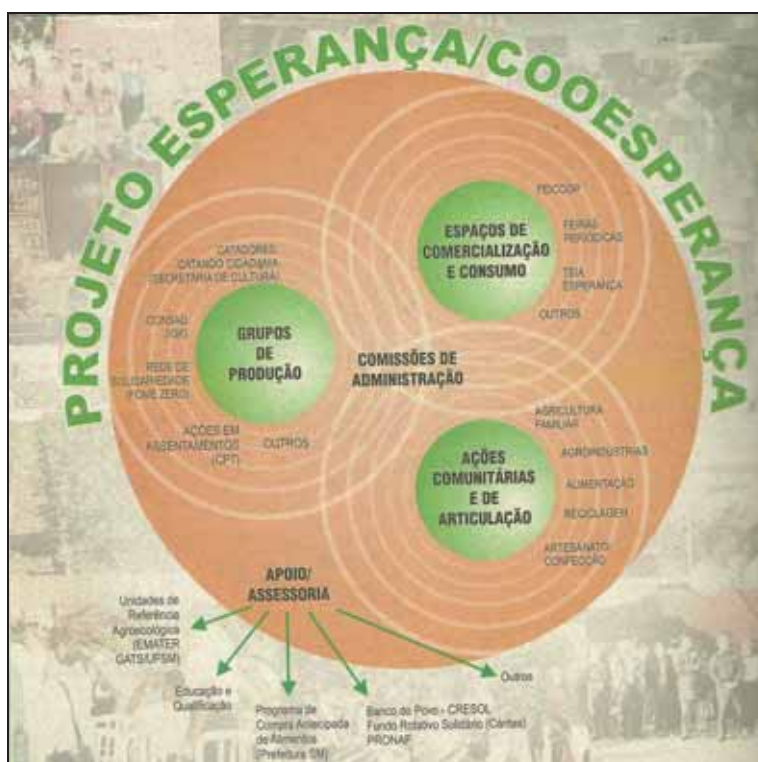


Figura 13 – Dimensões de atuação do Projeto Esperança/Coesperança
 Fonte: ICAZA; FREITAS, 2006

A organização da Cooperativa perfaz a lógica de uma rede sistêmica, na qual circulam as instâncias de poder que movimentam as ações da Cooesperança,

5.1.2 Perfil ecológico e econômico de unidades produtivas da Cooesperança

A Cooesperança agrega tanto grupos rurais quanto urbanos. Na pesquisa, buscou-se mostrar um perfil dos grupos rurais e suas propriedades, considerando que o objetivo é destacar como eles acessam a política dos Territórios da Cidadania Região Central – RS.

Atualmente a Cooesperança possui em torno de cem grupos rurais, correspondendo a 40 % do total, que soma duzentos e cinquenta grupos. A predominância dos grupos urbanos decorre da ampliação do Projeto Esperança/Coesperança, agregando atividades que visam a incluir trabalhadores rurais e urbanos em um processo de desenvolvimento que integre o rural e o urbano.

Para traçar um perfil das propriedades que fazem parte da cooperativa, foram visitadas seis propriedades que seriam, segundo os dirigentes da cooperativa, as mais representativas do grupo de unidades produtivas. Foram selecionadas quatro propriedades que apenas exploram a produção agrícola; uma que processa sua produção através da agroindústria familiar⁶¹; e uma propriedade que utiliza o cultivo de porongo⁶² para o artesanato. O Quadro 9 mostra as características gerais das unidades produtivas da Cooesperança.

⁶¹ A produção agroindustrial familiar é intitulada por Prezzoto (2000) como Agroindústria Rural de Pequeno Porte (ARPP), dentro da cadeia produtiva que caracteriza uma ARPP, são os proprietários que produzem a matéria-prima principal e industrializam. A gestão pode ser individual ou coletiva, mão de obra familiar, tecnologia com baixo nível de automatização, matéria-prima fornecida pelos proprietários ou associados, escala de produção que varia de acordo com a viabilidade econômica, que implica no número de pessoas que trabalham nas instalações e no nível tecnológico adotado. (PREZZOTO 2000).

⁶² Nome científico: *Lagenaria siceraria* L.

| Propriedade | Tamanho em ha | Propriedade da Terra | Exploração da Propriedade | Exploração Principal/Agricultura e Pecuária | Horta | Lavoura | Pomare e Fruticultura | Pastagem | Criatórios | Agroindústria | Atividades não agrícolas |
|-------------|---------------|----------------------|---------------------------|---|--|--------------|-----------------------|----------|---|---------------|--------------------------|
| Nº 1 | 2 | Própria | Familiar | Sim | 16 variedades entre legumes e verduras | não | 6 variedades | Não | Sim - galinhas de postura | Não | Funcionário público |
| Nº 2 | 25 | Própria | Familiar | Sim | 8 variedades entre legumes e verduras | 3 variedades | 8 variedades | Sim | Gado de leite, Suínos e Galinhas de postura | Não | Não |
| Nº 3 | 7 | Própria | Familiar | Sim | 12 variedades entre legumes e verduras | 3 variedades | 9 variedades | Sim | Gado de leite, Suínos 4 tipos de aves | Não | domestica |
| Nº 4 | 14 | Própria | Familiar | Nao | 4 variedades entre legumes e verduras | 1 variedade | 7 variedades | Sim | Gado de leite, Galinhas de postura, peixes | Não | artesanato |
| Nº 5 | 25 | Própria | Familiar | Sim | 7 variedades entre legumes e verduras | 5 variedades | 4 variedades | Sim | Gado de leite, galinhas de postura, codornas | farinácios | Não |
| Nº 6 | 6 | Própria | Familiar | Sim | 7 variedades entre legumes e verduras | 3 variedades | 5 variedades | Sim | Gado de leite, Suínos, Galinhas de postura Cabritos | Não | Não |

Quadro 9– Perfil das unidades produtivas ligadas a Cooesperança

Fonte: Trabalho de campo 2009

Elaboração: Suelen De Leal Rodrigues

Especialmente as propriedades diversificam sua área produtiva, intercalando cultivares de horta, pequenas lavouras e pomares associados à presença de criatórios. Para reposição da fertilidade do solo, são realizadas práticas de pousio, de rotação, de fertilização orgânica, de cobertura morta e, em menor escala, o uso de insumos químicos.

Os grupos rurais ligados à Cooesperança são orientados a realizar práticas ecológicas, de modo que tanto a fertilização do solo quanto o controle de insetos e plantas daninhas seja realizado por métodos menos agressivos ao meio ambiente.

Na funcionalidade das atividades produtivas das propriedades, foi verificado que existe uma complementaridade entre cultivares e rebanhos, pois alguns cultivos, além de serem destinados à venda direta, também compõem a ração alimentar dos rebanhos, que, por sua vez, fornecem o leite e a carne para a agroindústria. A presença de pomares é comum e as frutas são destinadas à venda direta ou às agroindústrias familiares.

As unidades produtivas que fazem parte da Cooesperança são bastante diversificadas, mesmo aquelas que focam a atividade no artesanato ou na agroindústria, pois elas associam a atividade principal a cultivos e criatórios. Isso não foi apenas verificado a campo, considerando que foram visitadas apenas seis propriedades, mas, sobretudo, na oferta produtiva presente nos canais de

comercialização. Portanto, uma propriedade pode tanto ofertar produtos in natura quanto produtos processados e, no caso do artesanato transformado, aumentar as opções de colocação no mercado. A Figura 14 é um mosaico de imagens de produtos das propriedades da Cooesperança.



Figura 14 – Diversificação produtiva das propriedades do Projeto Esperança/ Cooesperança.

Fonte: Trabalho de campo (2009)

Elaboração: Suelen de Leal Rodrigues

Todas as unidades produtivas visitadas estão integradas ao Projeto Esperança/ Cooesperança há, pelo menos, oito anos. Seus proprietários, ao longo desses anos, construíram uma prática voltada à diversificação e à integração produtiva, assimilaram práticas e manejos ecológicos e investiram em produtos diferenciados⁶³.

Não se restringindo apenas às propriedades visitadas formalmente, informalmente foram questionados os motivos que levaram os agricultores a participarem da cooperativa. Com maior incidência, apareceu o quesito manutenção econômica para o acesso a linhas de crédito Pronaf, colocação da produção no

⁶³ Diferenciados no sentido de serem produzidos em menor escala no Rio Grande do Sul, como a fisales, a linhaça dourada e algumas flores.

mercado; o segundo motivo seria a melhoria da saúde familiar, utilizando práticas e manejos ecológicos.

Verifica-se que a manutenção econômica via acesso a programas de crédito rural e colocação da produção no mercado seria, em um primeiro momento, o elemento mobilizador para participar da cooperativa. Sozinhos, os agricultores não conseguem montar projetos de aptidão para o acesso ao crédito e, com dificuldades, acessam o mercado consumidor. A participação em uma cooperativa aumenta as chances de um agricultor ter acesso ao crédito ou indiretamente se beneficiar de programas de desenvolvimento rural.

O que se busca provar, nesta pesquisa, é que a rede social e espacial de ações desenvolvidas por cooperativas como a Cooesperança é o principal elemento materializador de políticas e de programas de desenvolvimento rural. A Cooesperança, desde 2005⁶⁴, recebe apoio do Território da Cidadania Região Central – RS para as melhorias social e econômica de seus associados, com a ampliação de terminais de comercialização e com a promoção de feiras e cursos de capacitação.

A fim de otimizar a comercialização da produção, o Projeto Esperança/Coesperança começou a atuar na lógica em rede, de modo a criar vários canais de comercialização a partir de feiras e pontos de comercialização.

5.1.3 Estrutura econômica da Cooesperança

Para contemplar aspectos econômicos na dimensão organizacional da rede do Projeto Esperança/Coesperança, foram investigadas as articulações e as estratégias de inserção comercial através de feiras, fóruns e pontos de comercialização.

Em 2003, por iniciativa dos grupos associados à Cooesperança, criou-se a Teia Esperança, uma estratégia para articular pontos de comercialização fixos, feiras periódicas e ocasionais, de modo a manter um fluxo constante e alternativo de comercialização. A estratégia econômica da Cooperativa é fortalecer os laços entre o produtor e o consumidor. A Figura 15 exemplifica a estruturação da Teia da Esperança.

⁶⁴ Em 2005 no caso era Território Rural Região Central - RS

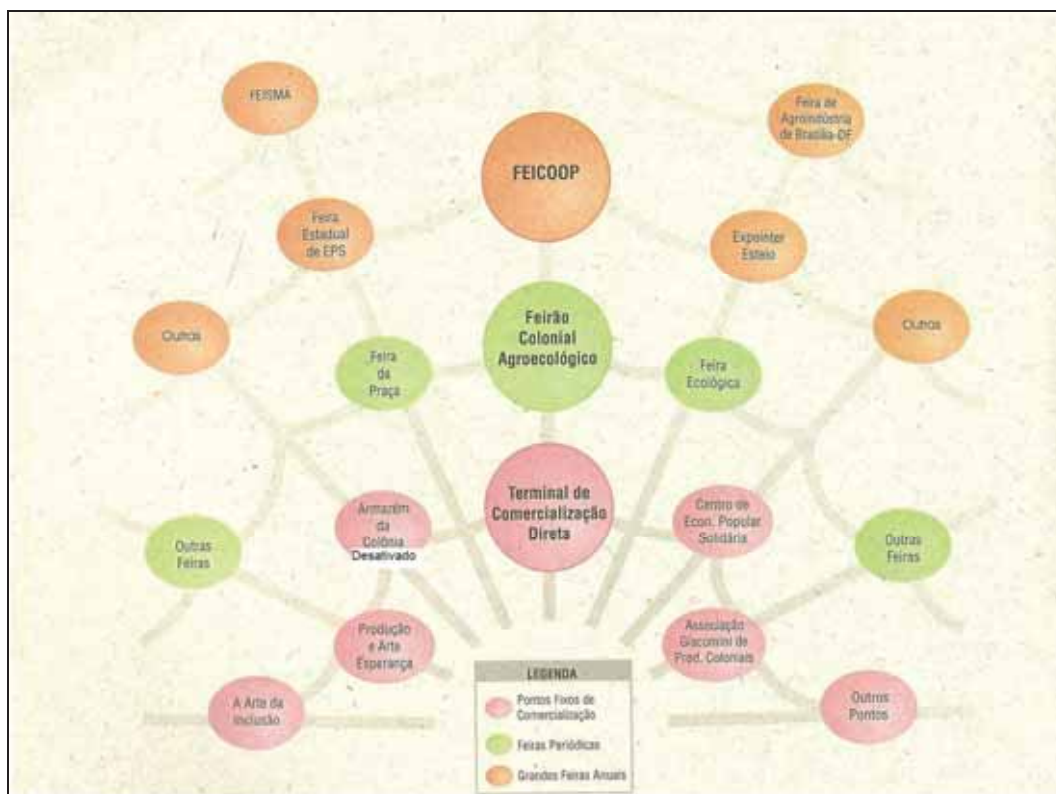


Figura 15 – Teia de comercialização

Fonte: ICAZA; FREITAS, 2006

Entre os municípios que formavam a Teia da Esperança, onze pertenciam ao atual Território da Cidadania Região Central-RS e mais quatro municípios a outros territórios, como Santiago, que pertence ao Território Rural Missões; Estrela Velha, pertencente ao Território Rural Centro Serra; Caçapava do Sul, pertencente ao Pré-Território Pampa; e Santana da Boa Vista, que pertence ao Território da Cidadania Zona Sul. A Figura 16 mostra a abrangência da Teia Esperança.

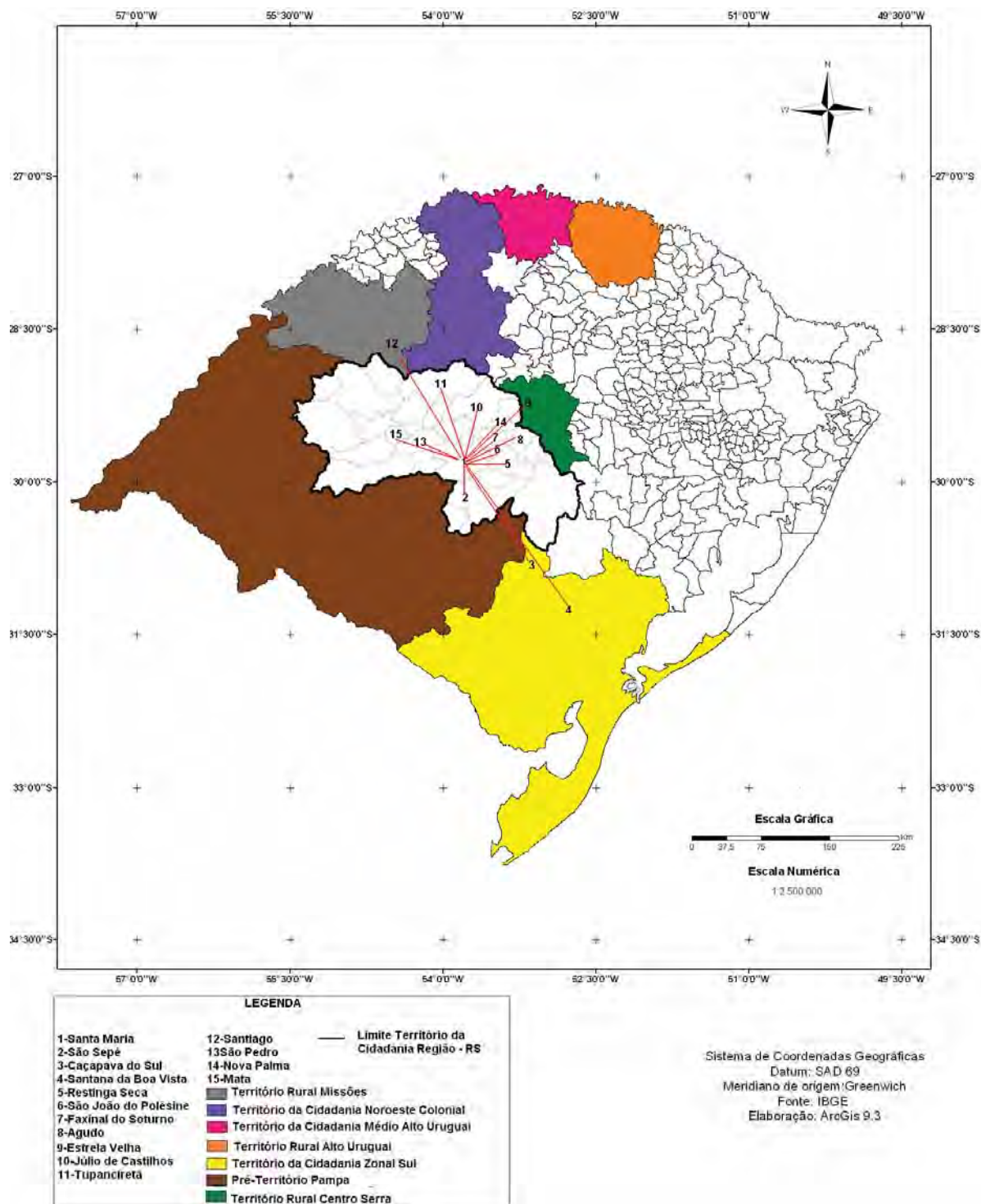


Figura 16 – Mapa de abrangência da Teia da Esperança (2005)

Fonte: ICAZA; FREITAS, 2006

Elaboração: Suelen de Leal Rodrigues

Atualmente, de acordo com dados disponibilizados pela Cooesperança, a Teia Esperança conta com quarenta pontos fixos de comercialização espalhados pelos municípios da Região Central do RS, que abriga os mesmos municípios do

Território da Cidadania Região Central – RS e municípios de outras regiões, conforme a Figura 17.

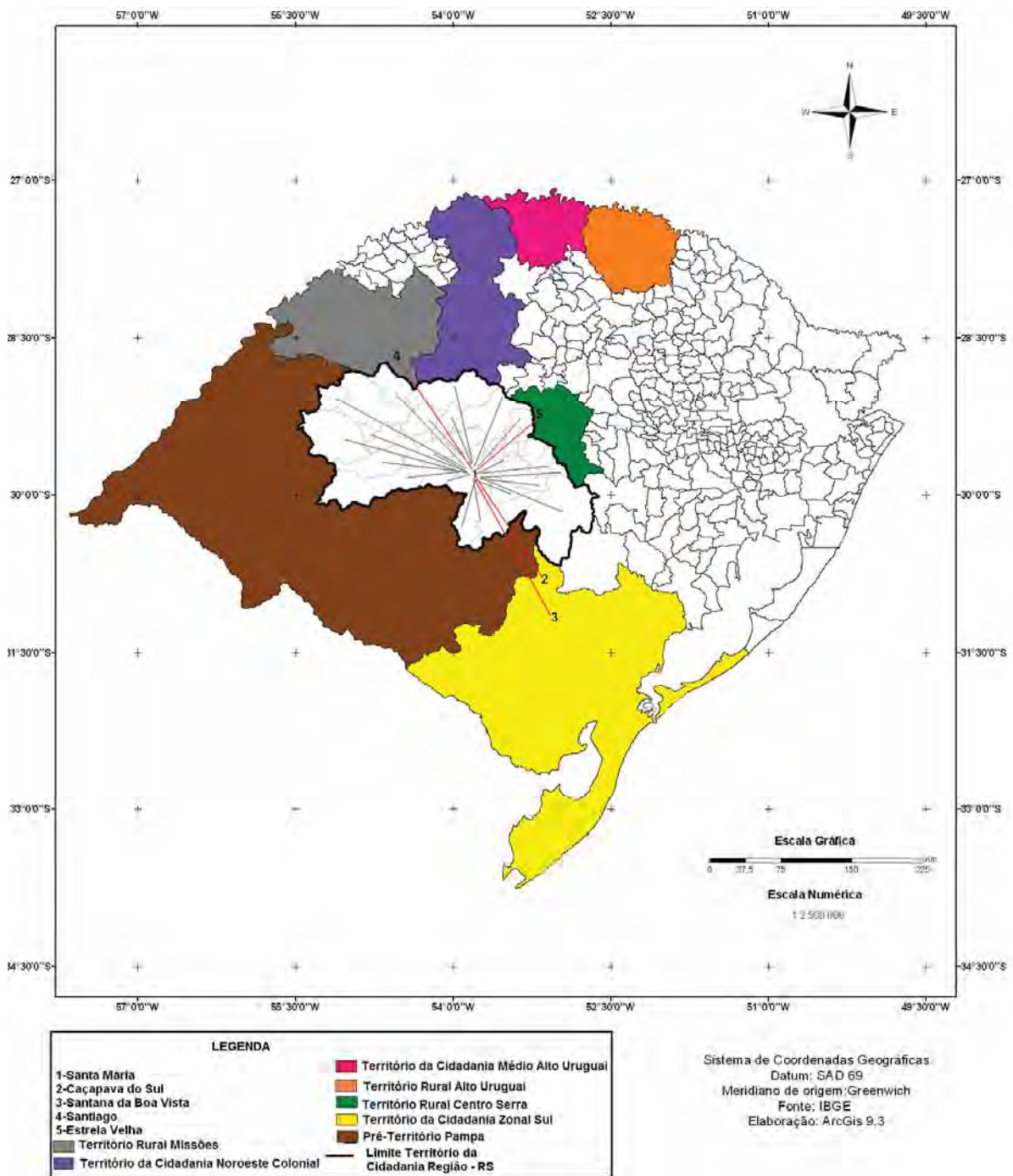


Figura 17 – Mapa de abrangência da Teia da Esperança (2011)

Fonte: Cooesperança 2011

Elaboração: Suelen de Leal Rodrigues

Nos pontos fixos de comercialização, segundo dados da Cooesperança (2011), são vendidos produtos hortigranjeiros ecológicos, caseiros, artesanais,

panificação, confecção, serigrafia, artesanato em material reciclado, produtos da agroindústria familiar e carne.

Entre os pontos fixos de comercialização⁶⁵ de produtos alimentícios, na cidade de Santa Maria, existia o Armazém da Colônia, que foi fechado no ano de 2008, e o Centro de economia solidária Frutos da Terra, que existe desde 1987, sendo hoje o espaço fixo de comercialização mais importante da Cooesperança. A estrutura física do centro é cedida pelos irmãos Maristas para o Projeto Esperança/Coesperança e o preço dos produtos é estabelecido pelos grupos fornecedores. A Figura 18 apresenta o Centro de Economia Solidária Frutos da Terra.



Figura 18 – Centro de Economia Solidária Frutos da Terra
Fonte: Trabalho de campo agosto (2009)

⁶⁵ O Projeto possui outros pontos de comercialização, no entanto, considerando que a pesquisa enfatiza a produção de hortigranjeiros e agroindústria, foi selecionado apenas o ponto que centraliza produtos desta natureza.

Os produtos comercializados em sua maioria são de origem ecológica ou agroecológica⁶⁶. Os principais produtos comercializados até agosto de 2009 estão sistematizados no Quadro 10.

| Produtos comercializados no Centro de Economia Solidária Frutos da Terra | |
|---|---|
| Doces: | Paçocas, rapadura (pura e com batata doce), carapinha, rapadura com amendoim, amendoim salgado sem pele, rapadurinha de leite, mandolite torrone, torrone de amendoim com Waffer, mandolite, doce de côco, goiabada, rapadura especial, bombons, rapadurinha doce de leite com côco, pé de moleque crocante, cocada branca e com açúcar mascavo, bala de banana, mariola, banana light, pé de moleque, banana com quinua e linhaça dourada, barra de cereais, bala de gengibre, ambrosia, doce de leite, doce de pêssego, doce de laranja, doce de abóbora, doce de figo, figada, papo de anjo, fio de ovos, doce de leite decorado, doce de mamão, doce de pêra, doce de bergamota, geléia (amora, uva, maçã, goiaba), doce de uva, compota (abóbora, pêssego, pêra, figo), CREM, merengue, Choco boll branco, melado, melado batido. |
| Conservas: | pepino, cebola e mista |
| Produtos desidratados: | Banana Passa (natural, orégano, canela, chocolate), bananito (tradicional, com amendoim, com passas, com coco, com nozes), bananete (maracujá, com coco, com amendoim), bala de coco, salame de banana (com coco e com nozes), passa de pêssego, salsa, maçã inteira e em gomos, marmelo seco, damasco turco, figo turco, mix de frutas, ameixa seca com caroço e sem caroço, uva passa branca e escura, tâmara, tomate seco, berinjela, chás diversos, erva-mate. |
| Grãos, cereais sementes e óleos: | <i>Grãos:</i> feijão moiache (branco, carioca, cavalo, enxofre, fradinho, amendoim, moro, guabiju, azulão, azuki), soja, soja temperada, gergelim natural, arroz (cateto, gersal, kilombola, agulhinha, integral, orgânico), trigo, quinua, gergelim integral e natural, trigo moído, grão de bico, linhaça. <i>Cereais (alimentos industrializados feitos a partir de cereais):</i> Grano leve cereais sem glútem, flocos de arroz, flocos de milho natural e com açúcar mascavo, grano frutas quinua e amaranto, multi cereais rosquinhas, granola (natural, açúcar mascavo), fibra de trigo, aveia em flocos laminada, multicereais em flocos, cevada, quinua em flocos. <i>Sementes:</i> abóbora, de girassol, amendoim (vermelho miúdo e graúdo, branco graúdo). <i>Sementes comestíveis:</i> de abóbora (torrada e moída), Castanhas (do Pará, saborizada, de cajú), nozes chilena, amêndoas, amendoim salgado. <i>Óleos:</i> linhaça e de copaiba. |
| Condimentos: | Canela em pó, cacau em pó, guaraná em pó, Gengibre em pó, Uva em pó, Pimenta da Jamaica, anis estrelado, chocolate em pó, coco ralado. |
| Embutidos e congelados: | <i>Embutidos</i> (copas, salame, morcilha, linguiça mista, pura e de frango, salsichão). <i>Congelados</i> (pastéis, risoles, agnoline, rondede, canelone, pizza grande e mini, mandioca, costelinha de porco, osso). |
| Bebidas: | sucos, vinagre licores, cachaça, graspa, vinhos (tinto, suave, seco, branco suave e seco), água mineral com e sem gás.. |
| Laticínios: | sorvete, picolé, queijo (colonial e de iogurte), ricotas, iogurtes, enfim produtos a base de leite. |
| Mel e derivados: | Mel (250g, 500g, 1kg, 5kg), xarope de própolis, essência de própolis, pólen, mel e própolis em sachê, bala de mel e própolis. |

*OBS: O ponto de comercialização disponibiliza produtos da linha Promel e também é representante da editora Expressão Popular de São Paulo.

Quadro 10 – Produtos comercializados no Centro de Economia Solidária Frutos da Terra

Fonte: Trabalho de campo agosto (2009)

Elaboração: Suelen de Leal Rodrigues

Os principais produtos vendidos, em ordem de importância, seriam: laticínios; grãos, cereais sementes e óleos; bebidas; farináceos em geral; doces; mel e derivados; produtos desidratados; embutidos e congelados; e conservas e condimentos. Os fornecedores formam um quadro de seis cooperativas, oito

⁶⁶ Destaca-se que alguns produtos não são produzidos no Rio Grande do Sul, mas são repassados para o centro de comercialização através dos fornecedores.

empresas e vinte e nove grupos associados à Cooesperança O Quadro 11 mostra os fornecedores, os produtos e as cidades de onde provém a produção.

| Fornecedores | Produtos | Cidade |
|--|---|--------------------------------|
| Cooperativa Agroecológica Nacional Terra e Vida Ltda (COONATERRA) | através da Bionatur* fornece as sementes agroecológicas | Hulha Negra, Candiota - RS. |
| Cooperativa de Produtores Agropecuários Terra e Vida. (COPERVITA) | compotas, conservas | Tapejara - RS. |
| Cooperativa Agrícola Novo Sarandi Ltda. (COANOL) | erva-mate | Sarandi – RS |
| Cooperativa de Produção e Consumo Familiar Nossa Terra. (COOPNOSSATERRA) | vinho | Erechim - RS. |
| Cooperativa Mista e de Trabalho Alternativa Ltda (COONALTER) | farinhas integrais, feijão, amendoim, sucos, linhaça | Santo Antônio do Palma - RS |
| Cachaçaria Remus E Betinelli Ltda - Velho Alambique | cachaça | Santa Tereza – RS |
| Vale Ecológico | chás | São Domingos do Sul – RS |
| Cia Natural | farelo de aveia, flocos de aveia, castanha | Santa Maria – RS |
| Doceoli | Farináceos | Santo Cristo – RS |
| Da colônia Alimentos Naturais Ltda. | banana, mariola, mandolate, rapadura | Santo Antônio da Patrulha - RS |
| Cremogel | sorvetes | Nova Palma - RS |
| Nutri & vida | linhaça, farinha | Santo Cristo - RS |
| Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) Terra e Frutos | geléias, doces e sucos | Veranópolis - RS. |
| Sítio Ecológico da Vovó (ASEV) | 1º fornecedor: conservas, compotas, 2º fornecedor:cuias | Santa Maria – RS |
| ACDC | bala de coco, barquete, rapadura, canudos | Santa Maria – RS |
| Associação Construire de Projeto Social (ACOMPROS) | arroz, licores e vinhos | Santa Maria – RS |
| ASSAMAG | vinho | Santa Maria – RS |
| Associação São João (ASJ) STEFANELLO | massas (agnoline) e queijos | São Pedro do Sul – RS |
| Grupo Terra Viva – COOPEARTE | bolos, doces, merengues, biscoitos | Santa Maria – RS |
| Colher de Pau | bolachas e biscoito integral | Santa Maria – RS |
| Cantina Vô Bepi | vinho e grasppa | São João do Polêsine – RS |
| Da Terra | rapaduras, pão de amendoim, bolachas | Agudo – RS |
| Picis | feijão | Pinhal Grande – RS |
| Mãos Dadas | bombom | Santa Maria – RS |
| Raio de Sol | paçoca | Santa Maria – RS |
| Renascer | 1º fornecedor :doces e cachaça | Santa Maria - RS |
| | 2º fornecedor doces e bolachas | Restinga Seca – RS |
| Saldoce | pães | Santa Maria – RS |
| Seguir em frente | rapadura, melado | Porto Xavier – RS |
| União Familiar Rural (UNIFAR) | queijos e massas (agnoline) | Agudo – RS |
| Unimel | mel, própolis | Caçapava do Sul – RS |
| Genésio | figada | Caçapava do Sul – RS |
| Giacomine | salames, bolachas, biscoitos | São João do Polêsine – RS |
| AGPC | Compotas* | São João do Polêsine – RS |
| Associação familiar de agricultura (AFAS) | arroz | Dona Francisca – RS |
| Pinguins | salgados congelados | Santa Maria – RS |
| Dielo | salgados congelados | Santa Maria – RS |
| Bisognin | agnoline, pães, bolachas, cucas | Faxinal do Soturno – RS |
| Delícias e Variedades | trufas | Santa Maria – RS |
| Associação Ecológica Parceiros do Solo (AEAPAS) | ovos e queijos | São Pedro Do Sul – RS |

Quadro 11 - Fornecedores do Centro de Economia Solidária Frutos da Terra

Fonte: Trabalho de campo agosto (2009)

Elaboração: Suelen de Leal Rodrigues

Na Figura 19, busca-se mostrar a abrangência espacial da Cooesperança, a partir da localização dos grupos que fornecem produtos para comercialização no Centro de Economia Solidária Frutos da Terra.

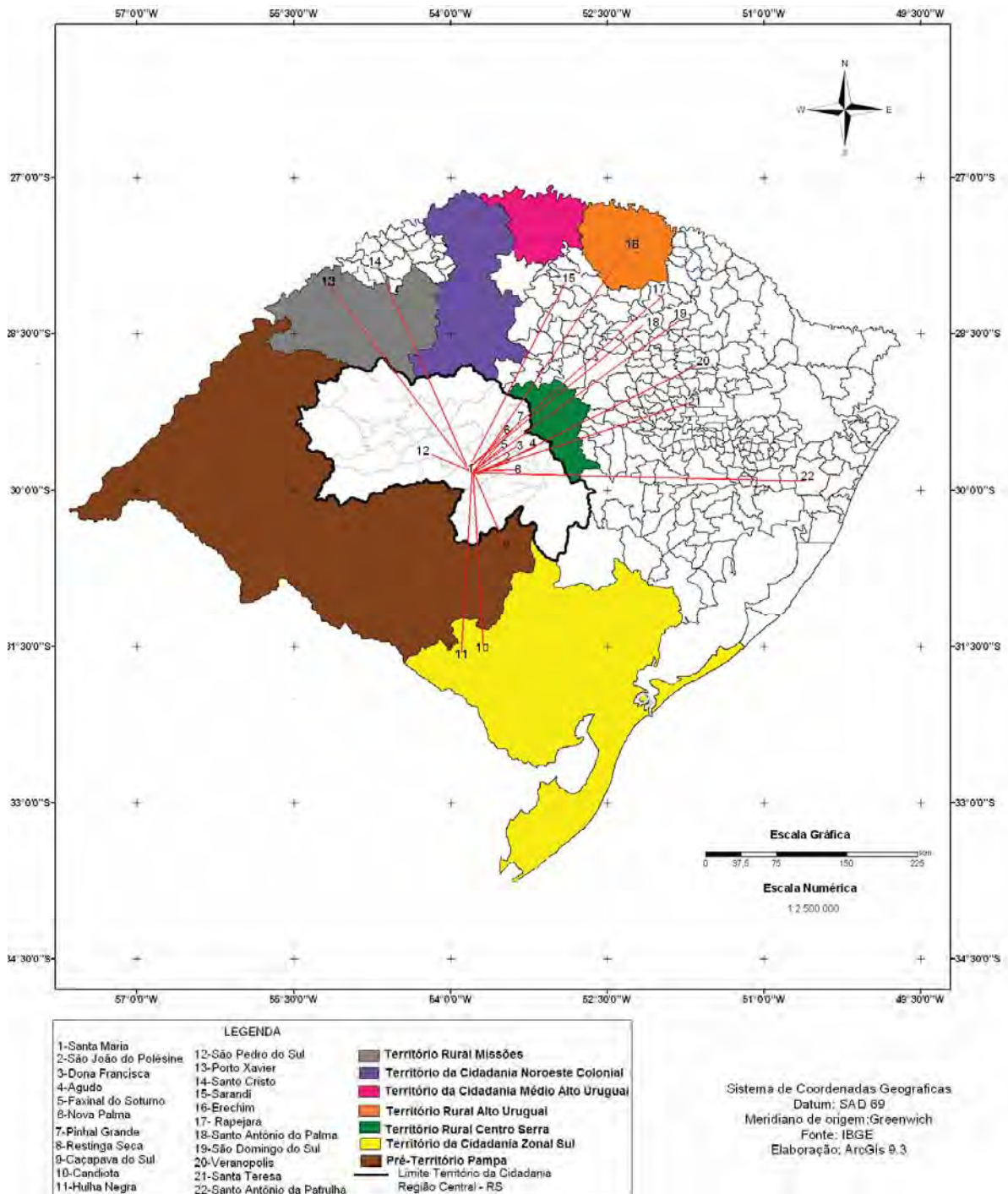


Figura 19 - Mapa da rede de fornecedores do Centro de Economia Solidária Frutos da Terra

Fonte: Trabalho de campo agosto (2009)

Elaboração: Suelen de Leal Rodrigues

Entre empresas, cooperativas e associações, existem treze fornecedores de Santa Maria, quatro de São João do Polêsine, três de Caçapava do Sul, dois de Santo Cristo, dois de São Pedro do Sul e dois de Agudo. Estas cidades contam com apenas um fornecedor por município: Faxinal do Soturno, Dona Francisca, Pinhal Grande, Nova Palma, Hulha Negra, Candiota, Tapejara, Sarandi, Erechim, Santo Antônio do Palma, Santa Tereza, São Domingos do Sul, Veranópolis, Restinga Seca, Porto Xavier e Santo Antônio da Patrulha.

Esses dados permitem visualizar a diversidade produtiva e a dimensão espacial da rede de comercialização, estruturada com base na articulação da Cooesperança com outras empresas cooperativas e associações.

O perfil do consumidor do Centro de Economia Solidária Frutos da Terra, de acordo com o seu administrador, é formado por jovens estudantes e jovens profissionais, por indivíduos com um bom nível de escolaridade que buscam produtos ecológicos, ou seja, com menos aditivos químicos. São pessoas que possuem consciência do que estão consumindo, buscando uma melhor qualidade alimentar.

Os produtos comercializados no Centro de Economia Solidária Frutos da Terra são acessíveis à classe de menor renda, garantindo que alguns produtos cheguem a ter preços mais baixos que os grandes centros varejistas. Entretanto, como o volume de produtos é pequeno, não são realizadas promoções em larga escala.

A primeira estratégia de acesso ao mercado consumidor estruturada pela Cooesperança foi a realização de feiras periódicas e, em 1989, foi construído o primeiro pavilhão de comercialização, inaugurando o Centro de Comercialização direta, hoje nomeado Centro de Economia Solidária Don Ivo Lorscheiter. No centro de comercialização, ocorrem, todos os sábados pela manhã, o Feirão Colonial Agroecológico e anualmente as grandes Feiras de caráter internacional, nacional, estadual e regional.

Através de verbas liberadas pelo governo estadual, no plano do Orçamento Participativo⁶⁷, da Prefeitura Municipal de Santa Maria, da Misericórdia, Cáritas Regional RS e de mais uma contrapartida dos grupos das feiras, em 2001, o terminal passou a contar com dois prédios,

⁶⁷ **Orçamento Participativo (OP)** é um mecanismo governamental, onde os orçamentos públicos são decididos em assembleias onde a população decide os eixos de prioridade dos investimentos.

No ano de 2007, foram construídos banheiros coletivos e salas para realização de reuniões. Essa ampliação contou com verbas de emenda Parlamentar no valor de R\$ 100.000,00, com recursos do MDA e com a contrapartida da Prefeitura Municipal de Santa Maria no valor de R\$ 28.000,00, somando um total de R\$ 128.000,00. (COOESPERANÇA, 2011).

Atualmente esse espaço conta com três prédios e um pavilhão central, sendo um deles destinado a carnes, embutidos e alimentos congelados, possuindo uma infraestrutura adequada para o armazenamento desses produtos. Além disso, há um segundo prédio para os projetos de artesanatos, e o terceiro prédio para hortigranjeiros. A última ampliação do terminal foi em dezembro de 2008, através de verba aprovada pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), no valor R\$ 266.042,00. A Figura 20 mostra o terminal de comercialização e a inauguração da última ampliação.



Figura 20 – Centro de Economia Solidária Don Ivo Lorscheiter e inauguração do 3º prédio

Fonte: Trabalho de campo dezembro (2007)

Elaboração: Suelen de Leal Rodrigues

O Centro de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter é o ponto de centralização da Teia Esperança e o principal espaço de realização de todas as feiras e de todos os fóruns promovidos pela Cooesperança.

A primeira Feira do Cooperativismo alternativo (FEICOOP) realizada pela Cooesperança foi em 1994 e, já no ano de 1998, ganhou abrangência estadual e, em 2002, a Cooesperança promoveu a 1ª Feira Nacional de Economia Solidária. Na busca de ampliar o intercâmbio das experiências de Economia Solidária, em 2005, juntamente com a 12ª FEICOOP, é realizada a 1ª Feira da Economia Solidária do Mercosul.

O Quadro 12 mostra o número de empreendimentos, de municípios e de pessoas que participaram da FEICOOP, de 1994 a 2008, de acordo com dados disponibilizados pela Cooesperança

| DIOCESE DE SANTA MARIA PROJETO ESPERANÇA/ COOESPERANÇA | | | | |
|---|------|--------------------|------------|-------------------------|
| Histórico de feiras do cooperativismo alternativo | | | | |
| Terminal de Comercialização Direta – Santa Maria – RS – Brasil | | | | |
| O maior evento cooperativo alternativo do Brasil e da América Latina | | | | |
| Edição | Ano | Nº Empreendimentos | Municípios | Nº de Pessoas no Evento |
| 1ª FEICOOP- Feira Regional do Cooperativismo | 1994 | 27 | 13 | +/- 4 mil pessoas |
| 2ª FEICOOP- Feira Regional do Cooperativismo | 1995 | 48 | 18 | +/- 6 mil pessoas |
| 3ª FEICOOP- Feira Regional do Cooperativismo | 1996 | 56 | 25 | +/- 8 mil pessoas |
| 4ª FEICOOP- Feira Regional do Cooperativismo | 1997 | 63 | 31 | +/- 10 mil pessoas |
| 5ª FEICOOP- Feira Regional do Cooperativismo | 1998 | 87 | 46 | +/- 15 mil pessoas |
| 6ª FEICOOP- Feira Regional do Cooperativismo | 1999 | 124 | 53 | +/- 18 mil pessoas |
| 7ª FEICOOP- Feira Regional do Cooperativismo | 2000 | 150 | 84 | +/- 26 mil pessoas |
| 8ª FEICOOP- Feira Estadual do Cooperativismo | 2001 | 246 | 91 | +/- 30 mil pessoas |
| 1ª Mostra de Biodiversidade | | | | |
| 9ª FEICOOP- Feira Estadual do Cooperativismo | 2002 | 300 | 110 | +/- 33 mil pessoas |
| 1ª Feira da Economia Popular Solidária | | | | |
| 2ª Mostra de Biodiversidade | | | | |
| 10ª FEICOOP- Feira Estadual do Cooperativismo | 2003 | 312 | 112 | +/- 35 mil pessoas |
| 2ª Feira da Economia Popular Solidária | | | | |
| 3ª Mostra de Biodiversidade | | | | |
| 11ª FEICOOP- Feira Estadual do Cooperativismo | 2004 | 321 | 116 | +/- 36 mil pessoas |
| 3ª Feira da Economia Popular Solidária | | | | |
| 4ª Mostra de Biodiversidade | | | | |
| 12ª FEICOOP- Feira Estadual do Cooperativismo | 2005 | 600 | 221 | +/- 66 mil pessoas |
| 1ª Feira da Economia Solidária do Mercosul | | | | |
| 4ª Feira da Economia Popular Solidária | | | | |
| 5ª Mostra de Biodiversidade e Feira da Agricultura Familiar | | | | |
| 1º Seminário Latino Americano de Economia Solidária | | | | |
| 13ª FEICOOP- Feira Estadual do Cooperativismo | 2006 | 700 | 310 | +/- 86,800 mil pessoas |
| 2ª Feira da Economia Solidária do Mercosul | | | | |
| 5ª Feira da Economia Popular Solidária | | | | |
| 6ª Mostra de Biodiversidade e Feira da Agricultura Familiar | | | | |
| 2º Seminário Latino Americano de Economia Solidária | | | | |
| 14ª FEICOOP- Feira Estadual do Cooperativismo | 2007 | 730 | 372 | +/-102 mil pessoas |
| 3ª Feira da Economia Solidária do Mercosul | | | | |
| 6ª Feira da Economia Popular Solidária | | | | |
| 7ª Mostra de Biodiversidade e Feira da Agricultura Familiar | | | | |
| 3º Seminário Latino Americano de Economia Solidária | | | | |
| 15ª FEICOOP - Feira Estadual Do Cooperativismo | 2008 | 850 | 400 | +/-145 mil pessoas |
| 4ª Feira De Economia Solidária Do Mercosul | | | | |
| 7ª Feira Nacional De Economia Solidária | | | | |
| 8ª Mostra Da Biodiversidade E Feira e Agricultura Familiar | | | | |
| 4º Seminário Latino Americano De Economia Solidária E Mini-Fórum Social Mundial De Economia Solidária, preparatório ao Fórum Social Mundial em Belém do Pará em 2009. | | | | |

Quadro 12 - Histórico das feiras organizadas pelo Projeto Esperança/Coesperança de 1994-2008

Fonte: Projeto Esperança/Coesperança (2011)

A partir da 1ª FEICOOP, em 1994, a Cooesperança passou a trabalhar no fortalecimento do evento, agregando feiras e fóruns, cuja finalidade não se resumia à simples comercialização de produtos, mas também a espaços de troca de experiências com as mais diversas experiências em Economia Solidária. No ano de

2009, a FEICOOP foi cancelada⁶⁸ e novos eventos passaram a fazer parte da agenda de atividades da Cooesperança. No Box 1 é descrito o contexto de cancelamento da 16ª FEICOOP⁶⁹

Box 1 - Contexto do cancelamento da 16ª FEICOOP

O ano de 2009 foi marcado pelo avanço mundial da influenza A subtipo H1 N1, mais conhecida como a gripe do porco. No Brasil, o estado do Rio Grande do Sul foi um dos mais afetados, considerando que a contaminação ocorria pelo contato com pessoas e objetos contaminados, várias medidas preventivas foram estimuladas pela Secretaria Nacional de Vigilância e Saúde. No estado do Rio Grande do Sul, alguns eventos foram cancelados pelas prefeituras municipais, para evitar o avanço da doença.

A prefeitura municipal de Santa Maria, sob a justificativa do avanço da influenza A subtipo H1 N1, entendeu que a realização da 16ª FEICOOP poderia agravar o avanço da gripe, uma vez que o evento agrega pessoas dos mais diversos lugares do Brasil e da América Latina.

Portanto, no período de aproximadamente um mês, foi travado um debate entre Cooesperança e Prefeitura Municipal de Santa Maria na instância da Secretaria de Saúde. Para garantir a realização da 16ª FEICOOP, a Cooesperança entrou com vários recursos judiciais, suspendeu a Feira da Economia Solidária do Mercosul para evitar que delegações de países vizinhos participassem, considerando o progressivo avanço da influenza em países como a Argentina e o Uruguai. Ao suspender as feiras de caráter internacional que ocorrem junto com a FEICOOP, o evento passaria a ter uma abrangência nacional, diminuindo os riscos de contaminação.

A interpretação judicial não entendeu que o caráter nacional da feira pudesse diminuir os riscos de contaminação da influenza A H1 N1 e, no dia oito de julho de 2009, foi cancelada a 16ª FEICOOP. A FEICOOP foi o único grande evento de Santa Maria que foi cancelado, os demais eventos de menor porte foram adiados.

Mesmo não ocorrendo nenhum tipo de comercialização, em vista da ordem judicial que previa multa e processo para a Cooesperança, o evento congregou várias delegações da Economia Solidária, como os representantes do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária (UNICAFES), do Ministério do Trabalho (MTE), representado por Dione Soares Manet diretor da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), assim como várias representações de empreendimentos solidários, pois muitas excursões estavam a caminho de Santa Maria e não tiveram como retornar, delegações do Pará, Rio de Janeiro, Minas Gerais entre tantas outras se fizeram presentes na feira.

A feira ganhou um novo formato, aglomerações nas dependências fechadas do Centro de Economia Solidária Don Ivo Lorscheiter, local onde ocorreria a feira, deveriam ser evitadas de acordo

⁶⁸ Os Eventos de 2009 foram cancelados por Ordem Judicial do Promotor Público de Defesa Comunitária Dr. João Marcos Adede Y Castro e Deferido pela Juíza de Plantão, Eloisa Helena Hernandez de Hernandez, contra Prefeitura Municipal de Santa Maria Mitra Diocesana de Santa Maria, Banco da Esperança e Projeto Esperança/Coesperança, Motivo Alegado Gripe A Influenza (H1 N1).

⁶⁹ A descrição do Box 1 tem por base o trabalho de campo realizado em julho de 2009 onde a pesquisadora realizou uma observação participante.

com as orientações judiciais, mas foi realizada uma rotação de delegações e uma por uma foi recebida pela equipe executiva da Cooesperança, juntamente com a irmã Lourdes Dill, onde foi explicado o contexto em que ocorreu o cancelamento.

Nos dias em que ocorreria a 16ª FEICOOP foram realizadas atividades de discussão em locais diferentes, ou seja, os grupos foram fragmentados em vista de não aglomerar muitas pessoas em um mesmo local e também foram realizadas visitas a propriedades de grupos participantes da Cooesperança.

A 16ª FEICOOP, sob olhar da Cooesperança, foi realizada, porém de maneira diferente, foi um grande momento de discussão das entidades solidárias em busca de criar estratégias que evitem que adversidades políticas barrem a realização de outros eventos solidários.

Em protesto ao cancelamento da 16ª FEICOOP as delegações participantes realizaram um marcha até o Fórum Municipal de Santa Maria - RS, para isso contou com ajuda da Polícia Militar que interditou parte de uma das vias urbanas mais importantes de Santa Maria.

O protesto teve caráter pacífico, envolvendo as delegações nacionais que vieram para 16ª FEICOOP, entidades políticas apoiadoras, associados da Cooesperança e população local. Ao chegarem ao fórum os manifestantes colocaram faixas pretas em suas bocas, simbolizando o indeferimento de defesa por parte da autoridade judicial. A Figura 21 mostra o momento de chegada ao Fórum Municipal de Santa Maria.



Figura 21 – Manifestação pelo cancelamento da 16ª FEICOOP

Fonte: Trabalho de campo julho (2009)

Das discussões realizadas com as delegações nacionais dos empreendimentos solidários e dos apoiadores políticos em resposta ao cancelamento 16ª FEICOOP foi planejado o 1º Fórum Social Mundial de Economia Solidária em complemento as atividades do 10º aniversário do Fórum Social Mundial que ocorreria em Porto Alegre – RS. A partir dessa decisão começou um mutirão para angariar fundos e saldar as dívidas da 16ª FEICOOP, bem como planejar o próximo evento que almejava ter proporções maiores.

O processo de cancelamento da 16ª FEICOOP mostrou claramente o jogo de poderes envolvidos na materialização das práticas sociais, sem o entendimento dos

poderes públicos e organizações civis, a efetivação de ações sociais se torna inviável.

A mobilização inicial da FEICOOP conta com o planejamento da Cooesperança, em conjunto com representações nacionais de empreendimentos solidários do Brasil e da América Latina, com o objetivo de agregar experiências dos mais diversos lugares e aproximar produtores e consumidores.

Durante a FEICOOP, a rede social de participantes do evento cria um território imaterial, no qual pessoas dos mais diversos lugares se encontram, ou seja, um espaço que transcende o território político de Santa Maria.

No entanto, o ponto material de projeção da rede social da FEICOOP espacialmente está no município de Santa Maria, cuja soberania política está nas mãos dos governantes locais. Não ocorrendo entendimento entre o poder de Estado e o poder civil, a rede social que seria projetada a partir do evento não se materializa. O cancelamento da 16ª FEICOOP impediu o pleno estabelecimento da rede social, que seria construída com a participação de diferentes representantes nacionais e internacionais de empreendimentos solidários e cooperativos.

Como já destacado, a 16ª FEICOOP foi prejudicada pelo impedimento judicial, porém, ao agregar algumas representações sociais, utilizou o poder da informação para levar ao conhecimento da população local a importância do evento para o município de Santa Maria. Além da manifestação pública organizada pela Cooesperança, foram utilizados os meios de comunicação para divulgar o trabalho da cooperativa.

Considerando as perdas econômicas que o município de Santa Maria teve e uma maior pressão social, o poder público passou a ter uma postura conciliadora, apoiando os eventos da Cooesperança. A atual postura do poder público do município, como destacado na seção 8.1.1 do presente capítulo, reconhece o papel e a importância do Projeto Esperança/Coesperança para Santa Maria e região.

Sob o lema de transformar Santa Maria em referência mundial em Economia Solidária, em janeiro de 2010, foi realizado o 1º Fórum Social Mundial de Economia Solidária. O Fórum contou com o apoio financeiro de instâncias políticas federais e municipais, com um orçamento em torno de R\$ 400 mil, sendo R\$ 120 da emenda parlamentar, R\$ 9,6 mil contrapartida da prefeitura de Santa Maria, mais um repasse de R\$ 300 mil do município para eventos. (COOESPERANÇA, 2010). A Figura 22 mostra a concretização do 1º Fórum Mundial de Economia Solidária.



Figura 22 – 1º Fórum Mundial de Economia Solidária

Fonte: Trabalho de campo janeiro (2010)

Elaboração: Suelen de Leal Rodrigues

A partir de 2009, o Fórum Mundial de Economia Solidária⁷⁰ entrou para a agenda de eventos da Cooesperança. O Quadro 13 apresenta os dados das feiras de 2009 – 2011.

⁷⁰ O próximo Fórum está previsto para janeiro de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.

| DIOCESE DE SANTA MARIA PROJETO ESPERANÇA/ COOESPERANÇA | | | | | | | | |
|--|------|-------------|--------|---------------------|------------|-----------------------|-------------------------------|-------------------------|
| Histórico de Feiras do Cooperativismo Alternativo | | | | | | | | |
| Centro De Referência de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter – Santa Maria – RS – Brasil | | | | | | | | |
| Edição | Ano | Continentes | Países | Estados brasileiros | Municípios | Nº de Empreendimentos | Nº de Entidades representadas | Nº de pessoas no Evento |
| 16ª FEICOOP - Feira Estadual do Cooperativismo 5ª Feira de Economia Solidária do Mercosul 8ª Feira Nacional de Economia Solidária 9ª Mostra Da Biodiversidade e Feira da Agricultura Familiar 5º Seminário Latino Americano de Economia Solidária 5ª Caminhada Ecumênica e Internacional Pela Paz e Marcha Mundial Pela Paz e Não Violência 4º Levante da Juventude Rural e Urbana do RS. | 2009 | 05 | 01 | 15 | 67 | 103 | 88 | 800 |
| 1º Fórum Mundial de Economia Solidária 1ª Feira Mundial De Economia Solidária 5ª Levante da Juventude 10 Anos do FSM (Fórum Social Mundial) | 2010 | 05 | 32 | 27 | +/-408 | 750 | 230 | +/- 130.00 |
| 17ª FEICOOP - Feira Estadual do Cooperativismo Alternativo 6ª Feira de Economia Solidária dos Países do MERCOSUL 9ª Feira Nacional de Economia Popular Solidária 10ª Mostra da Biodiversidade e Feira da Agricultura Familiar 6º Seminário Latino Americano de Economia Solidária 6ª Caminhada Internacional e Ecumênica pela PAZ e Justiça Social 6º Levante da Juventude do RS 2010 . | 2010 | 03 | 14 | 27 | +/-428 | 780 | +/- 3300 | +/- 140.00 |
| 1ª FENIAR - Feira Internacional de | 2010 | 03 | 20 | 08 | +/- 50 | | | +/- 30.000 |
| 18ª FEICOOP - Feira Estadual do Cooperativismo Alternativo 6ª Feira de Economia Solidária dos Países do MERCOSUL 10ª Feira Nacional de Economia Popular Solidária 10ª Mostra da Biodiversidade e Feira da Agricultura Familiar 7º Seminário Latino Americano de Economia Solidária 7ª Caminhada Internacional e Ecumênica pela PAZ e Justiça Social 7º Levante da Juventude do RS 2010 . | 2011 | 03 | 15 | 27 | 435 | 800 | 220 | +/-151.000 |

Quadro 13 - Histórico das feiras organizadas pelo Projeto/Cooesperança de 2009-2010

Fonte: Projeto Esperança/Cooesperança (2011)

A projeção que a FEICOOP ganhou nos últimos dezoito anos levou a uma visualização maior do Projeto Esperança/Cooesperança, que passou a agregar mais grupos, a ser reconhecido pela sociedade e a criar laços fortes dentro das esferas políticas. A Cooesperança não é mais “a tendinha”, denominação que recebia nos primeiros anos do Projeto. Hoje é uma instância de poder dentro do município de Santa Maria.

Atualmente, seja a partir da Cooesperança ou de outro setor do Banco da Esperança, a influência do Projeto Esperança/Cooesperança é muito grande, ajudando pessoas nas mais diversas áreas, oferecendo cursos de formação e estímulo à autogestão e à economia solidária. A Cooesperança é, sem dúvida, uma formadora de opiniões no âmbito cooperativo de seus associados e de seus consumidores ou simpatizantes. O Box 2 sintetiza a visão de desenvolvimento estimulada pela Cooesperança.

Box 2: Fragmento da Carta da 7ª feira de Economia Solidária do Mercosul e 18ª FEICOOP - Feira Estadual do Cooperativismo 2011.

Aprendemos ao longo do processo de preparação e realização da Feira que as experiências gestadas em nível local são sementeiras de um Projeto de Desenvolvimento Solidário Sustentável e Territorial que já está em construção. Isso pode ser identificado na medida em que após 18 anos de Feira Estadual do Cooperativismo Alternativo e 7 anos de Feira de Economia Solidária do Mercosul registramos o avanço, não somente pelos dados numéricos, mas no seu fortalecimento em nível de articulação, debate, troca de idéias, experiências de comercialização direta de empreendimentos da Economia Solidária, da Agricultura Familiar, das Agroindústrias Familiares, dos Catadores(as), dos Povos Indígenas e Quilombolas, da Juventude, do movimento de mulheres, dos trabalhadores (as) do Campo e da Cidade.

A visão de desenvolvimento construída pelo Projeto Esperança Cooesperança, com forças na articulação de sua rede social, conforme já destacado no Capítulo 4, seria o diferencial para a efetivação dos projetos que desenvolve no Território da Cidadania Região Central - RS.

Os recursos concedidos a partir da Política dos Territórios da Cidadania são materializados especialmente no território político de Santa Maria, mas alcançam proporções sociais que transcendem esse território, alcançando áreas que não são contempladas pelo programa.

Através do Programa Territórios da Cidadania, além de auxílio para a realização das feiras do cooperativismo, a Cooesperança também foi beneficiada com verbas para a ampliação do Centro de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter, ponto principal da Teia da Esperança e importante espaço de comercialização e socialização entre produtor e consumidor. A Cooesperança faz o elo de materialização do Território da Cidadania Região Central – RS, possibilitando o acesso a ele por agricultores de diferentes territórios.

O próximo capítulo tratará da apresentação do contexto municipal de Tupanciretã e das cooperativas Copetec e Coperterra que, assim como a Cooesperança, exercem um importante papel na materialização do Programa Territórios da Cidadania na região central do Rio Grande do Sul e que, através de sua rede de articulações sociais, transpõem o benefício do Programa para diferentes territórios.

6. COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS (COPEPEC) E COOPERATIVA REGIONAL DA REFORMA AGRÁRIA MÃE TERRA (COPERTERRA) TUPANCIRETÃ - RS

O presente capítulo contextualiza as circunstâncias de formação da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPEPEC), núcleo Tupanciretã e da Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra (COPERTERRA), caracterizando e analisando a estruturação da rede criada pelas cooperativas como elemento materializador do Programa Território da Cidadania na região central do Rio Grande do Sul.

A Copetec consiste em uma cooperativa de prestação de assistência técnica para assentamentos rurais. A estruturação da Copetec-Tupanciretã está ligada ao processo de instalação de assentamentos rurais no município de Tupanciretã e na região central do Rio Grande do Sul. A Copetec-Tupanciretã, em conjunto com a Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra (Coperterra), através de sua rede de articulação social e de seus convênios INCRA/MDA, possibilita o acesso e a materialização do Programa Território da Cidadania, na Região Central do Rio Grande do Sul, para assentados e agricultores familiares.

Antes de apresentar o detalhamento da Copetec - Tupanciretã e da Coperterra, a primeira seção deste capítulo realiza uma breve caracterização dos principais aspectos sociais e econômicos de Tupanciretã.

6.1. Contexto Socioeconômico do Município de Tupanciretã - RS

O município de Tupanciretã está localizado entre as coordenadas geográficas 53° 50' 09" a 54° 30' de longitude oeste e 28° 54' 24" a 29° 04' 50" de latitude sul, pertence à Microrregião de Santiago, que por sua vez compõe Mesorregião Centro Ocidental. Pelas características fisiográficas do município, este pertence à Região do Planalto Médio Figura 23.

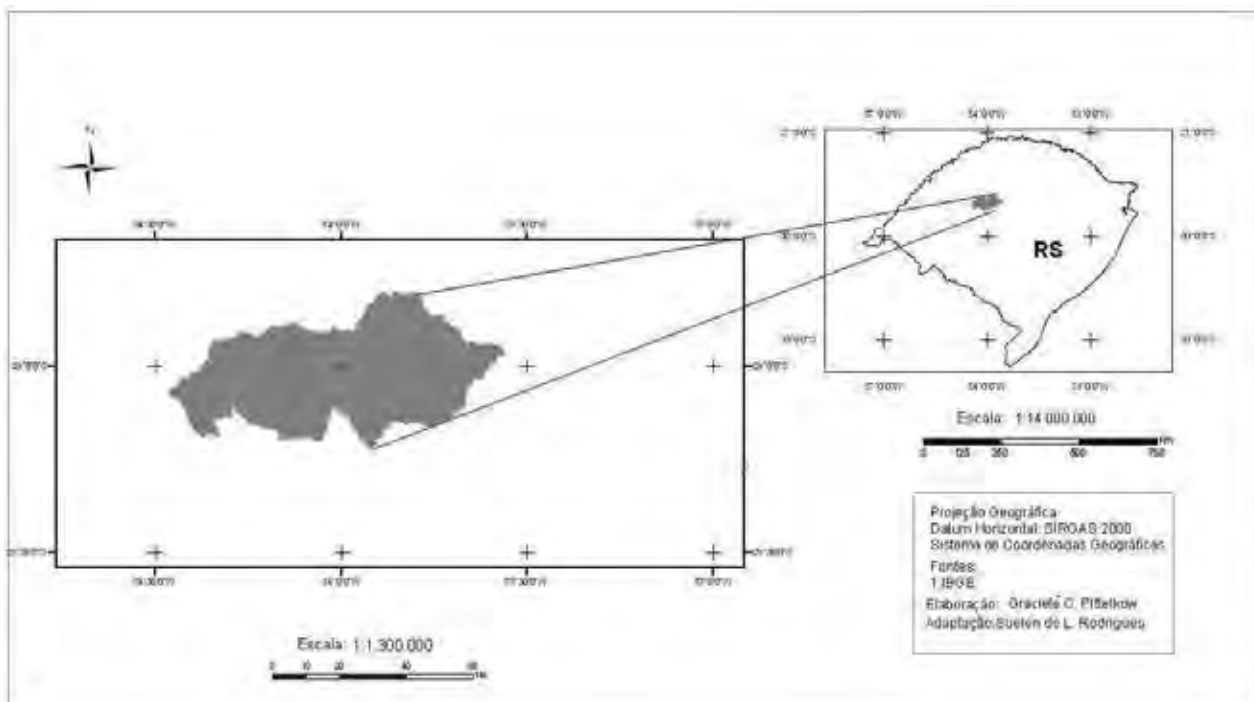


Figura 23 - Localização do município de Tupanciretã

Tupanciretã possui uma população local de 22.281 habitantes, distribuídos em uma área de 2.251 Km², onde dezoito mil e vinte habitantes estão concentrados na zona urbana e quatro mil duzentos e sessenta e um, na zona rural IBGE (2010).

A estrutura econômica tem como base a produção agropecuária, que corresponde a R\$ 224.392,00, ou seja, 91% do Produto Interno Bruto do município.

As principais atividades agropecuárias do município giram em torno da produção de soja e do tradicional setor pecuarista. De acordo com dados do IBGE, no ano de 2009, a soja alcançou uma produtividade de 321.750 toneladas, cujo valor da produção chegou a R\$ 253.089 mil reais e a pecuária bovina apresentou um rebanho de setenta e sete mil setecentas e cinquenta e uma cabeças de gado.

A formação histórica da estrutura agrária do município é marcada pela presença do latifúndio e da produção pecuarista, que perdeu espaço para a produção de soja em decorrência da valorização produtiva dessa commodity.

Na década de 1971, a soja se consolidou como o principal produto do agronegócio brasileiro, sua produção passou de 1,5 milhões de toneladas, em 1970, para mais de 15 milhões de toneladas em 1979. O crescimento ocorrido deve-se ao aumento da área cultivada (1,3 para 8,8 milhões de hectares) e ao expressivo incremento da produtividade (1,14 para 1,73t/ha) graças às novas tecnologias disponibilizadas aos produtores (EMBRAPA, 2004).

Atualmente o município de Tupanciretã é o maior produtor de soja do estado do Rio Grande do Sul, os maiores captadores da produção de soja no município são a BUNGE⁷¹ e a Cooperativa Agrícola de Tupanciretã (AGROPAN)⁷².

A estrutura fundiária do município é marcada pela presença de grandes propriedades, que correspondiam a 4,2% dos imóveis cadastrados e ocupavam 42,7% da área total dos imóveis (INCRA, 2002). A pequena propriedade e o minifúndio juntos correspondiam a 83,8% dos imóveis rurais e ocupavam 29% da área total.

A identificação de terras consideradas improdutivas pelo INCRA fez com que, na década de 1980, fosse iniciado, no município de Tupanciretã, um processo de instalação de assentamentos rurais. Hoje, existem dezessete assentamentos, sendo oito estaduais e nove federais, agregando em torno de seiscentos e quarenta e duas famílias, conforme o Quadro 14.

| Assentamento | Área (ha) | Data de criação | Tipo |
|----------------------------|-----------|-----------------|-----------------------|
| Nossa Senhora Aparecida | 1755,30 | 1986 | Assentamento estadual |
| Nova Tupã | 444,90 | 1991 | Assentamento estadual |
| Nossa Senhora de Fátima | 1776,80 | 1996 | Assentamento federal |
| Santa Rosa | 2136,10 | 1998 | Assentamento federal |
| Invernada | 620,47 | 1998 | Assentamento federal |
| São Francisco | 484,00 | 1999 | Assentamento federal |
| Pôr do Sol | 1013,23 | 2000 | Assentamento estadual |
| Conquista da Esperança | 262,24 | 2000 | Assentamento estadual |
| Nossa Senhora da Conceição | 1275,94 | 2000 | Assentamento estadual |
| Nova Aliança | 1153,92 | 2001 | Assentamento federal |
| São Domingos | 1345,78 | 2001 | Assentamento federal |
| Nova Várzea | 420,00 | 2001 | Assentamento federal |
| Cachoeira | 748,06 | 2001 | Assentamento estadual |
| Barrissul I | 143,00 | 2002 | Assentamento federal |
| Barrissul II | 100,00 | 2002 | Assentamento federal |
| Nova América | 51,24 | 2002 | Assentamento estadual |
| Nova Conquista Mão de Deus | 153,00 | 2002 | Assentamento estadual |
| Total | 13884,98 | | |

Quadro 14- Listagem dos Assentamentos em Tupanciretã - RS

Fonte: Coperterra

Elaboração: Suelen De Leal Rodrigues

⁷¹ A BUNGE em 1950 iniciou pioneiramente as pesquisas, o comércio, a industrialização e o fomento da soja a partir do Rio Grande do Sul. Na década de 1990, a Bunge concentra sua atuação mundial em três áreas, que se complementam: fertilizantes, grãos e oleaginosas e produtos alimentícios, ou seja, atuando em toda cadeia produtiva, está presente em Tupanciretã e região a mais de trinta anos com escritório de comercialização de grãos e unidades de recebimento e armazenagem.

⁷² A AGROPAN foi criada em 1970, atua apenas no Rio Grande do Sul nos municípios de Tupanciretã (cede), Júlio de Castilhos, Cruz Alta, Jari, São Pedro do Sul, Jaguari, Mata, Santiago, São Miguel das Missões, Santo Angelo, Augusto Pestana e Jóia, atuando tanto na captação e comercialização de grãos como fabricação de rações, sementes, insumos agrícolas e venda de produtos veterinários, peças agrícolas e automotivas.

O Box 3 apresenta a descrição histórica da formação dos assentamentos no município de Tupanciretã

Box 3 - Histórico de formação dos assentamentos rurais em Tupanciretã – RS

Tupanciretã está na área de abrangência do núcleo regional Paulo Freire, pertencente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Nessa região, a luta contemporânea pela terra teve início juntamente à origem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, há vinte e quatro anos. Essa região é historicamente caracterizada pelo latifúndio e pela monocultura da soja. Mesmo com a existência de dezessete assentamentos, mais de seiscentas e quarenta e duas famílias assentadas, 80% da população do meio rural da cidade, os assentamentos representam apenas 6% da área de Tupanciretã.

No acampamento de Herval Seco, primeiro acampamento da história do MST, surgiam as famílias assentadas no Assentamento Nossa Senhora Aparecida, no município de Tupanciretã, e no assentamento Bela Vista, no Jari. Esses assentamentos marcam o início da Reforma Agrária no estado do Rio Grande do Sul, ainda no período da ditadura civil-militar no Brasil.

Após alguns anos de pausa, a luta fez valer mais dois assentamentos na região, o primeiro pela desapropriação da área da hidrelétrica do Passo Real, em 1989, que foram assentadas na divisa de Tupanciretã e Jóia. O outro assentamento, início da década de 90, foi o Assentamento Nova Tupã. Essas famílias tiveram origem do acampamento Pinherinhos, em Cruz-Alta, ambiente do massacre da Fazenda Santa Elmira. No período da implantação desse assentamento, foi importante a solidariedade dos assentados do Aparecida, uma vez que o preconceito de classe e o poder do latifúndio eram ainda muito marcantes na cidade.

Em 1995, mobilizou-se o acampamento de Palmeira das Missões, que, em marcha, cruza por Tupanciretã e ocupa a fazenda Rondinha, em Jóia, hoje assentamento Rondinha. Essa marcha ficou acampada três dias em São Bernardo/ Santa Tecla, distrito de Tupanciretã. No mesmo ano, iniciou-se também a luta pela terra dos “municipários”. Sua origem tem a ver com a dissidência de quarenta famílias de sem-terra, que formaram dissidência com o MST do acampamento da Ponte Queimada, na divisa dos municípios de Jóia e Cruz Alta. Trinta e oito famílias foram assentadas em São Luiz Gonzaga

A primeira ocupação de terras feita pelo MST, em Tupanciretã, foi realizada, em 1997, por mil e oitocentas famílias (entorno de três mil pessoas) foi o acampamento de Júlio de Castilhos que ocupou a Fazenda Guabiju, de propriedade da família Mascarenhas (pioneira no plantio de sementes transgênicas no Brasil). Na passagem pelo centro da cidade, o então prefeito municipal Luiz Adolfo Bitencurt vai até os meios de comunicação do município e conchama a população a não recepcionar os sem-terra e os comerciantes a fecharem as portas. Desse espaço de luta, saíram quarenta pessoas para acompanhar a Marcha Nacional do MST a Brasília. Após o retorno dos companheiros da marcha, houve a reintegração de posse da fazenda, executada pela Brigada Militar.

Em 1998, foi o início do Assentamento Santa Rosa, o maior de Tupanciretã, com cento e vinte e nove famílias oriundas de sessenta municípios e provenientes da ocupação feita no município, em 97, pelo MST. No mesmo ano, foram implementados também os assentamentos Invernada das Vacas, Mãe de Deus, Nova América, São Francisco, São Domingos, que foram organizados pelos municipários.

A partir do ano de 2000, agora com a Frente Popular no Estado do Rio grande do Sul, intensifica-se a luta pela terra no estado. No município, foram implementados os assentamentos Nossa Senhora da Conceição, Nova Aliança, Conquista da Esperança e Várzea, sob organização do MST; os assentamentos Pôr do Sol e o Reassentamento Cachoeira, organizados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Fonte: Copetec (2010)

A inserção dos assentamentos, além de diminuir a concentração fundiária, consistiu em um importante elemento econômico para Tupanciretã, que, ao agregar um número tão expressivo de famílias de agricultores, gerou um incremento no setor de serviços agropecuários e comerciais. De acordo com declarações de funcionários

da Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra (COPERTERRA), 80% dos produtos consumidos pelos assentados são comprados em Tupanciretã.

O papel da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPETEC) e da Coperterra foi fundamental para a manutenção do processo de reforma agrária no município e posterior organização da agricultura familiar, pois as cooperativas estruturam a produção do leite como alternativa econômica para assentados e agricultores familiares. Tupanciretã, segundo IBGE (2010), produzia 4.846 mil litros de leite em 2004; no ano de 2009, sua produção atingiu 17, 266 mil de litros de leite, fato que pode ser atribuído à ação conjunta da Copetec - Tupanciretã e Coperterra através de convênios do INCRA/MDA.

A Copetec e Coperterra consistem em cooperativas genuínas do MST, com caráter solidário, onde a organização social, assim como no caso da Coesperança, é fundamental para o acesso e para a materialização de programas e políticas públicas, como os Territórios da Cidadania.

De acordo com entrevista realizada com o secretário de agricultura do município de Tupanciretã gestão (2008-2012)⁷³, a pluralidade de partidos⁷⁴ que compõem a atual gestão municipal favoreceu um cenário político mais equilibrado para o contexto do desenvolvimento rural.

A nomeação do secretário de agricultura ocorreu pela indicação dos grupos sociais do município, que, no caso, seriam as associações, cooperativas e os representantes do MST. O secretário de agricultura, em vigência até 2009, trabalhou junto na Copetec, nos seus primeiros anos de atuação, possui uma formação técnica científica pelo MST e evidentemente tem a vivência empírica das necessidades tanto dos assentados quanto dos pequenos produtores de Tupanciretã. As atuais políticas e os programas de desenvolvimento rural em vigor, em Tupanciretã, de maneira genérica, são emendas parlamentares e políticas vinculadas ao INCRA e MDA, como PRONAF, e programas, como os Territórios da Cidadania.

Um cenário político favorável e uma boa articulação com entidades sociais locais, como a Copetec e a Coperterra, tornaram-se primordiais para a

⁷³ A entrevista foi realizada em 2009, no ano de 2010, o município de Tupanciretã trocou de secretário da agricultura, portanto a entrevista diz respeito ao primeiro secretário da gestão (2008-2012), segundo depoimento de um cooperado e funcionário da Coperterra, a política municipal continua na mesma linha de atuação, não havendo grandes mudanças até o ano de 2011.

⁷⁴ Administração municipal (2008-2012) foi formada por oito partidos, entre eles Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido Republicano Brasileiro (PRB), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Popular Socialista (PPS).

materialização do programa Territórios da Cidadania, não somente na região central do Rio Grande do Sul e no município Tupanciretã, mas também em outros territórios.

A próxima seção contextualizará a formação histórica da Copetec no Rio Grande do Sul e no município de Tupanciretã. Para isso, retomará a importância da Copetec como organização cooperativa que articula socialmente uma rede de profissionais, para atuar junto aos assentamentos, e politicamente estabelece vínculos com diferentes cooperativas, favorecendo que programas de desenvolvimentos não sejam apenas acessados pelos assentados, mas para o público em geral da agricultura familiar.

6.2. Histórico da Copetec

No final da década 1990, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) sentiu a necessidade de ter uma assistência técnica diferenciada, com o objetivo de contribuir nos processos de desenvolvimento social e econômico das famílias, em especial daquelas beneficiadas pelo Programa de Reforma Agrária dos Governos Estadual e Federal.

Dessa forma, em 1996, surge a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPETEC), resultado da discussão de profissionais de diversas áreas, como educação, agronomia, veterinária, filosofia e economia. O trabalho realizado pela Copetec fez com que, em junho de 1997, a cooperativa fosse a principal empresa de Assistência Técnica em assentamentos do Rio Grande do Sul, tendo o INCRA como seu principal contribuinte e parceiro.

Com a criação do Projeto LUMIAR⁷⁵, a Cooperativa ampliou sua participação no trabalho de assistência técnica em assentamentos do Rio Grande do Sul. Com o cancelamento desse Projeto, em 2000, a Cooperativa continuou seu trabalho através de inúmeros contratos e de convênios estabelecidos com o governo estadual do Rio Grande do Sul e com o INCRA. O Quadro 15 apresenta um histórico dos contratos e convênios da Copetec.

⁷⁵ Projeto de Assistência Técnica para Assentamentos de Reforma Agrária, criado em 1997 pelo Governo Federal.

| Programa | Modalidade | Período de Vigência | Objetivo |
|---|--|----------------------------------|--|
| Projeto LUMIAR | Contrato realizado entre as Cooperativas dos Assentados, na condição de CONTRATANTES a COPETEC na condição de CONTRATADA, tendo como INTERVENIENTES o INCRA, provedor dos recursos financeiros e o BANCO DO BRASIL SA como operador da conta corrente. | Junho de 1997 até junho de 2000. | Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Capacitação de Agricultores Assentados em Projetos de Reforma Agrária do Governo Federal, com a Interveniência do INCRA e do BANCO DO BRASIL S.A.. Entre os objetivos específicos, destaca-se a elaboração de Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos. |
| Assistência Técnica do Governo Estadual | Contrato de Prestação de Serviços Técnicos | Junho/2001 até dezembro/2003 | <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de PDA, usando metodologias participativas e envolvendo as Entidades participantes do Fórum da reforma Agrária. - Acompanhar as famílias na execução do PDA. - Aumentar a renda e a qualidade de vida das famílias. - Uso de formatos tecnológicos baseados na sustentabilidade ambiental. - Desenvolver cursos de capacitação com as famílias, com o objetivo de construir novos conhecimentos técnicos a partir da pedagogia dialógica, envolvendo as famílias e Entidades parceiras. - Realizar capacitação de técnicos que atuam em áreas de assentamento. - Elaboração e acompanhamento dos projetos de crédito. |
| Programa de ATEs | Convênio RS/1590/2003 | Setembro/2003 até novembro/2004 | Assessorar técnica, social e ambientalmente as famílias assentadas, nos Projetos de Reforma Agrária e Projetos de Assentamentos reconhecidos pelo INCRA, tornando-os unidades de produção estruturadas, com segurança alimentar garantida, inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional, de forma ambientalmente sustentável. |
| | Convênio RS/2380/2004 | Novembro/2004 até Outubro/2008 | |

Quadro 15 - Síntese de Contratos e Convênios da Copetec

Fonte: Copetec (2010).

| Programa | Modalidade | Período de Vigência | Objetivo |
|---|---|--|--|
| Projeto Leite Sul | Convênio DF/55000/2005 | Outubro/2005 até Março/2007 | Assessoria técnica especializada para capacitação de técnicos e agricultores assentados em produção de leite à base de pasto em sistema de Pastoreio Racional Voisin, no desenvolvimento da cadeia produtiva e no fomento da cooperação. |
| Programa de Emancipação e Consolidação de Assentamentos de R. A. PAC. | - Conv. 2900/2005 – Carta Convite 01/05 - Conv. 2500/2004 – Carta Convite 01/04 - Conv. 2470/2004 – Carta Convite 01/04 - Conv. 2480/2004 – Carta Convite 01/04 - Conv. 4040/2006 – Licitação 01/07 - Conv. 3600/2005 – Tomada de Preço 001/2007 | Julho/2005 Abril/2005 Abril/2005 Abril/2005 Janeiro/2008 Julho/2007 | - Objetivo a Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Social para o Programa de Emancipação e Consolidação de Assentamentos de R. A. – PAC, de Projetos de Assentamento resultantes do Programa de Reforma Agrária. OBS: Todos estes contratos estão em vigor. |
| Gestão da Água | - Contrato com a AAFISE – Projeto de Assentamento Filhos de Sepé. | Setembro/2008 | - Prestar Serviços de Assessoria Técnica ao Distrito de Irrigação da AAFISE, no processo de gestão da água, com a participação das famílias dos irrigantes do Projeto de Assentamento Filhos de Sepé. |
| Contrato de ATES | Contrato RS/1290/2009 Contrato RS/1310/2009 Contrato RS/1320/2009 Contrato RS/1820/2009 Contrato RS/1270/2009 Contrato RS/1330/2009 Contrato RS/1260/2009 Contrato RS/1340/2009 | Janeiro de 2009. Janeiro de 2009. Janeiro de 2009. Janeiro de 2009. Janeiro de 2009. Janeiro de 2009. Janeiro de 2009. Janeiro de 2009. | Núcleo Operacional Santana do Livramento – 789 famílias. Núcleo Operacional Candiota – 765 famílias. Núcleo Operacional Pinheiro Machado – 373 famílias. Núcleo Operacional Eldorado do Sul – 481 famílias. Núcleo Operacional Tupanciretã – 642 famílias. Núcleo Operacional São Luiz Gonzaga – 402 famílias. Núcleo Operacional Nova Santa Rita – 391 famílias. Núcleo Operacional São Miguel das Missões – 710 famílias. |

A Copetec, no Rio Grande do Sul, conta com um quadro de cento e vinte profissionais associados, prestando assistência técnica para três mil novecentas e dez famílias assentadas, presentes em quinze municípios, além da sede em Nova Santa Rita. A Figura 24 mostra a abrangência espacial da Copetec no Rio Grande do Sul.

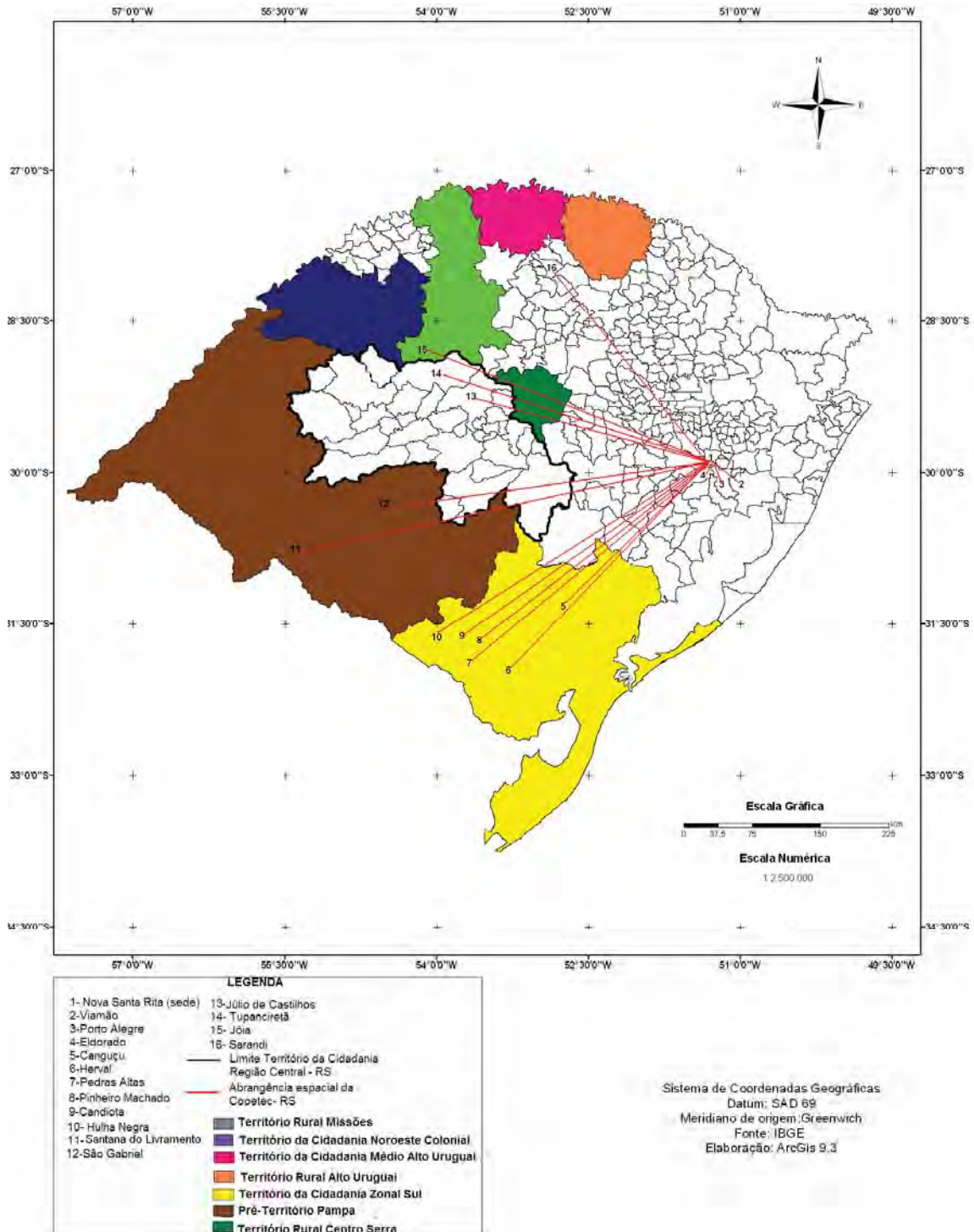


Figura 24- Abrangência Espacial da Copetec – RS
Elaboração: Suelen De Leal Rodrigues

A Copetec possui duas filiais no Território da Cidadania Região Central – RS, uma em Tupanciretã e outra em Júlio de Castilhos. Além disso, há uma filial no município de Jóia, que pertence ao Território da Cidadania Noroeste Colonial; seis filiais no Território da Cidadania Zona Sul, nos municípios de Canguçu, Herval, Pedras Altas, Pinheiro Machado, Candiota e Hulha Negra; duas filiais no Pré-Território Pampa, nos municípios de São Gabriel e Santana do Livramento; a sede da Copetec, em Nova Santa Rita; e filiais em Porto Alegre, Viamão, Eldorado do Sul, na região metropolitana de Porto Alegre. Na pesquisa, foi destacado o papel da Copetec – Tupanciretã, que, ao trabalhar em conjunto com a Coperterra, cria uma rede social que materializa espacialmente verbas do Território da Cidadania Região Central- RS para além do território circunscrito pelo governo, favorecendo famílias de assentados e agricultores familiares de outros territórios.

A próxima seção tratará da organização e do funcionamento da Copetec no Rio Grande do Sul.

6.2.1. Estrutura organizacional da Copetec

Esta seção visa a esclarecer a estrutura de funcionamento da Copetec, atendendo aos elementos que compõem os sistemas social e político e a dimensão organizacional da rede geográfica, destacando os espaços de poder criados pela rede de relações sociais da cooperativa.

A estrutura organizacional da Copetec formalizada em seu Estatuto Social é composta da seguinte maneira: uma Diretoria, formada por Presidência, Tesouraria e Secretaria, Conselho de Administração, que seria a Diretoria e mais quatro associados(as) definidos por um Conselho Fiscal e Assembleia Geral. A Figura 25 mostra a organização da Copetec.

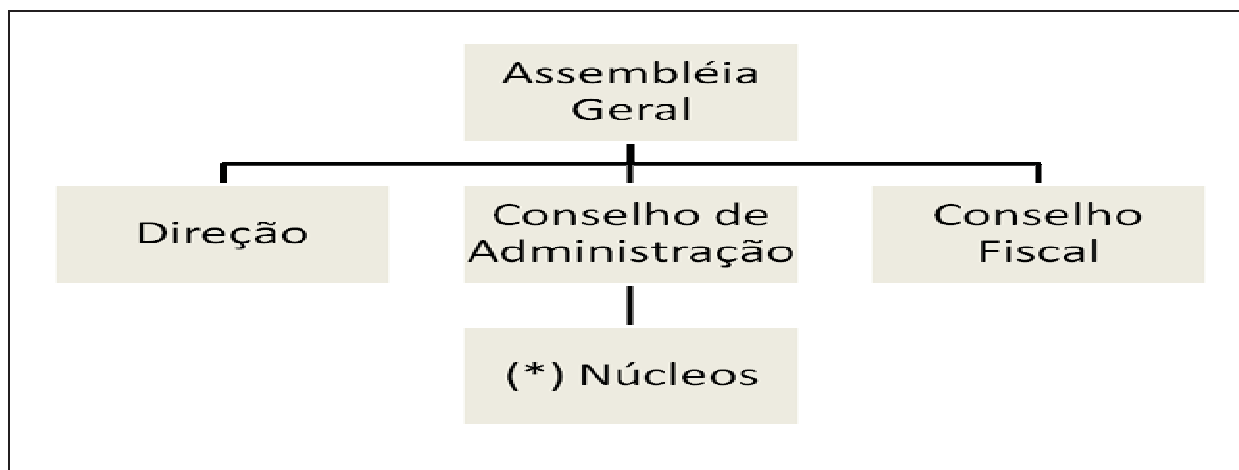


Figura 25 - Organização da Copetec

Fonte: Copetec (2010)

A Cooperativa está constituída em Núcleos de Base⁷⁶, que definem um coordenador(a), que realiza a mediação entre os(as) associados(as) e a Diretoria da Cooperativa.

Cada núcleo é formado por um grupo de técnicos que trabalham diretamente no serviço de Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), buscando identificar as principais carências de cada assentamento.

Foi constatado, através de observações diretas e de entrevistas informais, que o técnico do serviço de Ates é quem possui maior proximidade com os reais problemas dos assentamentos, sendo alvo, muitas vezes, das reclamações dos assentados. O técnico vira o porta-voz dessas reclamações para as instâncias que se deve recorrer, por exemplo: os assentamentos mais afastados do centro urbano de Tupanciretã reclamam da qualidade das vias de acesso, da ausência de serviços de saúde, entre outros. Cientes dos problemas de cada assentamento, os técnicos, através de reuniões com a prefeitura, repassam o diagnóstico realizado, ou seja, indiretamente viram os mediadores entre assentados e poder público. Aqui se evidencia a importância desse tipo de cooperativa, que, além de prestar os serviços de assistência técnica, realiza a intermediação do grupo social com o poder público. Através dessa rede social estabelecida pela cooperativa, flui a informação para o melhoramento das condições sociais dos assentados.

A Copetec - Tupanciretã foi idealizada pela necessidade de haver uma estrutura que orientasse a produção nos assentamentos instalados no município. Hoje, além de favorecer o acesso a políticas e a programas de desenvolvimento

⁷⁶ Filiais.

rural para o público assentado, informalmente ajuda os agricultores familiares de Tupanciretã. A próxima seção esclarecerá o contexto de organização da Copetec, no município de Tupanciretã, e sua atuação na formação da Coperterra, hoje sua principal parceira.

6.3. Histórico e caracterização da Copetec/Tupanciretã - RS

A Copetec abriu um núcleo base em Tupanciretã, no ano de 2001, em vista da necessidade de um serviço de Ates para os assentamentos que foram instalados no município, pois, até aquele ano, já existiam treze dos dezessete assentamentos.

No estado do Rio Grande do Sul, o principal órgão de extensão rural que realiza a construção de projetos para concessão de verbas estatais, bem como o acompanhamento e a assistência técnica aos produtores rurais, é a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER – e a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural ASCAR - RS. Em Tupanciretã, na gestão municipal de 2001⁷⁷, o prefeito extinguiu o contrato com a EMATER, que, em 2000, contava com doze profissionais. As negociações para a reabertura da EMATER foram retomadas em maio de 2005, mas efetivamente começou a atuar em 2006, com apenas dois profissionais. Ou seja, o município ficou cinco anos sem o órgão do governo estadual que deveria dar assistência técnica aos pequenos produtores. Até o ano de 2009, a EMATER ainda contava com dois profissionais para prestarem assistência técnica aos pequenos produtores, elaborarem projetos para aquisição de crédito e para desenvolverem programas estaduais de desenvolvimento rural.

A instalação da Coopetec-Tupanciretã foi, portanto, primordial, pois coube à Copetec a Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), que implica não somente a orientação produtiva, mas também a elaboração de projetos de crédito, de laudos de aplicação de crédito, de planos de recuperação dos assentamentos, entre outras atividades.

O trabalho inicial da Copetec, em Tupanciretã, teve como desafio estruturar um nicho de mercado economicamente viável aos assentados que possibilitassem sua permanência na terra. O trabalho da Copetec foi direcionado à organização de uma produção leiteira e à posterior formação de uma cooperativa que captasse e

⁷⁷ De acordo com entrevistas informais, foi nesse período que ocorreram os piores conflitos dos assentados com o governo municipal, inclusive eclodindo em manifestações violentas. Em geral, os serviços da Emater atendem aos pequenos agricultores, o fechamento do escritório dificultaria ainda mais as condições dos assentamentos recém-instalados e que de tudo necessitavam.

comercializasse essa produção, no caso a Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra, a (Coperterra).

Atualmente a Copetec - Tupanciretã é contratada pelo INCRA, dentro do seu contrato, são previstas as seguintes metas:

Marco Zero – Reunião geral e nos assentamentos 1) Elaboração de PDA⁷⁸; 2) Elaboração de PRA⁷⁹, 3) Reuniões bimestrais;4) Capacitação para instalação de Unidade Demonstrativa 5) Capacitação nas escolas; 6) Formação de catálogo de sementes 7) Ciclo de palestras sobre linhas produtivas; 8) Capacitação sobre manejo de pomar 9) Campanha documentação da família;10) Oficinas de boas práticas de higiene e outros assuntos; 11) Oficinas sobre saneamento e destino do lixo;12) Levantamentos das estruturas organizativas; 13) Engenheiro Agrônomo para área ambiental;14) Palestras nas escolas sobre fontes de água; 15) Elaboração de projeto de recuperação de solos; 16) Reuniões sobre Licenças ambientais; 17) Pesquisa continuada de saneamento e destino do lixo; 18) Atividade com a PATRAM⁸⁰; 19) Planilha Quadrimestral de acompanhamento dos lotes; 20) Seminário sobre matriz produtiva principal PDA/PRA; 21) Relatório trimestral sobre ações do Programa Terra Sol (BRASIL/INCRA, 2009b, p. 24).

Para cumprirem com os objetivos firmados com o INCRA, os profissionais presentes na Copetec – Tupanciretã estão organizados em três esferas de ação: a ambiental, a social e a produtiva. O quadro 16 apresentará a formação e a função do quadro técnico da Copetec -Tupanciretã.

⁷⁸ Plano de Desenvolvimento de Assentamento

⁷⁹ Plano de Recuperação de Assentamento

⁸⁰ Patrulha Ambiental

| FORMAÇÃO | ATUAÇÃO |
|-------------------------|---|
| Agrônomo | Atua no setor ambiental |
| Veterinário | Atendimento veterinário |
| Veterinário | Atendimento veterinário |
| Técnico em agricultura | Atua no setor produtivo |
| Técnico em agropecuária | Atua no setor produtivo |
| Técnico em agropecuária | Atua no setor produtivo |
| Técnico em agropecuária | Atua no setor produtivo |
| Farmacêutica | Projetos com plantas medicinais junto as escolas |
| Secretária | Serviços de secretariado |
| Magistério | Atua em projetos sociais junto as escolas e com as mulheres assentadas |
| História | Atua em projetos sociais junto as escolas, redação de projetos e relatórios |
| Enfermeira | Atua em projetos sociais junto as escolas e com as mulheres assentadas |

Quadro 16 - Técnicos da Copetec-Tupanciretã (2009)

Fonte: Trabalho de campo Julho (2009).

Elaboração: Suelen de Leal Rodrigues

Considerando que a cooperativa conta com apenas doze profissionais para atuar em dezessete assentamentos, totalizando seiscentas e quarenta e duas famílias; para estruturar seu trabalho, a Copetec -Tupanciretã cria uma rede informal de vínculos colaborativos, destacando o auxílio da Coperterra e do poder público de Tupanciretã. Nos diagnósticos produtivos realizados pela cooperativa, nas áreas de assentamentos, para os projetos de recuperação, os técnicos utilizam um cronograma de questões previamente estruturadas e agregam observações externas, de acordo com a realidade de cada assentamento. Pode-se enquadrar essa metodologia de participação como uma *Participação por consulta*, podendo ocorrer uma *Participação Interativa* quando consideradas as observações dos assentados.

6.3.1. Ações produtivas da Copetec/Tupanciretã - RS

A Copetec - Tupanciretã estrutura suas ações produtivas com base nas orientações de Ates, que prevê o estímulo à produção agroecológica e atividades que contemplem não apenas o desenvolvimento rural do município, mas também da região. A principal atividade produtiva estimulada pela Copetec – Tupanciretã, nos assentamentos, é a produção do leite, que foi uma atividade estruturada junto com a

Coperterra e, em menor escala, também são desenvolvidas atividades voltadas à horticultura.

Anterior ao trabalho da Copetec em Tupanciretã, na década de 1990, foi realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), juntamente aos assentamentos, um processo de conscientização ambiental, através da construção de um banco de sementes crioulas. No entanto, o trabalho ganhou fôlego no ano de 2003, com a campanha “Sementes: Patrimônio da Humanidade”, lançada pela Via Campesina⁸¹ durante o III Fórum Social Mundial⁸². Nesse momento, a Copetec-Tupanciretã, em parceria com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), com o CPT e com os municípios⁸³, concretiza o banco de sementes.

Atualmente o banco está localizado nas dependências da Copetec-Tupanciretã, que organiza o processo de distribuição e troca. A Figura 26 mostra o banco de sementes presente na cooperativa.



Figura 26 - Banco de Sementes Copetec – Tupanciretã - RS
Fonte: Trabalho de campo agosto (2009).

⁸¹ A Via Campesina é uma organização internacional que envolve organizações do meio rural e, no Brasil, está composta principalmente pelo MST, MAB, MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), MMC (Movimento de Mulheres Camponesas), FEAB (Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil) e PJR (Pastoral da Juventude Rural).

⁸² Evento ocorrido na cidade de Porto Alegre - RS, de 23 a 28 de janeiro de 2003, que reuniu, entidades, movimentos sociais, ONG's, Partidos Políticos e intelectuais de todo o mundo, tendo por objetivo discutir a realidade neoliberal e globalizante, suas contradições e efeitos na perspectiva de construir uma agenda mundial propositiva de alternativas para a viabilização de um novo mundo.

⁸³ Municípios são assentados da reforma agrária, que não têm vinculação formal com o MST, suas lutas são locais, acampando e buscando terra no seu município de origem, estando ligados ao MPA.

O Banco de Sementes, de acordo com Nuñez (2006, p. 236), é composto por “[...] 150 variedades de sementes, destacando-se 60 variedades de feijão, 30 variedades de milho crioulo, e variedades de amendoim, soja e diferentes cucurbitáceas⁸⁴ e de plantas adubadoras do solo”.

As sementes são distribuídas gratuitamente para os agricultores assentados e associados, mediante um “termo de compromisso” de plantio e de devolução do dobro da quantidade entregue, possibilitando ampliar a quantidade de sementes para distribuição.

A horticultura é uma atividade estimulada pela Copetec-Tupanciretã, mas a maior parte da produção é destinada ao autoconsumo e somente algumas propriedades comercializam o excedente. O maior valor produtivo do leite e da soja e dificuldades logísticas para deslocar a produção de horta⁸⁵ para os pontos de comercialização são alguns dos motivos que levaram à consolidação da produção do leite e da soja nos assentamentos.

O principal canal de comercialização utilizado pelos agricultores que investem na horticultura é a Feira da Reforma Agrária, promovida pela Copetec, pela Coperterra e pela prefeitura municipal. No ano de 2009, a feira contava com apenas doze famílias, sendo que sete pertenciam ao Assentamento Santa Rosa. Na Figura 27 há um registro da Feira da Reforma Agrária.

⁸⁴ Por exemplo: abóboras, morangas, pepinos, melancias e melões.

⁸⁵ Segundo o IBGE (2006), são cultivares típicos da horticultura as seguintes produções: Abobrinha, Acelga, Agrião, Aipo, Alcachofra, Alcaparra, Alecrim, Alface, Alho-porró, Almeirão, Aspargo, Batata-baroa (mandioquinha), Batata-doce, Berinjela, Bertalha, Beterraba, Boldo, Brócolis, Bucha (esponja vegetal), Camomila, Cará, Caruru, Cebolinha, Cenoura, Chicória Chuchu, Coentro, Cogumelos, Couve, Couve-flor, Erva-doce, Ervilha (vagem), Espinafre Gengibre, Hortelã, Inhame, Jiló, Lentilha, Manjericão, Maxixe, Milho verde (espiga), Morango, Mostarda (semente), Nabiça, Nabo, Orégano, Pepino, Pimenta, Pimentão, Quiabo, Rabanete, Repolho, Rúcula, Salsa, Taioba, Tomate, Vagem (feijão vagem), Sementes, Mudanças e outras formas de propagação (produzidas para plantio)



Figura 27 - Feira da Reforma Agrária

Fonte: Trabalho de campo julho (2009)

Um dos fatores que favorecem a participação mais ativa das famílias pertencentes ao Assentamento Santa Rosa é a localização, pois o assentamento possui quatro bolsões, sendo que dois distam em torno de 4 a 6 Km do centro urbano de Tupanciretã.

A produção oriunda dos dezessete assentamentos de Tupanciretã está centrada na soja e no leite. Acreditando em um retorno mais rentável, são muitos os agricultores assentados que plantam apenas soja. O cenário mais frequente é o de que o agricultor capta um pequeno retorno, que, muitas vezes, nem o custo produtivo cobre. Isso acaba levando muitos agricultores a uma situação de inadimplência juntamente aos órgãos financiadores de crédito.

Diante da insustentabilidade econômica para a produção de soja na realidade de áreas de assentamento, a Copetec – Tupanciretã, desde 2001, buscou trabalhar a produção de leite nos assentamentos. Para materializar a produção desse produto e a atividade de agroindústrias nos assentamentos de Tupanciretã e de municípios próximos, a Copetec-Tupanciretã estabeleceu vários convênios entre instituições públicas e empresas sociais. Segundo dados da Copetec-Tupanciretã (2010), em execução nas áreas de assentamento, encontram-se os seguintes programas:

[...] o *Programa Leite Sul* com assessoria técnica e capacitação na produção de leite, segundo os princípios da agroecologia, através da utilização da tecnologia de Pastoreio Racional Voisin – PRV, (convênio formalizado entre o INCRA-RS e a COPTEC, beneficiando agricultores familiares e assentados da reforma agrária dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná). Além de o programa SOMAR – *Sistema de Orientação e Mobilização Assistida com Responsabilidade Técnica*, fruto de convênio INCRA-RS e a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, para prestar assistência técnica as agroindústrias que beneficiam as famílias do assentamento, e ainda o convênio INCRA-RS/Embrapa Pelotas/Fapeg⁸⁶, com o objetivo de qualificar a atividade produtiva nos assentamentos rurais do RS, em prol do desenvolvimento sustentável. O programa TERRASOL⁸⁷ que beneficia diretamente os produtores através de convênio com a Coperterra auxiliando no desenvolvimento da cadeia produtiva do leite. (COPETEC, p.75, 76, 2010).

Além dos convênios citados, desde 2008, a Coperterra, em parceria com a Copetec e com apoio da prefeitura municipal, passou a acessar os recursos do Programa Territórios da Cidadania, através de projetos que buscam o fortalecimento da cadeia do leite. O primeiro projeto aprovado foi destinado à construção de uma agroindústria que beneficiaria quatrocentas e doze famílias de Tupanciretã e região. A história da Copetec como entidade de assessoria técnica para assentamentos e sua prática na busca de construir alternativas de desenvolvimento rural, através de sua rede de convênios, envolvendo poder público e associações como a Coperterra, seria o principal elemento facilitador da materialização do Programa Territórios da Cidadania Região Central - RS. A abrangência territorial de seus convênios que agregam municípios de fora do Território da Cidadania da Região Central- RS, beneficiando um público maior de assentados e pequenos agricultores seria, de acordo com o articulador do Território da Cidadania Região Central – RS, o principal materializador das ações movidas na parceria Copetec e Coperterra no âmbito do Programa Territórios da Cidadania.

⁸⁶ A FAPEG é a Fundação de Apoio a Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário Edmundo Gastal, com sede em Pelotas-RS e a Embrapa é a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

⁸⁷ O programa Terra Sol, lançado em 2004 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), busca criar meios para o desenvolvimento sustentável e a qualificação da reforma agrária no Brasil ao apoiar organizações de agricultores assentados. Dentre suas metas estão o aumento da renda das famílias e a valorização das especificidades regionais, respeitando as experiências, potencialidades e a diversidade socioeconômica e cultural de cada localidade.

As ações do programa são estendidas a todo o território nacional, com atividades desenvolvidas em todas as regiões. A partir de convênios e parcerias, o Terra Sol estimula atividades de agroindustrialização e comercialização da produção, agroextrativismo, capacitação de técnicos e assentados, eventos que promovam a interligação solidária dos assentamentos, divulgação e venda dos produtos da reforma agrária, dentre outras. (BRASIL/MDA, 2009b)

A próxima seção apresentará a caracterização temporal, organizacional e espacial da rede formada pela Coperterra, bem como a ação dessa rede como agente de desenvolvimento rural dentro e fora do Território da Cidadania Região Central- RS.

6.4. Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra (Coperterra)

A Coperterra consiste em uma organização cooperativa voltada para atender ao agricultor assentado e demais agricultores familiares. Além disso, hoje essa cooperativa, em sincronia com a Copetec e com o poder local de Tupanciretã, é um importante agente materializador de políticas e de programas de desenvolvimento rural.

A presente pesquisa buscou fazer uma leitura da rede estruturada pela Coperterra para efetivação do Programa Território da Cidadania na região Central do Rio Grande do Sul. A análise da rede da Coperterra foi estruturada a partir da sua dimensão temporal e das organizações social, econômica e espacial.

6.4.1 Histórico da Coperterra

A origem da Coperterra está ligada ao esforço dos assentados da reforma agrária de Tupanciretã e ao incentivo de técnicos da Copetec que buscavam estruturar uma cooperativa para organizar a produção de leite nos assentamentos, de modo a remunerar melhor o produtor.

No dia 17 de julho de 2002 foi criada, portanto, a Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra (COPERTERRA), com vinte e dois agricultores assentados em áreas do município de Tupanciretã.

A Coperterra começou seu trabalho com o recolhimento da produção leiteira, repassando ao produtor a cerca de R\$ 0,33 o litro de leite, em 2002, a Elegê, hoje grupo Brasil Foods Ltda, pagava em média R\$ 0,20 o litro de leite. A concorrência estabelecida fez com que o preço do leite aumentasse para R\$ 0,40, melhorando a margem de lucro para o produtor.

O Estatuto Social da Coperterra prevê o planejamento e a organização da produção, o incentivo à comercialização direta e a promoção do cooperativismo, da produção familiar, da agroecologia e da reforma agrária.

A Coperterra não se restringe, então, apenas a atuar na cadeia do leite, mas em todas as formas produtivas que busquem alternativas sustentáveis para agricultores assentados e agricultores familiares. O objetivo principal da cooperativa:

É a comercialização da produção dos associados, como leite e cereais, assim como a aquisição de insumos para seus associados e a prestação de serviços de máquina agrícola, no preparo e cultivo da lavoura (COPERTERRA:ESTATUTO SOCIAL, 2002, p. 02).

A sede da cooperativa está localizada no assentamento Santa Rosa, em Tupanciretã. Seus associados estão presentes nas cidades de Júlio de Castilhos, Jóia, Pinhal Grande, Cruz Alta, Jari e Quevedos. A Figura 28 mostra a abrangência espacial dos associados da Coperterra.

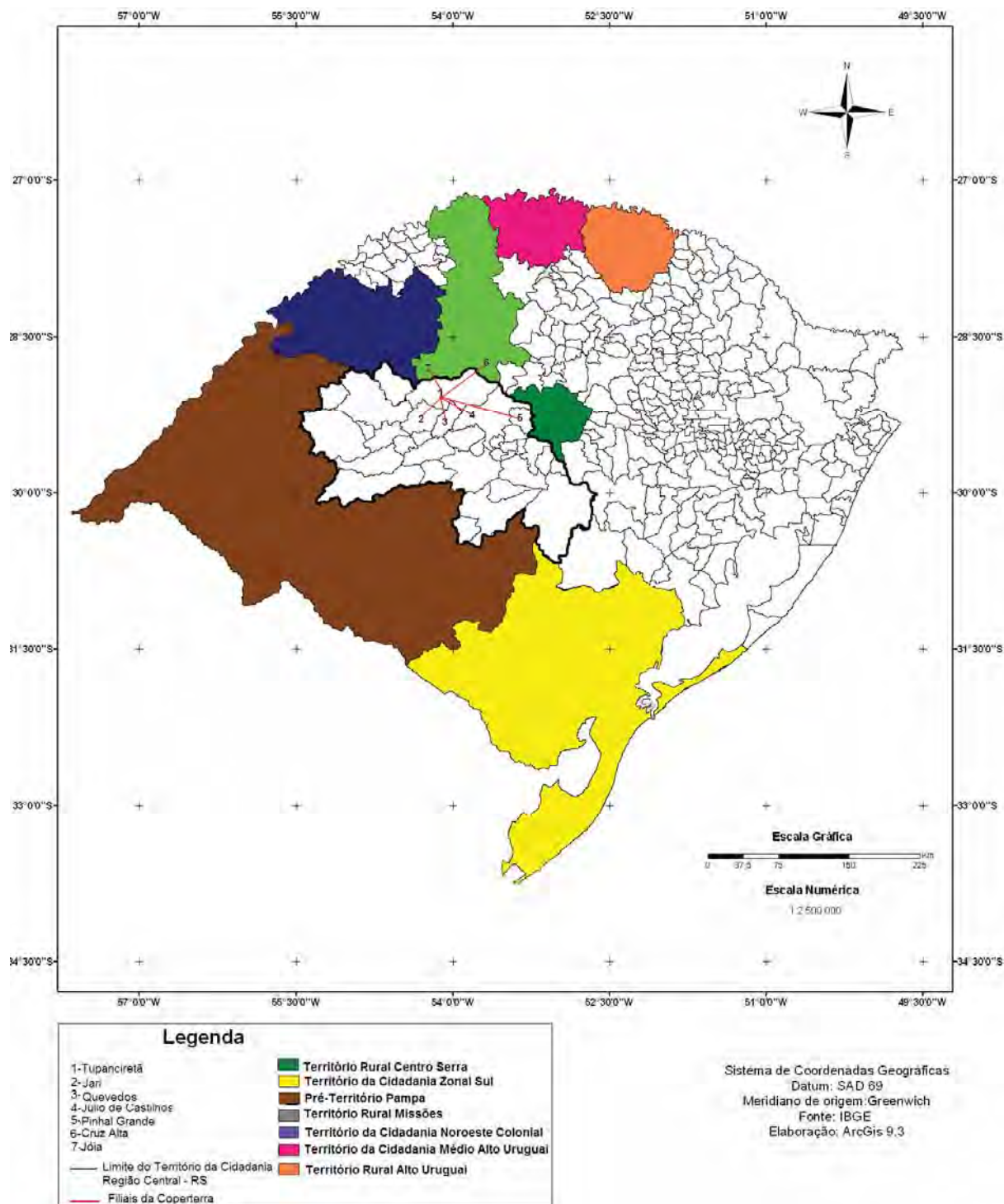


Figura 28 - Abrangência espacial de associados da Coperterra – RS
 Elaboração: Suelen de Leal Rodrigues

Seu público prioritário é composto pelos assentados e pelos agricultores familiares, possuindo, até janeiro de 2011, trezentos e oitenta associados, sendo trezentos e dez assentados e setenta pequenos agricultores, concentrados espacialmente em Tupanciretã, Quevedos, Jari e Júlio de Castilhos, pertencentes ao Território da Cidadania Região Central – RS; e Jóia e Cruz Alta, pertencentes ao

Território da Cidadania Noroeste Colonial. Assim, os projetos que a Coperterra aprova através Território da Cidadania Região Central – RS são acessados por agricultores de outros territórios. A motivação principal dos assentados e dos agricultores em participar da Coperterra é a possibilidade de ter acesso a benefícios econômicos por meio de programas de desenvolvimento rural e de linhas de crédito.

A rede de atuação e de articulação da Coperterra possibilita a diluição do Programa Territórios da Cidadania, materializando um desenvolvimento rural descentralizado e equitativo. Ao utilizar uma visão apenas territorial, o Programa Territórios da Cidadania encerra a possibilidade de levar o desenvolvimento para outras áreas, podendo inclusive aumentar desigualdades espaciais. A próxima seção mostrará as estruturas organizacional e econômica e as projeções espaciais da rede construída pela Coperterra.

6. 4. 2. *Estrutura organizacional da Coperterra*

As ações tomadas na Coperterra possuem como órgão supremo de decisões a Assembleia Geral e seu “conselho diretivo é formado por sete membros todos associados, sendo constituído por três diretores e quatro conselheiros, eleitos em assembléia geral” (COPERTERRA: ESTATUTO SOCIAL 2002, p. 06).

O quadro de profissionais que trabalham na Coperterra é formado por um veterinário, dois técnicos em agropecuária, um profissional graduado em desenvolvimento rural e gestão agroindustrial, um técnico em zootecnia e um auxiliar em contabilidade.

A equipe técnica responsável pela elaboração de projetos da Coperterra é composta formalmente pelos técnicos em agropecuária, pelo profissional em desenvolvimento rural e gestão agroindustrial e, informalmente, recebe a colaboração dos profissionais da Copetec e dos componentes do poder público que apoiam as atividades da cooperativa. Elaborado um projeto prévio por esses profissionais, são realizadas reuniões nos assentamentos para discussão dos projetos, dentro das metodologias de participação apontadas no Capítulo 2, podemos classificar essa ação como uma *Participação por Consulta*, na qual os projetos são apresentados e ocorre uma consulta de opiniões. Considerando que as opiniões levantadas são discutidas no coletivo e colaboram para o melhoramento

dos projetos, ocorre também uma *Participação Interativa*, que prevê a participação do grupo nos projetos de desenvolvimento.

Entre os principais limitantes identificados pelos técnicos da Coperterra para a elaboração de projetos de desenvolvimento, está justamente a falta da tradição de se discutir no coletivo as reais necessidades locais. Na realidade de um assentamento, o desafio é ainda maior, pois existem diferentes realidades, cada assentado tem uma vivência diferenciada, uns possuem mais familiaridade com as atividades agropecuárias outros, não. Enfim, chegar a um consenso é tarefa árdua, mas, se não houver diálogo, as chances de um projeto não ter êxito são maiores.

Ao entrevistar formal e informalmente assentados do município de Tupanciretã, foi questionado o motivo que levou o assentado a participar da Coperterra. O motivo econômico foi o principal fator, pois a Coperterra organiza economicamente as atividades produtivas e possibilita o acesso a programas de crédito e às benesses de programas de desenvolvimento rural, como os Territórios da Cidadania.

A Coperterra foi uma cooperativa planejada para organizar a produção dentro dos assentamentos, dando destaque para a atividade leiteira. Porém, como já destacado, o trabalho da cooperativa não está restrito ao leite, pois a realidade produtiva das áreas de assentamentos apresenta uma combinação entre soja, leite e horticultura.

Nas áreas assentadas, tanto os profissionais da Copetec quanto os da Coperterra buscam incentivar a diversificação produtiva, nem que seja para atender ao consumo familiar. Assim, mesmo que a produção de horta não seja comercializada, a maioria das áreas apresenta alguma lavoura ou horta para o consumo familiar, associada à produção do leite ou da soja para comercialização.

Buscando mostrar um panorama do tipo de unidade produtiva assistida pela Copetec e pela Coperterra, foram visitadas sete propriedades do Assentamento Santa Rosa, por questões de acessibilidade e por apresentarem bons exemplos de propriedades que combinam várias atividades produtivas, como o leite a horticultura e a soja. O Quadro 17 mostra um panorama do tipo de propriedade presente em área de assentamento.

| Propriedade | Tamanho em ha | Propriedade da Terra | Exploração da Propriedade | Exploração Principal/Agricultura e Pecuária | Horta | Lavoura | Pomare Fruticultura | Pastagem | Criatórios | Agroindústria | Atividades não agrícolas |
|-------------|---------------|----------------------|---------------------------|---|---------------------------------------|--------------|---------------------|----------|---|---|---|
| Nº 1 | 14 | Própria | Familiar | Sim | 5 variedades entre legumes e verduras | 3 variedades | 4 variedades | Não | Gado de leite, Suínos e Galinhas de postura | Não | Taxista |
| Nº 2 | 14,5 | Própria | Familiar | Sim | 5 variedades entre legumes e verduras | 6 variedades | 4 variedades | Sim | Gado de leite, Suínos e Galinhas de postura | Não | Não |
| Nº 3 | 17 | Própria | Familiar | Sim | 6 variedades entre legumes e verduras | 8 variedades | 4 variedades | Sim | Gado de leite e corte, Suínos Galinhas de postura | Queijo, embutidos Comopotas , Conserva de legumes | Não |
| Nº 4 | 16 | Própria | Familiar | Sim | 4 variedades entre legumes e verduras | 2 variedade | 3 variedades | Sim | Gado de leite, Suínos, Galinhas de postura | Não | Auxiliar no caminhão de recolhimento de leite |
| Nº 5 | 14,7 | Própria | Familiar | Sim | 5 variedades entre legumes e verduras | 5 variedades | 8 variedades | Sim | Gado de leite, galinhas de postura | não | Não |
| Nº 6 | 12,4 | Própria | Familiar | Sim | 6 variedades entre legumes e verduras | 4 variedades | 6 variedades | Sim | Gado de leite, Suínos, Galinhas de postura | Não | Não |
| Nº 7 | 13 | Própria | Familiar | Sim | 6 variedades entre legumes e verduras | 3 variedades | 5 variedades | Sim | Gado de leite, Suínos, Galinhas de postura | Não | Não |

Quadro 17 – Perfil das propriedades presentes em áreas de assentamento

Fonte: Trabalho de campo 2009

Elaboração: Suelen de Leal Rodrigues

Mesmo sendo uma pequena parcela do universo de propriedades espalhadas, nas dezessete áreas de assentamento assistidas pela Copetec e associadas à Coperterra, aspectos gerais podem ser traçados. A presença de atividades não agrícolas para complemento de renda é uma realidade geral de todos os assentamentos, segundo técnicos da Copetec e Coperterra, e foi identificada em duas das sete propriedades visitadas.

A horticultura, embora não seja para comercialização, se faz presente em todas as propriedades para o consumo familiar. As lavouras temporárias são centradas na combinação soja, milho, mandioca, em que as maiores áreas são destinadas à produção de soja, o milho e a mandioca são destinados ao consumo familiar e para a ração dos criatórios. A presença de pomares para o autoconsumo e a venda de algum excedente também é algo comum nas propriedades, entre os criatórios, os principais são o gado de leite e de corte, suíno e galinhas de postura.

A Figura 29 é um mosaico das atividades produtivas existentes em áreas de assentamento.



Figura 29 - Atividades produtivas presente em áreas de assentamento
Elaboração: Suelen De Leal Rodrigues

Na estruturação da atividade leiteira em áreas de assentamento a Coperterra conta com a ajuda da Copetec na parte de assistência técnica, com o convênio do Programa Terra Sol do INCRA e principalmente o Programa Territórios da Cidadania. A secção seguinte apresenta as estratégias econômicas da Coperterra para consolidação do leite e diversificação produtiva em áreas de assentamento.

6. 4. 3. Estratégias econômicas da Coperterra

A Coperterra, desde sua fundação em 2002, apenas fazia o recolhimento e a comercialização do leite sem nenhum beneficiamento, o que colocava a cooperativa em uma situação vulnerável, abrindo oportunidade para que outras entidades realizassem esse serviço. Por conta disso, buscando aperfeiçoar a produção e agregar valor ao leite, no ano de 2008, os técnicos da Coperterra e Copetec construíram um projeto de uma agroindústria para atuar em toda a cadeia (produção, industrialização e comercialização). Esse projeto foi apresentado ao secretário de agricultura de Tupanciretã e encaminhado ao CODETERS do Território da Cidadania Região Central – RS, que aprovou um orçamento em torno R\$ 300.00 mil para a construção da agroindústria do leite

Nesse projeto, o INCRA subsidiou R\$ 200.00 mil e a prefeitura municipal de Tupanciretã, uma contrapartida de R\$ 9. 000 mil; a agroindústria deve ficar pronta até o final do ano de 2011. O projeto beneficiará trezentas e dez famílias associadas à Copeterra e mil e duzentas famílias assentadas nos municípios de Júlio de Castilhos, Jari e Quevedos, municípios pertencentes ao Território da Cidadania Região Central – RS ; e Jóia e Cruz Alta, que pertencem ao Território da Cidadania Noroeste Colonial.

Buscando ampliar alternativas para a produção e para a comercialização do leite, a Copeterra conquistou, em 12 de março de 2010, uma licitação para explorar as estruturas da Usina Escola de Laticínios da Universidade Federal de Santa Maria.

A produção de leite da Copeterra, até janeiro de 2011, era em torno de 645 mil litros de leite, sendo que 58 mil eram destinados para o processamento agroindustrial. A agroindústria administrada pela Copeterra está localizada no campus da Universidade Federal de Santa Maria e possui dois pontos de distribuição: um no campus da UFSM e outro na antiga reitoria da Universidade, no centro urbano de Santa Maria. Os principais produtos hoje presentes na agroindústria são: leite pasteurizado tipo C, integral e desnatado, queijo (minas, frescal, prato), iogurte, sorvetes, ricota, doce de leite e nata. Além dos pontos de comercialização, a Copeterra buscou ampliar a comercialização dos seus produtos, negociando diretamente com as escolas de ensino fundamental e médio o fornecimento de leite e derivados para composição da merenda escolar. Considerando a carência produtiva de leite para o abastecimento das escolas de Santa Maria, a Copeterra e a prefeitura municipal de Santa Maria entraram em acordo para a comercialização dos produtos lácteos.

Até janeiro de 2011, a Copeterra distribuía a produção da agroindústria para vinte e cinco escolas de Santa Maria, quatorze de Tupanciretã, cinco de Paraíso do Sul, três de São Pedro, uma de Quevedos e oito de Cruz Alta, totalizando cinquenta e seis escolas. Economicamente essa possibilidade de novos nichos de comercialização favoreceu uma remuneração maior da produção leiteira. Até janeiro de 2011, o litro de leite, no atacado, estava sendo comercializado a R\$ 1,10, para merenda escolar, em torno de R\$ 1,40, e para o produtor estava sendo repassado em torno de R\$ 0,60, valor duas vezes maior do que o captado em 2002.

O planejamento da Copeterra é de que, com o funcionamento da agroindústria financiada pelo Território da Cidadania Região Central – RS, haja um

aumento produtivo e que a cooperativa possa ampliar sua rede comercial com municípios de outros territórios.

A quantidade de leite hoje destinada para a agroindústria equivale a 9% da produção da cooperativa. O restante, 91 %, é comercializado com as empresas: Brasil Foods, de Ijuí; Promilk, de Lajeado; Lativale, de Estrela; e Rei do Sul, de Lajeado. A Figura 30 mostra a atual abrangência econômica da Coperterra.

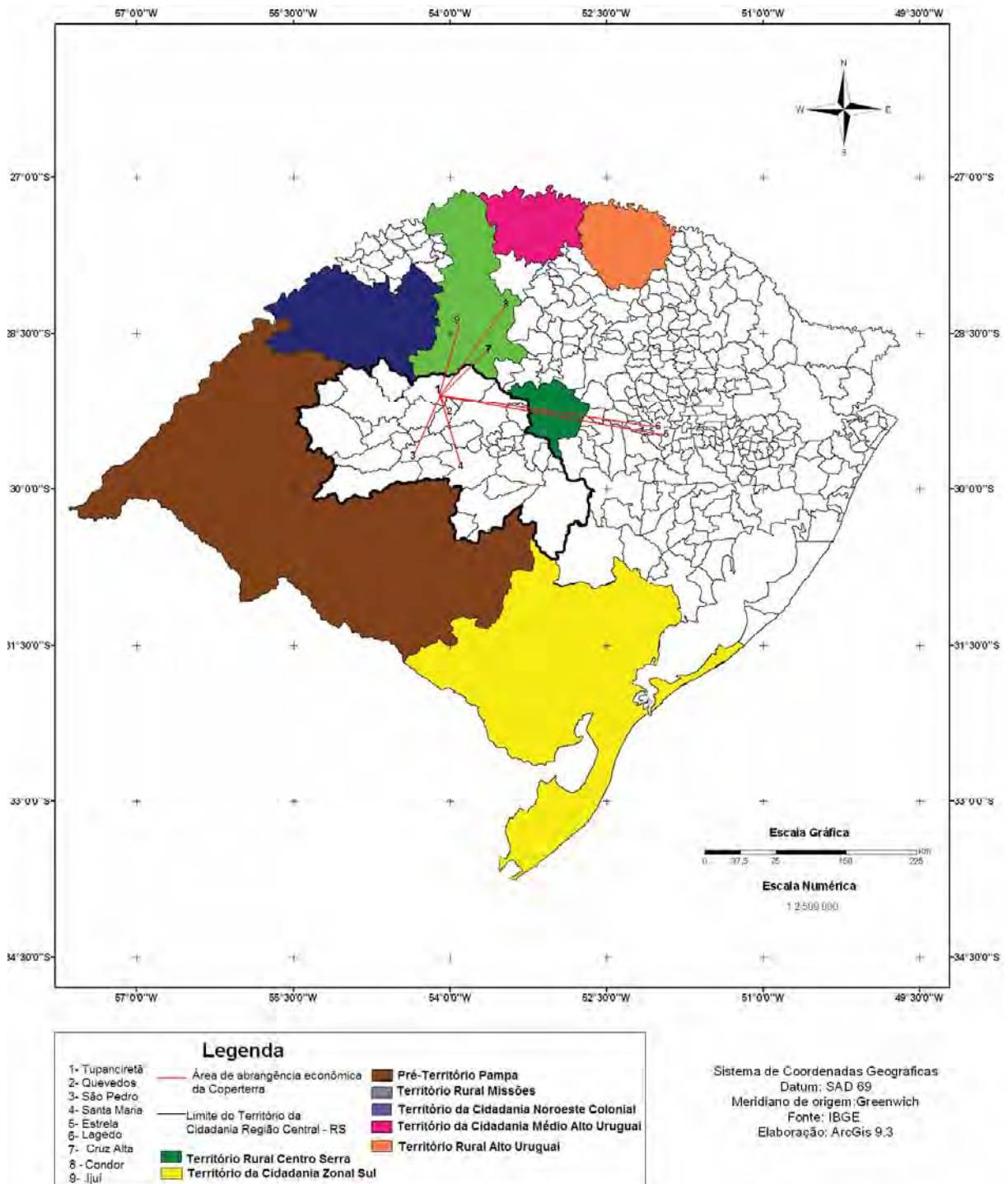


Figura 30 - Rede comercial da Coperterra

Elaboração: Suelen De Leal Rodrigues

A abrangência econômica da produção da Copeterra está concentrada em nove municípios, sendo quatro do Território da Cidadania Região Central – RS, três do Território da Cidadania Noroeste Colonial e dois municípios da porção centro-leste do Estado do Rio Grande do Sul.

A presença de associados da Copeterra na cidade de Jóia e Cruz Alta, municípios que pertencem ao Território da Cidadania Noroeste Colonial, favoreceu a expansão comercial da cooperativa para municípios como Ijuí e Condor.

Pensando em fortalecer a cadeia do leite em outros territórios, de forma que um número maior de assentados e pequenos produtores possam ser beneficiados, a Copeterra e a Copetec, através da sua rede de contatos sociais, construíram um projeto que pudesse transcender a barreira territorial do programa Territórios da Cidadania. A Copeterra; articulada com a Cooperativa Mista de Pequenos Agricultores (COOPERMIS) de Jóia, com a Cooperativa Regional de Capão do Cipó (COOPERCIPO) de Capão do Cipó, com a Cooperativa de Produtores de Frutas das Missões (COOPERMISSOES) de São Luiz Gonzaga e com a Cooperativa Camponesa de Itacurubi; construiu o primeiro projeto interterritorial no âmbito do Programa Território da Cidadania.

O Projeto Interterritorial do leite foi planejado pela associação de cinco cooperativas e quatro territórios: o Território da Cidadania Região Central - RS, Território da Cidadania Noroeste Colonial, Território Rural Missões e o Pré-Território Pampa⁸⁸. Esse projeto tem por objetivo criar uma rede produtiva para o leite, beneficiando em torno de mil e quinhentas famílias.

Conforme tratado no capítulo 4, o trabalho em rede na gestão dos Territórios da Cidadania possui limitações porque o Programa encerra a sua atuação no território político dos municípios. Para materializar recursos territoriais a um número maior de agricultores, cooperativas como Cooesperança, Copetec e Copeterra se tornam elementos essenciais, pois essas cooperativas, a partir de sua rede social e comercial, ampliam as áreas de atuação do Programa Território da Cidadania, facilitando a fluidez espacial do programa, que através da rede que ganha uma maior materialidade espacial.

⁸⁸ O Pré-Território Pampa começou a ser planejado em 2008 é composto pelos municípios de: Santana do Livramento, Quaraí, Rosário do Sul, Dom Pedrito, Bagé, Caçapava do Sul, Lavras do Sul, Santa Margarida do Sul, São Gabriel, Alegrete, Manoel Viana, Uruguaiana, Barra do Quaraí, Itaqui, Maçambará e São Borja, Itacurubi, futuramente o território deve evoluir para Território da Cidadania

O projeto interterritorial do leite é o primeiro do país, fato que se deve ao trabalho solidário das cooperativas em articular suas redes de ação e de produção, buscando meios legais de materializar um programa de desenvolvimento que fica limitado territorialmente. Para viabilizar o projeto interterritorial, as cooperativas mobilizadas apresentaram seus projetos ao CODETERS de seu respectivo território e depois, em conjunto, decidiram como iriam distribuir os recursos. A Coperterra alocou, no âmbito do Território da Cidadania Região Central – RS, R\$ 150 mil que, em plenária no CODETERS, foi decidido o repasse para o Território da Cidadania Noroeste Colonial, entendendo que a iniciativa da cooperativa iria articular e fortalecer a produção do leite, beneficiando um público maior de agricultores e assentados. O Quadro 18 mostra os recursos alocados para o projeto interterritorial do leite.

| Território | Recursos aprovados |
|---|---------------------------|
| Território da Cidadania Região Central - RS | R\$ 150 mil |
| Território da Cidadania Noroeste Colonial -RS | R\$ 600 mil |
| Território Rural Missões - RS | R\$ 150 mil |
| Pré-Território Pampa - RS | R\$ 150 mil |

Quadro 18 – Recursos de cada território para o projeto interterritorial do leite

Fonte: Trabalho de campo – Coperterra (2011)

O projeto irá favorecer áreas territoriais mais necessitadas e fortalecer o leite como atividade de manutenção para várias famílias de assentados e pequenos agricultores, de forma que haja uma distribuição mais equitativa do Programa Territórios da Cidadania. A Figura 31 mostra a abrangência espacial do projeto mobilizado pela rede cooperativa.

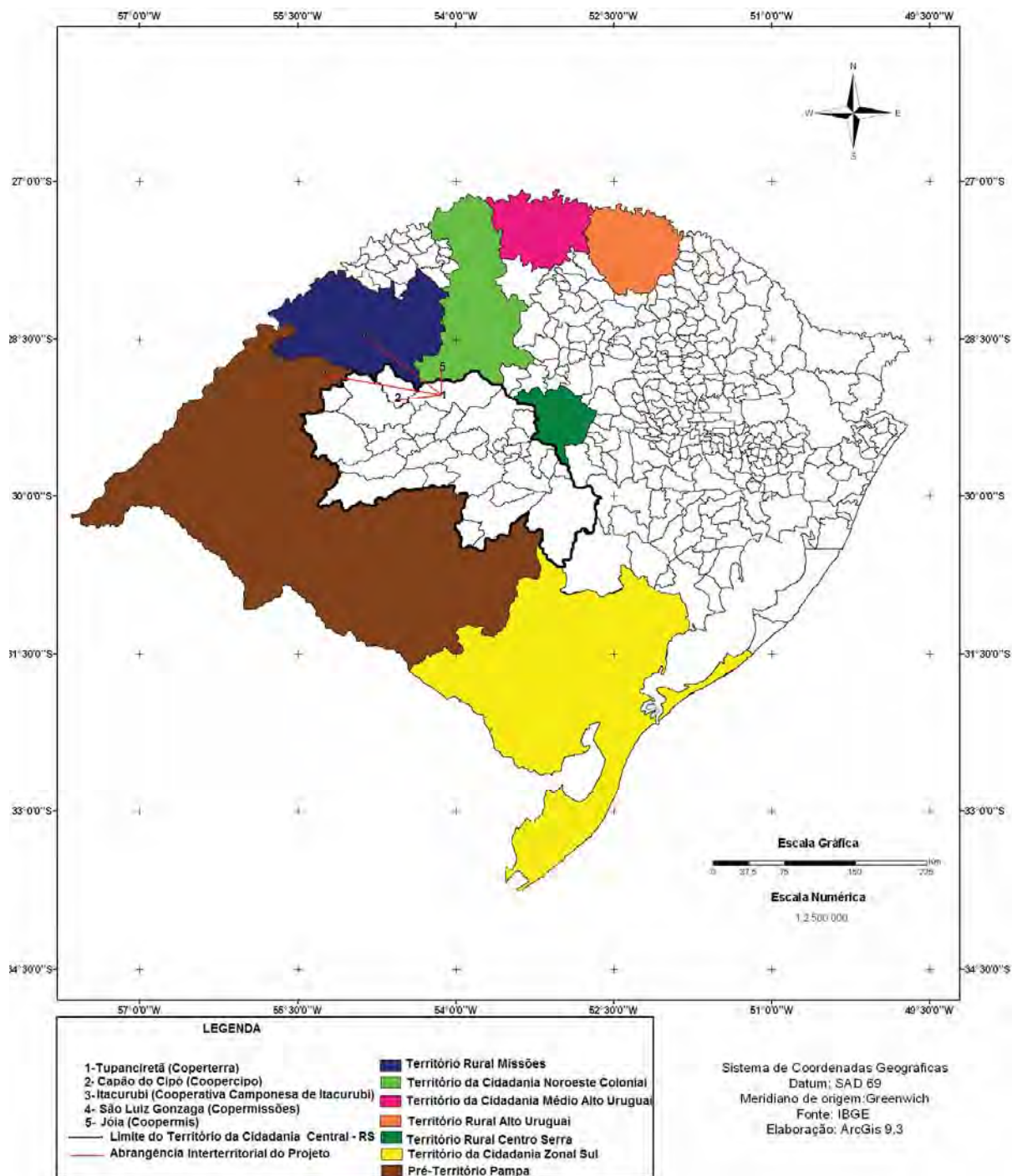


Figura 31 – Abrangência espacial do projeto interterritorial do leite

Elaboração: Suelen de Leal Rodrigues

* Foi considerado apenas o município sede das cooperativas

Na Figura 31, é possível verificar que a área de atuação do Programa Território da Cidadania Região Central – RS, através da rede das cooperativas, aumentou e possibilitou a materialização do programa para outros territórios, fortalecendo os elos de desenvolvimento interterritorial.

A Coperterra, pensando em diversificar a matriz produtiva em áreas de assentamento, está construindo um projeto, que tramita via Território da Cidadania Região Central – RS, para a construção de um abatedouro regional. O abate e a venda da carne já existem de maneira informal nos assentamentos e, assim como aconteceu com o leite, os produtores estão captando um valor muito baixo pela carne, sendo explorados pelos atravessadores. Dessa forma, o projeto do abatedouro regional vai utilizar a carne das propriedades que investem no rebanho de corte. Nas propriedades que investem no gado de leite, seria aproveitada a carne dos machos e das vacas descarte e o restante seria comprado de pequenos produtores.

A estratégia produtiva da Coperterra é o fortalecimento do leite e recentemente o aproveitamento da carne. Porém, considerando que a produção de soja se faz presente em todas as dezessete áreas de assentamento de Tupanciretã, a Coperterra pensa em alugar uma estrutura para o armazenamento dos grãos a fim de que a cooperativa possa negociar um preço melhor para produção.

O objetivo da Coperterra é favorecer a sustentabilidade econômica de seus associados e, de acordo com sua trajetória de cooperativa planejada por assentados, busca acordos com outras cooperativas, independentemente da sua área de atuação, para gerar um desenvolvimento rural mais equitativo. A Coperterra objetiva construir nichos de mercado diferenciados potencializa cadeias produtivas e, principalmente, materializa recursos de programas, como os Territórios da Cidadania, para os agricultores familiares e assentados.

Assim como a Cooesperança, que traz em sua formação uma história de luta para inserir os agricultores menos favorecidos, a Copetec e a Coperterra, em sincronia com outras cooperativas e associações, criam uma rede estratégica de ações sociais e econômicas para gerar a fluidez da verba pública, desconcentrado o desenvolvimento rural que se expande para outros territórios através da rede.

Atualmente o Programa Territórios da Cidadania é o principal financiador das iniciativas da Coperterra. Nas entrevistas realizadas com o articulador territorial e com os técnicos da Copetec e Coperterra, o fator citado como o facilitador da aprovação dos projetos encabeçados pela Coperterra é o entendimento de desenvolvimento rural que se faz presente na estrutura das suas propostas e a sincronia com o poder público de Tupanciretã.

A equipe que elabora os projetos da Coperterra, como já destacado, mobiliza informalmente técnicos da Copetec e apoiadores do poder público que conhecem os reais problemas dos assentados e agricultores familiares não apenas de Tupanciretã, mas de vários municípios da região, pois alguns técnicos são assentados e outros são pessoas que possuem uma longa história de trabalho juntamente aos assentados e agricultores familiares.

A Cooesperança, sobre a qual foi feita uma abordagem no capítulo 5, é outro exemplo cooperativo incipiente nos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) e na propagação da Economia Solidária para diversas regiões do país e do mundo. A visão que os projetos da Cooesperança, Copetec e Coperterra mobiliza no âmbito do território da Cidadania Região Central- RS é a articulação social em rede, que se faz presente em cooperativas que possuem objetivos sociais e econômicos.

Os agricultores associados aos exemplos cooperativos apresentados pela pesquisa acessam o Programa Territórios da Cidadania pelo trabalho em rede que as cooperativas desenvolvem. A lógica territorial do Programa Territórios da Cidadania não facilita a homogeneização do desenvolvimento, os representantes municipais de cada município que compõe a área de planejamento do Programa buscam dinamizar apenas o seu território municipal, encerrando a possibilidade de desenvolvimento interterritorial. O diferencial dos projetos da Cooesperança, Copetec e Coperterra é justamente a propagação do programa para diversos territórios através da rede. A construção de redes cooperativas está sendo o caminho para o acesso a programas como os Territórios da Cidadania.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisou a materialização do Programa Territórios da Cidadania na realidade da Região Central – RS, utilizando as categorias território e rede. Para comprovar que a materialização e a propagação do Programa Territórios da Cidadania ocorre através da rede de articulação de cooperativas de cunho econômico e solidário a pesquisa buscou mostrar a espacialidade das práticas sociais e econômicas da Cooesperança, Copetec e Coperterra no Programa Territórios da Cidadania Região Central – RS.

A espacialidade territorial das práticas sociais de desenvolvimento foi um processo gerado no contexto de crise de um modelo centralista e da eclosão de lutas sociais de grupos que reivindicavam o poder.

As políticas e os programas de desenvolvimento rural difundidos mundialmente, como o Programa Leader, foram diretrizes norteadoras para países da América Latina, como o Brasil, e trazem, no cerne de sua proposição, a metodologia territorial. As esferas governamentais locais ganharam mais espaço político, mas circunscritas à área territorial de planejamento estipulada pelo governo central.

O planejamento espacial em nível de território, descentralizando poderes, é, sem dúvida, uma ferramenta fundamental e eficiente no diagnóstico propositivo de políticas, onde grupos e esferas locais indicam os rumos do desenvolvimento, mas no sentido de propagar o desenvolvimento é restrito aos limites de cada território.

O conceito de rede adotado pela pesquisa entende que ela seja uma subcategoria que forma o território quando encerra sua expansão, pois o território implica em limite de poder e a rede em fluidez de poder.

A visão territorial de desenvolvimento encerra os poderes em uma dimensão espacial, caberia à rede o papel de desconcentrar o poder espacialmente e diminuir as assimetrias espaciais de desenvolvimento.

A visão territorial é arbitrária em escolher quais serão as ações de desenvolvimento que serão estimuladas. Retomando o estudo exploratório realizado em Portugal, os eixos de desenvolvimento estimulados pelos Grupos de Ação Local (GAL) obedecem aos critérios do plano nacional do governo português e os poderes territoriais em nível de conselhos (municípios) fazem a seleção dos projetos que devem ser encaminhados para avaliação nacional. As entidades sociais de visão mais abrangente, articuladas em rede, esbarram no poder político dos territórios.

Transpondo para o contexto nacional dos Territórios da Cidadania, o papel do GAL seria semelhante ao desempenhado pelos Colegiados de Desenvolvimento Territorial Sustentável (CODETERS). O governo federal lança as linhas que serão financiadas e cabe a cada CODETERS incentivar a construção de projetos em concordância com os eixos financiados.

O papel de cooperativas como Cooesperança, Copetec e Coperterra, embora dotadas de uma estrutura social e espacial articuladas em rede, esbarra muitas vezes no poder soberano de um território. Como elemento empírico dessa afirmativa, foi a desarticulação da rede social mundial da 16ª Feira do Cooperativismo Solidário pelo poder político e jurídico do município de Santa Maria.

No interior do CODETERES a maior contribuição de cooperativas como a Cooesperança, Copetec e Coperterra é justamente promover a propagação de poder através de projetos de desenvolvimento, que buscam priorizar vários grupos sociais independente de seus territórios políticos. Os grupos sociais não ligados a uma forma associativa podem ter dificuldades para acessar verbas de projetos maiores e mais abrangentes, no entanto, tanto a Cooesperança quanto a Coperterra e demais grupos associativos do CODETERS/Central/RS, buscam estimular a ação em grupo para o fortalecimento do capital social do território, ou seja, buscam agregar um número cada vez maior de atores sociais.

As redes criadas por cooperativas que usam não apenas o desenvolvimento econômico, mas, sobretudo, o social seria o elemento vital para propagar o desenvolvimento, seriam as artérias do corpo espacial. A assimetria espacial do desenvolvimento, em linhas gerais, é a ausência de redes e fluxos que levam

informação e poder. A ação territorial limita fluxos, cortando a fluidez do desenvolvimento.

A rede como categoria de análise possui dimensões sistêmicas que se complementam, Correia (2001) subdivide a rede geográfica em três dimensões, a saber: Organizacional, Temporal e Espacial. Utilizando metodologicamente as observações de Correia (2001) para a análise dos exemplos explorados pela pesquisa, o Quadro 19 mostrará a estrutura da rede articulada pela Coesperança, Copetec, Coperterra.

| Unidade analisada segundo: | | Especificação | Cooperança | Copetec-Tepecoivã | Copeterra | Unidade analisada segundo: | | Especificação | Cooperança | Copetec-Tepecoivã | Copeterra | | |
|---------------------------------|--------------------------|---|--|--|---|----------------------------|---------------------|---|--|--|---------------------------------|----------------------------------|---------------------------------|
| Benefício Organizacional | Agência social | Então | MCA SINES Prefeitura Municipal de Santa Maria Governo do Estado do RS | MCA Prefeitura Municipal de Tepecoivã | MCA Prefeitura Municipal de Tepecoivã | Dimensão Temporal | Duração | Longa | 25 anos | 10 anos | 1 ano | | |
| | | Empresas | Parcerias com 25 empresas, 29 grupos associados | | Comércio varejista: Loja local de Tepecoivã 4 - Supermercado 2, agropecuária, 2 farmácias, 1 posto de combustíveis e 1 loja de roupas | | Velocidade das Ruas | Rápida | Fuor de mercados em pontos focos | Assimilada técnica | Implementar produção | Fuor de mercados em pontos focos | |
| | | Instituições | Comitês e apoiadores: Banco de Experiência Caritas Diocese Regional RS, Diocese de Santa Maria UFSM, Missões e a Katholische für Entwicklungshilfe | Sistema de Orientação e Mobilização Assisted with Responsabilidade Técnica, fuor de comércio MCA-RS e a Universidade Federal de Santa Maria - UFSM | Sistema de Orientação e Mobilização Assisted with Responsabilidade Técnica fuor de comércio MCA-RS e a Universidade Federal de Santa Maria - UFSM | | Frequência | Permanente | Portas focos de comercialização | Não estrutura física e infraestrutura permanente | Portas focos de comercialização | Portas focos de comercialização | Portas focos de comercialização |
| | | Grupos sociais | Ag. Familiares rurais e urbanos Associação: 250 grupos formalmente associados, 1000 quais correspondem a grupos urbanos, 100 grupos rurais, beneficiando diretamente 2.500 mil famílias e 22.000 mil beneficiários | MET MAB Ag. Familiares 642 famílias em Tepecoivã 3910 na cidade do Rio Grande do Sul | MET MAB Ag. Familiares 475 famílias associadas Tepecoivã e região | | Tempo | Permanente | Fuor de mercados em pontos focos | Assimilada técnica | Implementar produção | Fuor de mercados em pontos focos | |
| | Natureza das Ruas | Origem | Formada pelo Projeto Economia (1989) comercialização direta dos produtos da agricultura familiar A expansão do projeto agrupa áreas de inclusão para grupos urbanos (atendidos, atendidos etc.) | Resultados de pesquisas técnicas (2001) | Organização e produção e comercialização em assentamentos com destaque para leite (2002) | Dimensão Espacial | Região | 34 municípios pertencentes ao Território do Cadeado-RS | 2 Municípios pertencentes ao Território da Cidadania Região Central - RS | Tepecoivã e região | Tepecoivã e região | | |
| | | Exponíveis | Intervenções: produtores de agroindústria e artesanato | Produção de assistência técnica | Leite, soja, carne, hortifrutos | | Escala | Nacional | Foram Nacional 27 estados | | | | |
| | Função | Atuação | Participação relevante (Grupos para organização de comitês e ações de trabalho) Participação por comitês (conjunto de áreas pré-estabelecidas) | Participação por comitês (agrícolas) Participação integrada (contribuição no diagnóstico do PRG) | Participação por comitês (agrícolas) Participação integrada (contribuição no diagnóstico do PRG) | Forma espacial | Global | Forum Mundial da Economia Solidária e Feira do Cooperativismo Solidário do Mercosul (Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Bolívia) | Feira Mundial de Economia Solidária (representação de cada continente) | | | | |
| | | Objetivo | Infraestrutura de comercialização pontos focos de comercialização espalhados por municípios da Região Central do RS. A organização do trabalho é realizada pelos grupos, associações e cooperativas profissionais técnicas e administrativas | Escritório sede de núcleo Copetec-Tepecoivã Assistência Técnica 12 professores em Tepecoivã e 12 no Fuor de Santa Maria do Sul | 1 Estrutura da Unia Escala do UFSM 1 Agrônomo do MCA em fuor de Tepecoivã 2 Professores em Tepecoivã e RS | | Forma espacial | Solar | | | | | |
| | Finalidade | Atuação | Coop. Mica voltada para economia voltada inclusão de grupos sociais incluídos | Assessoria Técnica Social e Agrícola (ATE) | Coop de produção (MST) Sustentabilidade econômica para assentados e pequenos produtores | Coatmo | Local | Tepecoivã | | | | | |
| | | Objetivo | Unidades articuladas para presença de associados a Cooperança | Assessoria Técnica integrada ao fuor | Organização da produção nas áreas de assentamento de Tepecoivã e região | | Coatmo | Interna | Integrada intersetorialmente | Dieta/estrutura executiva | Integrada intersetorialmente | Integrada intersetorialmente | |
| | Existência | Atuação | Unidades articuladas para presença de associados a Cooperança | Assessoria Técnica integrada ao fuor | Organização da produção nas áreas de assentamento de Tepecoivã e região | Forma espacial | Local | Tepecoivã | | | | | |
| | | Objetivo | Unidades articuladas para presença de associados a Cooperança | Assessoria Técnica integrada ao fuor | Organização da produção nas áreas de assentamento de Tepecoivã e região | | Forma espacial | Local | Tepecoivã | | | | |
| | Comunicação | Atuação | Unidades articuladas para presença de associados a Cooperança | Assessoria Técnica integrada ao fuor | Organização da produção nas áreas de assentamento de Tepecoivã e região | Forma espacial | Local | Tepecoivã | | | | | |
| | | Objetivo | Unidades articuladas para presença de associados a Cooperança | Assessoria Técnica integrada ao fuor | Organização da produção nas áreas de assentamento de Tepecoivã e região | | Forma espacial | Local | Tepecoivã | | | | |
| | Formalização | Atuação | Unidades articuladas para presença de associados a Cooperança | Assessoria Técnica integrada ao fuor | Organização da produção nas áreas de assentamento de Tepecoivã e região | Forma espacial | Local | Tepecoivã | | | | | |
| Objetivo | | Unidades articuladas para presença de associados a Cooperança | Assessoria Técnica integrada ao fuor | Organização da produção nas áreas de assentamento de Tepecoivã e região | Forma espacial | | Local | Tepecoivã | | | | | |
| Organização | Atuação | Unidades articuladas para presença de associados a Cooperança | Assessoria Técnica integrada ao fuor | Organização da produção nas áreas de assentamento de Tepecoivã e região | Forma espacial | Local | Tepecoivã | | | | | | |
| | Objetivo | Unidades articuladas para presença de associados a Cooperança | Assessoria Técnica integrada ao fuor | Organização da produção nas áreas de assentamento de Tepecoivã e região | | Forma espacial | Local | Tepecoivã | | | | | |

Quadro 19 – Estrutura Organizacional, temporal e espacial da Coesperança, Copetec, Copeterra
 Elaboração: Suelen De Leal Rodrigues

Na dimensão organizacional das cooperativas analisadas, é possível constatar a atuação de diversos agentes sociais com a representatividade estatal, empresas e instituições que colaboram através de convênios e projetos financiados. O grupo civil beneficiado pelas cooperativas é formado por agricultores familiares, assentados e, no caso da Cooesperança, também trabalhadores urbanos. As organizações cooperativas foram planejadas para atender a aspectos econômicos e técnicos dos seus associados e possuem objetivos prioritariamente econômicos e sociais.

A materialização da rede formada pelas Cooperativas ocorre pelo ponto central de suas sedes, pelas propriedades associadas, pontos fixos de comercialização e assistência técnica, cujo suporte conta com a atuação de profissionais de diversas áreas. No caso da Cooesperança, existem sítios virtuais que possibilitam a fluidez virtual de informações da cooperativa.

A administração das cooperativas possui um núcleo diretivo formalmente composto de acordo com o estatuto social, a elaboração de projetos e as tomadas de decisões ocorrem através de reuniões e assembleias, tanto de forma consultiva quanto interativa.

A dimensão temporal das cooperativas é de no mínimo nove anos, fato que colabora para a coesão e para o aumento da abrangência espacial das atividades desenvolvidas pelas cooperativas. Na dimensão espacial, é possível constatar o reflexo da trajetória temporal, pois as cooperativas atuam em vários municípios do Rio Grande do Sul, presentes em diversos Territórios da Cidadania. A abrangência espacial das cooperativas faz com que sua rede tenha uma conectividade externa ampla, possibilitando que suas ações cheguem a um público maior, materializando o desenvolvimento rural. A Figura 32 representará a espacialidade da rede da Cooesperança, Copetec, Coperterra.

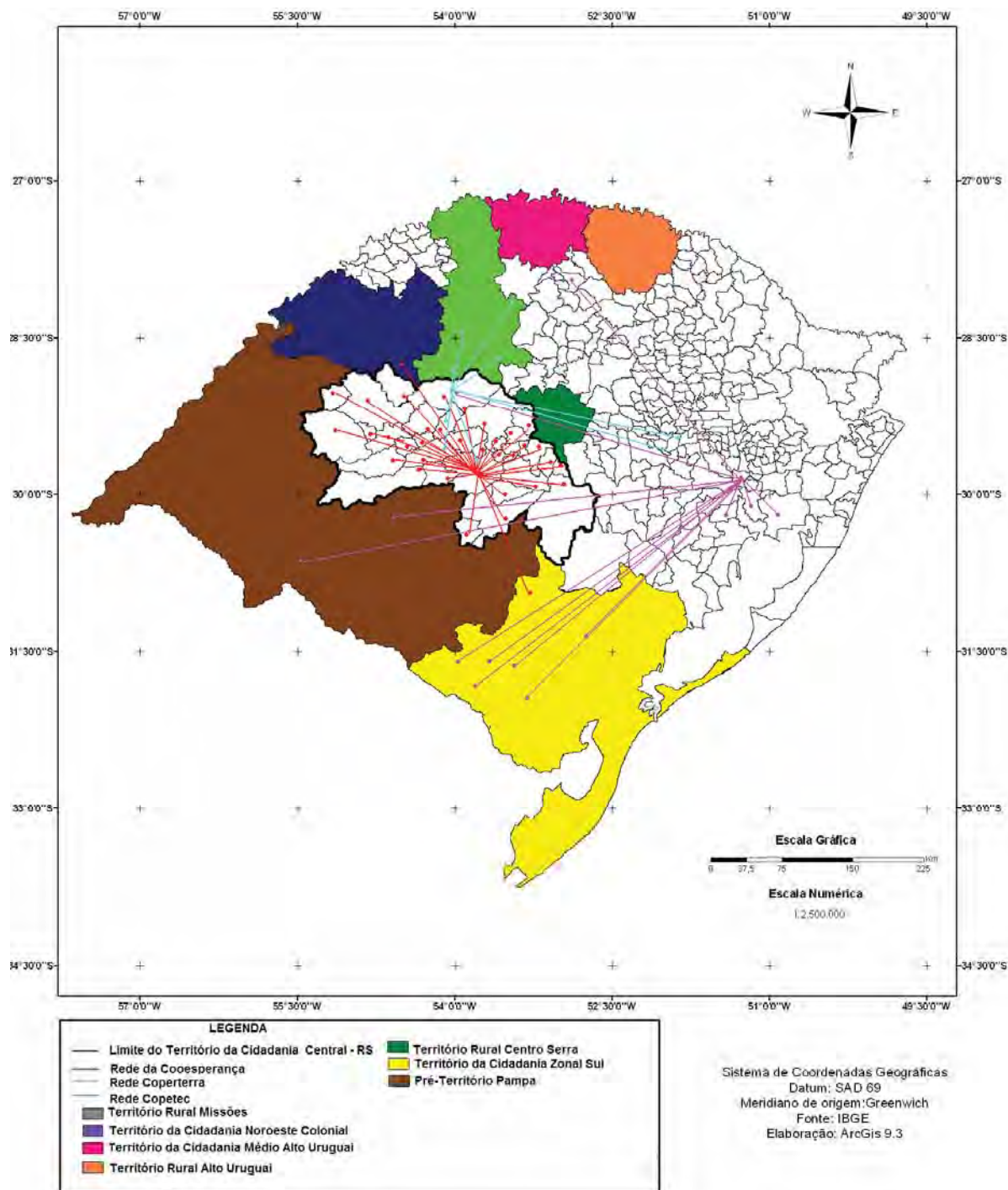


Figura 32 - Espacialidade das redes da Coesperança, Copetec, Coperterra
 Elaboração: Suelen de Leal Rodrigues

Para delimitação da rede da Coesperança e Coperterra foram considerados os municípios onde existem associados dessas cooperativas ou pontos de comercialização, no caso da Copetec foi considerada a atuação da cooperativa em nível estadual. A espacialidade de cada rede criada pelas cooperativas analisadas está presente em seis territórios diferentes, a imagem espacial dessas redes é a imagem dinâmica do poder dessas organizações.

No ano de 2010, a Copeterra, com apoio da Copetec, buscando dinamizar o desenvolvimento da cadeia do leite em municípios de outros territórios, criou mecanismos colaborativos para a integração de um projeto interterritorial. Dessa forma, cada território alocou uma verba e, através da concordância do CODETERS, o Território da Cidadania Central – RS transferiu verbas para o Território Noroeste Colonial de maneira indireta, ou seja, pelo projeto da Copeterra.

O projeto visa a beneficiar no mínimo mil e quinhentas famílias e quatro territórios: Território da Cidadania Região Central - RS, Território da Cidadania Noroeste Colonial, Território Rural Missões e o Pré-Território Pampa, uma iniciativa inovadora em termos nacional, segundo o articulador do Território da Cidadania Região Central – RS. No entanto, a visão em rede encontra limitantes políticos para sua concretização, pois ainda existe uma visão distorcida de desenvolvimento, onde alguns poderes locais pensam apenas em seu município e em utilizar a verba pública do Programa Territórios da Cidadania como uma conquista partidária e, em termos funcionais, não existe a possibilidade do repasse direto de verbas entre territórios.

A experiência das organizações cooperativas em trabalhar numa lógica de redes sociais de mobilização e de construção de projetos inova e possibilita a propagação das ações Território da Cidadania Região Central – RS para outros Territórios da Cidadania.

O território é a base espacial de planejamento, mas é através da rede que se materializa um desenvolvimento mais abrangente espacialmente, a estratégia metodológica de trabalhar em rede é estimulada pelo Programa Territórios da Cidadania, entre municípios do mesmo território, mas não entre territórios. As ações desenvolvidas pelas cooperativas analisadas serviram para mostrar que a rede deve ser o elemento de fluidez do desenvolvimento e não o território. As conclusões expostas dizem respeito à realidade do Território da Cidadania Região Central – RS e podem contribuir para a evolução do programa. O Programa Territórios da Cidadania é inovador no sentido de agregar diferentes ministérios, descentralizar o poder entre as esferas federal, estadual e municipal. Entretanto, no sentido de propagação, o programa poderia pensar em redes da cidadania em nível interterritorial.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**. v. 4, n. 2, p. 379-397, abril/jun. 2000.

ABRAMOVAY, R. Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola europeia **Economia Rural**. v. 40, nº 2:235-264, abr-jun 2002.

AGROPAN. **Missão da Empresa**. Disponível em: <<http://www.agropan.coop.br/empresa.asp>>. Acesso 13 jan, 2010.

ANDRADE, Manuel Correia. **Geografia, ciência da sociedade**: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.

AQUINO, Jakison Alves de . As Teorias da Ação Social de Coleman e de Bourdieu. **Humanidades e Ciências Sociais**, vol. 2 n. 2. p. 17-29. 2000. Disponível em :<<http://www.lepem.ufc.br/jaa/2teorias.pdf>>. Acesso em 14 abr. 2010.

BANCO MUNDIAL. **Brazil**: the management of agriculture, rural development and natural resources. Report No: 11783 BR. Washington, D.C, 1994. 62p.

_____ Departamento de Desarrollo Rural. **Llegando a los pobres de las zonas rurales**: Estrategia de Desarrollo Rural para América Latina y el Caribe. Washington D. C.: Banco World Bank, 2002, 170 p. Disponível em:<<http://www.grupochochlavi.org/php/doc/dbdocument1.php?seccion=DR>>. Acesso em: 10 maio. 2008.

BASTOS. Pedro Paulo Zahluth. Raízes do desenvolvimentismo associado: comentários sobre sonhos prussianos e cooperação panamericana no Estado Novo (1937-1945). In: Encontro Nacional de Economia. 32.; 2004, Paraíba. **Anais...** João Pessoa: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2004. p. 1-17. Disponível em:<www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A019.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2010.

BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos.; ABRAMOVAY, Ricardo. Desafio para o desenvolvimento das regiões rurais. **Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 35-70. set-dez. 2004. Disponível em:<<http://www.face.ufmg.br/novaeconomia/sumarios/v14n3/140303.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2008.

BENKO, Georges. **Economia espaço e globalização**: na autora do século XXI. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. 3. ed. São Paulo: Hucitec: Annablume, 2002.

BESKOW, Paulo Roberto A influência das políticas agrícolas regionais na formação da moderna agricultura brasileira. **Revista de Economia Agrícola**. São Paulo, SP, v. 48, n. 2, p. 83-100, 2001. Disponível em:<<http://www.iea.sp.gov.br/OUT/verTexto.php?codTexto=406>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias Escritos de educação. In: NOGUEIRA, Maria Alice.; CATANI, Alfrânio. (Org). **Escritos de Educação**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - (MDA), Secretaria de Desenvolvimento Territorial – (SDT). **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil**. Brasília, 2005a. Disponível em:< sistemas.mda.gov.br/sdt/index.php?sccid=482>. Acesso em: 10 mar. 2008.

_____. **Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais** Documento Institucional Nº 3. Brasília, 2005b. Disponível em:< serv-sdt-1.mda.gov.br/biblioteca_virtual/.../doc_apoio_03.pdf>. Acesso em: 3 maio. 2008.

_____. **O Processo de Constituição de Cooperativas de Crédito Rural Solidárias no Brasil**. Brasília, 2006a. Disponível em:< www.oikonomika.com.br/.../O_Processo_de_Constituicao_de_Cooperativas_de_Credito_Rural.pdf >. Acesso em: 10 mar. 2009.

_____. Colegiado de Desenvolvimento Territorial Sustentável Codeters/Central. **Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável Estratégia Regional do Pronaf Infra-Estrutura**. 2006b. Disponível em:< sit.mda.gov.br/biblioteca_virtual/ptdrs/ptdrs_territorio075.pdf>. Acesso em: 3 set. 2009.

_____. **Territórios da Cidadania: Integração de Políticas Públicas para Reduzir Desigualdades**. Brasília, 2008a. Disponível em:<www.territoriosdacidadania.gov.br>. Acesso em: 15 set. 2008.

BRASIL. Decreto de 25 de Fevereiro de 2008. Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 de fev. 2008b. Disponível em:< http://ccr6.pgr.mpf.gov.br/documentos-e_publicacoes/docs_outros_documentos/decreto_26_02_2008.pdf>. Acesso em: 10 maio. 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – (MDA), Secretaria de Desenvolvimento Territorial – (SDT). **Territórios da Cidadania Brasil**. Integração de Políticas Públicas para Reduzir Desigualdades. 2009a. Disponível em:<www.territoriosdacidadania.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2009.

_____. 2009b **Terra Sol**. Disponível em:<http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=48&Itemid=74>. Acesso em: 10 maio. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – (MDA). **Programa Nacional Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais**. 2010a. Disponível em:<http://sistemas.mda.gov.br/sdt/index.php? sccid=1237>. Acesso em: 8 jan. 2010.

_____. **Territórios da Cidadania – Região Central – RS**. 2010b. Disponível em:<http://www.mda.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/regiocentralrs/> Acesso em: 10 jun. 2010.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Territorial – (SDT). **Fortalecimento das redes sociais**. Disponível em:< <http://www.mda.gov.br/portal/sdt/institucional/redessociais>>. Acesso em: 10 mar. 2011a.

_____. Sistema de Informações territoriais n (SIT). **Mapa Território da Cidadania Região Central – RS**. Disponível em:<http://sit.mda.gov.br/images/mapas/tr/tr_075_egiao_central_rs_abr_2009.jpg>. Acesso em: 5 .jul. 2011b.

_____. **Relatório:** Resumo das Atividades de Assessoria Técnica Especializada do Território da Cidadania Região Central/RS, 2011.

_____. **Relatório:** Território da Cidadania Região Central/RS- Plenária do Colegiado (12/08/2011).

BUNGE. **Histórico**. Disponível em:<<http://www.bungealimentos.com.br/home/externo.asp?url=http://www.bunge.com.br>>. Acesso 13 jan, 2010.

CARDOSO, João Luiz.; FERREIRA, Joaquim Alves. Conselhos e Planos Municipais de Desenvolvimento Rural. In: Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, 7.;2006. EQUADOR. **Anais...** Quito: ALASRU - Associação Latinoamericana de Sociologia Rural, 2006, p. 1-7. Disponível em:< <http://www.alasru.org/cdaldasru2006/21%20GT%20Jo%C3%A3o%20Luiz%20Cardoso,%20Joaquim%20Alves%20Ferreira.pdf>>. Acesso em: 15 fev.2010.

CARÍSIO, Maria Clara Duclos. **A política agrícola comum e seus efeitos sobre o Brasil**. Brasília: IRBr: Funag, 2006.

CÁRITAS BRASILEIRA. **25 anos de Economia Popular Solidária**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2006.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. (Org.). **Para além da produção: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar**, Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. Tradução Roneide Venacio Majer. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CIDADE, Rodrigo Berttoni. **Proposta Técnica Copetec**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <slrgeo@yahoo.com.br> em 18 fev. de 2010.

COLEMAN, James. Social capital in the creation of human capital. **The American Journal of Sociology**, V. 94, p. 95-120, dez. 1988. Disponível em:< <http://econ.tau.ac.il/papers/publicf/Zeltzer2.pdf>>. Acesso 6 maio. 2010.

COMISSÃO DA UNIÃO EUROPEIA DIREÇÃO-GERAL DA AGRICULTURA (Pt). **Reforma da PAC: Desenvolvimento rural**. Disponível em:< <http://ec.europa.eu/agriculture/publi/fact/rurdev/pt.pdf>> Acesso em: 10 maio. 2010.

COMISSÃO DA UNIÃO EUROPEIA PARA AGRICULTURA DESENVOLVIMENTO RURAL. **Regulamento (CE) n.º 1698/2005 de 20 de setembro de 2005, relativo**

ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER). Disponível em: <http://ec.europa.eu/agriculture/rurdev/index_en.htm>. Acesso em: 10 jan. 2011.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL (CONCRAB) **Articulação e Organização no Sistema Cooperativista dos Assentados.** 2004. Disponível em:<[http://www.itsbrasil.org.br/pages/15/Sistema_Cooperativista __dos_Assentados.pdf](http://www.itsbrasil.org.br/pages/15/Sistema_Cooperativista__dos_Assentados.pdf)>. Acesso em: 15. Jan. 2010.

COOPERATIVA. DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA (COPETC) Projeto Básico Visando a Licitação para a Prestação de Serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (Ates), e Elaboração de PDA ou PRA para as Famílias Assentadas no Estado do Rio Grande do Sul, 2009.

COOPERATIVA. DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA (COPETC) **Plano de Recuperação do Assentamento Nossa Senhora Aparecida,** Tupanciretã, 2010.

COOPERATIVA REGIONAL DA REFORMA AGRÁRIA MÃE TERRA (COPERTERRA). Estatuto Social: das disposições gerais. 2002.

CÔRREA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001, 304 p.

COSTABEBER, José Antônio. **Acción coletiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil.** 1998. 422 p. Tese (Doutorado em Agroecologia, Campesinato e Historia. Instituto de Sociología y Estudios Campesinos) - Universidade de Córdoba, Espanha. 1998.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p.

CRUZ, Antônio Carlos Martins da. **A Diferença da Igualdade:** A Dinâmica da Economia Solidária em Quatro Cidades do Mercosul. 2006. 325f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000378375>>. Acesso em: 4 mar. 2010.

DIAS, Leila Christina, Redes emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (org). **Geografia: Conceitos e temas.** Rio De Janeiro: Bertrand, 1995.

DIOCESE DE SANTA MARIA – RS. **A transformação pela solidariedade, Projeto Esperança/Coesperança:** Regimento Interno, Santa Maria: Editora Palloti, 2008.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – do agrário ao territorial.** 2006. 220 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANTZ, Walter. **Cooperativismo**: Perspectivas: um lugar de reencontro com a vida social. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003a.

_____. **A organização cooperativa**: é um lugar de educação. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003b.

GALVÃO, Olímpio J. de Arroxelas. Clusters. e Distritos Industriais: estudos de casos em Países Selecionados e Implicações de Política. **Planejamento e Políticas Públicas**. n. 21, Jun 2000. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp21/Parte1.pdf> >. Acesso em: 6 jun. 2010.

GERARDI, Lucia Helena de Oliveira. Algumas reflexões sobre a modernização da agricultura. **Geografia**, Rio Claro, v. 5, p. 19 – 34, out, 1980.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOODMAM, David.; SORJI, Bernardo.; WILKINSON, John. **Das lavouras às biotecnologias**. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Desenvolvimento em (Dês) Construção Narrativas Escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. 2006. 440 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **The American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, p. 481-510, nov. 1985. Disponível em:< <http://www.jstor.org/stable/2780199>>. Acesso 10 maio. 2010.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios a multiterritorialidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007. 400 p.

_____. Rogério. **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF, São Paulo: Contexto, 2002.

HECHT, Susanna. A Evolução do Pensamento Agroecológico. In: ALTIERI, M.A. (ed.) 2002. **Agroecologia**: As bases científicas da Agricultura Alternativa. Guaíba: Editora Agropecuária. p. 25-41.

HESPANHOL, Nivaldo. Modernização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUP. 4.; AGRÁRIA/DG/FFLCH/USP.2008, São Paulo. **Anais...**São Paulo: 2008. p. 370-392. Disponível em:< www.geografia.ffeilch.usp.br/inferior/.../hespanhol_a_n.pdf >. Acesso em: 8 dez. 2009.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; FREITAS, Marcelo Ribeiro de. (org). **O projeto Esperança/Coesperança: e a construção da Economia Solidária no Brasil. Relato de uma experiência**, Porto Alegre: Cáritas Brasileira, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População 2010**. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 10 abr. 2011.

_____**Lavouras Temporárias**, 2009. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 10 abr. 2011.

_____**Efetivo de Rebanho Bovino**, 2009. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 10 abr. 2011.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. Tradução de João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes. 1999. Título Original: *Reine Rechtslehre*. Disponível em:<jusooperandi.blogspot.com/.../teoria-pura-do-direito-hans-kelsen.html >. Acesso em: 20 ago. 2011.

LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Maria de Andrade. **Sociologia Geral**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1990. 214 p.

LANGE, Célia Maria. **A Construção de Conhecimentos em Espaços de Economia Popular Solidária (O Sentido Pedagógico do Projeto Esperança/Coesperança)**. 2006. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) - Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul: Ijuí, 2006. Disponível em:< www.bdae.org.br/dspace/bitstream/.../1/Celia+Maria+Lange.pdf>. Acesso 10 jul. 2010.

LOPES, Eliana de Barretto de Menezes. **DESENVOLVIMENTO LOCAL-TERRITORIAL E O PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA: O Território Norte Pioneiro (PR)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP. 2010.

MATTEI, Lauro. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados. 2001. Disponível em: < <http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/trabalhosbsp3.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2007.

_____**Pronaf 10 Anos: Mapa da Produção Acadêmica**. Brasília: MDA, 2006.

MISERIOR. **A nossa missão, os nossos princípios**. Disponível em:<<http://www.misereor.org/pt/sobre-nos.html>>. Acesso em: 15 jun. 2010.

MESQUITA, Paulo Estivallet de. **Multifuncionalidade e preocupações não-comerciais: Implicações para as negociações agrícolas na OMC**. Brasília: Funag, 2005.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico.** São Paulo: Contexto, 2007.

_____. As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades. **Geographia**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 5, jul-dez. 2001. Disponível em: <www.uff.br/geographia/rev_05/ruy5.pdf>. Acesso 10 maio. 2009.

MORENO, Luis Manuel da Costa. **Desenvolvimento Territorial – de um sentido ocidental às orientações coesivas para um meio rural inovador: caminhos e caminhantes.** 2007. 392 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007.

MUELLER, Charles C. Formulação de políticas agrícolas. **Revista de Economia Política**. Brasília, v.2/1, n. 5, p. 89-122, jan/mar, 1982. Disponível em: <www.rep.org.br/pdf/05-3.pdf>. Acesso em: 9 maio. 2010.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n. 43, set./dec. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142001000300009>. Acesso em: 11 abr. 2007.

NICÁCIO, JOSÉ ANGELO. **Alianças Estratégicas entre Agroindústrias Integradas em Cooperativas.** 1997. Não paginado. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 1997. Disponível em: <<http://www.eps.ufsc.br/disserta97/nicacio/index.html>>. Acesso em: 13 abr. 2010.

MITRA DIOCESANA DE SANTA MARIA – RS. **Banco da Esperança.** Disponível em: <http://www.diocesasantamaria.org.br/content/knowledgebase/kb_view.asp?kbid=76>. Acesso em: 20 maio. 2010.

NUÑEZ, Poopy Brunini Pereira.; MAIA, Alessandro da Silva. Sementes Crioulas: um banco de biodiversidade. **Revista Brasileira de Agroecologia**. Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 237 – 240. nov. 2006. Disponível em: <<http://www.abaagroecologia.org.br/ojs2/index.php/rbagroecologia/article/viewFile/5871/4191>>. Acesso em: 20 jan. 2008.

ORTEGA, Antônio César.; MENDONÇA, Nilton César. Estratégias de desenvolvimento rural no Brasil: continuidades e rupturas. In:_____.; ALMEIDA FILHO, N. (Org.). **Desenvolvimento territorial: Segurança Alimentar e economia solidária.** Campinas: Alínea, 2007.

ORTEGA, Antônio César. **Territórios Deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural.** Campinas, SP: Alínea, 2008.

PARLAMENTO EUROPEU. **Fichas técnicas: A reforma da PAC.** Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/factsheets/4_1_2_pt.htm>. Acesso em: 8 jun, 2010.

PORTAL DE NOTÍCIAS TUPANCIRETÃ. Disponível em:<<http://www.tupancireta.rs.gov.br/portal1/municipio/noticia.asp?ildMun=100143438&ildNoticia=150847>>. Acesso em: 3 fev. 2010.

PRETTY, Jules. N. **Participatory Learning for Integrated Farming**. 1996. Disponível em:<<http://www.ardaf.org/NR/rdonlyres/D7E78031-E7DB-46AF-998010630BEE8CD/0/19962Pretty.pdf>> Acesso em: 3 dez. 2010.

PREZZOTO, Leomar Luiz. **QUALIDADE AMPLA: REFERÊNCIA PARA A PEQUENA AGROINDÚSTRIA RURAL INSERIDA NUMA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DESCENTRALIZADO**. (2000). Disponível em: <www.territoriosdacidadania.gov.br/o/921705>. Acesso em: 5.dez. 2009.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (PRODER). **Perfil do Proder**. Disponível em: <<http://www.proder.pt/PresentationLayer/conteudo.aspx?menuid=329&exmenuid=-1>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA, **JORNAL 15 ANOS DA FEIRA DO COOPERATIVISMO**. Santa Maria: Jornal A Razão. 2007.

HISTÓRICO DAS FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO MERCOSUL. Disponível em:<http://www.esperancacooesperanca.org.br/feicoop/index.php?option=com_content&view=article&id=5:ultimas-noticias&catid=3:ultimas-noticias&Itemid=5>. Acesso em: 20. jul. 2011.

PUTNAM. Robert. The prosperous community: social capital and public life. **The American Prospect**, n. 13, 1993. Disponível em:<<http://xroads.virginia.edu/~HYPER/DETOC/assoc/13putn.html>> Acesso em: 30 mar. 2010.

RAFFESTIN. Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília. São Paulo: Ática, 1993. 269 p. Título Original: Pour une Géographie Du Pouvoir.

RICHARDSON, Roberto Jarry. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed.São Paulo: Atlas, 1999.

SAUBORIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Tradução de Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SALGUEIRO, Tereza Barata. Paisagem e Geografia. **Finisterra**, v. 36, n. 72, p.37-53. 2001. Disponível em:< http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2001-72/72_04.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2010.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHERER-WARREN, Ilse. Sujeitos e Movimentos conectando-se através de redes. **Política e Trabalho**, João Pessoa, n. 19, p. 29-38, 2003. Disponível

em:<www.abdl.org.br/.../Sujeitos%20e%20movimentos%20conectandose%20através%20de%20Redes.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2010.

_____. Redes sociales y de movimientos en la sociedad de la información. **Nueva Sociedad**, Caracas, n. 196, mar-abr, 2006. Disponível em:<http://www.nuso.org/upload/articulos/3250_1.pdf>. Acesso 20 maio. 2010.

SCHMITZ, Hubert. Eficiência coletiva: caminho de crescimento para indústria de pequeno porte. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v.18, n.2, p. 194-200, 1997. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaio/article/viewPDFInterstitial/1902/2276>>. Acesso em: 10 jul. 2009.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, v.11, p. 88-125, 2004. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-4522200400010006>. Acesso em: 25 maio. 2008.

SILVA, Enid Rocha Andrade da. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Relatório Técnico das Ações Desenvolvidas no Período 1995/1998**. Brasília, agosto de 1999. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_99/td_664.pdf>. Acesso em: 4 ago.2009.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Economia Solidária no Governo Federal. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). nº 24, p. 3-5 ago. 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_24c.pdf >. Acessado em: 10 jun. 2009.

SUMPSI, José Maria. Desarrollo rural con enfoque territorial: diferencias y semejanzas de las experiencias de la Unión Europea y América Latina. In: ORTEGA, Antônio César; ALMEIDA FILHO, N (Org). Desenvolvimento Territorial, segurança alimentar e economia solidária. Campinas: Alínea, 2007. p. 63-91.

YIN Robert, K. **Estudo de caso: Planejamento e Métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.

TÉVOÉDJRÈ. Albert. **A pobreza riqueza dos povos: A transformação pela solidariedade**. Tradução de FLEURI, Reinaldo, Matias. Petrópolis: Vozes, 2002. 205 p.

VALE, Gláucia Maria Vasconcellos. **Territórios vitoriosos: o papel das redes organizacionais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

VASCONCELOS, Teodulo Augusto Campelo de. A economia solidária na construção social do desenvolvimento territorial. In: ORTEGA, Antônio César.;

ALMEIDA FILHO, Nilton César (Org.) **Desenvolvimento territorial: Segurança Alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007.

VEIGA, José Francisco Ferragalo. **Território e Desenvolvimento local**. Oeiras, Pt: Celta, 2005.

WEBER, Max. **Três tipos de poder e outros escritos**. Tradução de Artur Morão, Tribuna da História: Lisboa, 2005.

WEID, Jean Mark Von der. A transição agroecológica das políticas de crédito voltadas para a agricultura familiar. **Agriculturas**. v. 3, n. 1, p. 18-21. 2006. Disponível em: <<http://www.agroecologiaemrede.org.br>>. Acesso 6 nov. 2007.

WIJENBEKE. Wat does The expression “sociology of Development” mean? In: **América Latina**, p. 68-81, 1967.

9. ANEXOS

ANEXO I

Representantes do CODETERS/Central/RS (jan 2011)

| Representantes da Sociedade Civil | | Representantes da Sociedade Civil | |
|-----------------------------------|--|-----------------------------------|--|
| N vagas | Organização | N vagas | Organização |
| 3 | COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento | 1 | COOPATER – Cooperativa dos Profissionais de Assistência Técnica e Extensão Rural LTDA. |
| 1 | Central | 1 | COOPSAT – Cooperativa de Prestação de Serviço e Assistência Técnica e Educação Rural LTDA. |
| 1 | Vale do Jaguarí | 2 | Consórcios |
| 1 | Jacuí Centro | 1 | CONDESUS – Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia |
| 2 | Instituição de Ensino Superior – Privada e Comunitária | 1 | CONINDI – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Integrado |
| 1 | FAMES – Faculdades Metodistas | 5 | Cooperativas de produção |
| 1 | UNIFRA – Centro Universitário Franciscano | 1 | COOMIC – Cachoeira do Sul – Cooperativa Mista de Cachoeira do Sul LTDA. |
| 6 | FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul | 1 | COOPERTERRA – Tupanciretá – Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra LTDA. |
| 3 | FETRAF – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar | 1 | COOPERCEDRO – Santa Maria – Cooperativa de Produção e Desenvolvimento Rural dos Agricultores Familiares de Santa Maria |
| 3 | MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra | 1 | COOAFIT – São Sepé – Cooperativa da Agricultura Familiar Tiaraju LTDA. |
| 3 | MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores | 1 | COOPARSUL – Paraíso do Sul – Cooperativa da Agricultura Familiar de Paraíso do Sul LTDA. |
| 1 | MMC – Movimento das Mulheres Camponesas | 2 | Cooperativas de Habitação Rural |
| 1 | CUT – Central Única dos Trabalhadores | 1 | CRESOL - Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária LTDA. |
| 1 | PJR – Pastor da Juventude Rural – Associação Terra Livre | 1 | COOHAF – Cooperativa Habitacional da Agricultura Familiar LTDA. |
| 1 | SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Rio Grande do Sul | 1 | Veículos de Comunicação |
| 2 | Quilombolas | 1 | Associação Cultural de Radiodifusão de São Martinho da Serra |
| 1 | Passo dos Brum – São Sepé | 1 | Movimentos Estudantis e da Juventude |
| 1 | Nova Palma | 1 | DCE/UFMS – Diretório Central de Estudantes – Universidade Federal de Santa Maria |
| 3 | Indígenas | 1 | Movimentos Populares Urbanos |
| 3 | Entidades socioambientalistas | 1 | Central de Movimentos Populares |
| 1 | ACOPACHIM – Associação Comunitária, de Produção e Ambiental Chico Mendes | 3 | Redes de Economia Solidária |
| 1 | GATS – Grupo de Agroecologia Terra Sul | 1 | Teia da Esperança/Comissão Pastoral da Terra |
| 1 | TEKOHÁ – ONG TEKOHÁ | | |
| 1 | Instituições de microcrédito | | |
| 1 | Banco do Povo | | |
| 3 | Cooperativas de Assistência Técnica | | |
| 1 | COPTec – Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos LTDA. | | |

ANEXO I

Representantes do CODETERS/Central/RS (jan 2011)

| Representantes Poder Público | | Representantes Poder Público | |
|------------------------------|--|-------------------------------------|--|
| Nº de vagas | Organização | Nº de vagas | Organização |
| | Administrações públicas municipais – (uma vaga/prefeitura) | | Administrações públicas municipais – (uma vaga/prefeitura) |
| 1 | Itaara | 1 | Residência Agrária – Educação do Campo - UFSM |
| 1 | Ivorá | 1 | UDESSM – Unidade Descentralizada de Educação Superior da UFSM em Silveira Martins/RS |
| 1 | Jaguari | 1 | NESAF – Núcleo de Estudos da Agricultura Familiar/UFSM |
| 1 | Jari | 1 | CCNE – Centro de Ciências Naturais e Exatas/UFSM |
| 1 | Júlio de Castilhos | 2 | UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul |
| 1 | Júlio de Castilhos | 2 | Escola Técnica pública |
| 1 | Mata | Representantes Poder Público | |
| 1 | Nova Esperança do Sul | Nº de vagas | Organização |
| 1 | Nova Palma | | Administrações públicas municipais – (uma vaga/prefeitura) |
| 1 | Novo Cabrais | 1 | Instituto Federal Farroupilha Campus de São Vicente do Sul |
| 1 | Paraíso do Sul | 1 | Instituto Federal Farroupilha Unidade Educacional de Julio de Castilhos |
| 1 | Pinhal Grande | 6 | Ministérios |
| 1 | Quevedos | 1 | MDA/INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| 1 | Restinga Seca | 1 | EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária |
| 1 | Santa Maria | 1 | IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| 1 | Santiago | 1 | MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária |
| 1 | São Francisco de Assis | 1 | MTE (DRT) – Ministério do Trabalho e Emprego |
| 1 | São João do Polésine | 1 | MPA – Ministério da pesca e da Aquicultura |
| 1 | São Martinho da Serra | 1 | CEF – Caixa Econômica Federal |
| 1 | São Pedro do Sul | 1 | BB – Banco do Brasil |
| 1 | São Sepé | 7 | EMATER – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| 1 | São Vicente do Sul | 1 | FEPAGRO – Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária |
| 1 | Silveira Martins | 1 | Saúde |
| 1 | Toropi | 1 | CEREST – Centro de Referência em Saúde do Trabalhador |
| 1 | Tupanciretã | 3 | AMCENTRO – Associação dos Municípios da Região Centro do Estado |
| 5 | UFSM – Universidade Federal de Santa Maria | | |
| 1 | CCSH Centro de Ciências Sociais e Humanas (Práxis pré-vestibular)/UFSM | Total 63 | |

ANEXO II

Composição do Núcleo Dirigente e Núcleo Técnico (Jan 2011)

Núcleo Dirigente - Poder Público

- 1-Universidade Federal de Santa Maria
- 2- Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural/RS,
- 3- Prefeitura de São Martinho da Serra
- 4-Prefeitura de Dilermando de Aguiar Prefeitura de Cacequi

Núcleo Dirigente - Sociedade Civil

- 1- ACCAMEL – Associação Cacequiense dos Criadores de Abelha e Mel de Cacequi
- 2 - ACAPAN – Associação Cacequiense de Proteção ao Ambiente Natural de Cacequi
- 3 - Movimento dos Pequenos Agricultores de Agudo
- 4- Fórum de Associações de São Sepé
- 5- Cooperativa da Agricultura Familiar Tiaraju de São Sepé LTDA.

Núcleo Técnico - Poder Público

- 1- CONDESUS – Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta
- 2-Instituto Federal Farroupilha Campus de São Vicente do Sul
- 3-Núcleo de Estudos da Agricultura Familiar/UFSM
- 4- Prefeituras
- 5-Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural/RS
- 6- Associação dos Municípios da Região Centro do Estado

Núcleo Técnico - Sociedade Civil

- 1- Cachoeira do Sul – Cooperativa Mista de Cachoeira do Sul LTDA.
- 2-Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos LTDA.
- 3- Cooperativa de Prestação de Serviço e Assistência Técnica e Educação Rural LTDA.
- 4- Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul
- 5-Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
- 6-Projeto Esperança/Cooesperança

Ficou acertado que o assessor territorial fará parte dos dois núcleos, sem direito a voto, mas com função de apoio.

ANEXO III
Representação do CODETERS – Central/RS (Ago 2011)

| Representantes da Sociedade Civil | | | Representantes da Sociedade Civil | | |
|-----------------------------------|--|--------------|-----------------------------------|--|--------------|
| Vagas | Organização | Documentação | Vagas | Organização | Documentação |
| 3 | COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento | | 7 | Cooperativas de produção | |
| 1 | Central | Atualizada | | | |
| 1 | Vale do Jaguarí | Atualizada | 1 | COOPERCEDRO – Santa Maria – Cooperativa de Produção e Desenvolvimento Rural dos Agricultores Familiares de Santa Maria | Atualizada |
| 1 | Jacuí Centro | Atualizada | 1 | COOPARSUL – Paraíso do Sul – Cooperativa da Agricultura Familiar de Paraíso do Sul LTDA. | Atualizada |
| 2 | Instituição de Ensino Superior – Privada e Comunitária | | 1 | COOPIVORÁ – Cooperativa da Agricultura Familiar de Ivorá | Atualizada |
| 1 | FAMES – Faculdades Metodistas | Atualizada | 1 | Coopiscentro – Cooperativa dos Piscicultores da Região Centro | |
| 1 | UNIFRA – Centro Universitário Franciscano | Atualizada | 1 | Cooperativa Querência | Atualizada |
| 6 | FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul | Atualizada | 2 | Cooperativas de Habitação Rural | |
| | | | 1 | CRESOL - Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária LTDA. | Atualizada |
| | | | 1 | COOHAF – Cooperativa Habitacional da Agricultura Familiar LTDA. | Atualizada |
| 2 | FETRAF – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar | Atualizada | 1 | Rádios Comunitárias | |
| | | | 1 | Associação Cultural de Difusão Comunitária Pompéia | Atualizada |
| 3 | MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores | Atualizada | 1 | Movimentos Estudantis e da Juventude | |
| | | | 1 | DCE/UFMS – Diretório Central de Estudantes – Universidade Federal de Santa Maria | Atualizada |
| 1 | MMC – Movimento das Mulheres Camponesas | Atualizada | 2 | Movimentos Populares Urbanos | |
| 1 | SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Rio Grande do Sul | Atualizada | 1 | Central de Movimentos Populares | Atualizada |
| 3 | | Quilombolas | 1 | MNLM – Movimento Nacional de Luta pela Moradia | |
| 1 | Passo dos Brum – São Sepé | Atualizada | 3 | Redes de Economia Solidária | |
| 1 | Nova Palma | Atualizada | 1 | Teia da Esperança/Comissão Pastoral da Terra | Atualizada |
| 1 | São Miguel | | 1 | Projeto Esperança/Cooperança | Atualizada |
| 2 | Indígenas | Atualizada | 1 | Cáritas Diocesana | Atualizada |
| 2 | Entidades socioambientalistas | | 1 | ASAE – Associação dos Servidores da ASCAR/EMATER-RS | |
| 1 | ACOPACHIM – Associação Comunitária, de Produção e Ambiental Chico Mendes | Atualizada | 8 | Associações de Produtores da agricultura familiar | |
| 1 | GATS – Grupo de Agroecologia Terra Sul | Atualizada | 1 | Fórum das Associações de Produtores Rurais de São Sepé | Atualizada |
| 3 | Cooperativas de Assistência Técnica | | 1 | ACCAMEL – Associação Cacequiense dos Criadores de Abelha | Atualizada |
| 1 | COPTec – Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos LTDA. | Atualizada | 1 | ACAPAN – Associação Cacequiense de Proteção ao Ambiente Natural – Cacequi | Atualizada |
| 1 | COOPATER – Cooperativa dos Profissionais de Assistência Técnica e Extensão Rural LTDA. | Atualizada | 1 | Associação Pioneira de Lã de São Martinho da Serra – São Martinho da Serra | Atualizada |
| 1 | COOPSAT – Cooperativa de Prestação de Serviço e Assistência Técnica e Educação Rural LTDA. | Atualizada | 1 | AFRUCA – Associação dos Fruticultores de Cachoeira do Sul | Atualizada |
| 1 | Consórcios | | 1 | AGPMAR - Associação dos Grupos de Pessoas Adultas Maiores Rurais | Atualizada |
| 1 | CONDESUS – Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia | Atualizada | 1 | APROHOR – Associação dos Produtores de Hortigranjeiros de Cacequi | Atualizada |
| 7 | Cooperativas de produção | | 1 | AREMAS – Associação Regional de Águas da Serra | |
| 1 | COOMIC – Cachoeira do Sul – Cooperativa Mista de Cachoeira do Sul LTDA. | Atualizada | 1 | MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem | Atualizada |
| 1 | COOPERTERRA – Tupanciretã – Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra LTDA. | Atualizada | 1 | GAPIN – Grupo de Apoio aos Povos Indígenas | Atualizada |
| | | | 1 | Sociedade Espirita Deus, Cristo e Caridade | Atualizada |
| | | | 58 | Total | |

ANEXO III Representação do CODETERS – Central/RS (Agos 2011)

| Representantes do Poder Público | | | Representantes do Poder Público | | |
|---------------------------------|---|--------------|---------------------------------|--|--------------|
| Vagas | Organização | Documentação | Vagas | Organização | Documentação |
| 34 | Administrações públicas municipais – (uma vaga/prefeitura) | | 34 | Administrações públicas municipais – (uma vaga/prefeitura) | |
| 1 | Agudo | Atualizada | 1 | São Pedro do Sul | Atualizada |
| 1 | Cacequi | Atualizada | 1 | São Sepé | Atualizada |
| 1 | Cachoeira do Sul | Atualizada | 1 | São Vicente do Sul | Atualizada |
| 1 | Capão do Cipó | Atualizada | 1 | Silveira Martins | |
| 1 | Dilermando de Aguiar | Atualizada | 1 | Toropi | |
| 1 | Dona Francisca | | 1 | Tupanciretã | Atualizada |
| 1 | Faxinal do Soturno | Atualizada | 1 | Unistalda | Atualizada |
| 1 | Formigueiro | | 1 | Vila Nova do Sul | Atualizada |
| 1 | Itaara | Atualizada | 5 | UFSM – Universidade Federal de Santa Maria | |
| 1 | Ivorá | Atualizada | 1 | CCSH Centro de Ciências Sociais e Humanas (Práxis pré-vestibular)/UFSM | |
| 1 | Jaguari | Atualizada | 1 | Residência Agrária – Educação do Campo – UFSM | |
| 1 | Jarí | Atualizada | 1 | UDESSM – Unidade Descentralizada de Educação Superior da UFSM em Silveira Martins/RS | |
| 1 | Júlio de Castilhos | Atualizada | 1 | NESAF – Núcleo de Estudos da Agricultura Familiar/UFSM | Atualizada |
| 1 | Mata | Atualizada | 1 | CCNE – Centro de Ciências Naturais e Exatas/UFSM | Atualizada |
| 1 | Nova Esperança do Sul | Atualizada | 1 | UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul | |
| 1 | Nova Palma | Atualizada | 2 | Escola Técnica pública | |
| 1 | Novo Cabrais | Atualizada | 1 | Instituto Federal Farroupilha Campus de São Vicente do Sul | Atualizada |
| 1 | Paraíso do Sul | Atualizada | 1 | Instituto Federal Farroupilha Unidade Educacional de Júlio de Castilhos | Atualizada |
| 1 | Pinhal Grande | Atualizada | 1 | Reitoria do Instituto Federal Farroupilha | Atualizada |
| 1 | Quevedos | | 6 | Ministérios | |
| 1 | Restinga Seca | Atualizada | 1 | MDAINCTA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária | Atualizada |
| 1 | Santa Maria | Atualizada | 1 | EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária | Atualizada |
| 1 | Santiago | Atualizada | 1 | IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis | Atualizada |
| 1 | São Francisco de Assis | Atualizada | 1 | MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária | Atualizada |
| 1 | São João do Polêsine | | 1 | MTE (DRT) – Ministério do Trabalho e Emprego | Atualizada |
| 1 | São Martinho da Serra | Atualizada | 1 | MPA – Ministério da pesca e da Aquicultura | Atualizada |
| 1 | São Pedro do Sul | Atualizada | 1 | CEF – Caixa Econômica Federal | Atualizada |
| 1 | São Sepé | Atualizada | 1 | BB – Banco do Brasil | |
| 1 | São Vicente do Sul | Atualizada | 1 | FEPAGRO – Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária | Atualizada |
| 1 | Silveira Martins | | 7 | EMATER – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural | Atualizada |
| 1 | Toropi | | 1 | AMCENTRO – Associação dos Municípios da Região Centro do Estado | Atualizada |
| 1 | Tupanciretã | Atualizada | 58 | Total | |
| 1 | Unistalda | Atualizada | | | |
| 1 | Vila Nova do Sul | Atualizada | | | |
| 1 | Nova Esperança do Sul | Atualizada | | | |
| 1 | Nova Palmira | Atualizada | | | |
| 1 | Novo Camargos | Atualizada | | | |
| 1 | Paraíso do Sul | Atualizada | | | |
| 1 | Pinhal Grande | Atualizada | | | |
| 1 | Quevedos | | | | |
| 1 | Restinga Seca | Atualizada | | | |
| 1 | Santa Maria | Atualizada | | | |
| 1 | Santiago | Atualizada | | | |
| 1 | São Francisco de Assis | Atualizada | | | |
| 1 | São João do Polêsine | | | | |
| 1 | São Martinho da Serra | Atualizada | | | |

ANEXO IV

Composição do Núcleo Dirigente e Núcleo Técnico (Ago 2011)

NÚCLEO DIRIGENTE – PODER PÚBLICO

1. UFSM (UDESSM)
2. EMATER/RS
3. Prefeitura Municipal de Ivorá
4. Prefeitura Municipal de Jarí
5. Prefeitura Municipal de Cacequi

NÚCLEO DIRIGENTE – SOCIEDADE CIVIL

1. COOPARSUL
2. ACAPAN
3. COPERTERRA
4. MPA
5. FETAG
6. Assessor Territorial –

NÚCLEO TÉCNICO – PODER PÚBLICO

1. FEPAGRO
2. IFF Campus São Vicente do Sul
3. NESAF/CCNE/UFSM
4. Prefeituras (Titular: Tupanciretã/Suplente: Dilermando de Aguiar)
5. EMATER/RS
6. AMCENTRO

NÚCLEO TÉCNICO – SOCIEDADE CIVIL

1. Titular: COOMIC/Suplente: COOPSAT
2. COOPTEC
3. FETAG
4. FETRAF
5. PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA
6. DCE/UFSM
7. Claudio Cunha – Assessor Territorial

ANEXO V
Critérios seletivos projetos CODETERS/Central/RS (jan 2011).

| CRITÉRIO | AVALIAÇÃO (S/N) |
|---|-----------------|
| Prestou anuência formal escrita? | |
| Possui os itens constantes no modelo estruturado? | |
| Possui parcerias inter e multiinstitucionais? | |
| Possui aspecto inovador e viabilidade técnica-econômica? | |
| Possui potencial demonstrativo e de replicabilidade? | |
| Possui impacto, relevância e qualidade técnica do projeto? | |
| Possui multidisciplinaridade e interdisciplinaridade da equipe participante? | |
| Possui capacidade e infraestrutura adequada das Instituições co-participantes? | |
| Sendo projeto de agroindústria, foi destinado a grupos com maior dificuldade de acesso ao crédito, como jovens, mulheres, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, extrativistas e indígenas, e a agricultores (as) familiares que se enquadrem no Grupo B do PRONAF (no caso de regiões de baixo dinamismo econômico, os projetos agroindustriais podem também contemplar agricultores (as) familiares que se enquadrem no Grupo C do PRONAF)? | |
| Está vinculado aos eixos temáticos ou aglutinadores do PTDRS? Tem caráter de integração territorial ou intermunicipal? | |
| Atende ao público beneficiário das ações do MDA? | |
| Gera impacto na agregação de valor à produção, na geração e renda e ocupação produtiva, com sustentabilidade ambiental? | |
| Favorece a infra-estrutura de apoio ao associativismo e ao cooperativismo em suas diferentes formas? | |
| Permite a participação e controle social dos colegiados e beneficiários? | |
| Tem assegurado o assessoramento técnico necessário para viabilizar as atividades planejadas? | |
| Melhora a estrutura de apoio aos Colegiados Territoriais? | |
| Tem complementaridade e integração com outras políticas e programas públicos de apoio à agricultura familiar? | |
| É complementado com outras fontes de recursos? | |
| Atende, além do público prioritário do MDA, grupos que tenham maior dificuldade de acesso as políticas públicas tais como: agricultores (as) do grupo B do PRONAF, jovens e mulheres? | |
| Atende municípios com concentração de assentamentos da Reforma Agrária e de Agricultores Familiares? | |
| É inovador por aproveitar as potencialidades (econômicas, sociais, ambientais, culturais, históricas, de localização, dentre outras) dos territórios? | |
| Sendo projeto de empreendimento econômico e/ou social, indicou a forma de gestão que inclui a participação do Colegiado Territorial e público beneficiário? | |
| Consistência da proposta em relação aos princípios, objetivos e linha (s) temática (s) do Edital e do PTDRS. | 3,00 |
| Representatividade institucional, local e regional | 6,00 |
| Originalidade e caráter inovador da proposta. | 2,00 |
| Potencial de aplicabilidade, replicabilidade e impacto dos resultados do projeto. | 3,00 |
| Caracterização da sustentabilidade econômica, social e ambiental do projeto. | 3,00 |
| Contribuição do conhecimento e da tecnologia para o desenvolvimento local e geração de trabalho e renda. | 3,00 |

ANEXO VI
Projetos apresentados ao Território Central (2007/2008)

| N | PROJETO | MUNICÍPIO | TOTAL (R\$) | CUSTEIO (R\$) | INVESTIMENTO (R\$) | CONTRAPARTIDA (R\$) | SDT/MDA (R\$) |
|----|---|--|-------------------------|-----------------------|-------------------------|-----------------------|-------------------------|
| 1 | Ações para desenvolver as feiras e os feirantes | Prefeitura de Santiago | R\$ 47.425,00 | R\$ 16.850,00 | R\$ 30.575,00 | R\$ 6.115,00 | R\$ 24.460,00 |
| 2 | Projeto Morfobastarda | Envolve 6 municípios | R\$ 177.438,00 | R\$ 151.800,00 | R\$ 25.638,00 | R\$ 769,00 | R\$ 24.870,00 |
| 3 | Projeto de beneficiamento da mandioca | Prefeitura de Dilermando do Aguiar | R\$ 38.748,00 | 200,00 | R\$ 38.548,00 | R\$ 1.157,00 | R\$ 37.391,00 |
| 4 | Centro de Atendimento ao Agricultor | Prefeitura de Dilermando do Aguiar | R\$ 233.880,00 | 0,00 | R\$ 233.880,00 | R\$ 7.017,00 | R\$ 0,00 |
| 5 | Centro de Comercialização | Prefeitura de Dilermando do Aguiar | R\$ 35.000,00 | 0,00 | R\$ 35.000,00 | R\$ 1.050,00 | R\$ 0,00 |
| 6 | Agroindustrialização da fruticultura e horticultura | Prefeitura de Dilermando do Aguiar | R\$ 164.331,00 | R\$ 56.631,00 | R\$ 107.700,00 | R\$ 3.231,00 | R\$ 104.469,00 |
| 7 | Hortigranjeiro e Associativismo | Prefeitura de Cacequi | R\$ 71.620,00 | 0,00 | R\$ 71.620,00 | R\$ 2.149,00 | R\$ 69.471,00 |
| 8 | Organização dos Sindicatos Rurais | Prefeitura de São Vicente do Sul/ASTRESMA | R\$ 40.250,00 | 0,00 | R\$ 40.250,00 | R\$ 1.200,00 | R\$ 39.042,00 |
| 9 | Programa de capacitação e desenvolvimento da rotina produtiva da ametista: caminho para o desenvolvimento do turismo rural nos municípios integrantes da CONDESAS | CONDESAS/São Martinho da Serra | R\$ 41.250,00 | R\$ 40.612,00 | 0,00 | R\$ 1.238,00 | R\$ 0,00 |
| 10 | Rede de Educação Ambiental | LIJSM/FATEC | R\$ 126.000,00 | R\$ 126.000,00 | 0,00 | R\$ 6.000,00 | R\$ 0,00 |
| 11 | Reciclagem e coleta seletiva de lixo | Prefeitura de Júlio de Castilhos | R\$ 92.700,00 | R\$ 14.420,00 | R\$ 78.280,00 | R\$ 2.781,00 | R\$ 0,00 |
| 12 | Agroindústrias de produtos vegetais | Prefeitura de Paraíso do Sul | R\$ 41.500,00 | 0,00 | 41.500,00 | R\$ 1.245,00 | R\$ 40.255,00 |
| 13 | Apoio ao Empreendedorismo rural | Prefeitura de Paraíso do Sul | R\$ 17.000,00 | 0,00 | 17.000,00 | R\$ 510,00 | R\$ 0,00 |
| 14 | Equipamentos de Hortigranjeiros | Prefeitura de São Sepé/Cooperativa Quarentona | R\$ 121.513,00 | 0,00 | R\$ 121.513,00 | R\$ 3.645,00 | R\$ 0,00 |
| 15 | Produção de mel | Prefeitura de São Sepé/AARCE | R\$ 36.868,00 | 0,00 | R\$ 36.868,00 | R\$ 1.106,00 | R\$ 35.762,00 |
| 16 | COMPAG | Prefeitura de Cachoeira do Sul | R\$ 4.500,00 | 0,00 | R\$ 4.500,00 | R\$ 750,00 | R\$ 3.600,00 |
| 17 | AFRUC | Prefeitura de Cachoeira do Sul | R\$ 38.350,00 | 0,00 | R\$ 38.350,00 | R\$ 6.381,00 | R\$ 30.680,00 |
| 18 | COOMFAG | Prefeitura de Cachoeira do Sul | R\$ 20.000,00 | 0,00 | R\$ 20.000,00 | R\$ 3.034,00 | R\$ 16.000,00 |
| 19 | COOMIC | Prefeitura de Cachoeira do Sul | R\$ 27.500,00 | 0,00 | R\$ 27.500,00 | R\$ 4584,00 | R\$ 22.000,00 |
| 20 | Projeto de Capacitação | Associação dos Sindicatos da 4ª Colônia | R\$ 43.324,00 | 0,00 | R\$ 43.965,00 | R\$ 453,00 | R\$ 0,00 |
| 21 | COOPAGRES | Prefeitura de Restinga Seca | R\$ 118.950,00 | 0,00 | R\$ 118.950,00 | R\$ 3.568,00 | R\$ 115.381,00 |
| 22 | Beneficiamento de mel | Prefeitura de Ivorá | R\$ 47.570,00 | 0,00 | R\$ 47.570,00 | R\$ 1.427,00 | R\$ 46.143,00 |
| 23 | Agroindústria da Mandioca | Faxinal do Soturno | R\$ 76.860,00 | 0,00 | R\$ 76.860,00 | R\$ 2.306,00 | R\$ 74.554,00 |
| 24 | Fortalecimento da Cadeia do Leite | Prefeitura de Tupanciretã/Cooperativa | R\$ 400.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 300.000,00 | R\$ 9.000,00 | R\$ 291.000,00 |
| 25 | Ampliação do Terminal de Comercialização Direta | Projeto Esperança / Coesperança/Prefeitura de Santa Maria | R\$ 46.451,00 | 0,00 | R\$ 46.451,00 | 9.290,00 | R\$ 37.161,00 |
| 26 | Histórico da Produção de Fumo | Projeto Esperança / Coesperança/Prefeitura de Santa Maria | R\$ 15.000,00 | R\$ 15.000,00 | 0,00 | R\$ 3.000,00 | R\$ 0,00 |
| 27 | Resgatando a cidadania rural | Prefeitura de São Martinho da Serra/AGPAMAR | R\$ 41.000,00 | 0,00 | R\$ 41.000,00 | R\$ 1.230,00 | R\$ 39.770,00 |
| 28 | Implantação do Programa de Reciclagem de resíduos sólidos | Prefeitura de Santiago | R\$ 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 | R\$ 10.000,00 | R\$ 0,00 |
| 29 | Projeto PROCEDER | Prefeitura de Silveira Martins | R\$ 20.000,00 | R\$ 20.000,00 | 0,00 | R\$ 120,00 | R\$ 0,00 |
| 30 | Projeto MMC | Prefeitura de Tupanciretã | R\$ 90.300,00 | R\$ 55.000,00 | R\$ 35.300,00 | R\$ 1.059,00 | R\$ 34.241,00 |
| 31 | Projeto Piloto de Saneamento Básico Rural | Prefeituras de Santa Maria, Restinga Seca, Silveira Martins, Ivorá, Pinhal Grande e Nova Palma | R\$ 780.000,00 | R\$ 130.000,00 | R\$ 650.000,00 | R\$ 150.000,00 | R\$ 0,00 |
| 32 | Sustentabilidade da cadeia da Datapicultura familiar na Região Centro do RS via industrialização | Prefeitura de Silveira Martins | R\$ 255.000,00 | R\$ 85.000,00 | R\$ 117.270,00 | R\$ 3.520,00 | R\$ 115.750,00 |
| | TOTAL | | R\$ 3.115.329,00 | R\$ 743.029,00 | R\$ 2.269.703,00 | R\$ 245.462,00 | R\$ 1.077.406,00 |

10 APÊNDICES

APÊNDICE I

Entrevista semiestruturada aplicada nas propriedades.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – CAMPUS RIO CLARO, SP.

Data ____/____/____

Entrevistado(A) _____

1. TAMANHO, LOCALIZAÇÃO E MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA PROPRIEDADE

1.1 -Tamanho da propriedade em hectares: _____

1.2 -Localização: _____

1.3 -Distância da cidade em km: _____

2 - PROPRIEDADE DA TERRA (condição legal da terra).

2.1 - () **Própria** (inclusive por usufruto, foro e enfiteuse);

2.2 - () **Arrendada** (mediante pagamento em quantia fixa em dinheiro ou cota-parte da produção);

2.3 - () **Parceiro** (mediante pagamento de parte da produção obtida - meia, terça, quarta, etc.);

2.4 - () **Ocupada** (ocupadas a título gratuito, com ou sem consentimento do proprietário).

3 - CATEGORIA DIMENSIONAL DA PROPRIEDADE

3.1 - () **Minifúndio** (o imóvel rural com área inferior a 1 (um) módulo fiscal);

3.2 - () **Pequena Propriedade** (imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais);

3.3 - () **Média Propriedade** (imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais);

3.5 - () **Grande Propriedade** (imóvel rural de área superior a 15 (quinze) módulos fiscais);

OBS: Tupanciretã (zona típica de módulo fiscal de 35 ha) Santa Maria (zona típica de módulo fiscal de 22 ha).

Itaara (zona típica de módulo fiscal de 22 ha), Dona Francisca (zona típica de módulo fiscal de 20 ha).

4 – GESTÃO E EXPLORAÇÃO DA PROPRIEDADE

4.1 - **A propriedade é dirigida por:** () proprietário () administrador

4.2 - **A propriedade é explorada:** () apenas pela família () pela família e outras pessoas

4.3 - **Quantos hectares são explorados pela família** _____

5.4 - **Quem explora o restante:** () arrendatário () parceiro () posseiro

5 - CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTOR

5.1 - A função principal é a agricultura () sim () não Caso não quais as principais atividades não-agrícolas exercidas pela família na propriedade_____

5.2 - Quais atividades não-agrícolas exercidas pela família fora da propriedade_____

5.3 - Qual atividade que gera maior renda_____

6 - ELEMENTOS FUNCIONAIS: UTILIZAÇÃO DA TERRA

| Manejo espacial e genético | | |
|--------------------------------|------------------------|----------------|
| Área de pastagem cultivada | | |
| Área de pastagem permanente | | |
| Área de potreiro | | |
| Área floresta nativa | | |
| Área de agroflorestas | | |
| Área de capoeira | | |
| Área de cultivos consorciados | | |
| Área de açude /barragem | | |
| Cultivos agrícolas permanentes | Área (ha) | Espécie |
| | | |
| Cultivos agrícolas temporários | | |
| | | |
| Criatórios | Número/ Espécie | Raças |
| | | |
| | | |

Potreiro: campo cercado para largar cavalos ou gado

Capoeira: terreno onde o mato foi roçado ou queimado para o cultivo da terra ou para outro fim

9 – SISTEMA DE CULTIVO

| Sistema de Cultivo | | | | | |
|--------------------|-----------|-----|------|------|------|
| Cultivo | Área (ha) | Sem | Solo | Fert | CIDI |
| | | | | | |
| | | | | | |

Legenda Sistema de cultivo:

Sementes ou mudas: 1- Própria, 2- Comprada

Solo (tipo de preparo): 1- Plantio Direto, 2- Convencional, 3- Mínimo

Reposição Fertilidade: 1- Pousio/anos; 2- Rotação/anos, 3- Orgânica, 4- Cobertura morta, 5- Química (tipo-Kg)

Controle de insetos, doenças e plantas invasoras (CIDI): 1- Inseticidas, 2- Fungicidas, 3- Herbicidas, 4- Caldas Orgânicas, 5- Controle biológico

OBS:- Presença de mesofauna e microfauna - Presença de inimigos Naturais

10 – RENDA

| Renda | | |
|--|-----------|-------------------|
| Renda obtida atividades agrícolas | Atividade | Valor total (ano) |
| | | |
| | | |
| Renda obtida através da prestação de serviços em outras propriedades | Atividade | Valor total (ano) |
| | | |
| | | |
| Renda obtida com atividades não-agrícolas | Atividade | Valor total (ano) |
| | | |
| | | |

11– COMERCIALIZAÇÃO

| Comercialização | | | | |
|------------------------|----------------------------------|--|---------------------------------------|-----------------------------|
| Cultivo | Formas de comercialização | Escoamento da produção (municípios) | % da produção colocada a venda | %da produção vendida |
| | | | | |
| Criatório | Formas de comercialização | Escoamento da produção (municípios) | % da produção colocada a venda | %da produção vendida |
| Gado leite | | | | |
| Gado de corte | | | | |
| Suínos | | | | |
| Aves (corte/postura) | | | | |
| | | | | |

Formas de comercialização: feiras, cooperativas, supermercados, venda na propriedade, outras.

12 - CRÉDITO

| Crédito | | |
|--|-----|-----|
| Utilização de financiamento para custeio | Sim | Não |
| Qual o programa de crédito utilizado e entidade financiadora | | |
| Atividades custeadas/ Percentual custeado da produção | | |
| Utilização de financiamento para investimentos | Sim | Não |
| Qual o programa de crédito utilizado e entidade financiadora | | |
| Aplicação dos investimentos/ Percentual de investimentos aplicados | | |
| Utilização de financiamento para comercialização | Sim | Não |
| Qual o programa de crédito utilizado e entidade financiadora | | |
| Aplicação dos investimentos / Percentual financiado da comercialização | | |

13 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA () Sindicato Rural, () Emater, () Prefeitura Municipal, () Outros.Quais?_____

14 – ASSOCIAÇÕES – Mencionar o tipo de associação e o tempo

Qual?_____ Tempo:_____

Em caso de participação em alguma forma de associação. Identificar a motivação que leva um agricultor a se associar, entre as motivações e como método de avaliação foi proposta a identificação da natureza organizacional de cada associação através dos sistemas sociais apresentados na obra de (LAKATOS; MARCONI, 1990).

15- Motivação:

| Os sistemas sociais específicos |
|---|
| A) Parentesco – refere-se ao complexo processo de interligação de indivíduos ou grupos numa estrutura de papéis e relações fundamentais nos laços de sangue (consanguidade) e no casamento (afinidade), formando um todo organizado. Quando respeitante a um fato, fenômeno indica as ramificações correlatas ou próximas a elas referentes. |
| B) Sanitário – diz respeito a constituição, em um sentido amplo, do objeto de estudo, quer indivíduos ou grupos, quer fatos, fenômenos ou processos, informando o estado de saúde doença, adequação ou patologia, função ou disfunção em um dado momento. |
| C) Manutenção – visando a permanência ou equilíbrio, a expansão ou reforço, tanto através de transformações quanto de retroalimentação, diz respeito a reconstituição constantes dos sistemas, indivíduos, grupos, fatos ou processos. |
| D) Lealdade – envolve fenômenos como a atração e a repulsão, a associação de grupos e indivíduos, pela valoração e rejeição de papéis desempenhados ou das relações ou de relações entre fatos, fenômenos e processos. |
| E) Lazer – refere-se as formas de distensão necessárias em decorrência da tensão e da compreensão das formas sociais que ocorrem nos demais sistemas. |
| F) Viário – em sentido restrito significa, ao mesmo tempo, o veículo e a via de deslocamento para pessoas e coisas, facilitando sua mobilidade. Em sentido mais amplo envolve a comunicação, com a divulgação de idéias e de informações em diversos meios. |
| G) Pedagógico – significando, acima de tudo, o processamento de informações, permite programar e reprogramar indivíduos, grupos, objetos e processos. |
| H) Patrimonial – refere-se em um sentido lato, a acumulação em todos os seus variados aspectos materiais, de valores e informação. |
| I) Produção – correlaciona tudo que foi realizado em determinado espaço de tempo como forma pelo qual é produzido, tanto no campo material quanto no de valores e informação. |
| J) Religioso – voltado ao campo espiritual, no terreno social afirma-se por intermédio da repetição ritualista de palavras, atos, processos, valores, atitudes etc. |
| K) Segurança – diz respeito tanto a aspectos internos das sociedades e grupos quanto aos externos. Oferece garantias as atividades e ao deslocamento de indivíduos, grupos processos, valores, atitudes etc. |
| L) Político – significa atuação, visando metas e objetivos, no sentido de coordenar a interação entre indivíduos e grupos, processos e fenômenos em um sistema competitivo. |
| M) Jurídico – correlaciona, por intermédio de normas e valores, usos e costumes, julgamento e arbitragem, pessoas e grupos fenômenos e processos. |
| N) Precedência – englobando tanto indivíduos e grupos quanto idéias, valores, fenômenos, objetos e processos, indica que cada um ocupa uma hierarquia, através de competência, poder e estatus. |

() Parentesco, () Sanitário, () Manutenção, () Lealdade, () Lazer,
() Viário, () Pedagógico, () Patrimonial, () Produção, () Religioso,
() Segurança,() Político,() Jurídico, () Precedência, (....)Outro. Qual?_____

Depois de identificado o motivo que influenciou o agricultor a participar de uma forma associativa o próximo passo é identificar as forma como o agricultor participa da associação. Para isso utiliza-se o modelo apresentado por Caporal; Costabeber (2004).

17. Tipo de participação:

| Tipos de participação | Características dos diferentes tipos de participação |
|-----------------------------|--|
| 1- Manipulada | A participação é simplesmente um engano. Ocorre a presença de pseudos representantes das pessoas em um espaço oficial, sem que tenham sido eleitas para representá-las. |
| 2- Passiva | As pessoas participam a medida que lhe é contado o que foi decidido ou aquilo que está sendo realizado sem consultá-las. Corresponde a um anúncio público, unilateral, realizado por uma administração ou gerente de projeto, para informar os participantes. |
| 3 – Por consulta | As pessoas participam através de consultas realizadas a elas ou pelas respostas que fornecem a determinadas perguntas. Agentes externos definem os problemas e as formas de obter informações, controlando, assim a análise. Tal processo consultivo não permite que a tomada de decisão seja compartilhada. Assim mesmo, os condutores do processo não têm, nenhum compromisso no sentido de levar em conta o ponto de vista das pessoas participantes. |
| 4- Por incentivos materiais | As pessoas participam sendo retribuídas com recursos. Por exemplo: trabalho em troca de comida, dinheiro ou outro tipo de incentivo material. No caso da agricultura, os agricultores podem contribuir com campos de cultivo e seu trabalho, mas não participam da experimentação nem do processo de aprendizagem. |
| 5- Funcional | É a participação estabelecida por agências externas como um meio para alcançar os objetivos de determinados projetos. É usado especialmente como meio para reduzir os custos do projeto. As pessoas podem participar mediante a formação de grupos para alcançar determinados objetivos relacionados com o projeto. Tal participação pode ser interativa e levar a tomar decisões compartilhadas. Não obstante, tende a ter lugar somente depois que as decisões mais importantes já foram adotadas pelos agentes externos. No pior dos casos as pessoas podem ser chamadas somente para servir às metas externas. |
| 6 – Interativa | As pessoas participam de maneira conjunta na análise da realidade no desenvolvimento dos planos de ação e na formação e/ou fortalecimento de instituições locais. A participação é vista como um meio para alcançar os objetivos do projeto. O processo envolve metodologias interdisciplinares que adotam múltiplas perspectivas e utilizam processos de aprendizagem sistemáticos e estruturados. |
| 7 – Mediante acompanhamento | As pessoas atuam de forma conjunta e com apoio de organizações externas, que respeitando suas dinâmicas de ação social coletivas, complementam suas carências, depois de serem demandadas pelos participantes e mediante processos de aprendizagem coletiva. A seleção de alternativas e as decisões são prerrogativas dos |

() Manipulada, () Passiva, () Por consulta, () Por incentivos materiais, () Funcional, () Interativa, () Por acompanhamento, () Auto- mobilização

APÊNDICE II

Entrevistas não estruturadas, com caráter formal aplicada nas cooperativas.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – CAMPUS RIO CLARO, SP.

Data ____/____/____

Entrevistado(A) _____

1 DADOS GENÉRICOS DA COOPERATIVA:

1.1 - Nome da Cooperativa: _____

1.2 - Localização da sede da Cooperativa (município): _____

1.3 - Localização das filiais (município): _____

1.4 - Data de fundação: _____

2 – ORIGEM:

2.1 - Teve origem planejada, ou espontânea: _____

3- DADOS ESPECÍFICOS:

3.1 - Objetivo da cooperativa: _____

3.2 - Público alvo: _____

3.3 - Número de associados: _____

3.4 - Qual entidade estatal participa? _____

3.5 - Empresas e cooperativas: _____

3.6 – Instituições: _____

3.7 - Grupos sociais envolvidos: _____

3.8 - Composição do corpo técnico: _____

4 - ESCOÇÃO DA PRODUÇÃO (Cooesperança)

4.1 - Se for uma cooperativa de produção qual o seu principal ramo produtivo? _____

4.2 - Para onde é escoada a produção? _____

4.1.1 ESCOÇÃO DA PRODUÇÃO (Cooperterra)

4.1.2- Depois da implantação da agroindústria: _____

4.1.3 - Quantas famílias fornecem leite? _____

4.1.4 Volume da produção atual do leite in natura? _____

4.1.5 Processado? _____

4.1.6 - Quais os produtos hoje processados e comercializados? _____

4.1.7 - Para onde é escoada essa produção? _____

4.1.8 - Produto mais vendido? _____

5. Serviços Prestados: _____

6 - PARTICIPAÇÃO ESTATAL NA COOPERATIVA

6.1- A cooperativa está incluída em algum projeto do Ministério do Desenvolvimento Agrário? _____

6.2 - Caso sim, qual? _____

6.3 - Recebe verbas estatais? _____

5.4 - Caso sim de quais órgãos, e para quais projetos? _____

6 - NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: (Territórios da Cidadania)

6.1 - Quais os principais limitantes? _____

6.2. – Principais benefícios que o Programa Territórios da Cidadania trouxe: _____

6.3 – Motivos que favoreceram a aprovação dos projetos da cooperativas pelo Programa Territórios da Cidadania: _____

APÊNDICE III

Entrevista articulador do Território da Cidadania Região Central – RS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – CAMPUS RIO CLARO, SP.

Data ____/____/____

Entrevistado(A) _____

Órgão público: Ministério do Desenvolvimento Agrário

1- Contextualização da implantação dos Territórios da Cidadania? _____

2- Critérios de seleção dos territórios? _____

3 - Composição dos territórios? _____

4- O conjunto de municípios formadores forma um território? _____

5- O território seria um espaço homogêneo? _____

6- Como funciona a gestão do território centro? _____

7- Qual é o papel do articulador territorial? _____

8- Como são eleitos os componentes do CODETERS? _____

9- Quais são os atuais componentes do CODETERS Centro? _____

10- Quais os principais projetos em vigência não território centro? _____

11- Qual a verba disposta para o território centro para o ano de 2011? _____

12- Qual o papel hoje da Coesperança dentro do CODETERS? _____

13- Qual o papel da Coperterra e Copetc dentro do CODETERS? _____

14 - Considera que a coesão social das respectivas cooperativas facilita o acesso a política dos territórios? _____

APÊNDICE IV

Entrevista Secretário de Agricultura de Tupanciretã PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – CAMPUS RIO CLARO, SP.

Data ____/____/____

Entrevistado(A) _____

Órgão público: SECRETARIA DE AGRICULTURA DE TUPANCIRETÃ
Secretário:

1- Hoje quais são os principais projetos voltados a agricultura em andamento no município de Tupanciretã? _____

2- Dentro dos projetos desenvolvidos pela secretaria de agricultura de Tupanciretã, quais seriam as principais parcerias estabelecidas para execução dos mesmos? _____

3- Quais as principais políticas que amparam os atuais projetos? _____

4- Hoje quais são as maiores dificuldades enfrentadas pelo município para execução de seus projetos na área rural? _____

5 – A respeito do Programa Territórios da Cidadania:

5.1 – Estrutura de funcionamento: _____

5.2 – Vantagens: _____

5.3 – Limitantes: _____

5.4 – Projetos aprovados: _____

6 - Relação do poder público com as organizações civis locais: _____

6.1 – Principais parcerias: _____

APÊNDICE V
Entrevista Secretário de Desenvolvimento Rural de Santa Maria

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – CAMPUS RIO CLARO, SP.

Data ____/____/____

Entrevistado(A) _____

Órgão público: Secretaria de Desenvolvimento Rural de Santa Maria
Secretário:

1- Hoje quais são os principais projetos voltados a agricultura em andamento no município de Santa Maria? _____

2- Dentro dos projetos desenvolvidos pela secretaria de agricultura de Santa Maria, quais seriam as principais parcerias estabelecidas para execução dos mesmos? _____

3- Atualmente qual seria a participação do estado e do governo federal nos projetos? _____

4 – A respeito do Programa Territórios da Cidadania:

4.1 Quais políticas amparam os atuais projetos? _____

4.2- Qual é o papel das cooperativas que hoje atuam no município? Citar as principais: _____

4.3 Considera que o papel de cooperativas como Coesperança seja fundamental na captação dos projetos via MDA? _____

5 - No que se materializa a ação das cooperativas? _____

6- Hoje quais são as maiores dificuldades enfrentadas pelo município para execução de seus projetos na área rural? _____

7- Quais são as perspectivas futuras, quais seriam os projetos que estariam sendo elaborados? _____

APÊNDICE VI

Entrevista Frutos da Terra - Cooesperança

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – CAMPUS RIO CLARO, SP.

Data ____/____/____

Entrevistado(A) _____

1. - Variedade dos produtos: _____

2. Comercialização: _____

2.1 Produtos mais comercializados, por ordem de importância:

() Farináceos em geral () Doces () Conservas () Mel e derivados () Produtos desidratados () Bebidas () Grãos, cereais sementes e óleos, () Condimentos () Embutidos e congelados () Laticínios () Embutidos () Artesanato. () Outro:

3. Fornecedores:

3.1 Principais fornecedores: grupos de agricultores familiares e um grupo de artesãos. _

3.2 Especificação dos fornecedores: _____

3.2.1 Quantidade/Natureza (cooperativa, empresa, associação): _____

3.2.2 Descrição dos fornecedores: _____

3.2.2 Natureza (cooperativa, empresa, associação): _____

3.2.4 Cidade: _____

4. Consumidores:

4.1 Quem são os consumidores (idade, profissão e cidade de procedência): _____

4.2 São consumidores assíduos (frequência com que adquirem os produtos): _____
